

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

Ana Catarina Freitas Figueiredo

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Jornalismo
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor José Ricardo Pinto Carvalheiro

junho de 2025

Folha em branco

Declaração de Integridade

Eu, Ana Catarina Freitas Figueiredo, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição 11996 de/o Jornalismo da Faculdade de Artes e Letras, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referência de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 10 /06 /2025

Folha em branco

Dedicatória

“A persistência é o caminho do êxito”

(Charles Chaplin)

Aos meus pais.

Aos meus afilhados: Mário, Santiago, Gonçalo, Leonor e Joice.

E a ti, Gonçalo, onde quer que estejas.

Folha em branco

Agradecimentos

Chegou a hora de agradecer a quem fez parte desta viagem e também a quem a proporcionou. Foi muito tempo a batalhar, muitas vezes contra a maré, mas chegamos a bom porto. Tenho a agradecer aos meus pais, que financiaram, em grande parte, os meus estudos e que nunca me deixaram desistir. Aos meus irmãos, sobretudo ao meu irmão mais velho e Padrinho, que se mostrou sempre disponível para ouvir as minhas queixas e que tem sempre uma palavra amiga.

Obrigada à Covilhã por me ter acolhido e por me mostrar que o significado de ‘casa’ é muitas vezes obrigar-nos a voar para novos destinos, mesmo que custe. A Covilhã tornou-se facilmente ‘casa’ muito em virtude das pessoas que cá conheci e às amizades que por cá cimentei. Obrigada, sem vocês isto não teria tanta piada!

Um obrigado especial à pessoa que entrou em frenesim quando soube que vinha para a Covilhã estudar. Por me ter dado a boas-vindas e mostrado todos os cantos e recantos desta que é a Cidade Neve. Por me ter apoiado tanto nos momentos bons como nos menos bons. Obrigado, João Pedro.

Ao que o meu orientador, Prof. José Ricardo Carvalheiro, que tudo fez para que esta investigação fosse por diante. Obrigado pelos ensinamentos, pelos conselhos, e sobretudo por ter ‘arregaçado as mangas’ perante os desafios que foram surgindo. Gostei muito de trabalhar consigo, professor.

A mim, Ana Catarina. Foi uma caminhada e tanto até chegar aqui, mas consegui. Sempre rodeada dos melhores é certo, mas também fruto do meu trabalho e da minha dedicação. Foram muitos os momentos em que quis desistir por inúmeros fatores, mas a teimosia e o gosto pelo tema levaram a melhor. E ainda bem! Foram muitos os momentos em que a síndrome do impostor se apoderou de mim, mas se há coisa que aprendi é que somos capazes de fazer qualquer coisa! Só precisamos de gostar do que estamos a fazer, que o resto vem por acréscimo. Como foi o caso. Que venham mais desafios, que estarei cá para os agarrar.

E a ti, Gonçalo, por teres sido o motor de tudo isto.

Folha em branco

Resumo

O Jornalismo é procurar, dissecar, refletir e transmitir informação. O Jornalismo é uma profissão que se pretende livre para exercer o seu trabalho qualitativamente. Contudo, nem sempre foi assim. Nesse sentido, a presente dissertação estuda os efeitos que o período do Estado Novo teve sobre o Jornalismo, em geral e, em particular sobre a imprensa regional.

O regime ditatorial de António de Oliveira Salazar e, mais tarde, de Marcello Caetano serviu-se da censura e de outras entidades que foram construídas em seu redor, para manietar a vida pública e política de Portugal durante quatro décadas. A censura era uma estrutura tripartida, que dividia forças com a Polícia política, a Propaganda e o Ditador. Estas três instituições revelaram-se peças fundamentais num jogo que só era para alguns. Do qual a sociedade foi arredada à partida. Em consequência, o Jornalismo e a imprensa regional, não tiveram tempo de maturação e de desenvolvimento. Apenas alguns assuntos e abordados de certa maneira eram permitidos nos jornais e, sempre com o devido aval da censura. Os cortes podiam incidir em qualquer peça jornalística, assim como dependiam em grande medida da interpretação do censor.

A reflexão sobre o tema inclui uma revisão bibliográfica desde o início da atividade jornalística com as folhas noticiosas no Antigo Regime e incluindo o Jornalismo do século XX entre o fim da I República e o início da Ditadura Militar, para depois se concentrar no Estado Novo e, particularmente, no período marcelista. O estudo empírico baseia-se na análise de cortes de artigos jornalísticos do *Jornal do Fundão* e do *Notícias da Amadora*, nos últimos anos da ditadura, bem como a análise de relatórios censórios provenientes da *Secretaria de Estado da Informação e Turismo*. O estudo empírico é ainda constituído por entrevistas feitas a antigos jornalistas (e, mais tarde, responsáveis) dos jornais já mencionados.

Palavras-chave

Estado Novo; Censura; Imprensa Regional; Opressão; Cortes; Censor.

Folha em branco

Abstract

Journalism is about searching, dissecting, reflecting and transmitting information. It is a profession that aims to be free to carry out its work effectively. However, it was not always like this. In this sense, this dissertation studies the effects that the Estado Novo had on Portuguese Journalism in general and, in particular, on the regional Press.

The dictatorial regime of António de Oliveira Salazar and, later, Marcello Caetano made use of Censorship and other entities that were built around it, to restrain public and political life in Portugal for four decades. Censorship was a tripartite structure, which shared forces with the Political Police, Propaganda and the Dictator. These three institutions proved to be fundamental pieces in a game that was only for a few, from which society was excluded from the start. As a result, Journalism and the regional Press did not have time to mature and develop. Only certain subjects, mostly regarding state politics, were allowed in newspapers, and always with due approval from the Censorship Department. The cuts could focus on any piece of journalism and were largely dependent on the censor's interpretation.

The reflection on the theme includes a bibliographical review from the beginning of journalistic activity with the news sheets from the 20th century Journalism between the end of the First Republic and the beginning of the Military Dictatorship, to then focus on the Estado Novo and, particularly, on the Marcelista period. The empirical study is based on the analysis of cuts of journalistic material from *Jornal do Fundão* and *Notícias da Amadora*, in the last years of the dictatorship, as well as the analysis of censorship reports from the Secretaria de Estado da Informação e Turismo. The empirical study also consists of interviews conducted with former journalists (and, later, those responsible) for the aforementioned newspapers.

Keywords

New State; Censorship; Regional Press; Oppression; Cuts; Censor.

Folha em branco

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 – Breve história da Censura em Portugal: do Antigo Regime ao Liberalismo e à I ^a República	3
1.1. Porque surgiram as folhas noticiosas?	3
1.2. A Censura em Portugal: os primórdios	4
1.3. Folhas informativas alvo de Censura	5
1.3.1. Antigo Regime: critérios do sistema censórios	7
1.3.1.1. Defesa da doutrina	8
1.3.1.2. Defesa da sociedade	9
1.3.1.3. Defesa do regime político	9
1.3.2. Liberalismo: um período tumultuoso	11
1.3.2.1. O ressurgir do Absolutismo (1828-1834)	14
1.3.2.2. A Regeneração: o período de mudança	17
1.3.2.3. A fase final da Monarquia e o início da I República – o constrangimento da liberdade de imprensa	19
Capítulo 2 – A censura após o golpe de 1926 e no Estado Novo.....	21
2.1. Compreensão do termo censura e omnipresença da censura e diversas modalidades	21
2.2. A Ditadura Militar e o início da Censura	24
2.2.1. Da República à Ditadura Militar	24
2.2.2. A Ditadura Militar e os prenúncios da Censura	25
2.2.3. Afirmação dos Serviços de Censura: a reforma de 1928.....	27
2.3. O Estado Novo e a afirmação da Censura	29
2.3.1. Introdução ao novo regime.....	29
2.3.2. Estado Novo e a sua ideologia	30
2.3.3. Instituições do Estado Novo	32
2.3.4. Os pilares do Salazarismo	34
2.3.4.1. A Polícia Política: PVDE/PIDE	34
2.3.4.2. A Propaganda: SPN/SNI	35
2.3.4.3. Serviços de Censura: prévia, à posteriori e autocensura	45
2.3.4.3.1. Censura prévia aos restantes <i>media</i>	49
2.3.5. Censura Salazarista e os <i>media</i>	50
2.3.5.1. Da Ditadura Militar de 1926 à legislação de imprensa de 1933	50
2.3.5.2. Censura prévia Salazarista: novas reformas e o seu funcionamento .	54
2.3.5.3. Censura prévia Salazarista: ação sob o Jornalismo – imprensa, televisão e rádio	57
2.3.5.3.1. Atuação da Censura sobre a imprensa	59
2.3.5.3.2. Atuação da Censura sobre a televisão	64
2.3.5.3.3. Atuação da Censura sobre a rádio	65
Capítulo 3. Marcelismo: A «primavera» falhada e o reformismo de um regime	67
3.1. Marcello Caetano: política, academia e a ascensão ao poder	67
3.2. Marcello Caetano & informação: a sua conceção e a premonição do futuro	70
3.2.1. A estratégia de informação do ditador.....	73
3.3. Marcello Caetano no poder e a expectativa frustrada de liberdade	76
3.3.1. Marcelismo: a reforma de um regime que se manteve igual a si mesmo: lei de imprensa e a censura	77
Capítulo 4. Metodologia e Desenho da Investigação	89
4.1. Tema e Problema.....	90
4.2. <i>Corpus</i> e Amostra	91
4.3. Métodos e Técnicas de Investigação.....	93
Capítulo 5. Jornal do Fundão & Notícias da Amadora como bastiões da informação face à censura	97

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

5.1. Jornal do Fundão: análise dos cortes	97
5.2. Jornal do Fundão: análise dos relatórios dos censórios.....	106
5.3. Jornal do Fundão: análise de entrevista a Fernando Paulouro	110
5.4. Notícias da Amadora: análise dos cortes.....	116
5.5. Notícias da Amadora: análise dos relatórios censórios	127
5.6. Notícias da Amadora: análise de entrevista a Orlando César	133
Conclusão.....	143
Referências Bibliográficas	145
Anexos.....	149

Folha em branco

Lista de Figuras

Figura 1 - Variáveis de Análise para o JF - Cortes e Relatórios Censórios.....	94
Figura 2 - Variáveis de Análise para NA - Relatórios Censórios.....	94
Figura 3 - Variáveis de Análise para NA – Cortes.....	94
Figura 4 - Tipo de censura dos cortes.....	98
Figura 5 - Cortes segundo autor e proveniência	98
Figura 6 - Cortes e o Género Jornalístico.....	99
Figura 7 - Cortes e a Censura Territorial.....	99
Figura 8 - Cortes segundo a linha temporal (1970-1973).....	100
Figura 9 - Corte "A Criança e a Vida"	101
Figura 10 - Corte "TV Relance"	102
Figura 11 - Corte "Preocupações de um general"	103
Figura 12 - Corte "Itália: A Lembrança dos Crimes do Fascismo".....	104
Figura 13 - Relatórios Censórios e o Tipo de censura.....	106
Figura 14 - Relatórios Censórios e a Censura territorial.....	107
Figura 15 - Relatório Censórios "Polímeros Metalúrgicos exigem respeito pela sua dignidade".....	108
Figura 16 - Relatório Censório "Continuaremos a andar atrás da inflação - referem os Sindicatos dos lanifícios".....	108
Figura 17 - "Perspectiva Sindical Arbitragem Ordem dos Engenheiros - CP O Ministério das Corporações e Segurança Social nomeou o arbitro presidente" & "O alargamento do âmbito do Contrato dos Electricistas"	109
Figura 18 - Cortes segundo o Tipo de censura.....	116
Figura 19 - Cortes segundo o Autor	117
Figura 20 - Cortes de acordo com os géneros jornalísticos.....	117
Figura 21 - Cortes de acordo com a Censura territorial.....	118
Figura 22 - Cortes ao longo da governação de Marcello Caetano (1968-1974)	119
Figura 23 - Corte "Uma Nota Pastoral"	120
Figura 24 - Corte "A vida custa a (quase) todos" - 1ª parte.....	122
Figura 25 - Corte "A vida custa a (quase) todos - 2ª parte.....	123
Figura 26 - Corte "A Legislação Eleitoral – Uma situação à Kafka"	124
Figura 27 - Corte "Mesa Redonda: Sobre Liberdades Democráticas" - Prova de Censura	126
Figura 28 - Relatórios censórios e o Tipo de corte	127
Figura 29 - Corte e o Tipo de censura.....	128
Figura 30 - Relatórios Censórios e a Censura territorial.....	128
Figura 31 - Relatório Censório "Um esclarecimento do Sindicato de Seguros de Lisboa"	129
Figura 32 - Relatório Censório "Vida Sindical Um direito ou um abuso?"	130
Figura 33 - Relatório Censório "Cambodja - opressão imperialista e luta de liberdade"	131
Figura 34 - Relatório Censório "Os 'Liberais' querem melhorar o Sistema"	131

Folha em branco

Lista de Acrónimos

ANOP	Agência Noticiosa Portuguesa
ANP	Ação Nacional Popular
AVC	Acidente Vascular Cerebral
CCPJ	Comissão da Carteira Profissional de Jornalista
CPAE	Conselho Permanente de Acção Educativa
CTT	Correios, Telégrafos, Telefones
DGI	Direcção-Geral de Informação
DGS	Direcção-Geral de Segurança
DGSCI	Direcção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa
DN	Diário de Notícias
EN	Emissora Nacional de Radiofusão
EUA	Estados Unidos da América
FNAT	Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GNR	Guarda Nacional Republicana
JF	Jornal do Fundão
JNE	Junta Nacional de Educação
LUSA	Agência de Notícias de Portugal
MFA	Movimento das Forças Armadas
MP	Mocidade Portuguesa
MPF	Mocidade Portuguesa Feminina
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NA	Notícias da Amadora
OECE	Organização Económica de Cooperação Europeia
OMEN	Obra das Mães pela Educação Nacional
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCP	Partido Comunista Português
PIDE	Polícia Internacional e Defesa do Estado
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
PSP	Polícia de Segurança Pública
PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
RCP	Rádio Clube Português
RTP	Rádio Televisão Portuguesa
RTP	Radiotelevisão Portuguesa
SEIT	Secretaria de Estado de Informação e Turismo
SLE	Serviços de Leitura Especializada
SLG	Serviços de Leitura Geral
SNI	Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo
SPE	Sociedade Portuguesa de Escritores
SPN	Secretariado de Propaganda Nacional
TSF	Telegrafia Sem Fio
UBI	Universidade da Beira Interior
UN	União Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

URSS

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Folha em branco

Introdução

O Jornalismo nem sempre foi livre para criar e transmitir informação o que é contraditório, porque a função do Jornalismo é essa: a produção e transmissão de informação verídica e isenta. No entanto, a imprensa também não começou logo na produção de informação tal como a conhecemos hoje. De simples folhas noticiosas sem grande sentido estético, melhorou o seu aspeto, com o passar dos séculos, especializou-se tanto nos assuntos como na forma de os transmitir às pessoas e tornou-se também em empreendimento económico ou incorporou projetos políticos. Apesar de todas as transformações de que tem vindo a ser alvo, o Jornalismo esteve severamente amarrado na sua atuação durante grande parte da História. Em Portugal, podemos dizer que existiram três momentos que impediram a livre transmissão de informação, que foram o período da Inquisição, o Antigo Regime e o Estado Novo. A investigação aborda estes três períodos que vedaram a liberdade ao Jornalismo, mas aprofunda o assunto, sobretudo, no período que diz respeito ao Estado Novo.

Desde a pandemia provocada pela Covid-19, em 2020, que se tem vindo a falar muito da descrença na Democracia e do reaparecimento dos partidos de extrema-direita, o novo Populismo. Portugal, tal como outros países da Europa e do mundo, tem visto crescer essa ideologia, de tal forma, que até já tem acento na Assembleia da República. A motivação para esta investigação surgiu de querer saber como é que se processa a implantação de um regime ditatorial num país que é livre. Desta feita, aliou-se isso ao passado e ao desenvolvimento do setor jornalístico. Neste estudo faz-se uma viagem pela censura em três épocas distintas, contudo o objetivo desta nunca deixou de ser apenas um: a afirmação do regime vigente, assim como fazer das pessoas ignorantes face ao que se passava à sua volta. Logo, privá-las de informação.

O ponto de partida desta investigação foi querer saber de que forma se comportou o Jornalismo, já mais desenvolvido e especializado, perante a negação da Liberdade – algo fundamental para o desempenho do seu trabalho. No entanto, o Jornalismo não foi estudado como um todo, serviu como ponto de partida para aquele que viria a ser o mote da investigação: a imprensa regional. Muito já foi escrito sobre os efeitos que a Ditadura teve sobre os jornais “nacionais” e muito pouco sobre a imprensa regional, aspeto que também foi tido em conta aquando da escolha dos casos de estudo. Assim, o objeto de estudo da presente investigação são os mecanismos de censura aplicados à imprensa regional. Para tal, a pergunta-problema que rege a investigação é “Que estratégias eram usadas pelos jornalistas e pelos jornais regionais para fazer face à censura?” – além de se querer saber o que oprimiu o Jornalismo, também se pretendia

saber que estratégias utilizou o setor para tentar ‘virar’ o jogo a seu favor. Mediante a pergunta-problema foram também elencados alguns objetivos, dos quais se destacam dois:

- Compreender as implicações que a máquina censória exerceu sobre os meios de comunicação, nomeadamente, na imprensa escrita regional;
- Entender quais as estratégias utilizadas pelos jornais regionais “não alinhados” para noticiar o que não interessava ao regime e que, por consequência, poderia colocar em causa a “imagem perfeita” do país.

Quanto aos casos de estudo foram escolhidos dois jornais regionais e opositoristas ao regime de Salazar-Caetano, o Jornal do Fundão (JF), localizado na Beira Interior e o Notícias da Amadora (NA), localizado em Lisboa, que cessou funções em 2009.

O primeiro capítulo aborda o aparecimento das primeiras folhas noticiosas e o seu desenvolvimento, bem como a Inquisição, que coincidiu com o período do Antigo Regime, que viria a ser deposto com a Revolução Liberal de 1820. Já o segundo capítulo explica o que é a censura e quais as suas valências e parte para o estudo do período da Ditadura portuguesa, instaurada com a Ditadura Militar a 26 de maio de 1926. Aborda também toda a estrutura edificada por António de Oliveira Salazar para o novo regime, de entre quais, a censura, a polícia política e a propaganda – os mecanismos que mantiveram o regime ativo por quatro décadas. Já o terceiro capítulo é uma continuação do estudo do regime, mas desta vez sob a direção de Marcello Caetano. Neste capítulo procurou -se perceber o que mudou no regime com a nova direção e que implicações teve para os meios de comunicação regionais não alinhados com a política do Estado Novo. O quarto capítulo refere-se o tema e os objetivos da investigação, bem como as questões que serviram de mote ao estudo; elencam-se os casos utilizados para o estudo e o que foi feito: análise de cortes de jornais regionais opositores ao regime e análise de relatórios censórios provenientes da SEIT, bem como realização de duas entrevistas a dois jornalistas que colaboraram com o JF e com o NA. Posto isto, no quinto capítulo são apresentadas as análises do material estudado, bem como um breve comentário sobre o que foi observado. Por fim, será apresentada a conclusão do trabalho de investigação, onde serão reiteradas as principais conclusões.

Capítulo 1 – Breve história da Censura em Portugal: do Antigo Regime ao Liberalismo e à I^a República

1.1. Porque surgiram as folhas noticiosas?

O aparecimento das folhas noticiosas deveu-se à necessidade de a sociedade se manter em contacto. Este novo meio de comunicação viria a ter o seu momento alto por volta do século XVI, pois foi neste período vários países partiram à descoberta de “novos mundos”.

“O objetivo não era tanto o de dar notícias de acontecimentos sociais, políticos ou militares, mas informações úteis ao comércio, sobretudo situação de mercados: preços, movimentos de mercadorias, casas bancárias e comerciais e outras desta natureza, como as chegadas e saídas de navios” (Tengarrinha, 2013, pp. 27-28).

As informações redigidas nas folhas noticiosas eram obtidas de fontes que se encontravam nos locais desde tripulantes e viajantes ou eram retiradas de folhas noticiosas estrangeiras, pois em Portugal este veículo de informação só surgiu no fim do século XVI. A seu tempo obtiveram sucesso através da receção positiva do público, em virtude da facilidade da sua produção, dos acontecimentos retratados que não careciam de periodicidade. As fontes das folhas noticiosas primavam pela simplicidade, pois dependiam das informações das folhas estrangeiras ou dos boatos que corriam entre as pessoas – o que poderia levar ao erro, pois as informações não eram verificadas. De acordo com o autor José Tengarrinha a primeira folha noticiosa nascida no país foi a Notícia da Infelicidade da Armada de Sua Majestade Que Escrever O Mestre do Santa Catarina a 19 de outubro de 1588. O mesmo autor refere também que entre os anos 1640 e 1643 surgiram novas folhas noticiosas com informações retiradas de gazetas de países como a França e a Inglaterra.

Antes de chegarmos ao jornal como o conhecemos hoje, o movimento jornalístico sofreu diversas mudanças e outras tantas invenções como as folhas noticiosas, que permitiram desenvolver uma nova forma de as pessoas comunicarem entre si e terem acesso à informação de antemão, que antes não era possível.

“(…) tais folhas prosseguem ao longo do século XVIII, e mesmo depois, continuando a cumprir uma singular função social de evidente importância (...). (...) estas folhas efetivamente desempenharam na maior abertura de um espaço de informação social e político antes do aparecimento dos folhetos e das gazetas (...)” (Tengarrinha, 2013, p. 30).

A par com as folhas noticiosas manuscritas, as folhas noticiosas impressas surgiram no fim do século XV, em diversos países da Europa. O autor José Tengarrinha denomina-

as de “folhas volantes” e caracteriza-as como sendo ocasionais quanto à sua tiragem, rigorosas na descrição dos acontecimentos, mas demasiado sensacionalistas. Em Portugal, este tipo de publicação tem a denominação de «relações». Numa primeira fase, as folhas noticiosas impressas ou «relações» tinham um aspeto desmazelado tendo em conta as condições em que eram feitas, o que mantinha o baixo custo da sua produção. Apesar do seu aspeto um tanto duvidoso, as informações que continham primavam pela verdade, procurando fontes credíveis para a passagem de informação. Quanto à distribuição era deficitária tendo muitas vezes de ser o redator a fazê-la; o mesmo acontecia com a impressão das folhas noticiosas (Tengarrinha, 2013, p. 35). No entanto, no século XVII, as «relações» sofreram uma atualização, resultante do domínio espanhol, o que também desencadeou o movimento panfletário.

“Desde os princípios do século XVII regista-se uma (...) enorme aceleração das dinâmicas de comunicação pública, o que grande parte se relaciona com a resistência ao domínio espanhol. São postos a correr, com grande impacte, papéis em muito elevado número, de diversas naturezas, que circulavam fora do controlo das autoridades” (Tengarrinha, 2013, p. 37).

A partir da segunda metade do século XVII verificou-se uma mudança nos temas abordados nas «relações»: no passado, os temas tratados eram sobretudo sobre os naufrágios, os descobrimentos e batalhas; neste período os temas abordados nas «relações» passaram a estar relacionados com a Igreja e com a literatura. Esta mudança deveu-se a dois fatores: ao período da Contrarreforma e ao aparecimento e transição para o estilo artístico Barroco. Porém, estas mudanças de temáticas nas «relações» também trouxeram novas exigências: um maior cuidado a diversos níveis, desde o aspeto gráfico ao cuidado na escolha do papel, sem esquecer o rigor no que toca à veracidade das informações. No que à distribuição diz respeito, existiam pontos de referência, que permitia o envio das publicações para diversas partes do reino (Tengarrinha, 2013, p. 38-39).

1.2. A Censura em Portugal: os primórdios

A censura instaurou-se com a Inquisição e apesar de ter sido desenvolvida de diversas formas ao longo dos tempos funcionou sempre com o propósito de por as ideias (políticas, sociais, religiosas e morais) contrárias à Igreja. A ação da censura tornou-se mais ativa aquando da revolução tipográfica, pois a imprensa desencadeou a partilha de ideias que a Igreja não via com bons olhos. Até então, a Igreja estava incumbida de proteger os indivíduos das heresias, no entanto a partilha de “novas ideias” pela

imprensa colocou em causa a ordem estabelecida, que culminou na criação do primeiro sistema censório organizado (Garcia, 2009, p. 49).

“A censura foi sempre um meio de significativo de controlo, que se intensificou a partir da altura em que a imprensa abriu possibilidade de divulgação alargada de ideias políticas, sociais, religiosas e morais. De facto, foi para controlar os desenvolvimentos provocados pela imprensa no século XV, que permitiram uma mais rápida reprodução e difusão de livros, que se formou o primeiro aparelho censório organizado” (Garcia, 2009, p. 49).

No caso português, a Inquisição ou Tribunal do Santo Ofício, teve início no ano 1536, no reinado de D. João III, sob a falsa pretensão de santificar a fé. “Oculto sob uma intenção declarada de purificação da fé, o que movia o rei talvez fosse sobretudo a possibilidade de controlo das riquezas e dos domínios mercantis dos cristãos-novos” (Garcia, 2009, pp. 49-50). A censura levada a cabo pela Inquisição tinha como principal objetivo acomodar os indivíduos sobre toda e qualquer ideia que contrariasse a Igreja. “(...) se a atenção dominante era prestada às questões da fé e do respeito pela autoridade religiosa, a sua preocupação mais lata abrangia tudo o que pudesse afectar a estabilidade social (...)” (Garcia, 2009, p. 50).

1.3. Folhas informativas alvo de Censura

A Inquisição portuguesa teve início a 23 de maio de 1536 e foi extinta a 31 de março de 1821. A Inquisição portuguesa dividiu-se em dois períodos: o primeiro entre 1536 e 1768, onde o regime censório era tripartido e dirigido pela Igreja; e o segundo que decorreu entre 1768 e 1821, que se dividiu em duas fases: 1ª fase (1768-1787) onde a censura estava sobre o controlo do Estado e a 2ª fase (1787-1821) onde a censura regressou à alçada da Igreja católica (Martins M. T., 2002).

Quanto ao primeiro regime censório imposto pela Inquisição, pertencia à Igreja e tinha como propósito examinar qualquer obra ou publicação imprensa no reino antes de chegar ao público. Inicialmente, a análise das obras e publicações era feita por duas entidades: o Conselho Geral do Santo Ofício (que obedecia à orientação papal) e o Ordinário da Diocese (que obedecia à orientação episcopal). Contudo, em 1576, ao sistema censório viria a integrar-se uma nova entidade, o Desembargo do Paço, que obedecia à orientação real. Face ao aumento de publicações que se deu no século XVI e à complexidade das mesmas houve necessidade de impor uma certa supervisão na revisão das publicações. Assim, após a chegada da terceira entidade, todas as obras ficaram obrigadas a serem revistas pelas três entidades, para serem aprovadas. Este sistema censório manter-se-ia em funcionamento até 31 de agosto de 1588 (Tengarrinha, 2013, p. 242).

Apesar de as publicações serem analisadas por três entidades, o exame das publicações era lento, pois bastava que “(...) que uma das entidades demorasse o parecer ou a emenda – o que acontecia com frequência, por descuido ou má-fé – para que durante largo tempo se tivesse de aguardar a publicação ou, mesmo depois de impressa, a autorização para circular” (Tengarrinha, 2013, p. 242). Isto deu origem a reclamações por parte dos editores de periódicos, pois a lentidão na análise das publicações afetava a sua saída. Ainda que a revisão das obras fosse lento este sistema manteve-se até 1768. No mesmo ano, este sistema censório foi substituído pela Real Mesa Censória, que passou a estar sob a alçada do Estado, iniciando-se a primeira fase do segundo período da Inquisição em Portugal.

“Contudo, será sempre a Igreja que, durante dois séculos de existência da Inquisição, mantém sobre ela a soberania, centrando a sua actividade mais nos assuntos de natureza teológica do que nas questões políticas. Terá sido provavelmente isso que levou, em 1768, o marquês de Pombal a substituir a Inquisição pela Real Mesa Censória” (Garcia, 2009, p. 51).

Este novo regime censório, a Real Mesa Censória, era liderada por António Pereira Figueiredo e Frei Manuel do Cenáculo. A nova instituição de censura fora constituída sob o pretexto de “(...) reforço a centralização do poder régio no governo de Pombal. Justificando que a inspeção dividida por três entidades era fraca e ineficaz (...) o novo regime reuni-as numa só, a Real Mesa Censória” (Tengarrinha, 2013, p. 243).

Desta forma, ao chamar a censura para o poder estatal, o Marquês de Pombal fez decair o poder da Igreja, aumentando assim o poder estatal e, por outro lado, tinha meios para atacar os seus “inimigos”: os jesuítas e as novas ideias que estavam a modificar a forma de pensar na Europa (Garcia, 2009, p. 51).

Este novo sistema censório reuniu a censura num único órgão e alterou a designação de «censores» para «régios». Ainda no mesmo ano, em 1768, foi criado um mecanismo de apoio à Real Mesa Censória que tinha a função de vigiar as publicações que se destinavam ao ensino e às instituições oficiais. No entanto, este novo regime censório não durou muito tempo. Com a morte do rei D. José e consequente afastamento do marquês, D. Maria I em 1787, volta a conceder à Igreja a censura, criando um mecanismo de censura: a Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros composta por membros do clero, que vigorou até 1794. (Tengarrinha, 2013, pp. 243-244).

“(...) a Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros retirava ao poder real a responsabilidade exclusiva nesta matéria, atribuindo-a também à Igreja. Esta, sobretudo desde o início do reinado de D. Maria I, não cessara de protestar contra a exclusão do poder espiritual no exercício da censura. A composição da Mesa passava a ser, por si só, demonstrativa da influência clerical (...)” (Tengarrinha, 2013, pp. 243-244).

Não muito depois da sua constituição, a Real Mesa da Comissão Geral viria a ser alvo de duras críticas relativas ao tratamento benevolente no exercício da censura. Face ao sucedido, viria a ser extinto através da Carta de Lei de 17 de dezembro de 1794, fazendo com que o primeiro regime de censura fosse novamente instaurado. O triunfo da Revolução Francesa e a divulgação das ideias liberais que daí nasceram também contribuíram para a falência da Real Mesa da Comissão Geral (Garcia, 2009, p. 51).

“Motivada pelo perigo que o sucesso da Revolução Francesa e a expansão das ideias liberais e iluministas além-fronteiras implicavam, a autoridade régia restituiu, em 1794, o exercício da censura aos organismos vigentes na Inquisição, voltando a funcionar a estrutura tripartida do século XVI” (Garcia, 2009, p. 51).

Com o regime censório tripartido a funcionar, as publicações e livros voltaram a ser examinados pelas três instituições, que em vez de tornar o processo mais rápido atrasou-o ainda mais, pois “(...) submeter os textos a três entidades diferentes, proporcionava disparidades de critérios e demoras cada vez mais dificilmente conciliáveis com as novas condições” (Tengarrinha, 2013, p. 244).

Numa primeira fase, o processo de revisão de jornais e dos livros não auferiu resultados positivos, pois aspetos como a atualidade, a audiência cada vez mais abrangente e exigente e a complexidade e variedade dos temas colocaram entraves ao sistema e tradicionalista da censura. “Era preciso que a censura e os censores estivessem apetrechados com sólida doutrina e critérios uniformes, o que obviamente não era possível no instável e conturbado final do Antigo Regime” (Tengarrinha, 2013, p. 245).

1.3.1. Antigo Regime: critérios do sistema censórios

Com o avançar do século XVIII o poder da censura também cresceu no continente europeu. No caso de português, verificou-se uma preocupação do Estado no que dizia respeito ao exercício da censura. Neste sentido, podemos referir três direções sobre as quais a censura exerceu o poder a partir da governação de Pombal (1750-1777): na defesa da doutrina católica, na defesa da sociedade e na defesa do regime político.

“A evolução das condições incidentes na ordem social e na ordem política vai determinar diferentes motivações e objetivos prioritários. (...) a maior atenção foi prestada às questões religiosas, à luta contra heresias, ao respeito pelo Dogma e pela Doutrina, sob a influência do Santo Ofício” (Tengarrinha, 2013, p. 246).

1.3.1.1. Defesa da doutrina

Com a emergência das ideias iluministas, certas noções que antes do seu aparecimento eram tidas como verosímeis, com o seu aparecimento foram postas em causa. De tal forma, passou a haver uma maior vigilância por parte da censura às obras que eram lançadas. “No combate às ideias que punham em causa os princípios em que assentava a soberania temporal, vai-se acentuando a tendência para defender a monarquia absoluta contra tudo o que pudesse concorrer para um mandato condicional da soberania do rei” (Tengarrinha, 2013, pp. 246-247). O Marquês de Pombal colocou a censura sob a alçada estatal devido à incapacidade de defender a essência do Antigo Regime dos «hereges», mais concretamente, dos jesuítas.

“A remodelação da censura feita em por Pombal visava, pois, restringir o poder de Roma a favor do controlo pelo Estado. Na cerrada luta ideológica, reconhecia-se a indispensabilidade da defesa da Doutrina e do Dogma contra ateus, ímpios, sacrílegos, hereges tanto inspirados em outras religiões como em «pervertidos filósofos destes últimos tempos», que pretendiam reduzir a onnipotência divina e seus mistérios «à limitada esfera da compreensão humana»” (Tengarrinha, 2013, p. 247).

Assim, a defesa pela Doutrina e pelo Dogma devia-se em grande medida aos jesuítas, que o Decreto de 5 abril de 1768, acusava de má fiscalização das obras que eram submetidas à censura ou substituindo obras aceitáveis por obras consideradas prejudiciais à missão do Antigo Regime. “(...) «estabelecer o seu despotismo sobre a ignorância», conseguido «desterrar desta monarquia toda a boa e sã literatura e precipitar todos os vassallos de Portugal no inculpável e necessário idiotismo em que forçosamente vieram a cair»” (Tengarrinha, 2013, p. 247) - (citado por José Tengarrinha (Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865, 2013).

Podemos concluir que o principal propósito da censura Pombalina era como refere José Tengarrinha, recolher todas as acusações possíveis contra os jesuítas, como defender todos os interesses do Estado, assim como os da Igreja Católica.

“A orientação da censura tinha, assim, como principal base a Dedução Cronológica e Analítica, compilação de todas as acusações que se haviam feito contra os jesuítas, além de elaboração programática respeitante à defesa dos poderes do Estado e de atribuições mais ampliadas à igreja nacional” (Tengarrinha, 2013, p. 247).

Por forma a evitar que os «hereges» corrompessem o regime e a sociedade, o Marquês de Pombal criou três objetivos político-ideológicos pelos quais se viria a debater a partir de 1755: proteger o Direito-Divino, impedir a entrada de ideias que corrompessem a religião, nomeadamente francesas e aniquilar toda e qualquer influencia dos jesuítas do reino português (Tengarrinha, 2013, p. 248).

1.3.1.2. Defesa da sociedade

No último quartel do século XVIII verificaram-se mudanças ao nível da censura, em consequência das agitações internas e externas que ameaçavam perturbar o bem-estar da sociedade portuguesa. Contrariamente ao que acontecia fora de portas, o regime político português encontrava-se estabilizado devido à harmonia conseguida, entre o poder secular e o poder religioso, no reinado de D. Maria I. Apesar da aparente harmonia, o poder receava que as novas ideias hereges vindas da Europa colocassem em causa a estabilidade social, abalando assim os alicerces sociais e morais do regime. Desta feita a atuação da censura virou-se para assuntos que colocassem em causa a moralidade, a ética da sociedade daquele tempo ou abalar a opinião pública.

“A atenção da censura dirigia-se prioritariamente, pois sobre tudo o que pudesse perturbar a tranquilidade pública e os fundamentos materiais e morais da sociedade, desde a autoridade e prestígio da nobreza e do clero à subversão «pedreirista, desde as alterações da sociabilidade tradicional à corrupção dos códigos sexuais, desde as informações falas ou sensacionalistas que agitassem a opinião pública aos atropelos da língua portuguesa, que tão maus tratos sofria” (Tengarrinha, 2013, p. 250).

1.3.1.3. Defesa do regime político

Foi no século XIX que Portugal viria a alterar o seu regime político, em consequência das invasões francesas (1807 e 1810). Além disso, as invasões francesas coincidiram com um surto considerável na literatura de resistência, que foi divulgada, numa primeira fase, por panfletos e pasquins, e numa segunda fase, por jornais. Relativamente aos panfletos, estes eram de fácil produção e distribuição, eram redigidos em prosa ou em verso e na generalidade das vezes, anónimos. O principal alvo destes difusores de informação era o imperador francês e os seus louvores dirigiam-se aos portugueses pelas tentativas de libertação do jugo francês. Quanto aos pasquins utilizavam um tom agitador na escrita das informações que divulgavam e tinham uma elevada exposição entre as pessoas, pois eram distribuídos nos locais mais frequentados de Lisboa. Já os jornais não tinham tanta fama devido à complexidade de produção. Só depois da Convenção de Sintra, a 30 de agosto de 1808, que colocou fim à Primeira Invasão, apareceram em duas cidades portuguesas, Coimbra e Porto, dois jornais (Tengarrinha, 2013, pp. 155-156).

Entretanto, em 1809 e 1810, sucederam-se duas novas invasões em Portugal ordenadas por Napoleão Bonaparte e durante este período a imprensa portuguesa assiste a algo nunca visto, o refrear da atividade censória. Isto deveu-se à elevada influência que as ideias liberais e revolucionárias tiveram na população portuguesa, de tal modo, que

houve portugueses a combater do lado dos franceses na esperança de que “(...) o triunfo francês representaria o triunfo das Luzes, da razão e do progresso sobre o obscurantismo religioso e o tradicionalismo imobilista” (Jorge Pedro Sousa, 2008, p. 10). Dessa forma e, para tentar enfraquecer a influência das ideias iluministas na sociedade, o governo português concedeu um ligeiro abrandamento da censura, mas um tanto restrita, uma vez que, só podia falar livremente sobre assuntos relativos às invasões francesas, como refere a seguir o autor:

“(...) não eram permitidos ataques ao governo português nem a defesa de ideias liberais que de algum modo pudessem ser confundidas com «francesismo», permitindo-se apenas falar livremente contra os franceses, contras as ambições imperialistas de Napoleão e exaltar as lutas libertadoras em toda a Europa” (Tengarrinha, 2013, pp. 161-162).

No entanto, esta abertura ligeira à imprensa permitiu desenvolver um elevado surto jornalístico, devido ao interesse generalizado da sociedade em saber o que se passava em Portugal e na Europa, que desencadeou a divulgação de periódicos dos mais variados países. O ano de 1809 foi o que registou o maior surgimento deste tipo de jornais, dentre os quais se destacam: o Diário de Badajoz, tradução do original, apareceu na capital portuguesa a 8 de julho, impresso pela Impressão Régia, contendo quatro páginas; a sua temática principal era a guerra na Europa (Tengarrinha, 2013, pp. 170-171). Ao contrário do que acontecera em 1809, onde se verificou um grande alvoroço no movimento jornalístico nacional, o ano de 1810 foi um ano de quebra. Esta quebra pode ser explicada pelo início da terceira invasão francesa e pelo medo latente, por parte das instituições absolutistas, da consolidação de determinadas ideias que colocariam em causa o poder absoluto em Portugal.

Aquando da retirada efetiva dos invasores franceses, Portugal encontrava-se numa crise profunda, provocada por vários fatores, dentre os quais a fuga da família real para o Brasil e a presença dos ingleses nos meandros políticos e militares nacionais. Com a população cada vez mais insatisfeita com a situação do país, esta começou a tomar consciência dos “males” que a rodeavam. No entanto, a família real não levou com ligeireza a tomada de consciência da sociedade dos problemas do país. O resultado foi o fortalecimento dos mecanismos da censura, que viriam a culminar na vaga de prisões e deportações de certas personalidades entre 10 e 13 de setembro de 1810 – a «Setembrizada» (Tengarrinha, 2013, p. 221).

Esta instabilidade acabou por afetar o movimento jornalístico nacional, em consequência do endurecimento da censura aos periódicos e folhas avulsas (folhetos, pasquins). Nos dez anos que decorreram até à Revolução Liberal de 1820, surgiram muito poucos jornais.

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

“(…) a orientação da censura aos jornais nesse decénio anterior à Revolução de 1820 faz evidenciar a falta de preparação do aparelho para enfrentar o debate ideológico no plano do regime político, o que permitiu algumas inesperadas aberturas. (...) Tal teria ficado a dever-se, não apenas a desatenção ou descuido dos censores, de que alguns foram acusados, mas sobretudo à falta de diretrizes políticas suficientemente definidas” (Tengarrinha, 2013, p. 223).

O sistema de censura tripartido mostrava há muito tempo que não era totalmente funcional, pois necessitava da aprovação das três entidades envolvidas para aprovar as obras. Aliado a isto, impunham-se as demoras que este sistema provocava, além da falta de censores.

“Evidenciavam-se as dificuldades de recrutamento quer porque não eram em tão grande número os que possuíam capacidades para tais funções quer porque outros, com frequência, se recusavam. Daí resultavam constantes queixas dos editores pelas demoras nos exames provocados por escassez ou indisponibilidade de censores e pela necessidade de aprovação das três entidades” (Tengarrinha, 2013, p. 255).

Outro fator que motivou a falência do sistema censório tripartido foi a impreparação dos censores quanto às reformas que foram feitas no sistema, assim como padronizar os critérios para censurar as publicações.

“Os censores não estavam ideologicamente preparados nem recebiam orientações suficientemente definidas para enfrentar o debate sobre as reformas e o regime político. (...) Se era certo que uma das maiores dificuldades do regime tripartido de censura fora a uniformização dos critérios das entidades chamadas a intervir, tal assume dimensões insustentáveis nas novas circunstâncias” (Tengarrinha, 2013, pp. 253-254).

1.3.2. Liberalismo: um período tumultuoso

No século XVIII, foram feitos requerimentos por diversos criadores de periódicos, que exigiam que lhes concedessem “censores privativos”, tendo em conta a morosidade e a ausência de critérios fixos no momento de censurar as publicações (Tengarrinha, 2013, p. 256). “Por vezes, os censores especializavam-se em determinadas matérias, sendo-lhes conferidos então latos poderes que lhes permitiam intervir segundo critérios próprios e as suas próprias convicções ou as pressões que recebiam” (Tengarrinha, 2013, p. 256). Assim, aquando do conhecimento do Alvará de 30 de julho de 1795, os censores passaram a ser propostos ao rei pela Mesa do Desembargo do Paço.

Todavia, a necessidade de colocar o sistema censório a funcionar não foi suficiente para evitar a crise do Estado e a queda do Antigo Regime. Os dez anos que antecederam a Revolução de 1820 foram um conjunto de situações, que deram origem ao colapso do país. Findas as invasões francesas, Portugal era governado por um governo militar chefiado por William Beresford e a família real portuguesa não dava sinais de regressar

à pátria, o que incendiou ainda mais o descontentamento da população e decadência do país. Assim, se sucedeu a Revolução Liberal de 1820.

“A crise económica, a permanência de D. João VI no Brasil, a perda do monopólio do comércio com o Brasil e a reacção contra a administração inglesa do país, consentida no pós-guerra pelo Soberano português (...) conduziram, porém, à eclosão de uma Revolução Liberal de 1820” (Jorge Pedro Sousa, 2008, p. 10).

A 24 de agosto de 1820, na cidade do Porto, deu-se o golpe que viria a mudar o regime político em Portugal, mas que ainda assim, “(...) teve pouco de pacífico e muito turbulento. Testemunharam-se os retornos cíclicos ao Absolutismo, entre 1826 e 1834, as revoltas, como a afamada Revolução de Setembro, em 1836, e as guerras civis de 1832 a 1834 e de 1847” (Sousa, 2022). Além de mudar o regime político o ano de 1820, foi um ponto de viragem também para o jornalismo nacional. Os jornais criados neste período foram fundamentais para informar o público ou em determinadas situações que o exigissem contrainformar o público, ou seja, impedir a divulgação de notícias falsas. O governo militar Beresford foi deposto e substituído pela Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, que convocou as Cortes que se incumbiram de redigir o documento constitucional, que viria a ser jurado pelo rei D. João VI em 1821 (Dias, 2021, pp. 65-67).

Interposta a nova Constituição a Monarquia Constitucional entrou em vigor. Também a imprensa passou a gozar de novos privilégios, tais como a liberdade imprensa, que viria a ser decretada a 4 de julho de 1821 (Sousa & Lima, 2021, p. 46), (Jorge Pedro Sousa, 2008). Depois da implantação do novo regime, o movimento jornalístico nacional “(...) sofre rapidíssimo incremento, multiplicando-se os periódicos, que alcançam audiência mais larga e (...) passam a exercer grande influência (...)” (Tengarrinha, 2013, p. 318). No período da Monarquia Constitucional, os jornais passaram a dar importância a outros temas como: o comércio, o papel da mulher no seio da sociedade, o humor, economia e a educação (Tengarrinha, 2013, p. 322).

Entre 27 de maio e 3 de junho de 1823 um novo golpe de estado estremece o país, que depõe o novo e frágil regime liberal. De acordo com o autor José Tengarrinha, este golpe de estado foi em grande medida motivado contra o novo documento constitucional, que retirou poder ao monarca e desvirtuou os preceitos da sociedade tradicional. Por detrás deste golpe não se impunha a intenção de restabelecer a monarquia absoluta, mas sim a vontade de estabelecer um regime constitucional mais moderado (Tengarrinha, 2013, p. 391). Deposto o regime liberal, também a Constituição de 1822 caiu, assim como, todos os privilégios de que a imprensa começara a gozar. “No respeitante à imprensa, as regras da nova cena foram ditadas pela reintrodução formal da censura prévia, por decreto de 12 junho de 1823”

(Tengarrinha, 2013, p. 392). Assim, foi criada uma Comissão de Censura, composta por cinco elementos e foram criadas comissões nos locais onde existissem tipografias.

Em 1824 deu-se um novo golpe de estado, a Abrilada, instigado por D. Miguel, que acabou exiliado. Para efeitos legais, só no ano seguinte, em 1824, é que a Lei da Liberdade de Imprensa foi efetivamente anulada e, entrou novamente em vigor a censura prévia levada a cabo pelo Desembargo do Paço e pelo Ordinário da Diocese (Tengarrinha, 2013, p. 392). Nesta interrupção ao regime liberal, o movimento jornalístico sofreu as consequências, pois acabou por diminuir como refere o autor José Tengarrinha.

“A quebra no movimento jornalístico é muito acentuada: desde a Vilafrancada até à morte de D. João VI (10 de março de 1826) no território continental foram criados 23 jornais, dos quais 17 em Lisboa, 5 no Porto e 1 em Coimbra” (Tengarrinha, 2013, p. 394).

Se, por um lado, o movimento jornalístico decresceu em número de jornais criados. Por outro lado, o jornalismo, perante o derrube da Constituição de 1822, perdeu a liberdade há tanto desejada. “Com os condicionamentos existentes, uma imprensa não política conseguia sobreviver mantendo-se numa linha frívola e inofensiva, de divulgação literária e de conhecimentos vários ou simplesmente noticiosa” (Tengarrinha, 2013, p. 395). Com a queda do regime liberal, a imprensa absolutista ganhou terreno no seio do movimento jornalístico, que se dividia em duas tipologias: o satírico e defensor da ideologia absolutista (Tengarrinha, 2013, p. 395).

Com a morte do rei D. João VI em 1826, o seu filho D. Pedro I, imperador do Brasil foi declarado rei de Portugal, com o título de D. Pedro IV. A 29 de abril de 1826, o novo monarca outorgou o novo documento constitucional, a Carta Constitucional (Jorge Pedro Sousa, 2008, p. 11), (Sousa, 2022, p. 130), (Tengarrinha, 2013, p. 405). No entanto, e de acordo com o autor Jorge Pedro Sousa, a publicação deste novo documento gerou novos conflitos políticos, não só entre as facções absolutista e liberal, como também dentro da própria ala liberal, que se dividiu em duas: os progressistas, pertencentes à baixa e média burguesia, responsáveis pelo movimento setembrista, e os cartistas, membros da alta burguesia e nobreza. Durante o período de vigência da Carta Constitucional, entre abril de 1826 até outubro de 1910 (salvo determinadas interrupções), apesar de garantir o princípio da liberdade de imprensa a censura prévia foi mantida como escreve a seguir o autor:

“A nova legislação obrigava a que os escritos sobre a Igreja Católica fossem submetidos à Mesa do Desembargo do Paço; proibía escritos ofensivos para com o rei ou a infanta regente, a futura D. Maria II, bem como escritos que exortassem à desobediência às leis e autoridades, expusessem a vida privada dos cidadãos, prejudicassem as relações com outros estados, ofendessem a moral ou fossem anónimos. Permitia, por outro lado, a análise das leis e dos atos dos funcionários públicos e governantes e a exposição de crimes públicos. Facultava, também, a

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

adoção de medidas contra os abusos de liberdade de imprensa e seus autores” (Sousa, 2022, p. 130).

Verificaram-se perseguições a pessoas e a jornais, tidos como incomodados ao governo, que acabaram por influenciar negativamente a forma de fazer jornalismo neste período (Tengarrinha, 2013, p. 407). No que toca ao movimento jornalístico, mais concretamente ao número de jornais criados neste período, José Tengarrinha identificou em Portugal Continental a criação de 38 novos jornais que se identificavam como liberais e 12 jornais defensoras da ideologia absolutista.

1.3.2.1. O ressurgir do Absolutismo (1828-1834)

Com D. Miguel como rei absoluto, a imprensa acabou por sofrer as consequências, pois todas as publicações impressas a partir daquele momento passaram a ser revistas pela Mesa do Desembargo do Paço.

“Qualquer jornal ou escrito que pusesse em causa os valores tradicionais em que se assentava a nova ordem era severamente reprimido. Os jornais não só passaram a ser estritamente vigiados e aplicadas severíssimas penas aos considerados infratores, como eram limitados superiormente os temas que poderiam desenvolver. (...) Sofrem graves perseguições os jornalistas que nos períodos anteriores haviam manifestado ideias liberais. Os que não conseguem escapar às autoridades miguelistas são presos e condenados” (Tengarrinha, 2013, pp. 440-441).

Com o ressurgimento do Absolutismo em Portugal, o movimento jornalístico perdeu em “(...) número de jornais como qualidade redatorial, estando praticamente ausente o debate de ideias” (Tengarrinha, 2013, p. 441), porque ao Antigo Regime interessava ter uma sociedade aprisionada aos velhos e bons costumes do que uma sociedade libertina. De acordo com o autor José Tengarrinha, durante o regime “miguelista” nasceram cerca de 42 jornais e séries, dos quais 33 eram políticos de índole absolutista e 9 jornais temáticos: literatura, economia e ciências.

D. Pedro ao saber que o seu irmão se havia declarado como rei absoluto abdicou do trono brasileiro e regressou a Portugal com o objetivo de depor o Absolutismo, abrindo caminho para aquela que foi a Guerra Civil entre Liberais e Absolutistas (1832-1834) (Jorge Pedro Sousa, 2008, p. 11). Com a vitória dos Liberais em 1834, a Carta Constitucional de 1826 foi restituída, assim como a lei que regularizava o princípio da liberdade de imprensa.

“Nova legislação reguladora foi publicada no Diário do Governo de 22 de dezembro de 1834. Basicamente, estatuiu os mesmos princípios da legislação de 21 de agosto de 1826, estabelecia as penas para os abusos de liberdade de imprensa, regulava a instrução dos processos relativos aos

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

delitos de abuso de liberdade de imprensa e alargava o carácter regulador da nova legislação à instalação e funcionamento de oficinas de tipografia e gravura” (Sousa, 2022, p. 135).

Assim, com a instituição da liberdade de imprensa, o jornalismo português ganhou uma nova força e, de acordo com o autor Jorge Pedro Sousa, neste período o jornalismo passou ser visto como um negócio. Dessa forma, passou a ser importante ter em conta determinados aspetos antes de criar um jornal, dentre os quais a sustentabilidade do projeto, uma vez que, passaria a ser suportado por meios técnicos, financeiros e humanos e, por outro lado, sustentado por dinheiro das vendas dos jornais e patrocínios. Numa fase mais tardia, através da publicidade. Além disto, os jornais portugueses passaram a ter uma preocupação mais latente com a linguagem, houve uma melhoria na forma como era apresentada a estrutura do jornal e procuravam dar ao seu público notícias atuais (Sousa, 2022, pp. 135-136).

De acordo com José Tengarrinha, a implementação definitiva do Liberalismo no reino permitiu “(...) não apenas grande expansão dos jornais e leitores, mas também (...) uma diversificação de géneros (...)” (Tengarrinha, 2013, p. 496). Dentro desta diversificação de géneros como referiu o autor, o maior destaque foi dado à instrução e à cultura. Desta feita, segundo José Tengarrinha, entre a implantação do Liberalismo em 1834 e a Revolução de Setembro de 1836, nasceram em Portugal 37 novos periódicos, dos quais se destacaram os géneros de literatura, cultura recreativa e instrução.

Apesar de o Liberalismo já reinar no país este não foi um período de acalmia, muito pelo contrário. “Apenas a vitória liberal em 1834 permite que finalmente seja promulgada uma lei que contemple a liberdade de imprensa. Contudo, no interior dos liberais, emerge um conflito entre setembristas e cartistas, conduzindo de novo à guerra civil” (Garcia, 2009, p. 53). De acordo com o autor, Jorge Pedro Sousa, em virtude das quezílias internas na ala liberal, a 9 de setembro de 1836, aconteceu a Revolução de Setembro, que colocou em vigor a Constituição de 1822, até à promulgação do novo documento constitucional em 1838.

“A Revolução de Setembro culmina o forte movimento de descontentamento que se desenvolvera nas maiores cidades após a instauração do regime liberal. Em confronto com os que se apagavam à Carta Constitucional como principal base de agregação nacional e de defesa dos privilégios de que passaram a gozar após 1834, haviam sido cada vez em maior número, como dissemos, os que viam na Carta a maior responsável pela desordem administrativa e a cobertura da corrupção, do nepotismo, dos abusos dos poderosos que grassavam a sociedade” (Tengarrinha, 2013, p. 506).

Com a eclosão da Revolução de Setembro, teve início uma nova ideologia política derivada do Liberalismo: o Setembrismo. A presidir este novo governo, estiveram Sá da Bandeira e Paços Manuel. Durante a vigência do governo Setembrista, o jornalismo alcançou um desenvolvimento nunca visto, pois só no continente surgiram 200 novos

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

jornais, 7 nas ilhas e 14 no Oriente. Quanto a géneros, verificou-se um pouco de tudo como refere José Tengarrinha:

“Segundo os géneros, um balanço global mostra que apareceram então 60 jornais declaradamente políticos (entre os quais 8 miguelistas e 3 independentes), 35 literário-culturais, 43 recreativos, e de instrução ligeira, 20 puramente noticiosos, 18 económicos, 7 científicos, 4 satíricos, 3 religiosos e 2 enciclopédicos (...)” (Tengarrinha, 2013, p. 509).

Contudo, no seio desta aparente estabilidade e tentativa de modernizar o país, insurge-se uma nova figura na vida política do país: Costa Cabral. Neste período verificaram-se restrições à liberdade imprensa, devido a uma lei criada por Costa Cabral a 19 de outubro de 1840, que fez decair o número de jornais. Sobre a nova lei o autor Jorge Pedro Sousa escreve o seguinte:

“A nova legislação obrigou os editores de jornais a preencherem determinados requisitos cívicos e a depositarem um conto e duzentos mil reis para sustentarem, como garantia, indemnizações e multas em juízo (...), bem como a terem bens não hipotecados, no valor de dois contos e quatrocentos mil reis, que pudessem ser arrestados em caso de condenação por abuso de liberdade de imprensa” (Sousa, 2022, p. 141).

Apesar dos avultados investimentos necessários para manter um jornal, ainda surgiram alguns, sobretudo políticos. Outra consequência positiva para a imprensa, de acordo com o mesmo autor, foi “(...) o interesse pela informação e pela opinião sobre o país recrudescer. O reino ocupava cada vez mais páginas nos jornais, enquanto o noticiário do estrangeiro se reduzia na mesma proporção” (Sousa, 2022, p. 142). No entanto, a nova legislação trouxe uma consequência negativa: negou a liberdade de imprensa, apesar de tanto a Constituição de 1838 como a Carta Constitucional a defenderem.

Em 1842, inicia-se a governação cabralista e o regresso da Carta Constitucional entre janeiro de 1842 e outubro de 1910. Neste período verificou-se uma forte perseguição à imprensa, nomeadamente, à imprensa oposicionista.

“Porém, a imprensa oposicionista foi atingida por numerosas formas de censura indireta e outros constrangimentos, entre os quais atos administrativos, processos sucessivos por abuso de liberdade de imprensa, impedimento de circulação por correio, pagamento a arruaceiros que destruíam as tipografias dos jornais da Oposição, sequestro de equipamentos tipográficos pelas autoridades, etc” (Sousa, 2022, p. 142).

Face aos ataques à imprensa e ao endividamento do país para se modernizar, o governo do duque da Terceira caiu e Costa Cabral fora destituído de funções. Meses mais tarde, em outubro de 1846, surge um novo governo liderado pelo Duque de Saldanha. Dois anos mais tarde, depois de muita instabilidade e golpes, Costa Cabral fora reconduzido ao governo (1848), no entanto, alvo de muita contestação por parte da imprensa, que levou o governo cabralista a apresentar uma nova lei de liberdade de imprensa (Sousa,

2022, p. 144). A nova lei foi tão contestada pela imprensa, que ficou conhecida por Lei das Rolhas e foi decretada a 3 de agosto de 1850. Declarava as mesmas garantias da lei de 19 de outubro de 1840¹, acrescentando uma longa lista de temas que não poderiam ser tratados, além da numerosa lista de crimes por abuso de liberdade de imprensa pelos quais um jornalista poderia ser condenado, se ousasse contrariar o governo. Também a Lei das Rolhas, também dificultou o processo de criar de jornais, uma vez que, “(...) obrigava os editores a depositarem, previamente, avultadas quantias de dinheiro e darem garantias de solvência financeira pessoal para garantirem o pagamento de multas e indenizações por hipotéticos crimes de abuso de liberdade de imprensa” (Sousa, 2022, p. 145). A Lei das Rolhas viria a ser revogada em maio de 1851, no golpe levado a cabo pelo Duque de Saldanha, que depôs o Cabralismo e iniciou o período da Regeneração (1851-1868).

1.3.2.2. A Regeneração: o período de mudança

O período da Regeneração que decorreu entre os anos 1851 e 1868, caracterizou-se por ser de transformação e acalmia para o país, assim como de rotativismo político. Quanto ao panorama da imprensa portuguesa na Regeneração, podemos dizer que foi um período de mudanças para o setor, não só como um veículo de difusão de informação, mas também como um negócio. Quanto a mudanças propriamente ditas, podemos apontar as seguintes: o surgimento da imprensa política, que fez surgir diversos jornais dedicados à política, mas independentes de ideologias políticas com o objetivo de cimentar o comentário sobre a vida política (Sousa, 2022, p. 150). Mais tarde, em virtude destas mudanças na imprensa política, surgiram “(...) diários noticiosos, politicamente independentes, organizados industrialmente, feitos para darem lucro e não para doutrinarem (...)” (Sousa, 2022, pp. 150-151). Neste segmento de jornais independentes criados neste período, o autor indica os seguintes: o DN criado em 1864, o Jornal do Comércio (1853-2015) e O Comércio, depois renomeado de O Comércio do Porto (1854-2005).

Apesar de os jornais políticos serem cada vez mais independentes dos partidos políticos, durante a Regeneração o número de jornais sobre esta temática diminuiu. “Já havia sempre um periódico político para cada nicho de mercado. Existia já quase sempre um periódico com o qual um indivíduo com interesse em política se pudesse identificar para fortalecer as suas convicções (...)” (Sousa, 2022, p. 152). Face à diminuição do número de jornais políticos “(...) foram surgindo periódicos com outras

¹ “A nova legislação obrigou os editores de jornais a preencherem determinados requisitos cívicos e a depositarem um conto e duzentos mil reis para sustentarem, como garantia, indemnizações e multas em juízo (...), bem como a terem bens não hipotecados, no valor de dois contos e quatrocentos mil reis, que pudessem ser 3 em caso de condenação por abuso de liberdade de imprensa” (Sousa, 2022, p. 141).

tipologias que engrossaram e diversificaram o mercado da imprensa” (Sousa, 2022, p. 153). Desta feita, o número de jornais aumentou, bem como o seu consumo, ainda que se evidenciasse em Lisboa e no Porto. A imprensa regional também alcançou o seu desenvolvimento, ainda que precário, pois nem todos tinham acesso a jornais devido ao elevado alfabetismo da população. Foi neste período que surgiram as primeiras revistas culturais, científicas e literárias, que além de informarem sobre diversos temas e servirem de entretenimento às classes mais alfabetizadas, também aludiam à atualidade vivida no país, segundo Jorge Pedro Sousa.

O período da Regeneração alterou a forma de ver o jornalismo, pois passou a ser visto como uma forma de obter dinheiro em troca de divulgar informação. Nesse aspeto, houve um jornal que teve sucesso, o DN, criado no ano de 1864 por Eduardo Coelho e Tomás Quintino. Além disso, também viu na publicidade uma forma de lucrar, além das tradicionais vendas de jornais nas bancas, de assinaturas e patrocínios privados, segundo o autor:

“(…) o Diário de Notícias foi o primeiro jornal português bem-sucedido a surgir com os objetivos de sustentar a produção e difusão de notícias de interesse geral e dar lucro aos seus promotores por meio, sobretudo, da venda de espaço para publicidade, e não tanto pelo produto das vendas nas bancas e nas ruas, nem pela receita das assinaturas, nem, muito menos, pela dependência de patrocínios privados de indivíduos e grupos de poder interessados em terem jornais ao seu serviço” (Sousa, 2022, p. 156).

Tal começou a ser regra no período da Regeneração, também o DN procurou ser um jornal independente de qualquer partido político, pois para este jornal a política era visto como um assunto de interesse.

“Os jornais de partido, ao invés, buscavam, sobretudo, fidelizar apoiantes, fortalecer as convicções dos militantes já convencidos (...). No DN, pelo contrário, a política era somente uma das vertentes do noticiário. A notícia de interesse geral era, no DN, o prato principal” (Sousa, 2022, p. 159).

Além destas mudanças, o DN implementou outras tantas das quais se destacam: a eliminação da linguagem violenta e ofensiva, adoção de um tom neutro e independente em relação à vida política do país, dando assim ao público informações concisas. No conjunto de mudanças no setor, também se inclui um sistema de recolha de informação organizado, bem como a implementação de uma rede de correspondentes pelo país.

1.3.2.3. A fase final da Monarquia e o início da I República – o constrangimento da liberdade de imprensa

No que toca ao fim da Monarquia, podemos dizer que o regime limitou em grande medida a liberdade de imprensa, ao ponto de os jornalistas, editores e donos de tipografias poderem ser presos por crimes de abuso de liberdade (Sousa, 2008, p. 27).

“A legislação de imprensa aprovada na fase final do período monárquico instituiu, de facto, um regime severamente repressivo da liberdade de imprensa. (...) Um decreto de 29 de Março de 1890 facilitava a repressão judicial sobre a imprensa e a prisão de jornalistas, ao suprimir a intervenção do júri nos julgamentos por abusos de liberdade de imprensa e ao alargar do autor ao editor ou, na sua falta, ao dono da tipografia a responsabilidade criminal em matéria de abuso de liberdade de imprensa” (Sousa, 2008, p. 27).

A instabilidade voltou ao país, de tal forma que o rotativismo político, que vigorou durante a Regeneração, teve o seu término. D. Carlos I ainda tentou repor a ordem no país, através da instauração de uma ditadura comandada por João Franco, mas sem sucesso. Durante a vigência da ditadura de João Franco, 1906 e 1908 foi publicado um novo decreto que ampliava os crimes por abuso de liberdade de imprensa. Em junho de 1907, um novo decreto passou a permitir que os governadores civis passassem a poder suspender e apreender jornais (Sousa, 2008, p. 27). “Tornaram-se frequentes a prisão ou mesmo o degredo de jornalistas, «as multas, as perseguições, processos e suspensões de jornais²» e até as apreensões de todos os exemplares de determinadas edições³” (Sousa, 2008, p. 27). A situação ainda passou para as mãos de D. Manuel II que, “(...) tentou formar um governo de união nacional, excluindo, porém, os republicanos e os monárquicos adeptos da ditadura, mas com o país numa situação de bancarrota e a viver de empréstimos (...)” (Jorge Pedro Sousa, 2008, p. 14) acabou por não ser suficiente.

A acalmia que se registou durante a Regeneração permitiu que as ideias republicanas e socialistas se infiltrassem no país, levando à criação do Partido Republicano em 1876. No entanto, de acordo com o autor Jorge Pedro Sousa, a paz não foi duradoura, pois no fim do século XIX Portugal entrou em crise, levando à queda da monarquia. Ora 5 de outubro de 1910, Portugal viu o seu regime político mudar para República, mas a instabilidade e crise financeira continuou e a falta de liberdade de imprensa perdurou.

“A Família Real foi forçada a exilar-se e o país juntou-se à França e à Suíça na opção republicana de regime, mas a mudança nada mudou de essencial. A crise económica e financeira continuou (...). Na fase final da Monarquia tomaram-se várias medidas legislativas de controlo e censura à

² Citado por (Sousa, 2008, p. 27) in Tengarrinha, J. História da Imprensa Periódica. Lisboa: Portugal, 1965.

³ Citado por (Sousa, 2008, p. 27) in Tengarrinha, J. História da Imprensa Periódica. Lisboa: Portugal, 1965.

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

imprensa. (...). A instauração da República permitiu uma ampla recuperação da liberdade de imprensa. A Constituição de 1911, inspirada na francesa, garantia a liberdade de imprensa e impunha um regime parlamentar. Porém, logo em 1911 bandos de arruaceiros, desde vez a soldo dos republicanos, assaltaram e destruíram, com a conivência da polícia, as instalações dos jornais monárquicos de Lisboa” (Jorge Pedro Sousa, 2008, p. 14).

Ao nível da liberdade imprensa, o governo republicano português manda revogar as leis que restringiam a liberdade de imprensa, promovendo a criação de novos jornais noticiosos e alinhados com a nova conjuntura política do país. Contudo, a liberdade não durou muito tempo, em janeiro de 1912 a censura foi instituída durante um mês e nesse ano, os jornais passaram a poder ser suspensos sob o pretexto do tipo de linguagem que utilizavam. Dois anos depois, começou a I Guerra Mundial e a censura restringiu ainda mais a liberdade de imprensa. “No entanto, não foi preciso haver envolvimento directo de Portugal para a imprensa portuguesa dedicar grande atenção à guerra desde a primeira hora, devido à forte noticiabilidade do acontecimento e à probabilidade de envolvimento de Portugal” (Sousa, 2008, p. 30). O posterior envolvimento do país na Grande Guerra fez disparar as tiragens dos jornais, apesar de “(...) as notícias da frente de batalha, em alguns casos elaboradas pelos enviados especiais, fossem sujeitas à censura militar” (Sousa, 2008, p. 31).

Entre 1917 e 1918 Portugal viu uma nova ditadura ser-lhe imposta por Sidónio Pais, que manteve a censura e a suspensão de diversos jornais, bem como a hipótese de interrupção de atividade caso os jornais usassem, citando o autor, uma “linguagem despejada”. O período do Sidonismo teve o seu fim com a morte do militar e Portugal regressa ao regime parlamentarista e a imprensa vê a sua liberdade renovada (Sousa, 2008, p. 31). A 28 de maio de 1926, um golpe de estado instaura em Portugal a Ditadura Militar que, levaria por sua vez, ao Estado Novo – um período de grande repressão para a sociedade e para o jornalismo português. Posto isto, um novo governo é formado encabeçado por Mendes Cabeçadas, como Presidente da República, mas viria a ser afastado 17 dias depois de ocorrido um novo golpe levado a cabo pela ala direita dos revoltosos, sendo substituído por Gomes da Costa. Este, por sua vez, também não ocupou por muito tempo a chefia do país, indo para o seu lugar o Marechal Óscar Carmona, que viria a dividir a governação com António de Oliveira Salazar, primeiro em 1928, quando assumiu a Pasta das Finanças e, depois de 1932, quando Salazar assume o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, até 1951 aquando da morte de Óscar Carmona (Sousa, 2008, pp. 32-33).

Capítulo 2 – A censura após o golpe de 1926 e no Estado Novo

2.1. Compreensão do termo censura e onnipresença da censura e diversas modalidades

O termo censura é adversária direta da liberdade e, por conseguinte, tem por objetivo proibir a passagem de informação (Vargues, 2007). Assim, afirma a autora Isabel Vargues “Censura e liberdade de imprensa existem sempre em oposição. (...) Censura é, antes de tudo, sinónimo de corte, de proibição, de supressão da informação” (Vargues, 2007, pp. 41-42).

De acordo com José Barreto, com a implantação do Estado Novo, através da Constituição de 1933, a censura tornou-se num elemento-chave e indispensável ao regime. Contrariamente ao que aconteceu com a opinião pública, que foi reduzida a um assunto de Estado, pois só este a podia defender das perversões, bem como aos cidadãos, vistos pelo ditador como incapazes de tomarem decisões.

“Despojada assim de todo o seu carácter democrático e revista à luz dum corporativismo de Estado de sentido profundamente antiliberal, a opinião pública ganha simultaneamente foros de força social associada do governo, isto é, de instituição política. Assim a consagra a Constituição portuguesa de 1933, ao definir como «elemento fundamental da política e administração do País»” (Barreto, 1999, p. 4).

“A ignorância do povo, que não teria discernimento para distinguir a «boa» da «má» informação, é utilizada mais uma vez como justificação por uma autoridade prepotente e paternalista que subestima a persegue a inteligência dos cidadãos, vistos como inabilitados para guiar os seus destinos” (Garcia, 2009, pp. 55-56).

No seguimento desta ideia, chegamos àquela que pode ser a definição do termo censura apresentada pelo autor José Barreto: a censura usada no regime de Salazar correspondia à ideia absolutista de que o Rei não dependia da opinião pública, pois detinha em sua posse todos os poderes (Barreto, 1999, p. 3). No fundo, o que o autor quer transmitir é que o ditador não deve seguir nem defender a opinião pública, apenas tem a obrigação de saber guiar os indivíduos na tomada de boas decisões, pois no entender deste a sociedade não consegue pensar por si própria.

“A censura do Estado Novo assentava na concepção absolutista segundo a qual o Príncipe não depende da opinião pública, não devendo por isso segui-la, mas dirigi-la e esclarecê-la. Para o poder absolutista o que importa é a salvação pública, não a opinião (...)” (Barreto, 1999, p. 3).

Desta feita, a censura ganhou força, pois numa sociedade amordaçada que não se pode exprimir livremente, também não existe opinião pública (Rolim, s/d, p. 8). Quando a

sociedade não tem outra percepção da realidade senão aquela que o Estado lhe dá a conhecer, gera-se uma sociedade facilmente manipulável. “(...) a Censura constituía um instrumento para influenciar consciências e manipular ideias e comportamentos, ou seja, um meio de a ditadura obter mentalidades acomodadas ao regime” (Rolim, s/d, p. 2). Além de ter a sociedade completamente refém do regime, Salazar, de acordo com o autor Orlando César, criou uma sociedade incivil, totalmente desprovida de direitos e liberdades e com duas obrigações: não questionar e obedecer o regime. “A natureza do salazarismo era a sociedade incivil, uma sociedade desapossada do espaço público que lhe outorgasse voz e objectivasse a sociedade civil” (César, 2018, p. 4).

Ao ter uma sociedade que não questionava, o Estado conseguiu impor uma imagem do país que mais lhe convinha, como afirma Cândido de Azevedo:

“(...) Salazar através do recurso à Censura, foi capaz de fazer, como por um golpe de magia, com que, sobrepondo-se ao país real, se afirmasse e prevalecesse, por muitos anos, uma imagem de ficção, mas oficial, de um Portugal virtual, que pouco tinha a ver com o País real que os portugueses conheciam bem (...)” (Azevedo, 1999, p. 26).

Cândido de Azevedo, fala de um «país imaginário», onde o regime de Salazar, apoiado pela censura, criou uma imagem irreal do país, onde tudo era perfeito. No entanto, no Portugal de Salazar existia miséria, fome, precariedade, falta de cuidados de saúde, bem como uma elevada taxa de mortalidade infantil, desemprego, uma elevada taxa de analfabetismo, bem como corrupção. Contudo, nada disto se sabia, pois iria manchar a imagem idílica do país, por isso, era abafado pela censura (Barreto, 1999) e (Rolim, s/d). “(...) António de Oliveira Salazar logrou impor em pouco tempo através dos Serviços de Censura, uma imagem da realidade portuguesa despojada das contradições e das dificuldades com que se debatiam os portugueses” (Azevedo, 1999, p. 25).

Definido o termo censura é também importante perceber onde é que esta atuava e sob que modalidades. O autor Cândido de Azevedo afirma que a censura atuava nos domínios público e intelectual e nas mais diversas áreas. A ação da censura realizava-se de duas formas: direta, através da censura prévia (exercida sob toda e qualquer forma de divulgar informação que fosse impressa) e, indiretamente, a censura à posteriori (exercida a todas as publicações não periódicas e a livros que não tratassem assuntos relacionados com política ou vida social). A autocensura passava despercebida, mas também colocou em causa domínios intelectual e cultural, porque enfraqueceu a criatividade e o pensamento crítico dos autores, criando mentes acomodadas ao regime (Azevedo, 1999, pp. 66-67).

A censura prévia era levada a cabo pela Comissão de Censura com sede nas principais cidades do país: Lisboa, Porto e Coimbra. Já no restante país, a censura prévia, ficava ao encargo de Delegações localizadas nas capitais de distrito. No que à censura prévia

diz respeito, o autor Cândido de Azevedo afirma que esta condicionava muito o trabalho jornalístico e artístico, porque confrontavam os autores com a aprovação dos seus trabalhos. “A censura prévia (...) manietava literalmente o jornalista, o pensador, o escritor, o encenador, o realizador ou o artista, porque o confrontava, permanentemente, com a questão: «Será que *eles* me vão permitir isto?» (Azevedo, 1999, p. 67).

A censura à posteriori era desempenhada por elementos do SPN a publicações periódicas, mas também a espetáculos e programas de televisão e rádio. Já os livros eram censurados por uma entidade específica, o Gabinete de Leitura, de acordo com o autor Cândido de Azevedo.

Já a autocensura, o mesmo autor defende que não era algo que os autores pudessem exprimir ou questionar legalmente, porque inconscientemente eram os próprios que se autossabotavam, em virtude da incessante dúvida quanto à aprovação dos seus trabalhos. Além do medo que a censura impunha, era uma forma de restringir o pensamento crítico e impedir os autores de irem contra o regime no âmbito da criação artística e intelectual, forçando a sociedade a agir dentro de determinadas normas.

“Apesar desta forma de censura não ter rigorosamente existência expressa nem legal, é indiscutível que constituiu uma das formas mais graves de condicionamento intelectual e de repressão cultural, porque, sem que as pessoas tivessem por vezes plena consciência, atrofiava a criatividade e o espírito crítico, tendia a moldar as mentalidades ao nível do possível, do permitido ou do politicamente correcto no âmbito de um regime fortemente repressivo como era o Estado Novo (...)” (Azevedo, 1999, p.79-80).

Por outro lado, encontramos estudiosos que pensam de forma diferente como é o caso de Adriano Duarte Rodrigues, que usa considera que a censura é algo inerente a todos os sistemas de poder, pois não acredita que ao se instaurar a democracia a censura seja abolida. Para o autor, não há sociedade sem censura, pois esta encontra-se enraizada nos sistemas políticos. “Em todos os regimes políticos permanecem inteiras e indestrutíveis todas as modalidades de censura; apenas varia o predomínio ora de uma ora de outra modalidade” (Rodrigues, 1985, p. 1). Afirma que a liberdade de expressão é um mito, no sentido em que os regimes repressivos e a censura só vigoram enquanto mantiveram a sociedade fechada em si mesma, sem capacidade de pensar e de se manifestar, ou seja, enquanto for em prol da proteção da opinião pública. “É que censurante é tanto a proibição de dizer como a obrigação de dizer” (Rodrigues, 1985, p. 2). Já censura que existe nos regimes democráticos acaba por ser mais impercetível, pois condena os indivíduos a expressarem-se; no caso do Estado Novo, vigorou a modalidade despótica, onde era proibido qualquer tipo de informação que fosse contrária ao regime. “Para o Estado Novo, e a palavra que era de facto perigosa; para o Estado democrático é o silêncio que é inquietante (...)” (Rodrigues, 1985, p. 3).

2.2. A Ditadura Militar e o início da Censura

2.2.1. Da República à Ditadura Militar

Armando Madureira faz um apanhado de todos os fatores que levaram a I República à ruína e que, por conseguinte, levaram à criação de um novo período político no país. Desde a falta de liquidez, ao investimento e emprego no país, passando pelo elevado número de importações, má gestão dos recursos existentes, bem como o aumento exponencial da dívida pública, a inflação e desvalorização da moeda. Face ao descontentamento generalizado, a intervenção acabou por vir da parte dos militares, pois só as Forças Armadas seriam capazes de solucionar os problemas do país. “Era para as Forças Armadas que os partidos e o povo dirigiam os seus rogos, as suas preces, no desejo de que se iniciasse uma mudança profunda na governação (...)” (Madureira, 2016, p. 29).

Desta feita, entre os anos 1925 e 1926, foram levadas a cabo diversas tentativas golpes de estado, até que a 28 de maio de 1926 se deu o golpe de Estado, realizado por militares e encabeçado pelo general Gomes da Costa – o qual viria a mudar o rumo do país daí – conhecido como Ditadura Militar. “«Ditadura sem um ditador» (...) o regime implantado em Portugal em 28 de maio de 1926, uma ditadura militar, não transportava consigo um projecto alternativo ao liberalismo republicano” (Pinto, 2007, p. 25).

Contudo, a entrada em vigor do novo regime a comando dos militares também não surtiu grandes melhorias ao nível de governação e da resolução dos problemas do país pois, como refere o autor António Costa Pinto, a intromissão dos militares na política só a destabilizou mais devido às divergências existentes no seio das Forças Armadas, que terão levado à divisão ideológica da instituição militar. “(...) a natureza militar do regime transportou para a ribalta não só as tensões corporativas inerentes à instituição militar, que atravessaram muitos dos conflitos, como determinou ainda a formação de verdadeiras facções políticas no interior das forças armadas” (Pinto, 2007, p. 25).

Neste seguimento, o autor António Costa Pinto categoriza as facções da direita portuguesa no emergir da Ditadura Militar: o Liberalismo conservador, o Conservadorismo autoritário e a Direita Radical. Do primeiro, faziam parte os partidos republicanos tidos como conservadores, que defendiam a “(...) a remodelação do sistema partidário através da criação de um forte partido conservador com o apoio do aparelho do Estado (...)” (Pinto, 2007, pp. 25-26). Já a segunda ideologia política de direita, autodenominava-se como antiliberal, pois defendia a criação de um partido que eliminasse quaisquer vestígios da antiga República e criasse um partido único, capaz de unir. “Ideologicamente filiavam-se quer no corporativismo católico, quer em um difuso

corporativismo republicano, onde não estava ausente algum revisionismo autoritário. Nele se moviam católicos, monárquicos e republicanos autoritários” (Pinto, 2007, p. 26). E como terceira facção de direita surgida naquele período o autor apresenta-nos a direita radical, que defendia corte de laços com o Liberalismo e a criação de um Estado Nacionalista (Pinto, 2007, p. 26). Desta feita, o Golpe Militar de 28 de maio de 1926 levar-nos-ia à ditadura instaurada por António de Oliveira Salazar em 1933, com a implantação da Constituição de 1933.

“A revolta militar que eclodiu na madrugada de 28 de Maio de 1926, e que culminou na instauração da ditadura que conduziu ao Estado Novo e ao regime salazarista foi por isso mesmo a expressão directa, a consequência política da luta travada por essas correntes nacionalistas e do movimento social católico contra a I República” (Azevedo, 1999, p. 36).

2.2.2. A Ditadura Militar e os prenúncios da Censura

Quando eclodiu o golpe de Estado que viria a colocar fim à I República, o governo deposto foi o responsável por implementar a censura aos jornais, numa primeira fase. “(...) foi o Governo derrubado quem, no próprio dia da intentona, ordenou aos jornais que não procedessem à sua venda sem que fossem submetidos a prévio exame no Governo Civil” (Carvalho, 1999, p. 27). Contudo, a medida não foi bem vista por diversos jornais, dentre os quais: o *Mundo* e a *República*.

Entretanto, a 16 de junho de 1926, General Mendes Cabeçadas, um dos líderes do golpe, recusou impor censura à imprensa e no dia seguinte, o novo chefe do Governo, Gomes da Costa, afirmava a mesma ideia. Contudo, a 22 de junho de 1926 é noticiado pelos jornais *Mundo* e *Época*, a criação de uma comissão cujo propósito era o de vigiar a imprensa.

“Uma notícia inserida no *Mundo* e intitulada ‘Comissão Fiscalizadora da Imprensa?’ anunciava a sujeição da Imprensa à censura militar: Segundo a *Época* funcionava já no Ministério da Guerra uma comissão militar presidida por um capitão e que tem como missão fazer a fiscalização da Imprensa. Essa comissão verá se os jornais vêm conforme a ordem e quando encontrar coisa que lhe não agrade fá-la-á comunicar ao Ministro da Guerra” (Carvalho, 1999, p. 28).

Além do anúncio da criação da Comissão Fiscalizadora da Imprensa é comunicado aos jornais, pelo coronel Prata Dias, os assuntos esta iria ter em linha de conta. Além de obrigar os jornais a enviarem quatro provas de cada página do jornal, bem como a proibição da existência de espaços em branco (Gomes, 2006, pp. 20-21). No entanto, a atividade censória viria a ser suspensa por um dia; a 24 de junho, a censura seria colocada em prática e a partir desse momento todos os jornais empregariam a seguinte frase: “Este número foi visado pela Comissão da Censura” (Carvalho, 1999, p. 29).

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

“Tratava-se de explorar as contradições existentes no seio da ditadura militar que estabelecera a censura em Lisboa e progressivamente em muitas localidades do país, na dependência das unidades militares, mas que ainda não o fizera no Porto onde se editava seis diários” (Gomes, 2006, p. 21).

A primeira de lei da imprensa da Ditadura Militar viria a ser conhecida a 5 de julho de 1926, dando lugar a diversos protestos e à suspensão de três jornais. Face à onda de protestos no setor, o Ministro da Justiça, Manuel Rodrigues Júnior, prometeu que a lei seria deixada sob apreciação dos jornais durante uma semana e, seguidamente, seria alvo de modificações no Conselho de Ministros; por parte dos sindicatos, a sua preocupação moveu-se a favor das condições económicas dos jornalistas e tipógrafos (Gomes, 2006, pp. 21-22).

O autor Joaquim Cardoso Gomes também afirma que esta onda de contestação à nova lei da imprensa conduziu a “(...) denúncias de natureza discricionária da censura que proíbe a um jornal o que tolera noutro, os prejuízos infligidos aos jornais de Lisboa pelo constante atraso na saída dos jornais (...) e as primeiras suspensões de periódicos (...)” (Gomes, 2006, p. 22) que, por sua vez, levou a que Gomes da Costa se afastasse e, assim, surgisse uma nova figura no poder: Óscar Carmona.

“O fim da censura, que indiscutivelmente agradava aos órgãos de informação, teria sido mesmo uma das últimas tentativas do general Gomes da Costa para, através do apoio dos jornais, vencer a facção direitista do Movimento do 28 de Maio. Durante apenas um dia, os jornais puderam ser publicados sem submissão à censura prévia. Em 10 de Julho, afastado o general Gomes da Costa que é substituído pelo general Carmona, recomeça a censura, iniciando-se um período em que, a par do nítido aumento da repressão, o seu rigor aumenta progressivamente” (Carvalho, 1999, pp. 31-32).

Como nova figura política, Óscar Carmona, citado pelo autor Arons de Carvalho, defende a manutenção da atividade censória numa entrevista ao jornal *Mundo* a 13 de julho. No mesmo dia em que Carmona dá o seu parecer sobre a censura, esta também é estabelecida no Porto.

“(...) Coisa alguma repugna mais ao meu espírito liberal que a censura à Imprensa. Com a suspensão de garantias, a censura à Imprensa é também um instrumento necessário para a ordem pública. Os boatos falsos, as notícias tendenciosas desorientam os espíritos, provocam a agitação. É preciso evitá-las (...)”⁴ (Carvalho, 1999, p. 32).

Ainda no mês de julho é promulgada uma nova lei da imprensa por Óscar Carmona e, com esta nova lei, verificou-se um maior rigor por parte da censura, pois “(...) os jornais de Lisboa passaram a estar sujeitos à remessa para o Quartel do Carmo de um exemplar

⁴ Citado por (Carvalho, 1999, p. 32) in *Mundo*, 13 de Julho de 1926.

por página⁵ (...)” (Gomes, 2006, p. 23). No entanto, a censura mudou a sua forma de agir para com a imprensa lisboeta, pois esta permitia aos jornais que publicassem anedotas contra a censura. Se em julho, os jornais manifestavam o descontentamento face à situação do setor com piadas contra a censura, no mês seguinte, a rigidez da censura fez os jornais moderarem o tom de crítica (Carvalho, 1999, pp. 32-33).

No mês de julho de 1926, foram lançados dois decretos, o Decreto nº 11839 (5 de julho de 1926) e o Decreto nº 12008 (29 de julho) que, proibiam a exteriorização do pensamento de forma livre através da imprensa. Acresceu o cumprimento de certas regras lançadas aquando do primeiro decreto que passaram a reger a atividade do setor da imprensa. A partir de então, os jornalistas só podiam escrever sobre assuntos que não fossem incómodos para a censura e para as figuras do Estado:

“(…) primeira regra é de uma enorme ambiguidade, estipulando deverem «ser cortadas pela censura todas as notícias, artigos e comunicados que se refiram a movimentos qualquer que seja a sua característica, notícias que possam ser consideradas alarmantes e insultos aos membros do Governo e funcionários desempenhando altos cargos». A segunda regra determinava em algumas alíneas o modo como a censura deveria ser executada, sendo permitido aos jornais (...) inserir as palavras seguintes: «Este número foi visado pela Comissão de Censura (...)» Todos «os assuntos que contenham matéria política e noticiário de acontecimentos que se refiram à ordem pública» teriam de passar pelo crivo da censura só ficando «dispensado de remessa à censura todo o noticiário vulgar, como, por exemplo, notícias do estrangeiro, ecos da sociedade, anúncios, falecimentos e artigos doutrinários» que não colidiam com o disposto anteriormente” (Gomes, 2006, p. 25).

2.2.3. Afirmação dos Serviços de Censura: a reforma de 1928

A 18 de outubro de 1927, a censura passou a estar dependente do Ministério do Interior. Surge um novo órgão, a DGSCI, dirigido pelo coronel Prata Dias, nomeado como presidente a 22 de setembro de 1928. Em setembro de 1928, são afixadas as novas normas que passaram a reger os serviços de comissões de censura e a 30 de setembro, um novo documento passou a regular os trabalhos da atividade censória – Instruções Gerais que regulam os Serviços de Censura à Imprensa (Gomes, 2006, p. 27).

Este novo documento pretendia impedir que o setor do jornalismo, nomeadamente, a imprensa fosse utilizada contra o Governo e fosse, ao mesmo tempo, um pilar auxiliar na reconstrução do país e das suas gentes.

⁵ Citado por (Gomes, 2006) in O Mundo, 5 de Agosto de 1926.

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

“A Censura foi instituída pelo Governo da ditadura Militar com o fim de evitar que seja utilizada a Imprensa como arma política contra a realização do seu programa de reconstrução nacional, contra as instituições republicanas e contra o bem-estar da Nação”⁶ (Azevedo, 1999, p. 382).

Com esta reforma todas as publicações ficaram sujeitas à censura, com especial atenção as que versassem assuntos de ordem política ou de interesse público. Outras agravantes que se impuseram com este novo regulamento foi a imprensa ver-se com a função de arma propagandística do regime e não como difusora de informação e a censura ser vista como um mal menor para a reconstrução da moral e dos bons costumes. O mesmo documento também ressaltava a ideia de que o ato de cortar um texto jornalístico não era um ato que pretendia punir os jornalistas pelo seu trabalho, mas auxiliá-los a não abordarem temas suscetíveis de alarmar o público. Os jornais podiam contestar estas medidas, mas sujeitavam-se ao corte e, no pior dos casos, à suspensão indeterminada (Azevedo, 1999, pp. 383-384).

“Atente-se agora neste pormenor, fixado no ponto 7º, que de algum modo revela o cinismo da Censura na sua relação com a Imprensa: «A aceitação, por parte do jornal, de tais indicações é facultativa, sendo-lhe reconhecido, portanto, o direito de opção pelo mal maior: o corte extensivo...»⁷” (Azevedo, 1999, p. 384).

Além dos deveres, a imprensa também passou a ter proibições associadas: a proibição de mal dizer de figuras diretamente relacionadas com o Estado português, bem como figuras de Estado internacionais; os jornais estavam proibidos de abordarem assuntos que alarmassem a opinião pública, desde política, crimes, até criticar as decisões tomadas pelo Governo; deixar espaços em branco nos jornais, pois era uma forma de o público saber que o jornal tinha sido censurado, bem como fazer referência à censura; doutrinas como Comunismo ou Democracia também não podiam ser assunto e certo tipo de anúncios também não eram permitidos, sobretudo se envolvessem bruxas, astrólogos ou videntes (Azevedo, 1999, p. 387).

A 26 de dezembro de 1928, foi divulgado o Regulamento dos Serviços da Censura à Imprensa de Província que restringiu o exercício de censura aos locais onde existisse guarnição militar. Ou seja, o regulamento estipulou que onde existisse um corpo de forças militares fossem dissolvidas as comissões de censura em atividade nas províncias e estipulou que a nomeação de novos censores passasse a ser feita pelo ministério do Interior e estes deveriam ter no seu curriculum a componente militar. Verificou-se o nascimento de Delegações de Censura compostas por um ou mais censores, à exceção das províncias com mais de 10 publicações, como refere o autor

⁶ Citado por (Azevedo, 1999, p. 382) in Instruções Gerais, 1928.

⁷ Citado por (Azevedo, 1999, p. 384) in Instruções Gerais, 1928.

Joaquim Cardoso Gomes. Outra das reformas de que a atividade censória foi alvo neste período foi a diminuição de efetivos muito por conta da limitação de custos que Salazar encetou como ministro das Finanças.

“(…) um desejo manifestado desde 1926 de uniformização da actividade censória, facilitada pela diminuição dos intervenientes (...), tornada desejável pela evolução da situação política e uma diminuição de custos estimulada pela contenção orçamental posta em marcha com a chegada à pasta das Finanças do professor de Coimbra, em 27 de abril 1928” (Gomes, 2006, p. 28).

Quanto à distribuição geográfica da censura nas províncias, o autor afirma que “(...) a censura passou a funcionar em localidades com guarnição militar, num total de 45 cidades e vilas do continente (...)” (Gomes, 2006, p. 28).

A 16 de maio de 1929 foi divulgado um novo documento, a Circular nº 53, que colocou novas regras à censura da imprensa de província, mas minimizou os prejuízos dos jornais das províncias, pois decretou que as provas dos jornais das localidades mais afastadas deveriam ser entregues com devida urgência, para que a publicação do jornal não fosse afetada, os temas e assuntos que não fossem considerados censuráveis estavam dispensados de ir aos Serviços de Censura. Foi determinado a isenção do envio da prova de página para a censura. Este documento também sugeriu que os censores que ao revisarem os jornais consultassem as autoridades locais relativamente a assuntos da política local, para que assim a autoridade destes não fosse colocada em causa (Gomes, 2006, p. 29).

2.3. O Estado Novo e a afirmação da Censura

2.3.1. Introdução ao novo regime

O Estado Novo de António de Oliveira Salazar deriva dos fundamentos do Fascismo do ditador italiano Benito Mussolini, pois ambos os regimes partilhavam entre si diversos aspetos, nomeadamente, jurídica, corporativa e política. O regime ditatorial português traçou desde cedo o seu próprio caminho. Salazar viria a unir esforços com as forças conservadoras detentoras de poder, nomeadamente, as de carácter político, militar e religioso, que acabaram coagidas pela ideologia totalitária que se espalhou pelo continente europeu no século XX (Azevedo, 1999). De tal forma que a consumação do Golpe Militar de 28 de maio de 1926 se deveu à vigência extremada do nacionalismo português, provocado pelo anticlericalismo radical da I República.

“(…) os fundamentos ideológicos do 28 de Maio eram na sua essencialidade os do nacionalismo português da época – fortemente exacerbados pelo anticlericalismo radical da I República –, cujos princípios entroncavam, sobretudo, no pensamento conservador e reacionário português do século XIX e princípios do século XX, assim como na doutrina social da Igreja” (Azevedo, 1999, p. 36).

Mas quem era António de Oliveira Salazar antes de chegar a Ministro das Finanças e, por conseguinte, a Presidente do Conselho de Ministros? Antes de chegar ao governo, Salazar levou uma vida simples, mas de causas, nomeadamente, o nacionalismo integral de Charles Maurras, o combate ao anticlericalismo da I República e ao Liberalismo. Em 1910 quando deixa o Seminário de Viseu e muda-se para Coimbra para frequentar o curso de Direito. Sete anos depois, torna-se professor catedrático de Economia Política e Finanças na Universidade de Coimbra. Mais tarde, entre 1919 e 1925, Salazar ter-se-á dedicado à política e a escrever para diversos jornais. Quando se deu o Golpe Militar de 28 de maio de 1926 foi convidado a assumir a Pasta das Finanças, mas ocupou o cargo por pouco tempo, devido ao afastamento de Gomes da Costa. Quando se forma o segundo governo da Ditadura Militar foi novamente convidado para o cargo, mas voltou a exercê-lo por pouco tempo, pois discordava da gestão. A 27 de abril de 1928 foi convidado, novamente, para ministro das Finanças e daí até assumir o controlo do governo demorou quatro anos (Gonçalves, 2012).

Foi num limbo de comando com mão de ferro, obediência, terror e auxiliado pela censura, que o novo chefe do governo construiu à sua imagem a nova sociedade portuguesa, onde imperava a ordem e a submissão. Os obedientes ao regime tornaram-se marionetes na sua teia de mentiras, incapazes de refletirem por si mesmos e atrasados intelectualmente; os opositores ao regime, eram perseguidos pela polícia política e quando capturados esperava-os o desterro nas prisões políticas e a tortura.

“Construiu o estatuto de chefe obedecido pela cegueira que impôs aos dominados, a ele submetidos pela repressão e pela propaganda. O messianismo de Salazar foi construído pela propaganda e a obediência era-lhe devida pelo terror e pela quebra de laços de solidariedade social. Os que resistiam eram subjugados pela tortura e a prisão, enquanto os obedientes eram recompensados através de uma disseminada e vasta rede assente no nepotismo e clientelismo. Mas a maioria entregava-se apenas ao temor de retaliações presentes ou futuras” (Gonçalves, 2012, p. 94).

2.3.2. Estado Novo e a sua ideologia

O novo regime, além de ter alicerces no fascismo italiano e do apoio da Igreja Católica, também se apoiou nos princípios do integralismo lusitano⁸, que com o tempo viria a evoluir para o nacionalismo, um dos princípios basilares de qualquer regime ditatorial. O regime de Oliveira Salazar foi nacionalista, no sentido em que elevou a Nação portuguesa pelos feitos heroicos do passado, nomeadamente, a época dos Descobrimentos que terá convergido no Império Ultramarino português (Barata, 2021).

⁸ Doutrina política que defendia o regresso da monarquia nacionalista, antiparlamentarista e antirrepublicana, onde o Rei assumira o papel de Chefe do governo, concentrando na sua pessoa todos os poderes (Porto Editora – Integralismo Lusitano na Infopédia, 2024).

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

“Os seus discursos estão impregnados de exaltações à pátria, à nação, à alma portuguesa. Num apelo a que recorre com constância para celebrar o passado longínquo. Glorifica os vultos e os heróis da pátria, desde a fundação da nacionalidade até à fundação do império” (Gonçalves, 2012, p. 92).

Podemos também identificar outros ideais importantes para o Salazarismo dentre os quais: o tradicionalismo, o corporativismo e autoritarismo, que terá convergido na nação portuguesa daquele tempo tornando-a antidemocrática, antiparlamentar e anticomunista e o colonialismo.

Quanto ao tradicionalismo, que surge na mesma ótica do nacionalismo, mas com o propósito de defender certas ideias tradicionais, nomeadamente, o lema «Deus, Pátria e Família», a obediência da mulher ao marido/chefe de família. “Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; (...) não discutimos a família e a sua moral⁹” (Azevedo, 1999, p. 43).

O anticomunismo e o corporativismo pretendiam acabar com a luta de classes entre patrões e operários, pois no entender de Salazar era a figura do Estado que mediava tais relações. “(...) a associação profissional como a alternativa ao ‘velho aspecto familiar’ das ‘relações do operário e do patrão’, que são compensadas pelo estabelecimento de ‘relações na base do sindicato com a empresa’¹⁰” (Gonçalves, 2012, p. 96).

Já o autoritarismo e o antiparlamentarismo surgem no seguimento um do outro, pois numa sociedade que não é livre não existe opção de escolha ao nível político. Quando Salazar chegou ao poder concentrou na sua pessoa todos os poderes do Estado. “Não há Estado forte onde o governo o não é¹¹” (Azevedo, 1999, p. 42). O Estado Novo recusava eleições livres e o direito de voto, pois os indivíduos eram todos iguais perante a lei, mas não tinham todos os mesmos direitos. “Não creio no sufrágio universal, porque o voto individual não tem em conta a diferenciação humana. Não creio na igualdade, mas na hierarquia¹²” (Azevedo, 1999, p. 42). Também recusava a existência de partidos políticos pelo ditador temer o deteriorar do poder do regime o. “O espírito do partido corrompe ou desvirtua o poder, deforma a visão das soluções, sobrepõe-se ao interesse nacional, dificulta, senão impede completamente, a utilização dos valores nacionais para o bem comum¹³” (Azevedo, 1999, p. 42).

Era fulcral que a sociedade portuguesa assimilasse os valores do regime para que se afastasse dos ideais tidos como nocivos pelo Estado Novo como o pensamento crítico e a liberdade. Contudo, para isso era necessário ter a validação do povo, algo que também

⁹ Salazar, citado por (Azevedo, 1999, p. 43).

¹⁰ Salazar citado por (Gonçalves, 2012, p. 96).

¹¹ Salazar citado por (Azevedo, 1999, p. 42).

¹² Salazar citado por (Azevedo, 1999, p. 42).

¹³ Citado por (Azevedo, 1999, p. 42) in Salazar, Discursos, Vol. VI, p. 41.

o ditador português almejou rapidamente com o auxílio da máquina censória e propagandística do regime. Além disto, outro elemento que ajudou Salazar na propagação dos seus ideais foi deter o poderio dos meios de comunicação social, pois “(...) tinham o papel importantíssimo de mediar (...) a relação entre estado e cidadãos, o que de certa forma significava serem o instrumento de formação mental do regime” (Quaresma, 2014, p. 3).

“A ideia era que a sociedade se mantivesse estável, ordenada, e que se concentrasse na realização da imensa obra que era a criação de uma pátria, e ao mesmo tempo se afastasse de ‘ideais nocivos’ como a democracia e a liberdade. (...) Salazar considerava que era fulcral que as pessoas aprendessem ‘valores dignos’, que aprendessem os valores do Estado.” (Quaresma, 2014, p. 2).

2.3.3. Instituições do Estado Novo

Como sabemos, a sustentação do Estado Novo deveu-se a três pilares fundamentais: a polícia política, a propaganda e a censura, sendo esta última, a pedra basilar do regime e que suprimiu a liberdade em todas as vertentes e condicionou o desenvolvimento do país e a mentalidade da sociedade portuguesa. De tal forma que nada «via a luz do dia» se não tivesse o aval dos Serviços de Censura.

“Censura (...) grande instrumento de sustentação e defesa do regime salazarista – grande, entre os maiores a par do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN/SNI), da polícia política (PIDE/DGS), da Legião Portuguesa e do Exército. A Censura constituiu, na verdade, uma peça central da estrutura orgânica do Estado Novo, do seu aparelho repressivo, propagandístico e de enquadramento político-ideológico da população (...) (Azevedo, 1999, p. 13).

Antes de percebermos como funciona a máquina de sustentação do Salazarismo importa entender a elevada carga de poder que Oliveira Salazar passou a deter depois de assumir o cargo de Presidente do Conselho de Ministros. Uma das razões prende-se com a Constituição de 1933, que fez do ditador a peça central do poder político. Ou seja, qualquer decisão a ser tomada teria de passar pelo Presidente do Conselho de Ministros, mesmo que a decisão coubesse ao Presidente da República. Isso acontecia na nomeação de ministros, que apesar de serem nomeados e eleitos pelo Presidente da República, eram propostos por Salazar; a renúncia a cargos também passava pela mão do ditador e no que tocava às contas públicas também eram referenciadas ao ministro das Finanças (Salazar). Apesar de o Presidente da República, em termos constitucionais ser o chefe de Estado, os poderes que lhe foram concedidos não lhe permitiam governar, fazendo dele uma mera peça no «jogo» de Salazar. Aos poderes assistidos ao Presidente da República cabia-lhe nomear ou demitir o Presidente do Conselho e restantes ministros, publicar leis e demais decretos e convocar ou dissolver a Assembleia (Azevedo, 1999, pp. 58-59).

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

“(...) o centro real, efectivo, concreto de decisão do poder político, mesmo à luz da Constituição de 1933, era – ainda que de forma híbrida –, o Presidente do Conselho. (...) o facto de o regime se ter identificado com a figura de Salazar, e de concentrar em si todos os principais meios de direcção e de fiscalização do regime” (Azevedo, 1999, pp. 59-60).

Outra razão que poderá explicar o elevado poderio de Salazar foi a aproximação deste e do General Óscar Carmona, que ditou a realização de um compromisso entre o regime e as Forças Armadas.

“Entre Carmona e Salazar manifestou-se sempre uma perfeita identificação de pensamento sobre os rumos a seguir pela ditadura, tendo sido a convite do general Óscar Carmona que Oliveira Salazar chegou à chefia do Governo. Estes homens, Carmona e Salazar, corporizariam, durante duas décadas, o compromisso entre as Forças Armadas e o Estado Novo” (Azevedo, 1999, p. 61).

É nos meandros desta relação entre o regime e as Forças Armadas, que o ditador foi ganhando a confiança do setor, para em maio de 1935 reestruturar as Forças Armadas, mas que tinham como finalidade dar-lhe poder dentro dos organismos de defesa. Da reestruturação de 1935 saíram diversas medidas dentre as quais, a criação do Conselho Superior de Defesa Nacional ou o Conselho Superior de Direcção da Guerra, onde o ditador tinha um papel preponderante e dependiam do seu parecer (Azevedo, 1999, p. 62).

A necessidade de controlo e de poder era tanta que Oliveira Salazar além de ser Chefe do Governo, também se designou responsável por diversas instituições estatais, nomeadamente, a PIDE, o SPN, os Serviços de Censura, a EN entre outras (Azevedo, 1999, pp. 63-64).

O Salazarismo apoiou-se em três pilares fulcrais para fazer valer as suas ideias, de tal forma que o sistema censório – que atuava nas mais variadas áreas desde a vida pública à política, passando pela vida artística e intelectual – só deixa passar as ideias convenientes ao regime. Só com um aparelho censório forte e vigilante é que Oliveira Salazar poderia atingir o seu propósito: criar uma ordem social à sua imagem (Barata, 2021, p. 20).

“O conjunto de relações de interdependência foi edificado ao longo de toda a vigência do regime e alicerçava-se em três pilares: polícias (PVDE, PIDE, DGS, PSP e órgãos administrativos), propaganda (SNP, SNI, SEIT e organismos regionais) e censura (autocensura, censura prévia e censura repressiva) – os quais eram tutelados por uma única autoridade, o Presidente do Conselho de Ministros” (César, 2018, p. 2)

2.3.4. Os pilares do Salazarismo

2.3.4.1. A Polícia Política: PVDE/PIDE

Dentro do departamento da polícia política do regime, destacamos aquela que começou por ser a PVDE criada em setembro de 1933. A 22 de setembro de 1945 passou a designar-se PIDE e a ser coordenada pelo Ministério do Interior. O trabalho da polícia política era perseguir os opositores do regime e apreender tudo o que pudesse colocar em causa os ideais do regime. “(...) tinha como objetivo principal calar as vozes opositoras do regime, executando uma prevenção e repressão dos crimes contra a segurança do Estado” (Barata, 2021, p. 20). Daí a necessidade de a PIDE ter sofrido tamanha evolução ao longo dos anos, como auffer o autor Cândido de Azevedo.

“A polícia política do Estado Novo, a PIDE/DGS (...) sofreu uma considerável evolução ao longo dos anos, no sentido de um crescente aperfeiçoamento nos campos de organização, da formação do pessoal, dos recursos técnicos-humanos, dos métodos de trabalho, da investigação científica e, até, dos poderes que se foram progressivamente alargando” (Azevedo, 1999, p. 305).

Apesar de todo o apetrecho e desenvolvimento de competências, tanto da organização como dos seus colaboradores, a PIDE na maioria das vezes não agia sozinha. “A Censura e a PIDE constituíram, na verdade, dois órgãos fundamentais do aparelho de repressão salazarista, que operavam conjuntamente, sempre que necessário, e que mutuamente se protegiam (Azevedo, 1999, p. 311)”. De tal forma que Manuel da Fonseca, citado por Cândido de Azevedo, afirma que o trabalho conjunto entre estas duas organizações tinha um propósito comum, apesar de cada uma ter a sua função dentro do regime.

“(...) a Censura e a Pide. Herdeiros de que daqueles mestres (os inquiridores do Santo Ofício), usaram-lhe os mesmos métodos. Um, censura todas as formas da livre expressão de pensamento. O outro, apreende todas as obras nascidas de livre expressão de pensamento. E os dois, desde a metrópole até às ilhas do Atlântico, às colónias da África e da Ásia, exercem infatigavelmente a repressão. A Censura procurando reduzir o jornalismo, a literatura e todas as formas de arte (...). A Pide, por essas mesmas vastas terras, interroga, tortura, mata¹⁴” (Azevedo, 1999, p. 307).

Além disto, a PIDE também era responsável por interrogar suspeitos, ordenar os processos dos presos políticos e utilizava a violência física e psicológica para que os suspeitos confessassem os crimes de que eram acusados. Se manter a segurança do Estado e os seus ideais era um propósito para PIDE, manter as pessoas afetadas ao PCP sob vigilância era outro objetivo a cumprir (Barata, 2021, pp. 20-21).

¹⁴ Manuel da Fonseca, *Cerromaior*, Ed. Caminho, 5^a. ed., Lisboa, 1982.

2.3.4.2. A Propaganda: SPN/SNI

O segundo pilar que serviu de sustento à ditadura de Salazar foi a propaganda, também designada por SPN, criado em 1933. Os pilares fulcrais ao regime trabalharam muitas vezes em conjunto para fazer valer os ideais do seu ditador – como foi o caso do complô entre a censura e a propaganda, ou mesmo entre a polícia política e a censura, ou ainda a tríplice aliança entre estas três instituições. Orlando César refere que enquanto a propaganda influenciava a mente dos portugueses, a censura encarregava-se que os ideais do ditador fossem colocados em prática.

“A propaganda e a censura constituíam com as forças de polícia um triângulo de recursos de poder concentrados em Salazar. Asseguravam a reputação do poder, o controlo da informação e a repressão. (...) Os três elementos do triângulo garantiam que se concretizasse a vontade de Salazar, mas também impediam que se concretizasse a vontade daqueles que se opunham à ditadura. Propaganda e censura completam-se e reforçam os objectivos. A primeira influencia a compreensão dos factos para orientar a acção das pessoas, enquanto a segunda impede que os factos sejam conhecidos. A primeira induz informação manipulada e a segunda obsta ao conhecimento da verdadeira informação” (Gonçalves, 2012, p. 111).

Como referiu o autor Orlando César anteriormente, a propaganda influenciava a mente dos cidadãos para que desta forma, os ideais do regime fossem aceites e colocados em prática sem levantar muito questionamentos. Assim, surge o SPN como órgão promotor da propaganda do regime e, a partir deste, surgem outras instituições que atuavam em diversas áreas da sociedade desde a educação à política e defesa do Estado, passando pelas colónias, a arte e comunicação.

“(...) aparelho central de fiscalização e censura de todas as formas de expressão que assumissem carácter público, independentemente da sua natureza: jornalística, literária ou artística; como instrumentos de manipulação da informação; como órgão de direcção da propaganda do regime, internamente e no exterior; como aparelho centralizador, coordenador e dinamizador da acção de divulgação dos valores políticos, ideológicos e culturais do Estado Novo; e como agente interventor e mediador do regime junto dos artistas e dos intelectuais” (Azevedo, 1999, p. 151).

O SPN serviu de publicitário ao regime no seio da população e trabalhava em conjunto com os demais organismos, com o objetivo de reformar a tradição e a sociedade portuguesa:

“Foi o SPN que coordenou e alimentou a imprensa do regime, que dirigiu os serviços de censura, que organizou as encenações de massas que periodicamente eram transportadas para a capital, e que alimentou as festividades viradas para as classes populares em estreita associação com o aparelho corporativo. Como se não chegasse, assegurou ainda múltiplas actividades mais viradas para as elites e ainda dinamizou as relações culturais com o estrangeiro. (...) O projecto cultural do salazarismo procurou, como outros de regimes semelhantes, uma “restauração sistemática dos valores da Tradição”” (Pinto, 2007, p. 38).

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

Na década de 1930, os regimes ditatoriais perceberam que se quisessem perpetuar as suas ideias no seio da sociedade sem reivindicações extravasadas, teriam de usar a publicidade e a comunicação a seu favor. O Estado Novo também percebeu isso e utilizou estes mecanismos a favor da doutrina, criando o SPN, responsável por manietar a mente dos indivíduos à propaganda – divulgada através dos *media* – e administrar a informação divulgada pelo Estado tanto a nível interno como externamente (Azevedo, 1999, p. 152).

“Ao Secretariado incumbe a direcção e superintendência da Propaganda Nacional interna e externa, competindo-lhe, como órgão central dos serviços de propaganda, coordenar toda a informação relativa à acção dos diferentes Ministérios, de modo que, pela sua organização sistemática e oportuna, possa evidenciar-se, no País e no estrangeiro, o espírito de unidade que preside à obra realizada e a realizar pelo Estado Português” (Azevedo, 1999, p. 155).

A administrar o SPN ficou António Ferro, mas nada era aprovado se não passasse pelo ditador, isto porque como afirma Cândido de Azevedo, Salazar era o chefe incontestado do regime. O mesmo autor diz que tudo o que dissesse respeito a assuntos doutrinários, políticos, enquadramento da sociedade na ideologia e objetivos a atingir pelo regime, bem como a disposição dos membros do Governo teria de passar pelo chefe do Governo (Azevedo, 1999, p. 56).

“(…) nada se fazia, quer a nível das grandes linhas de rumo político e doutrinário, quer a nível do enquadramento político-organizativo da juventude e dos vários extractos socioprofissionais da população, e dos meios para os atingir, que não passasse pelas mãos ou pela decisão final do Presidente do Conselho, de Salazar. (...) Salazar (...) era aceite (...) como dirigente máximo, nacional, incontestado, do Estado Novo” (Azevedo, 1999, pp. 56-57).

A par do tamanho poder que Oliveira Salazar detinha no Governo, bem como dentro no SPN, podemos afirmar que a instituição responsável pela propaganda do regime acabava por ter poder dentro do próprio regime, isto porque as instituições que estavam à sua guarda estavam obrigadas a prestar-lhe qualquer tipo de informação da sua área de intervenção.

“(…) a acção do SPN foi a subordinação, (...) de todas as repartições e serviços do Estado, corpos e corporações administrativas ao Secretariado da Propaganda Nacional. Aqueles organismos do Estado ficaram obrigados a prestar as informações que o SPN lhes pedisse e, também, a enviar-lhe todas as publicações, oficiais ou oficiosas, e ainda a facultar todos os meios que o SPN entendesse impensáveis à realização dos seus fins” (Azevedo, 1999, pp. 155-156).

O SPN encontrava-se dividido em duas secções: a interna, responsável pela propaganda e divulgação da mesma a nível nacional, através dos *media* e estava também incumbida de erradicar qualquer ideia nefasta ao ideário do regime; já a secção externa, preocupava-se em divulgar a ideologia do regime fora de portas, bem como auxiliar os

meios propagandísticos estrangeiros, nomeadamente, os que estavam presentes nas colónias portuguesas, sem esquecer de divulgar o melhor do país e do Império Ultramarino como explica a seguir o autor Cândido de Azevedo:

“Competia essencialmente à secção interna: (...) organizar um serviços de informação da acção desenvolvida pelos diferentes serviços públicos na parte que interesse à Propaganda Nacional; (...) organizar manifestações nacionais e festas publicas com o intuito educativo ou de propaganda; combater por todos os meios ao seu alcance a penetração no nosso País de quaisquer ideias perturbadoras e dissolventes da unidade e interesse nacional; (...) utilizar a radiofusão, o cinema e o teatro como meios indispensáveis à sua acção. Competia fundamentalmente à secção externa: colaborar com todos os organismos portugueses de propaganda existentes no estrangeiro; (...) elucidar a opinião internacional sobre a nossa acção civilizadora e de modo especial sobre a acção exercida nas colónias e o progresso do nosso Império Ultramarino (...)”¹⁵ (Azevedo, 1999, pp. 156-157).

Orlando César, com base nas autoras Helena Janeiro e Isabel Silva, afirma que a propaganda era o ponto fulcral para a construção da imagem do ditador, alguém consciente dos problemas do país, mas ao mesmo tempo distante dos seus súbditos. Contudo, foi essa distância entre o ditador e o povo que lhe deu tamanha autoridade e, por conseguinte, garantiu que o regime vigorasse por décadas.

“A propaganda construiu a imagem de Salazar, edificou a representação do regime, impôs a ideologia e a coerção, moldou a agenda dos media e fabricou o consentimento. Foi o aparelho que assegurou a reprodução da obra do ditador. (...) a propaganda oficial no período de vigência de António Ferro, constatam que «é enquanto político» que a imagem de Salazar é composta, sempre associada à realização da obra¹⁶. (...) Salazar é mostrado como o filho do povo, que afirmou ser próximo na compreensão da vida e dos problemas, na identificação partilhada de valores e referências. Mas é também o chefe distante, absorvido pelos múltiplos trabalhos e obras. Essa distância emana do poder, mas também confere a autoridade de um pai que quer ser obedecido” (Gonçalves, 2012, pp. 103-104).

Como sabemos no Estado Novo existiram um conjunto de instituições criadas com o intuito de fazer prevalecer as ideias do regime, no entanto algumas delas respondiam perante o Secretariado de Propaganda Nacional. As quais destacamos a seguir: a FNAT, o partido do regime UN, a PIDE, a JNE, a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, a OMEN e a Agência Geral das Colónias.

Para uma melhor compreensão analisaremos cada uma das anteriores organizações de acordo com o Ministério onde estavam inseridas. No Ministério da Educação Nacional

¹⁵ Citado por (Azevedo, 1999, pp. 156-157) in Dec.-Lei nº 23 054, de 25-9-1933, art. 11º e parág. único desse artigo.

¹⁶ Citado por (Gonçalves, 2012, p. 103) in A imagem de Salazar nos cartazes de propaganda política oficial (1933-1949), revista Vértice, nº 13, Abril de 1989, pp. 63-69.

encontravam-se a JNE, a Mocidade Portuguesa e OMEN. No Ministério do Interior e da Guerra encontravam-se a Legião Portuguesa, a PIDE e os Serviços de Censura (abordado mais à frente, como terceiro pilar do regime). No departamento político encontramos o partido que deu o mote ao regime a UN. Responsável pela propaganda nas colónias encontramos a Agência Geral das Colónias.

Também o Ministério da Educação Nacional, primeiramente designado de Ministério da Instrução Pública, foi um dos grandes disseminadores do regime, pois procurava educar os jovens portugueses segundo os ideais do regime, antes mesmo dos pais (Azevedo, 1999, p. 273). “(...) o Ministério da Educação Nacional procurou, inclusivamente, sobrepor-se às famílias na tarefa da educação dos jovens, transformando-se de facto num grande aparelho de instrumentalização e de enquadramento político-ideológico da juventude portuguesa” (Azevedo, 1999, p. 273).

A 14 de outubro de 1936, o Governo reformou o ensino e a partir desse momento o ato de ensinar não se limitava à escola, mas também passaria a envolver a família e o Estado, para que desta forma, os estudantes fortalecessem três componentes essenciais ao regime: a moral, a intelectualidade e o físico. Para Salazar a «sua sociedade» teria de ter presentes diversos aspetos dentre os quais: a devoção ao ditador, à Pátria e à família, noção de dever, no que tocava à questão militar, bem como a disciplina e respeitar os valores do regime. Para construir a «sociedade idílica» era necessário ter um ensino específico, no qual a Mocidade Portuguesa teve um papel importante.

“«O ensino liceal integrava-se na missão educativa da Família e do Estado para o desenvolvimento harmónico da personalidade moral, intelectual e física dos Portugueses (...)»¹⁷ cooperação da organização da Mocidade Portuguesa com todos os estabelecimentos oficiais e particulares do ensino liceal «no que respeita ao desenvolvimento da capacidade física, à formação do carácter e à devoção à Pátria, no sentido da ordem, no gosto da disciplina e no culto ao dever militar»¹⁸” (Azevedo, 1999, p. 275).

Assim, podemos concluir que o propósito de Salazar foi submeter o ensino aos ideais do regime para conseguir mentes manipuláveis à sua causa desde tenra idade, como refere o autor Cândido de Azevedo: “Ou seja, com aquela reforma o regime mais não visou do que subordinação completa do ensino ao objectivo salazarista do enquadramento político-ideológico da juventude, por forma a criar as *formas de mentalidade adaptadas ao Poder* (...)” (Azevedo, 1999, p. 275). Nesta compenetração da mente e da moral da sociedade portuguesa passámos a ter jovens que aceitavam tudo o que lhes diziam como sendo a única verdade.

“«Obedece e saberás mandar»; «Na família, o chefe é o Pai; na escola, o chefe é o mestre; no Estado, o chefe é o governo»; «Mandar não é escravizar: é dirigir. Quanto mais fácil for a

¹⁷ Citado por (Azevedo, 1999, p. 275) in Decreto-Lei nº 27 084, de 14 de outubro de 1936.

¹⁸ Citado por (Azevedo, 1999, p. 275) in Decreto-Lei nº 27 084, de 14 de outubro de 1936.

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

obediência, mais suave é o mando»; «A tua Pátria é a mais linda de todas as Pátrias: merece todos os sacrifícios»; «Se soubesses o que custa mandar, gostarias mais de obedecer toda a vida» (Azevedo, 1999, p. 278).

A JNE foi criada a 11 de abril de 1936 e estava encarregue de administrar o ensino português, pois era responsável pelos programas, pelas reformas no setor e pela seleção dos docentes. Também dirigia e fiscalizava o que era feito ao nível das artes e também dava a conhecer o que era feito em Portugal no estrangeiro ao nível deste setor (Azevedo, 1999, pp. 280-281). “(...) o regime concebeu e instituiu a Junta Nacional da Educação (JNE) como instrumento devidamente articulado de formação e condicionamento de mentalidades, de controlo ideológico e de enquadramento político da juventude (...)” (Azevedo, 1999, p. 280).

Juntamente com a JNE foi criado o CPAE, sendo que este foi criado para fazer cumprir os propósitos do setor da educação. “O Conselho Permanente da Acção Educativa tinha por fim assegurar, «através da hierarquia, a unidade e continuidade da acção do Ministério da Educação Nacional», pertencendo-lhe também uma função de consulta” (Azevedo, 1999, p. 287). Assim, cabia ao CPAE incentivar os organismos do ensino, bem como promover e colocar em prática os ideais do regime: uma sociedade que valorizava o seu Chefe e a sua Pátria.

“O CPAE exercia, pois, nesta área uma influência assinalável, competindo-lhe, nomeadamente, «estimular constantemente em todos os organismos educativos (...) o culto das tradições pátrias, o sentido nacional da educação e o espírito corporativista da Revolução Portuguesa, para que, com o mesmo ritmo, todos cooperem na realização do novo renascimento»” (Azevedo, 1999, p. 287).

Outra organização responsável pela propaganda ao nível do ensino era a MP, criada a 19 de maio de 1936 e que se encontrava dividida em duas secções: feminina e masculina. Esta organização propagandística foi criada tendo por base as organizações dos regimes ditatoriais da Alemanha e de Itália, onde o seu símbolo de identificação era a saudação – o braço estendido em frente à altura do ombro (Azevedo, 1999, pp. 288-289). A MP tinha como propósito de incutir nos mais novos os ideais do Salazarismo para “(...) estimular a «sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar»” (Azevedo, 1999, p. 288).

Sendo a Mocidade Portuguesa uma organização criada a título de exemplo do que foi feito pelos regimes ditatoriais de Hitler e Mussolini, esta não deixou de ter as suas próprias regras e estrutura. A comandar a organização estavam duas entidades: o Comissário Nacional, onde era designado um civil pelo Ministério da Educação e pelo Presidente do Conselho, e o Comando da Milícia, composto por cadetes com mais de 17 anos que eram supervisionais por entidades do Exército e também eram eleitos por

Salazar. Da Mocidade Portuguesa Masculina pertenciam todos os rapazes entre os 7 e os 14 anos, independentemente de frequentarem a escola. Além destes, também faziam parte da instituição, os rapazes em idade de frequentar o primeiro ciclo até se alistarem no serviço militar. Mais do que uma organização que procurava formar e exercitar a mente e os corpos dos seus integrantes, a Mocidade Portuguesa procurava “(...) moldar-lhes as mentalidades, inculcando-lhes no espírito, por forma completamente acrítica, e ainda por cima numa fase decisiva do seu crescimento integral, os valores políticos e ideológicos do Estado Novo” (Azevedo, 1999, p. 292).

Quanto à MPF também criada pelo Ministério da Educação Nacional, mas a sua administração cabia à OMEN. O objetivo da MPF era educar as jovens portuguesas no sentido de serem futuras mulheres dedicadas a Deus, à Pátria e a Família. O que perfazia criar jovens sob preceitos tradicionalistas e que reduziram o seu papel na sociedade e nos restantes aspetos da sua vida desde o familiar, ao profissional e até na sua sexualidade (Azevedo, 1999, p. 294). “O regulamento da MPF fixava-lhe como objetivo: «estimular nas jovens portuguesas a formação do carácter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social, no amor de Deus, da Pátria e da Família»” (Azevedo, 1999, p. 294). Como acontecia na Mocidade Portuguesa Masculina, também a secção feminina abrangia todas as jovens em idade escolar até aos 17 anos e daí em diante até ingressarem no serviço social ou casarem.

Outra instituição criada sob a guarda do Ministério da Educação foi a OMEN, criada a 15 de agosto de 1936. Esta organização era administrada por uma junta central proposta pelo ministério e nomeada por Salazar. A OMEN tinha como objetivos promover a educação no âmbito familiar e escolar impondo certos princípios, nomeadamente, morais, usos e costumes tradicionais do país. Além disto, a OMEN também tinha a tarefa de administrar a secção feminina da Mocidade Portuguesa. Desta instituição faziam parte as esposas de dirigentes do regime e mulheres da alta sociedade (Azevedo, 1999, pp. 296-297).

No que ao Ministério do Interior e da Guerra diz respeito encontramos três organizações que além de propagandear o regime, também faziam com as ordens de Salazar fossem cumpridas: a PIDE, os Serviços de Censura e a Legião Portuguesa. Contudo, apenas nos iremos focar na Legião Portuguesa, uma vez que a polícia política já foi referida e os Serviços de Censura serão abordados a seguir. A Legião Portuguesa esta foi criada a 30 de setembro de 1936 e tinha como objetivo “(...) «organizar a resistência moral da Nação e cooperar na sua defesa contra os inimigos da Pátria e da ordem social»¹⁹” (Azevedo, 1999, p. 300). A sua atuação e organização estendia-se tanto

¹⁹ Citado por (Azevedo, 1999, p. 300) in Decreto-Lei nº 27085 de 30 de setembro de 1936.

a nível nacional como ao nível das colónias. Ao ingressarem na organização, os novos integrantes juravam honrar os ideias do regime: a devoção do Chefe e à Pátria e combater as forças nefastas ao regime como o comunismo (Azevedo, 1999, p. 303).

“Os legionários assumiam, sob juramento, um compromisso de acção política, cívica e moral, pelo qual se comprometiam, solenemente: a defender a Pátria e ordem social; a professar os princípios da renovação económica e social do Estado Corporativo; a afirmar «o seu respeito pelo património espiritual da Nação; a fé, a família, a moral cristã, a autoridade, a liberdade da terra portuguesa»; a repudiar e a combater, em todos os campos, «as doutrinas subversivas, nomeadamente, o comunismo e o anarquismo” (Azevedo, 1999, p. 303).

Da Legião Portuguesa faziam parte diversos serviços e organizações para combater as forças do mal como a democracia ou o comunismo, tais como: a Força Automóvel de Choque, a Brigada Naval ou os Serviços de Informação, entre outros. Também trabalhou em conjunto com a PIDE, o Exército e a PSP. Desempenhou um forte papel na manutenção da ordem e tranquilidade do país vigiando os opositores do regime, sobretudo os sindicalistas e democráticos. A par disto, desempenhou o seu papel como publicitária do regime através dos *media*. A Legião Portuguesa colaborou também com a censura, no sentido de apreender as obras e publicações proibidas pelo regime e perseguiu, juntamente com a PIDE, certas figuras da sociedade considerados «alvos a abater» pela sua posição contestatária ao regime (Azevedo, 1999, pp. 304-305).

No departamento político encontramos aquele que foi o partido único do regime: a UN, que também agiu na defesa da Pátria e do bem do país. “A União Nacional, que adotaria o lema: «Tudo pela Nação, nada contra a Nação», foi formalmente apresentada ao País em 30 de Julho de 1930 (...) como uma organização política e civil destinada a apoiar a Ditadura e «preparar o terreno para a futura normalidade constitucional»²⁰” (Azevedo, 1999, p. 119). Com tal lema o que o ditador pretendia era que os interesses dos indivíduos deveriam sucumbir perante os da Nação, pois estes eram mais importantes. “(...) Salazar apontava como princípio maior, a par da independência nacional, a legitimidade do Império Português. (...) Salazar deduzia um outro princípio fundamental: os indivíduos, tal como os interesses individuais e colectivos de natureza particular, deviam subordinar-se aos supremos objectivos da Nação (...)” (Azevedo, 1999, p. 121).

O autor Cândido de Azevedo afirma que a UN ajudou o ditador a reunir as ajudas necessárias para impor ao país um regime ditatorial (Azevedo, 1999, p. 120).

“(...) à União Nacional competia ajudar a ditadura a criar a «nova ordem de coisas», isto é, a construir o Estado Novo, papel que a UN desempenhou, sobretudo, nos anos da fundação e consolidação do Estado Novo (1930/1935). Por outro lado, Salazar imprimiu à União Nacional

²⁰ Citado por (Azevedo, 1999, p. 119), in Leopoldo Nunes, *ob. cit.*, p.180.

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

(...) um traço característico, profundo, que esta sempre manteria enquanto existiu: a sua ligação umbilical, política e organizativa, ao Chefe do Governo e ao regime” (Azevedo, 1999, pp. 124-125).

Salazar mudou de estratégia no que toca à propaganda, quando se tornou notório que os Aliados sairiam vencedores da Segunda Guerra Mundial. Assim, o SPN viria a ser extinto pela sua ligação aos regimes da Alemanha e de Itália – para lhe suceder um novo organismo mais neutro na ideologia, mas que por outro lado, apertou mais a vigilância no que era divulgado e feito no país – o SNI.

“Para suceder ao SPN foi então criado o Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). O grande objectivo deste novo organismo era o de melhorar a imagem do regime, imprimindo ao mesmo tempo maior operacionalidade e eficiência à informação e à propaganda do «Estado Novo», já na perspectiva da adaptação do regime às novas condições políticas do pós-guerra” (Azevedo, 1999, p. 170).

O organismo continuou a depender das vontades do Presidente do Conselho, mas passou a ter outro tipo de responsabilidades, além de propagandear o regime interna e externamente: “Um período que foi, também, de controlo ainda mais estrito da imprensa, da rádio, do cinema, do teatro e, de um modo geral, dos espetáculos. As actividades ligadas ao turismo passaram também, quase exclusivamente, para alçada do SNI (...)” (Azevedo, 1999, p. 171). Além das actividades lúdicas e turísticas, o jornalismo, nomeadamente, a imprensa e a rádio, passaram a estar sob a alçada do SNI, bem como o setor da cultura com o propósito de salvaguardar as tradições. Em 1944 passou a designar-se oficialmente de SNI e, por conseguinte, a integrar novos serviços como a Inspeção de Espetáculos, que se comprometia a censurar e a fiscalizar os espetáculos: cedência de autorizações para a sua realização e zelar pelo cumprimento da decência e promoção das tradições nacionais (Azevedo, 1999, pp. 172-173).

Ser jornalista durante o Estado Novo teve os seus impedimentos, que depois da criação deste novo secretariado tornou a execução desta profissão difícil, perante tanta burocracia. O SNI em matérias de informação era responsável por divulgar o que acontecia no país, bem como a sua promoção e defesa do regime (Azevedo, 1999, p. 174), como quem diz:

“Em matéria de informação, competia, fundamentalmente, ao Secretariado «promover no País e no estrangeiro a divulgação e a exacta compreensão dos factos mais importantes da vida portuguesa, assegurando ao mesmo tempo a defesa da opinião pública contra tudo o que possa desviá-la do sentido da verdade, da justiça e do bem comum»” (Azevedo, 1999, p. 174).

Ainda no que toca ao jornalismo, mais concretamente à vinda de jornalistas e de órgãos de comunicação estrangeiros a Portugal esta só era autorizada pelo SNI. Se hoje a carteira de jornalista, documento que atesta que um indivíduo exerce a profissão é

passada pela CCPJ, que se certifica que os deveres da profissão são cumpridos. No Estado Novo a entidade que passava este documento era o SNI que determinava em conjunto com o Ministério do Interior “(...) a facilidades de entrada e saída do País de jornalistas, escritores e outros intelectuais portugueses ou estrangeiros” (Azevedo, 1999, p. 174). Vale acrescentar que estes profissionais só poderiam sair do país em serviço na posse de um passaporte com o título de «missão especial», que era pedido pelo Ministério do Interior e concedido pela Inspeção-Geral dos Serviços de Emigração conforme a «integridade» profissional que o SNI tivesse do jornalista em questão (Azevedo, 1999, p. 174). O que nos leva a crer que a profissão e o sistema estavam viciados a favor da política, pois era a política que decidia se um profissional era ou não competente no seu trabalho. “Simplesmente, a informação do SPN/SNI sobre a «idoneidade profissional» do jornalista estava dependente, em última análise, da apreciação política que o próprio SPN/SNI fazia dos jornalistas (...)” (Azevedo, 1999, p. 174). Também o jornalismo radiofónico passou a depender das vontades do SNI ao nível dos programas, informações e publicidade que difundia tanto a rádio do regime, a EN, como os emissores particulares. Além disto, qualquer diploma do Governo ou comunicado era obrigado a passar pelo crivo do SNI antes de ser publicado. (Azevedo, 1999, p. 175).

No que à cultura diz respeito, o SNI era responsável por dirigir as atividades culturais, certificando-se de que estas promoviam os bons costumes e valorizavam a identidade nacional e seus artistas. “Competia especialmente ao Secretariado organizar exposições nacionais no País e no estrangeiro; realizar exposições de obras de artistas portugueses e estrangeiros; promover festas e grandes espetáculos culturais (...)” (Azevedo, 1999, p. 176). A componente intelectual aliada à cultural era um dos interesses do Secretariado, pois competia-lhe instalar bibliotecas para fomentar a educação da sociedade; estimulou e promoveu certos divertimentos como o teatro e festas populares, sobretudo, as festas regionais abundantes em tradições, com o objetivo de as preservar (Azevedo, 1999, p. 176).

“A instituição do SNI traduziu-se, na realidade, por um reforço do controlo do regime sobre os espetáculos e divertimentos (...). Isto é: nenhum espetáculo público, independentemente da sua natureza, da forma que se revestisse e do seu conteúdo, da hora e do local em que se realizasse, podia escapar à fiscalização da Inspeção dos Espetáculos!” (Azevedo, 1999, pp. 176-177).

Por fim, no departamento do Império Ultramarino e da sua propaganda encontramos a Agência Geral das Colónias criada em 1924, mas que em 1951 alterou para Agência Geral do Ultramar. Ou seja, Agência Geral das Colónias era responsável por elaborar e divulgar a informação e propaganda relativa às colónias, tanto no continente como nas colónias. “(...) a Agência Geral das Colónias (...) que, a nível da informação e da

propaganda colonial, no continente e no ultramar, pode ser pelo menos parcialmente considerado precursor do SPN (...)” (Azevedo, 1999, p. 151). No entanto, em 1942, o SPN passaria a ter um colaborador do AGC para “(...) zelar pelos interesses da propaganda colonial junto do SPN, coordenar para o mesmo fim as informações de propaganda colonial e desempenhar outras funções, conforme lhe fosse determinado pelo ministro das Colónias ou seu agente geral” (Azevedo, 1999, p. 152).

Os adultos e a classe trabalhadora também foram alvo deste ensinamento ideológico, uma vez que, que os trabalhadores deveriam estar organizados de acordo com corporações e o Estado tinha uma palavra a dizer em todos os aspetos da vida governativa. Desta feita, e também para manter os trabalhadores motivados para alcançar a desejada autossuficiência foi criada a FNAT, cuja função era inculcar estes valores nos trabalhadores e criar momentos lúdicos como forma de compensação para a classe. “É preciso estimular o ambiente de puro idealismo em que tais instituições se criaram, manter acesa a chama do entusiasmo e da confiança que o pensamento social do Estado Novo Corporativo fez reacender na consciência das massas trabalhadoras” (Azevedo, 1999, p. 315). A FNA, instituição corporativa, criada em 1935 que se encontrava sob a alçada do Ministério das Corporações e Providência Social, mas a partir de 1941 passou a trabalhar em conjunto com o SNI.

Além de divulgar a sua ideologia corporativista, a FNAT, também se preocupava com a questão física e intelectual dos trabalhadores, promovendo diversas atividades nesse sentido. Para divulgar as suas ideias e demais espetáculos de entretenimento para a classe operária, a FNAT teve como principal difusora a rádio: a EN e o cinema (Azevedo, 1999, pp. 315-316).

“Para atingir os seus objetivos no âmbito de um maior desenvolvimento físico dos trabalhadores, a FNAT organizava regularmente colónias de férias; promovia passeios e excursões, manifestações atléticas, organizava desafios e festas desportivas; e mantinha cursos de ginástica e educação física. Para a elevação do nível moral e intelectual dos trabalhadores, organizava conferências, espetáculos musicais e recreativos, sessões de teatro, sessões de «cinema educativo» e palestras radiofónicas” (Azevedo, 1999, p. 315).

Salazar fez questão de criar um regime cimentado em instituições fortes, por forma a sustentá-lo sem necessitar do auxílio de outrem e concentrar em si todo o poder. A FNAT não foi exceção, era administrada por uma comissão central que tinha como um dos membros efetivos o Presidente do Conselho de Ministros – o que nos prova que nenhuma das instituições do regime era independente do poder do Estado e do seu mandatário: António de Oliveira Salazar (Azevedo, 1999, p. 316). A 24 de novembro de 1944, a FNAT e o SNI passaram a colaborar em conjunto para a promoção de atividades lúdicas para os trabalhadores.

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

“A instituição do SNI traduziu-se, na realidade, por um reforço do controlo do regime sobre espetáculos e divertimentos em geral, tendo-lhe sido, inclusivamente, atribuídos poderes de orientação da actividade cultural das entidades particulares de fins recreativos, neste caso em colaboração com a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho” (Azevedo, 1999, p. 176).

Já na década de 50, a instituição ficou responsável por promover atividades relacionadas com a componente social, física e intelectual para as coletividades existentes no país.

“Finalmente, em 1950, pelo Decreto nº 37836 de 24 de Maio, a FNAT estendeu as suas competências a todas as colectividades ou agrupamentos cuja finalidade fosse a de «promover quaisquer iniciativas respeitantes à formação social e física e ao recreio dos trabalhadores», instituições que ficaram obrigadas a inscrever-se na FNAT” (Azevedo, 1999, p. 317).

Também a FNAT do Estado Novo foi buscar inspiração às instituições congéneres dos três regimes ditatoriais presentes na Europa do século XX: à Dopolavoro da Itália de Mussolini, Kraft Durch Freude da Alemanha de Hitler e, sobretudo, à Obra Sindical Educación y Descanso de Espanha de Franco (Azevedo, 1999, p. 317).

2.3.4.3. Serviços de Censura: prévia, à posteriori e autocensura

Além dos dois pilares que sustentaram o regime – a polícia política e a propaganda – o que acabou por unir o regime foi a censura. “(...) a Censura e a polícia política, a PIDE/DGS, constituíram um complexo e eficaz aparelho operacional, inequivocamente repressivo, de carácter simultaneamente ideológico, burocrático e policial, que se afirmou, no dia-a-dia da existência da ditadura, absolutamente fundamental à salvaguarda do regime” (Azevedo, 1999, p. 307).

É através desta união e cooperação entre os três pilares do regime que a censura ganha força e veda todas as liberdades individuais aos cidadãos. Depois da sua instauração com a Ditadura Militar, a informação pública a que a sociedade tinha acesso passou a ser verificada pelos Serviços de Censura, pois no entender do Estado tudo o que fosse prejudicial à tranquilidade do país deveria ser suprimido. Desta feita, os portugueses só sabiam o que o ditador queria que soubessem. “A Censura é a proibição, de forma parcial ou total, da informação dirigida à sociedade. O seu propósito é evitar manifestações ou tentativas de reflexões contra a ideologia do Estado em vigor” (Rolim, p. 1).

O autor José Barreto vai mais longe na sua conceção de censura dizendo que esta se tornou um importante mecanismo para sustentar o regime, assim como, para aniquilar todos e quaisquer adversários do Estado Novo – sendo o maior deles a Democracia e

tudo o que a envolvesse. Não havendo Democracia, a opinião pública deixa de existir, que segundo o autor, o ditador não é obrigado a seguir, mas sim defendê-la dos adversários do regime e regê-la de acordo com os seus interesses – preservar e glorificar a Pátria, a Família e a Fé. O que acabou por convergir numa sociedade manipulável, pois dava como única verdade o que o seu ditador proclamava (Barreto, pp. 1-3). “A acção censória visava declaradamente impedir a perturbação da ordem pública, sustentar o governo e neutralizar a voz dos seus opositores” (Barreto, p. 15).

“O modelo de controlo da informação salazarista-marcelista tomou a forma de um regime de censura invasiva e penetrante, que incluiu inúmeros aspectos da vida social, privada e quotidiana. Não só os títulos, as notícias ou as entrevistas de carácter político eram considerados matérias de vigilância, mas também o mundo científico, académico e muitos outros âmbitos e expressões do quotidiano e do privado (...). Toda a sociedade estava subordinada ao Estado e a dominação política exercia-se de um modo incisivo, ainda que selectivo sobre imensos domínios da vida pública” (Garcia, 2009, p. 57).

A censura exercia a sua acção de três formas: duas diretamente (censura prévia e censura à posteriori) e uma de forma indireta, a autocensura. A censura prévia era exercida à imprensa periódica nacional e autorizada a ser publicada no país, bem como publicações que versassem temas como política ou social e os telegramas provenientes do estrangeiro que tratassem os mesmos assuntos. Publicações de origem estrangeira também eram alvo da censura prévia, à exceção das publicações científicas ou técnicas. As agências noticiosas internacionais alocadas no país também eram alvo do crivo desta censura (Azevedo, 1999, p. 69).

A atuação da censura sobre a imprensa era convertida em cortes às peças jornalísticas que podiam ser: parciais, onde os artigos eram sujeitos a retificação por parte dos jornalistas, ou totais que deixavam de ter qualquer efeito. Também podia acontecer os Serviços de Censura mandarem reter ou suspender determinada peça por violar os ideais do regime. Dando-se o caso de se tratar de um assunto com considerável importância mediática a censura fazia isto para limitar a sua repercussão na opinião pública.

No seguimento dos cortes feitos às peças jornalísticas, no início do regime foi aprovada uma lei que proibia os jornais de apresentarem espaços em branco, por um lado, obrigando os jornais a terem sempre artigos de ressalva caso a censura eliminasse algum. Por outro lado, esta acção da censura permitia que o público não inferisse a influência da censura sobre o jornalismo (Barreto, pp. 5-6).

“(...) a grande maioria do público não tinha uma percepção clara da amplitude vastíssima da acção da censura e, ainda menos, das profundas repercussões socioculturais e políticas, no imediato como a prazo. A censura fazia de si própria assunto tabu, suprimindo sempre as alusões, por mais anódinas, a qualquer aspecto de sua acção” (Barreto, p. 6)

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

A censura também vigiava publicidade, livros e canções. Tudo que viesse de fora, fossem telegramas, notícias, cinema, publicações, etc. era obrigado passar pela censura e, caso não passasse não entrava no país. Os noticiários eram alvo de muitos cortes por conta dos telegramas das agências noticiosas internacionais e a partir do ano de 1936, todos os telegramas sobre política ou sociedade, que entrassem em Portugal eram sujeitos à censura. Desta feita, não é de todo de admirar que as direções dos jornais estivessem afetas às ordens dos Serviços de Censura e à PIDE, uma vez que, deles dependia a suspensão, desaparecimento de um jornal e, mais tarde, a autorização para criar um jornal (Barreto, p. 6).

“A sua ação inquisitória sobre os media estendia-se ao processo de suspensão ou supressão de publicações periódicas ‘desafectas’ ou ‘hostis’, bem como (desde 1936) ao licenciamento prévio da fundação de novas publicações periódicas ou do reaparecimento das antigas (...). A nomeação de directores e outros responsáveis nas empresas jornalísticas ou editoriais necessitava do agrément da Direcção dos Serviços de Censura, que só o concedia se reconhecesse ‘idoneidade intelectual e moral’ aos nomes indigitados, no que a polícia política também tinha uma palavra a dizer” (Barreto, p. 7).

A dependência dos *media* ao Estado era considerável o que os levava a colaborar com o regime.

“O poder usava meios ainda mais subtis na tentativa de pôr certos jornais ao serviço da ordem social e política salazarista, fazendo por exemplo lembrar a alguns accionistas a confiança política de que usufruíam, a sua dependência do governo, etc. Em consequência, a maioria dos meios de comunicação social privados revelava uma atitude de apoio activo, empatia ou, no mínimo, de colaboração pragmática com o poder, gozando por isso de um tratamento benévolo por parte da censura” (Barreto, p. 9).

A censura prévia à imprensa era levada a cabo por uma comissão composta por elementos do Estado e alocada em Lisboa, Porto e Coimbra. A censura dos restantes jornais do país era assegurada por delegações, localizadas nos distritos, integradas também por pessoas pertencentes ao Estado. Apesar dos jornais serem analisados minuciosamente, caso entendessem, os jornalistas poderiam reclamar dos cortes feitos desde que estivessem autorizados a publicar em Portugal. Estas reclamações poderiam ser feitas ao governador civil, no caso de o jornal se localizar em Lisboa ou no Porto, já os restantes órgãos de comunicação do país remetiam as reclamações às delegações. Havia ainda a hipótese de remeter a reclamação para altas figuras do Estado, nomeadamente, para o Diretor-Geral da Informação ou mesmo para o Presidente do Conselho, mas sem grandes hipóteses de retorno (Azevedo, 1999, pp. 70-72). O autor Cândido de Azevedo refere que o jornalismo privado também era sujeito ao crivo da censura onde: “(...) os jornalistas eram ainda confrontados com uma outra censura prévia, paralela à oficial: a que era exercida pelas respectivas chefias e, que por vezes

conseguia ser ainda mais rigorosa do que a própria censura salazarista (...)” (Azevedo, 1999, p. 72).

A censura à posteriori era exercida às publicações não periódicas e aos livros, exceto aquelas que versassem temas como a política ou sociedade, pois essas teriam de passar pela censura prévia. A censura à posteriori também era usada ao nível dos espetáculos ou programas de rádio e televisão quando feitos em direto com o objetivo de verificar se os cortes eram respeitados, como atesta o mesmo autor a seguir:

“Esta forma de censura, feita à posteriori, era ainda aplicada, quase sistematicamente a espetáculos sujeitos a censura prévia e autorizados: peças de teatro, filmes, teatro ligeiro de revista, programas em directo de rádio e televisão, a fim de a respectiva Comissão de Censura verificar se os autores, actores ou responsáveis por esses espetáculos ou programas respeitavam os cortes ou as limitações de outra ordem impostas antecipadamente pela censura” (Azevedo, 1999, p. 75).

A censura à posteriori era levada a cabo por funcionários do SPN. A censura à posteriori aos livros era feita depois destes serem publicados e levada a cabo também por censores, mas do Gabinete de Leitura. Se porventura os livros abordassem temas sensíveis como política ou a vida social do país, os seus autores teriam de enviar à censura exemplares dos mesmos. Só que nem sempre este envio era feito e, por isso, as entidades estatais encarregavam-se de vigiar as livrarias e apreender qualquer obra que violasse os ideais do Estado Novo. Destas entidades destacavam-se o SPN, seguido pela polícia política, auxiliada no interior pela GNR, pelos CTT pela Guarda Civil, quando as obras vinham de fora do país. No entanto, também havia muitas denúncias de livros feitas por pessoas (Azevedo, 1999, pp. 76-77).

A autocensura foi a que mais condicionou os criadores, não só a sua criatividade, mas também o seu sentido crítico. “A Autocensura não deixou de constituir uma das formas mais graves de condicionamento intelectual e de repressão cultural. Sem que as pessoas tivessem consciência tinham a sua criatividade e espírito críticos atrofiados” (Rolim, p. 7). Se o trabalho do cantor, do escritor, do dramaturgo etc. foi difícil, diria que o do jornalista também não foi mais facilitado. A cada novo número de jornal ou programa feito em rádio e em televisão estes tinham de ser enviados para a censura – os censores tinham os órgãos de comunicação debaixo de olho para abafar o que o regime não queria que o público soubesse. Desta feita, não podendo contar a verdade, o jornalismo foi obrigado a jogar aquele jogo em prol de algo maior: informar, dentro dos possíveis, a população (Barreto, p. 11).

“Nas redacções dos jornais, por seu turno, antes de actuar o lápis azul do censor oficial, intervinha a censura interna, exercida pelos responsáveis redactoriais, e a chamada autocensura, praticada pelos jornalistas. (...) interiorização do sistema censório por parte das redacções, era muitas vezes uma medida de antecipação ao lápis azul ditada por razões de

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

economia e eficácia, uma vez que os cortes acarretavam sempre despesas suplementares e, por vezes, atrasos na saída dos jornais, com as consequentes quebras de vendas” (Barreto, p. 11).

O medo não deixou de estar presente, antes pelo contrário, fez com que se sobrepusesse à forma de trabalhar do jornalismo: controlando os valores notícia, a agenda mediática, bem como os acontecimentos a serem noticiados e a orientação editorial (Rolim, p. 7), (César, 2018, p. 7).

“A censura dava instruções, colaborava na orientação editorial (...). A censura constituía uma estrutura invencível de direcção e controlo social das redacções. Tinha um papel fulcral no estabelecimento da agenda, avaliava e seleccionava os acontecimentos e os elementos noticiosos que entravam na composição da informação jornalística. Também determinava onde e com que valor noticioso os relatos sobre os acontecimentos se inscreviam no corpo do jornal” (César, 2018, p. 7).

2.3.4.3.1. Censura prévia aos restantes *media*

Os espetáculos tinham uma instituição que os inspecionava, primeiramente designada de Comissão de Censura aos Espetáculos e, a partir de 1957, a Comissão de Exame e Classificação de Espetáculos constituída por profissionais de diversas áreas desde a arte, à advocacia ou à docência. Os espetáculos eram censurados em dois momentos: primeiro, após a redação dos guiões e depois no momento, em que eram apresentados ao público (Azevedo, 1999, p. 73). Quanto à rádio, Cândido de Azevedo, afirma que este meio de comunicação, independente de ser público ou privado, também era alvo da censura:

“Em todos os postos emissores de rádio, públicos e privados, e na RTP, os textos de todos os programas eram previamente sujeitos a análise censória (...). Nas estações de radiofusão, e designadamente na Emissora Nacional, o controlo censório fazia-se ainda através na escuta permanente e da gravação sistemática” (Azevedo, 1999, p. 74).

Este controlo censório era de tal forma apertado que os dirigentes tanto da EN e da Radiotelevisão Portuguesa eram nomeados pelo Presidente do Conselho. Sendo órgãos de comunicação estatal era o SPN que comandava o tipo de programas que eram transmitidos. Algo semelhante acontecia com as rádios privadas, estando a censura à responsabilidade dos seus diretores, como acontecia na Renascença e na RCP, de acordo com o autor Cândido de Azevedo.

Também a sétima arte foi alvo da censura, sobretudo os filmes de origem estrangeira ou que versassem temas como maus-tratos ao sexo feminino, torturas a homens ou a animais, nudez, qualquer tipo de crimes ou operações cirúrgicas. O que perfez um prejuízo para as distribuidoras de cinema e fez com que o povo português não tivesse

noção de determinados assuntos que eram abordados livremente noutros países (Rolim, p. 7), (Azevedo, 1999, p. 75). “Pretendia-se abafar o povo, integrando-o docilmente no regime que estava em vigor, fazendo que ele não pensasse” (Rolim, p. 7). Cândido de Azevedo alude que as publicações periódicas e não periódicas nacionais ou internacionais para menores também estavam sujeitas ao crivo da censura, mais concretamente à Comissão de Literatura e Espetáculos para Menores. De acordo com o Decreto-lei nº 41051 as publicações e espetáculos deveriam respeitar as normas da moral e decência – algo muito defendido por Salazar. “De entre as competências desta Comissão, destacamos a que estipulava que devia dar o seu parecer sobre tudo o que respeitasse «à possível influência dos espetáculos ou das publicações gráficas na formação moral e cívica da juventude»²¹” (Azevedo, 1999, p. 72).

2.3.5. Censura Salazarista e os *media*

2.3.5.1. Da Ditadura Militar de 1926 à legislação de imprensa de 1933

O Decreto número 12008 de 29 de julho de 1926 foi o diploma mais importante no que toca à orientação da imprensa nacional até 1972. Anos mais tarde, o decreto anteriormente mencionado viria a ser revogado (em parte) por dois novos: o Decreto 22469 datado de 1933 que instituiu a Censura Prévia e pelo Decreto 22589 de 1936 que viria a criar muitos inconvenientes aos jornais nacionais a diversos níveis, como enuncia a seguir Arons de Carvalho:

“(…) entre outras disposições – faz depender a fundação de novos jornais de certos pressupostos, proíbe a publicidade oficial em alguns deles, confere à Direcção dos Serviços de Censura poderes para aplicar sanções aos jornais e regula o número de páginas e a venda de publicações estrangeiras” (Carvalho, 1999, p. 33).

Além das disposições mencionadas atrás pelo autor, o dito decreto, assim como outros, obrigava a imprensa a ter outros aspetos em linha de conta no momento de criar informação para o público: autorizações prévias para a criação de um jornal ou exercício da profissão, a repressão ao nível judiciário e administrativo, culminando na apreensão do periódico e no direito de resposta – que serão explicadas em seguida. O documento regulatório não fazia referência às fontes de informação ou ao sigilo profissional. Quanto à imprensa do Império Ultramarino era regida pelos seguintes decretos: 12271, 13841 e 27495 (Carvalho, 1999, p. 34).

²¹ Citado por (Azevedo, 1999, p. 72) in Decreto-Lei nº 41051 de 2-4-1957.

Não era qualquer pessoa que podia dirigir um jornal no Estado Novo, pois segundo a censura e a legislação que regulava a imprensa era necessária ter capacidades intelectuais e monetárias. A medida foi posta em prática, primeiro, nas colónias em 1927 e, depois no continente em 1933. “(...) averiguar se o habilitado tem capacidade moral e técnica para ser director²²”. (...) nenhuma publicação pode ser fundada sem que seja reconhecida a idoneidade intelectual e moral dos responsáveis e sem que tenha sido feita prova suficiente dos meios financeiros²³ (...)” (Carvalho, 1999, p. 34). Desta feita, a autoridade de afirmar quem estava ou não apto para deter um jornal era da Direcção dos Serviços de Censura.

Os delitos cometidos pelos profissionais do setor no exercício da profissão, segundo os Decretos 11839 e 12008, eram sentenciados por um júri ou tribunal coletivo, dependendo do tipo de crime. Em 1945, os crimes de imprensa passaram a ser julgados pelos tribunais plenários de Lisboa e do Porto, segundo o autor Arons de Carvalho. Ainda no seguimento dos crimes cometidos no exercício da profissão, o Decreto 12008 mencionado pelo autor, refere que a responsabilidade deste tipo de crime é sempre do autor do texto ou do diretor do jornal, caso o autor do texto não fosse identificado, ou em última instância, se o diretor se dispensasse de obrigações.

Quanto à repressão administrativa, a partir de 1936, o Governo português pôde aplicar penas: suspender jornais que no seu entender iam contra a ideologia do regime sem necessidade de recorrer aos tribunais nacionais, como atesta o Decreto n^o26589 referido por Arons de Carvalho. Neste seguimento, surge a apreensão dos profissionais do setor que poderiam colocar em causa a unidade da nação, a sua tranquilidade e defesa dos valores do regime e outras como elenca a seguir o autor:

“(...) ultraje às instituições republicanas, injúria, difamação ou ameaça contra o presidente da República, instigação ou provocação à falta de cumprimento dos deveres militares ou cometimento de actos atentórios da integridade e independência da Pátria, boato ou informação capazes de alarmar o espírito público ou de causar o prejuízo do Estado, linguagem despejada ou provocadora contra a segurança do Estado, da ordem e da tranquilidade públicas, etc.” (Carvalho, 1999, p. 38).

O Decreto 12008 defende que a apreensão podia ser levada a cabo por qualquer força de segurança, administrativa ou judicial. É criado o Conselho de Segurança, e as forças de segurança ficaram responsáveis pela detenção de publicações e todo o material impróprio aos olhos do regime (Carvalho, 1999, p. 38).

A legislação de imprensa de 1910 previa o direito de resposta levado a cabo pela via judicial, cabendo então ao juiz decidir perante determinada situação se era ou não necessário anexar uma resposta. Contudo, os novos decretos 11839 e 12008 alteraram-

²² Citado por (Carvalho, 1999, p. 34) in Decreto-Lei n^o 13841 de 1927.

²³ Citado por (Carvalho, 1999, p. 34) in Decreto-Lei n^o 26589 de 1936.

no podendo o direito de resposta ser feito através do envio de mensagem durante o período de 6 meses. As publicações periódicas tinham a obrigação de publicar o mesmo, dois dias após o terem recebido e, no caso das publicações não periódicas, podiam publicá-lo no número seguinte.

“O direito de resposta é concedido, nos termos do artigo 53º desse decreto, a ‘qualquer indivíduo ou pessoa moral que tiver sido atingida em publicação do mesmo período, por ofensas directas ou referências a facto inverídico ou erróneo que possam afectar a sua reputação e boa fama” (Carvalho, 1999, p. 39).

Arons de Carvalho refere que apesar de o direito de resposta salvaguardar a honra dos indivíduos referidos, os jornais poderiam recusar colocar o direito de reposta na publicação se os factos referidos não fossem considerados crimes que colocasse em causa a liberdade de imprensa. No entanto, com a inserção da censura prévia o direito de resposta passou a ser muito limitado.

Quando se deu o golpe de 28 de maio de 1926, que viria a instaurar a Ditadura Militar no país com ela não surgiu qualquer diploma legal que privilegiasse os direitos constitucionais tanto dos cidadãos como da atividade jornalística. “Estando suspensas as garantias constitucionais, a censura é tida como medida transitória” (Carvalho, 1999, p. 39). O mesmo autor refere que apesar da publicação de vários decretos nos seguintes meses nenhum deles privilegiou tais direitos. Com promulgação da Constituição de 1933, que depõe a Ditadura Militar e instaura do Estado Novo foram estipulados novos direitos e garantias para os portugueses, que apesar de a Constituição defender a censura negava.

A censura só se tornou oficial após a criação da Direção-Geral dos Serviços de Censura, em junho de 1933, esta que se encontrava sob a alçada do Ministério do Interior e que substituiria a comissão de censura de Lisboa criada pelo Decreto nº22469. Esta nova instituição, Direção-Geral dos Serviços de Censura passaria a ter grandes responsabilidades no que tocava ao setor jornalístico português, sobretudo jornais, como explica a seguir o autor (Carvalho, 1999, pp. 40-41):

“Esta Direcção-Geral dos Serviços de Censura veria mais tarde os seus poderes extremamente alargados através da concessão de poderes discriminatórios para proibir a fundação de novos jornais, entrada, distribuição e venda em Portugal de revistas e jornais estrangeiros e multar, suspender ou encerrar jornais ou empresas editoriais, etc...” (Carvalho, 1999, p. 41).

A Direcção-Geral dos Serviços de Censura manteve-se sob a égide do Ministério do Interior até à criação de uma nova organização – o Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informações – “(...) a quem competia assegurar a execução das diretrizes a observar na matéria da propaganda e informação pelos vários serviços públicos e a estreita coordenação da respectiva actividade (...)” (Carvalho, 1999, p. 41).

A dependência dos Serviços de Censura ao Ministério do Interior viria a mudar, pois o ditador reservou à sua pessoa diversos poderes inerentes à governação do país, neste caso, a propaganda e a censura.

“De mera prática, a dependência directa da censura em relação ao presidente do Conselho transforma-se em 1944 em situação derivada de disposição legal: o Secretariado de Propaganda Nacional muda de nome passando a chamar-se Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular, onde são integrados os serviços de censura. Como o secretário nacional é de livre nomeação, a censura e a sua actuação são, a partir de então, controladas de forma absoluta por Salazar” (Carvalho, 1999, p. 41).

Esta nova instituição nasceu em virtude da situação política internacional, durante a Segunda Guerra Mundial. Assim, em março de 1940, uma nova instituição foi criada para fazer cumprir as normas ao nível dos serviços públicos. A compor o Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informações estavam os diretores do SPN e dos Serviços de Censura e o presidente da EN. Com esta nova demanda, o SPN ficou com mais responsabilidade ao nível da propaganda e informação e ao nível da programação da EN, bem como das rádios particulares. Além destas, o SPN ficou ainda responsável por acautelar a unidade de trabalhos ao nível da comunicação social nacional e com o Estado.

“Assim, ao SPN competia ainda: «Velar pela unidade de orientação de todos os serviços públicos no que respeita a propaganda e informações; manter a ligação dos referidos organismos com a Presidência do Conselho; e assegurar as relações do Estado com a imprensa, as estações emissoras de radiodifusão e as agências noticiosas telegráficas instaladas em Portugal», às quais transmitiria todas as comunicações de carácter oficial ou oficioso” (Azevedo, 1999, pp. 431-432).

Para além disto, o SPN também passou a ter luz verde para comunicar com os representantes diplomáticos presentes no estrangeiro, assim como com as Casas de Portugal e as Casas da Metrópole presentes nas colónias.

Ao nível dos jornais, com o novo regulamento da censura passou a ser obrigatório o SPN ter na sua posse uma cópia de todas as publicações no dia em que saíam. Não só os jornais viram o seu trabalho ainda mais limitado, as rádios também foram bastante limitadas, tendo apenas permissão para manter funções as rádios particulares ou as que detivessem permissão especial para tal efeito – passaram a ter com um fiscal do Governo nas instalações (Azevedo, 1999, pp. 432-433). “O citado diploma começa por proibir de funcionar, no prazo de 48 horas após a publicação do decreto, «todas as instalações radioeléctricas emissoras particulares, compreendendo os emissores amadores e de radiodifusão, e de todas as instalações radiotelegráficas recetores de particulares” (Azevedo, 1999, p. 432). Além disso, as rádios permitidas só podiam transmitir noticiários mediante as ordens estabelecidas pela censura, além de que

estavam proibidos de difundir publicidade estrangeira sem autorização ou mediante as ordens impostas pelo regulamento, de acordo com Cândido de Azevedo.

O novo regulamento da censura também trouxe mudanças para os jornalistas no que toca à carteira profissional, bem como a atuação das agências noticiosas. Quanto à nova organização criada, o Gabinete de Coordenação de Propaganda e Informações, limitou a propaganda estrangeira no país, por a forma a manter intactos os mantras do regime. Através do Gabinete de Coordenação de Propaganda e Informações, a Direção-Geral dos Serviços de Censura, por intermédio dos CTT passou a ter acesso à correspondência e a vigiar as publicações consideradas proibidas ou suspeitas pelo Estado (Azevedo, 1999, p. 434).

2.3.5.2. Censura prévia Salazarista: novas reformas e o seu funcionamento

Em 1933, os Serviços de Censura voltam a ser alvo de melhoramentos. Muito por conta, como refere o autor Cândido de Azevedo, da instabilidade político-militar existente entre as forças militares e o regime instaurado após o golpe de 28 de maio. À parte de todas essas rivalidades internas, os Serviços de Censura continuavam insipientes na sua ação. Em dezembro de 1932 foi transmitido que os Serviços de Censura iriam ser alvo de uma reorganização no início do próximo ano. Terá também coincidido com a aprovação do novo texto constituinte, que daria início ao Estado Novo. Assim a revisão da instituição, que viria a entrar em vigor a 1 de janeiro de 1933, trouxe como principal novidade a criação de Comissões de Censura de Zonas e Delegações de Censura espalhadas pelo país. “A partir de 1 de Janeiro de 1933, a estrutura da Censura ficou assim constituída: Direcção-Geral; Comissões de Censura; Delegações” (Azevedo, 1999, p. 394). Quanto às Comissões de Censura de Zona existiam três: a Comissão de Censura de Zona do Norte, a operar no Porto, a Comissão de Censura de Zona do Centro, a operar em Coimbra e a Comissão de Censura de Zona do Sul, a operar a partir de Lisboa. Já as Delegações eram 29, em 1933, número que viria a decrescer, de acordo com o autor Joaquim Cardoso Gomes.

As Comissões de Censura tinham o encargo de controlar o trabalho desenvolvido pelas delegações e redigir relatórios sobre os cortes efetuados pelas mesmas às provas apresentadas pelos jornais de cada zona e remetê-los ao Presidente da República e ao Presidente do Conselho de Ministros.

“O número do boletim mais antigo que conseguimos localizar, número 11, data de 29 de Maio de 1932, pelo que com verosimilhança se iniciou a sua produção em meados de Março desse ano, de acordo com uma estrutura que conhecerá poucas alterações nos anos seguintes: uma secção de

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

Questões de ordem social, com uma parte referente ao país e outra ao estrangeiro, uma secção de *Questões de ordem política e administrativa*, com uma parte referente a questões política geral e outras agrupadas por matérias interessando cada um dos ministérios, uma terceira secção com *Questões de ordem religiosa* e uma quarta de *Outras questões não classificadas (...)*” (Gomes, 2006, p. 49).

Em relação às Delegações de Censura eram responsáveis por censurar as provas dos jornais, que depois de censurados deveriam ser enviados para a Direcção-Geral dos Serviços de Censura e novamente para a sua Comissão de Zona. Além disto, as Delegações também deveriam informar a sua Comissão de Zona, que por sua vez passaria a informação à Direcção-Geral sobre informações de carácter censório, nomeadamente temas como a política, sociedade ou religião. Também lhes cabia a responsabilidade de organizarem todo o tipo de informação das estruturas responsáveis pela censura dos jornais e demais publicações com tiragem em Portugal (Gomes, 2006, p. 52). Cândido de Azevedo enumera outras competências que recaiam sobre as Delegações de Censura, como a entrega à Direcção-Geral “(...) dos processos disciplinares instaurados aos jornais, e dos quais deveriam constar os seguintes documentos: corpo do delito, explicações prestadas, por escrito, pelo director ou editor do jornal e informação da Delegação” (Azevedo, 1999, p. 396). Também era competência das Delegações transmitirem à Direcção-Geral o motivo e o tipo de suspensão dos jornais e fazer chegar às Comissões de Censura da respectiva zona “(...) as provas suspensas, para despacho, bem como as provas com cortes, a que deveriam juntar o respectivo jornal” (Azevedo, 1999, p. 396).

Em 1936 os Serviços de Censura voltaram a ser alvo de reformulação muito por “(...) consequência de razões exógenas, relacionadas com a evolução da situação político-militar na Europa, e sobretudo com o eclodir da guerra civil de Espanha (...)” (Azevedo, 1999, p. 404). Conforme afirma a seguir o autor, através da circular datada do dia 14 de setembro de 1936, medidas mais restritas foram tomadas contras os jornais:

“(...) as Comissões e Delegações actuarão sobre aqueles jornais que pretendiam publicar equívocas demonstrações da sua acção comunizante, com rigor indispensável ao seu completo aniquilamento. (...) «deverão os serviços comunicar o nome dos jornais em que notarem, pelas provas recebidas, tendência para esse procedimento anti-patriótico (...)»²⁴” (Azevedo, 1999, p. 405).

Desta feita, um novo regulamento viria a ser posto em prática para evitar tais extravasamentos por parte dos *media* – o Regulamento dos Serviços de Censura – publicado em novembro desse ano. A partir daquele momento, a censura viria a ser praticada de forma prévia ou repressivamente, de acordo com as ordens dos serviços. À

²⁴ Citado por (Azevedo, 1999, p. 405) in Circular 14-9-1936.

censura prévia estavam sujeitas todas as publicações de imprensa periódica desde jornais, revistas entre outras, mas também todas as publicações que abordassem temas como a política ou social, bem como todos os telegramas e telefonemas provenientes do estrangeiro que tratassem os mesmos temas. Já à censura repressiva eram submetidas todas as publicações, livros e telegramas provenientes do estrangeiro.

Com as novas medidas do Regulamento as provas de censura passaram a conter “(...) indicações indispensáveis à sua identificação, deviam ser apresentadas em triplicado, e ser de «granel» ou de «página», conforme a conveniência dos Serviços. Se a apresentação se efectuasse na Comissão de Lisboa, podia ser dispensada a apresentação de uma das provas” (Azevedo, 1999, p. 407). Para além disto, as publicações tinham de ter atenção sobre os assuntos que tratavam, pois incorriam no risco de não serem aceites pela censura. Ora os assuntos proibidos incidiam sobretudo na crítica, mal dizer ou que de algum modo colocasse em causa os Chefes de Estado, assim como o bom nome do país quer a nível nacional e internacional, crimes ou suicídios, também não se podia utilizar linguagem grosseira, nem fazer publicidade que nomeassem certas figuras como bruxas ou videntes.

O Regulamento também determinou que uma das três provas enviadas para a censura deveria ser devolvida ao jornal; também foi determinado no novo Regulamento que textos já submetidos à censura só poderiam ser remetidos aos serviços novamente com a data da primeira submissão. Além disso, todo o material jornalístico que não fosse publicado no número do jornal indicado, a publicação estava obrigada a enviar novas provas para a censura indicando a data em que foram censuradas, no caso do jornal ter intenção de publicar esse material. Outra das novas regras da nova reforma passava por “(...) autorizar a indicação de «pequenos aditamentos ou substituições» cuja publicação era facultativa por parte dos jornais que podiam optar pelo corte extenso (...)” (Azevedo, 1999, p. 409), uma vez que, a grande maioria dos textos entregues à censura vinham todos cortados ou parte deles já com o propósito de não se aproveitar grande coisa para o texto ser novamente reescrito – o que representava uma grande despesa para o jornal. O artigo 18º do Regulamento dos Serviços de Censura também determinava que qualquer publicação que fosse proibida deveria ser retirada dos pontos de venda. Para concluir, o novo documento regulatório da censura ordenava que todos os novos decretos ordenados pelos Serviços de Censura fossem transmitidos à PIDE para que assim pudesse auxiliar nas fiscalizações necessárias (Azevedo, 1999, pp. 404-410). Anos depois, em 1944, surge uma nova organização que tinha como objetivo estreitar a ligação entre os jornais e o Estado.

“O controlo da censura envolvia várias organizações e visava construir uma realidade adaptada à propaganda política da ditadura. O órgão de enlace era o Conselho de Imprensa, criado em 1944 no âmbito do SNI, onde os directores dos jornais diários passaram a ter assentos, por direito próprio e

obrigação, tal como o director dos Serviços de Censura e o chefe da repartição da Informação” (César, 2018, p. 7).

2.3.5.3. Censura prévia Salazarista: ação sob o Jornalismo – imprensa, televisão e rádio

António de Oliveira Salazar durante grande parte do Estado Novo foi um político que não se mostrou muito aos meios de comunicação social, só o que dizia respeito à governação do país, pois via a classe com desconfiança. Em virtude dessa desconfiança, os mecanismos criados para estruturar o regime tinham a intenção de negar a atualidade e os factos ao jornalismo. Desta feita, a independência e liberdade da classe foi-lhe vedada. “Nesta medida, a censura funcionava por meio de um conjunto de várias camadas, em que todas elas comungavam dos objetivos de produzir informação jornalística inócua; favorável ao regime; pedagogicamente ativa na divulgação dos propósitos do Estado Novo (...)” (Cabrera, 2022, p. 274).

Ana Cabrera também refere que o desapego do ditador face aos *media* também se devia à necessidade deste em tomar as decisões e, por conseguinte, estas serem aceites sem levantar qualquer tipo de discussão. Assim, podemos desde já assumir que esta posição repressora, no sentido de não haver discussão sobre os assuntos da governação do país, condicionou o país em diversos aspetos, não só o jornalismo, mas também as atividades artísticas, bem como a mentalidade da sociedade portuguesa.

Helena Lima refere que a comunicação social só se pôde desenvolver em Democracia, bem como o pensamento crítico. Ora, uma sociedade que vê vedadas as suas liberdades individuais não pode de forma alguma contribuir para a discussão pública, porque até essa foi extinta, em virtude de os *media* não perturbarem a tranquilidade social. De tal forma que as peças jornalísticas imperavam pela falta de isenção, objetividade e atualidade – o que levou muitos jornais a intentarem contra a censura e repressão imposta aos meios de comunicação social – designados pelo regime de oposicionistas ou resistentes.

O jornalismo rege-se por certos critérios no momento de dar uma notícia. Critérios esses foram vedados ao jornalismo do Estado Novo, como explica a autora Helena Lima. Por exemplo, na atualidade, em virtude das novas tecnologias e das redes sociais as notícias estão em constante atualização. Com a ditadura, a atualidade no jornalismo foi algo que deixou de existir, muito por conta da morosidade e burocracia dos Serviços de Censura, nomeadamente, na análise das provas de censura, que os jornais faziam chegar às Delegações de Zona.

No jornalismo, o profissional quando vai noticiar algo tem de ouvir os dois lados da história – o «valor conflito» como lhe chama a autor Helena Lima – “Ao reportar notícias, os profissionais encontram-se muitas vezes perante campos opostos e daí que lhes seja exigida equidade na forma como tratam as partes envolvidas” (Lima, 2013, p. 108). Ora, durante a ditadura notícias que abordassem contestação política ou social, por exemplo, não eram noticiadas, pois o regime entendia que isso colocava em causa a tranquilidade da sociedade, mas o facto de não se falar não queria dizer que não houvesse situações de contestação no país. Não se sabiam. O mesmo acontecia com os crimes, com as doenças, a falta de condições de habitação das casas. Em Portugal não se falava de tais assuntos, porque o regime não deixava que tais coisas melindrosas viessem à luz, mas não fazia com que deixassem de existir. “Se houvesse uma greve, contestação política, ou uma situação de grande injustiça social, elas não poderiam ser noticiadas por atentarem contra a integridade do regime” (Lima, 2013, p. 108). O mesmo acontecia com a hierarquização da informação, no Estado Novo também não existia, uma vez que, a censura limitava o que era a agenda mediática, bem como a política que era muito institucionalizada, o que a tornava insipiente (Lima, 2013, p. 108). Há também a referir que a profissão saiu prejudicada ao nível legal, pois durante o Estado Novo não foi criada qualquer lei que protegesse o setor e os seus profissionais.

“A noção da regulamentação legal da censura durante o período da ditadura pode ser entendida como um pouco volátil, na medida em que Salazar não procurou ou quis implementar uma lei de imprensa. Por outro lado, essa relativa indefinição levou a que a atividade censória não tenha sido uniforme ao longo daquele período, dependendo muito da decisão pessoal do ditador, de conjunturas específicas e mesmo das idiosincrasias dos agentes censores” (Lima, 2013, p. 109).

Apesar de a Constituição de 1933 contemplar a liberdade de expressão e de pensamento, esta viria a ser tida em linha de conta, mas de acordo com o regime. O dever do jornalismo era defender os ideais do regime. Dessa feita, surgiu a censura para aniquilar não só os males que prejudicassem a nova ordem de Salazar, bem como o Jornalismo se este intentasse contra o regime – informar com verdade e isenção.

“O dever da imprensa ficava hipotecado ao Estado, ao bem da Nação e ao «mais acrisolado amor à ordem» que lhe competia «manter e não destruir» A ditadura considerava que as forças morais da Nação não podiam ficar à mercê de «influências deletérias, de doutrinas doentias e actos criminosos de fácil poder de sugestão. A censura tinha como missão reduzir o perigo a «um mínimo compatível com a função informadora da imprensa»” (Gonçalves, 2012, p. 139).

2.3.5.3.1. Atuação da Censura sobre a imprensa

O objetivo do regime não era dar informação verdadeira e fidedigna à população, mas sim fazer da imprensa um mecanismo de divulgação da propaganda salazarista.

“As principais instruções escritas de carácter geral enviadas pelos Serviços de Censura aos jornais até 1968 são constantes de uma ‘circular urgente’ de 28 de Agosto de 1931. Nessa circular, cujo conteúdo expressa bem a intenção do regime de limitar a Imprensa a uma mera função propagandística, são fornecidas instruções às delegações da Direcção-Geral de Censura sobre a forma de a exercer. A circular, que terá sido enviada para os jornais para sua própria orientação” (Carvalho, 1999, pp. 51-52).

De acordo com tal documento mencionado pelo autor Arons de Carvalho, uma das orientações dada à imprensa era manter a tranquilidade e ordem da opinião pública e não a inflamar com certos assuntos. Além disso, o documento também defendia que o corte num artigo não era sinónimo de castigo para o jornal, mas a indicação de como os assuntos deveriam ser tratados (Carvalho, 1999, pp. 53).

“Por vezes, essas reclamações surtem efeito desejado e o corte é retirado. Na maior dos casos, porém, a censura mantém a sua decisão ou, cedendo, revoga-a, permitindo apenas a publicação de parte da matéria proibida. A autorização da publicação numa página interior ou com menor destaque – sem fotografias ou com um título diferente ou menos – é também relativamente frequente” (Carvalho, 1999, pp. 54-55).

Para manter a sociedade radicada ao regime a censura teve de atuar sob a comunicação social. Contudo, a ação da censura sobre os meios de comunicação social da época, de acordo com o autor Arons de Carvalho, foi muitas vezes imprecisa. “A extrema imprecisão dos limites da actuação da censura – previstos neste artigo que vigoraria até 1972 – está na origem da discricionariedade concedida aos serviços encarregados de a executar e aos órgãos estaduais a que estes estavam subordinados” (Carvalho, 1999, p. 45). A começar por certos assuntos que para a censura eram considerados tabu, bem como a linguagem que poderia ou não ser utilizada, acrescentar a questionável interpretação dos censores, que muitas das vezes colocava em causa as diretivas vindas da chefia. Em termos mais práticos, no que tocava ao trabalho jornalístico, o autor Arons de Carvalho, faz menção a diversos aspetos que o setor deveria ter conta para evitar o “corte” e em último caso a suspensão. Por exemplo, de acordo com o autor, a censura era mais rigorosa com uns jornais do que com outros e quanto mais fosse lido fosse. “O rigor da censura é assim consideravelmente maior nos jornais desportivos – lidos por camadas populacionais geralmente pouco motivadas – do que, por exemplo, no Expresso” (Carvalho, 1999, p. 46).

A escrita e o estilo também eram alvo da censura, por isso os jornalistas tinham de ter um cuidado redobrado com as palavras e com as ideias que pretendiam passar – era preferível palavras com uma conotação menos revolucionária ou «agressiva». O mesmo acontecia com o estilo, se determinado artigo abusasse do tom crítico ou irónico, contestando determinada situação era automaticamente alvo de corte. Contudo, se escrita apelasse à crítica ou ironia teria de ser num tom bajulatório e construtivo, nunca acusatório. “A crítica ‘atrai’ também a intervenção de censura. Esta é tanto mais rigorosa e intolerante quanto mais se deixa o campo da consequência e se entra no domínio da causa” (Carvalho, 1999, p. 47). Enquanto, hoje, o jornalismo pode noticiar o desempenho de um dado serviço ou organização, procurando responsabilidades por tal desempenho, o jornalismo que se praticava no Salazarismo não podia fazer tal coisa, porque ao fazê-lo o jornal era chamado à responsabilidade, vendo o artigo, na maior das hipóteses, cortado (Carvalho, 1999, p. 47).

Outros aspetos como o tamanho da notícia e a apresentação de fotografia ou não, também influenciava no momento de censurar. Para evitar um possível corte os jornalistas acabavam por ser obrigados a escrever notícias curtas e com títulos pouco chamativos. De acordo com o autor, também podia acontecer os censores cortarem elementos dos textos jornalísticos que não «ofendiam» o regime, mas isso era feito para esconder do público a intervenção da censura. Tudo contava para evitar um corte nos jornais como explicita a seguir o autor Arons de Carvalho:

“Aos domingos, estando ausentes os funcionários superiores da comissão de censura, os restantes censores, receando ser excessivamente benevolentes, acabam por exagerar o seu rigor. Entretanto, há uns anos, os chefes de redação, conhecendo os horários de trabalho dos censores ‘menos’ liberais, enviavam as provas a determinadas horas sabendo antecipadamente que elas iriam ser submetidas a um censor mais tolerante” (Carvalho, 1999, p. 48.)

Como já deu para entender todo o trabalho jornalístico era revisto pela censura, no entanto havia uma variante para as agências noticiosas, que eram submetidas a um sistema censório diferente. Todas as notícias provenientes do estrangeiro ou do ultramar eram enviadas para as redações e para os Serviços de Censura por teleimpressores instalados nas agências noticiosas – «telex». Das agências com permissão para laborar no país – France Press e Reuter – as notícias eram enviadas pelos teleimpressores para as redações. Depois de terem as notícias, os Serviços de Censura ligavam para as agências a comunicar o seu veredicto e, por seu turno, as agências voltavam a reenviar os teleimpressores para as redações com as alterações da censura (Carvalho, 1999, p. 43).

“(…) cabe a um funcionário de cada jornal a missão de diariamente, e por mais de uma vez, se deslocar à sede da comissão de censura transportando o material a submeter a exame. Esse material é apresentado em ‘provas de granel’ – folhas rectangulares impressas com a notícia ou

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

artigo a ser visado – as quais são apresentadas em triplicado, excepto em Lisboa onde apenas são exigidos dois exemplares” (Carvalho, 1999, p. 42).

Depois de analisado o material de prova dos jornais, estes seguiam para os jornais de origem com dois carimbos: um dizia «visto» com a respetiva localidade da comissão de censura e o outro carimbo dizia respeito ao tipo de corte efetuado – que podiam quatro: «autorizado», «autorizado parcialmente», «proibido»/«cortado» ou «demorado» - sendo os três primeiros os mais usuais. O corte «autorizado» dava autorização para que o artigo fosse publicado. O autor também refere que no caso de o material de prova não ter sido publicado no dia destinado, deveria ser alvo de revisão pelos censores novamente. Já o corte denominado «autorizado parcialmente» significava que o artigo apresenta partes cortadas, cabendo ao jornal a decisão sobre a publicação do mesmo. No entanto, o autor também refere que por vezes, a relevância do corte – ou o sentido que davam ao texto jornalístico – fazia muitas vezes com que este não fosse publicado. «Demorado» - antes também designado de «suspensão» ou «retido» - queria dizer que determinado artigo estava em apreciação por parte dos censores, ou seja, estes recorriam às hierarquias acerca de que tipo de corte a aplicar. Mesmo estando suspensão, o jornal era obrigado a enviar o material de prova aos Serviços de Censura. Quanto ao último tipo de corte que os censores podiam aplicar aos artigos jornalísticos, «proibido» significava que o jornal estava impedido de publicar tal texto jornalístico – onde a sua imagem de marca era uma cruz sobre o texto (Carvalho, 1999, pp. 42-43). O autor Arons de Carvalho diz ser impossível definir o rigor da evolução da censura, muito em virtude da sua atuação ao longo dos tempos. “A diversidade de critérios é outra característica de actuação da censura. O que é permitido por um censor, pode ser cortado por outro (...)” (Carvalho, 1999, p. 48). No entanto, o mesmo afirma que entre 1926 e 1933 a benevolência da censura diminuiu drasticamente em virtude de certos fatores que o autor enumera a seguir:

“(...) expectativa tomada inicialmente tomada por grande parte das forças democráticas e pelos seus jornais, a necessidade de não impedir bruscamente toda a liberdade de crítica, traduzindo, de resto a relação de forças existente nessa época, contribuíram para o relativo rigor da censura” (Carvalho, 1999, p. 48)

O rigor da censura ao longo do regime sofreu altos e baixos, ainda que os critérios que a regessem dependessem em grande parte dos censores e da sua tolerância. De acordo com o autor Arons de Carvalho, a partir de 1926, assuntos relacionados com política nacional, bem como questões relacionadas com a governabilidade do país e respetivos dirigentes estavam vedados à imprensa. Em 1936, o rigor dos Serviços de Censura tornou-se implacável e para tal deveu-se a guerra Civil espanhola em 1936 e mais tarde

o início da II Guerra Mundial. O rigor da censura diminuiu em 1945 quando os Aliados foram declarados vencedores do conflito e as políticas governamentais mudaram, sendo a democracia reinstaurada em vários países da Europa, exceto em Espanha e Portugal. No entanto, não dura muito tempo, pois com o início da Guerra Fria e a mudança de Presidente do Conselho a censura tornou-se mais feroz (Carvalho, 1999, p. 49).

Durante todo o regime notícias relacionadas com crises, manifestações, greves, acidentes, crimes, suicídios, Guerra Colonial ou a descolonização, movimentos sobre qualquer causa, relatos sobre presos políticos, torturas em prisões, manifestações pela restituição da liberdade, oposição a ideias da Igreja, contestação ao Governo e seus membros entre outras nunca chegavam a ver a luz do dia, porque a censura abafava esses assuntos. O mesmo acontecia sobre notícias que mencionassem países comunistas como a antiga URSS, China ou Cuba quando se tratasse de êxitos, mas quando se tratava de prejuízo para estes países a censura deixava publicar (Carvalho, 1999, pp. 49,50,51).

No que à imprensa regional diz respeito, carece de informação para a caracterizar muito por conta da situação em que se encontrava o interior do país: onde predominava a agricultura como fonte de trabalho, onde careciam vias de comunicação e onde imperava uma elevada taxa de analfabetismo. Apesar das limitações do interior de Portugal, a imprensa praticada nesta zona não era desconhecida aos olhos da Comissão de Censura de Lisboa nem ao próprio regime. A autora Joana Barros faz referência a uma classificação imposta pelo regime, no sentido de ver quão afeta ao regime era – começando pela situacionista, afeta e defensora dos ideais do regime, passando pela simpatizante à chamada imprensa neutra.

“Da classificação política a que o SPN submete os jornais, transparece o interesse do regime em conhecer, primeiro que tudo, qual a imprensa não inimiga, aquela que abertamente, parcialmente ou potencialmente aliada. Daí a preocupação na subdivisão (...) – em situacionistas, simpatizante e neutra (...)” (Barros, 2005, p. 271).

Pelo mencionado concluímos que de pouco ou nada servia a censura ser regida por normas e ter estipulado o que podia ou não passar ao corte do lápis azul, porque o corte iria sempre depender da interpretação e tolerância do censor. Por conseguinte, surge a autocensura que tantas vezes terá evitado corte nos jornais nacionais e restantes órgãos de comunicação, mas que impediu ao jornalismo relatar o que realmente se passava no país.

“A quantificação da acção da censura prévia é impossível. A sua influência medida em valores numéricos teria de ter em conta a autocensura dos jornalistas, dado obtido através da experiência diária de sucessivas desilusões com a impiedosa actuação dos censores. A autocensura representa até a parte mais substancial de quanto nascendo da mente do jornalista não é traduzido no jornal, tanto mais que são inumeráveis os prejuízos causados pela

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

modificação urgente dos ‘tipos’ tipográficos originados pelos cortes da censura” (Carvalho, 1999, p. 51).

Apesar de o corte depender da interpretação do censor é importante referir que consequências teve a censura para o jornalismo português e, para tal, contamos com a ajuda da autora Helena Lima. Desde logo, a profissão era extremamente burocrática, pois os jornalistas não podiam escrever sobre o que queriam e da maneira que queriam, muito dependentes das provas de censura, que muitas vezes demoravam a ser entregues às redações condicionando a saída do jornal.

Hoje fala-se muito do jornalismo de secretária, mas o jornalismo de período do Estado Novo não deferia muito deste, apenas com a salvaguarda de que hoje os jornalistas têm liberdade para relatar os assuntos. Muitas das peças eram feitas com base em telefonemas ou comunicados institucionais ou através das agências noticiosas. O jornalismo que imperou durante a ditadura portuguesa foi duramente condicionado, sobretudo nos assuntos e nos géneros, pois era dada preferência às notícias, aos editoriais, algumas crónicas em detrimento das reportagens, como explica a autora.

“As redações converteram-se em espaço muito burocratizados onde imperava a rotina e se dava pouco espaço à iniciativa pessoal. (...) O jornalista redigia a notícia a partir de um texto já condicionado. Por outro lado, durante muito tempo, não se deu relevo a outros géneros do jornalismo como a reportagem ou a entrevista, essenciais nas dinâmicas informativas e também elementos de atração de públicos” (Lima, 2013, p. 113).

Por outro lado, o trabalho de campo era pouco ou inexistente, uma vez, que acontecimentos que envolvessem falar com as pessoas no local, não eram mencionados no jornal. Não pelo facto de não existirem problemas, o Estado é que não permitia que se falassem deles. “Não passavam notícias que, por exemplo, traduzissem insegurança ou situações de grande violência que contrariavam a mensagem do «jardim à beira-mar plantado»” (Lima, 2013, p. 108).

“A ação censória a nível temático abrangia múltiplos aspetos (...). Não eram permitidas as críticas ao regime político, da mesma maneira que as figuras do Estado eram intocáveis. Todos os fatos ou atos que significasse oposição não podiam ser publicados. Também as notícias do estrangeiro eram sujeitas a um apertado controlo. (...) outros aspectos ligados à moral, à religião podiam sofrer os efeitos do lápis azul” (Lima, 2013, p. 113).

Isto fez com que os *media*, em geral, se vergassem perante o poder instituído para não sofrerem consequências ao nível económico ou ao nível da suspensão, além daquele que os próprios jornalistas incutiram neles próprios: a autocensura – influenciando a sua forma de pensar e de escrever, que fez com que a audiência tivesse uma ideia totalmente diferente daquilo que era a realidade.

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

“A confluência da atuação da comissão de censura e da necessidade que os jornais tinham de não serem penalizados fez com que estes se tornassem meios preferenciais da mensagem única e da propaganda. A mensagem jornalística contribuiu, assim, para criar uma percepção coletiva de uma visão distorcida da realidade social e política do país” (Lima, 2013, p. 114).

2.3.5.3.2. Atuação da Censura sobre a televisão

O jornalismo televisivo português começou através da produção de micro documentários através do cinema, daí se dar o nome cinejornal. O mesmo autor diz que o Jornal Português foi o primeiro cinejornal produzido e com mais tempo de antena, tendo depois sido substituído por Imagens de Portugal (Sousa, 2008, p. 42).

Já com a televisão, o telejornalismo iniciou-se em Portugal com a RTP no ano de 1957, que se caracterizava por ser um tipo de jornalismo formal, propagandístico e vigiado pela censura, como relata o autor. Como sabemos os *media* face à forte máquina repressora acabaram por servir os interesses do Estado e do regime ao difundirem os seus ideais e pregoarem a sua propaganda. No entanto, a presença dos dois ditadores durante a sua governação não poderia ter sido mais diferente, sobretudo na televisão. Enquanto Oliveira Salazar era recatado e conservador e que não se mostrava ao país, por seu turno Marcello Caetano acabou por dinamizar a imagem do regime, pois mostrou-se mais apelativo e dinâmico.

“A manipulação dos *media* por parte do Estado foi uma ferramenta utilizada transversalmente durante a ditadura em Portugal. (...) No entanto, registaram-se algumas diferenças no modo de encarar e dar uso aos meios de comunicação por parte de ambos os Chefes de Estado. (...) O primeiro, mais austero e conservador, aposta na manutenção de uma nação passiva, ligada aos valores tradicionais e enraizada na moralidade católica. Parte da sua personalidade recatada serviu para instituir uma imagem de herói mítico da pátria, resguardando-o do público, sempre que possível. (...) Marcello Caetano, por outro lado, sustenta uma posição mais acessível do regime, posicionando-se mais “próximo da ação” do que o seu predecessor (...). (...) Caetano preferia utilizar os *media* de forma mais ativa e dinâmica, participando pessoalmente nos *affairs* mediáticos” (Azevedo, Valada, Gil, Moura, & Alves Gdinho, 2021).

A 7 de março de 1957, a RTP começou a ter transmissões regulares, o que veio auxiliar em grande medida a difusão propagandística do Salazarismo, apesar de o Chefe de Estado não me mostrar muito recetivo ao novo meio de comunicação. Contudo, o novo *media* não deixava de estar sob alçada de censura, assim como os restantes (Azevedo, 1999, pp. 237-238).

“A promiscuidade entre o regime e a RTP chegou a ser tão profunda que, em bom rigor, não se pode falar em informação televisiva, porque aquilo a que se assistia nessa época, e que é inteiramente comprovado pelo material existente nos arquivos da televisão pública, era justamente a uma desinformação total, a uma manipulação sistemática das notícias e dos

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

acontecimentos, quando mesmo à omissão das notícias, pura e simplesmente, em função dos interesses do regime” (Azevedo, 1999, pp. 240-241).

Apesar de o primeiro chefe de Estado ser adverso às novas tecnologias e à imagem, a RTP viria a introduzir o vídeo em 1964, o que acabou por revolucionar o jornalismo televisivo na época: “(...) alterou o esse estado de coisas, tornando o telejornalismo português mais rápido, mais ágil e mais barato e ajudando a construir uma estrutura própria para a pequena reportagem de televisão, típica dos telejornais (...)” (Sousa, 2008, p. 42).

Como refere o autor a censura levada a cabo a televisão estatal era de tal forma apertada e exercida a diversos níveis desde logo pela administração da RTP, onde os elementos eram escolhidos pelo Presidente do Conselho, bem como pelo Gabinete de Exame e Classificação de Programas e o Conselho de Programas da empresa, além do censor permanente nas instalações da RTP que, era delegado na Comissão do Exame e Classificação de Espetáculos (Azevedo, 1999, p. 243). “A RTP era, de facto, tão rigorosamente vigiada e controlada pelo Poder que dir-se-ia impossível ultrapassar as barreiras da censura” (Azevedo, 1999, p. 238).

2.3.5.3.3. Atuação da Censura sobre a rádio

Foi no início do século XX, em 1914, que Portugal viu serem feitas as primeiras experiências ao nível da rádio. O autor Jorge Pedro Sousa também refere que foi “(...) na segunda metade do século XX, vários curiosos, incluindo comerciantes de artigos elétricos, interessaram-se pelo novo meio da rádio, auto-denominando-se «senifilistas» (de «sem fio», devido à sigla TSF, Telegrafia Sem Fio)” (Sousa, 2008, p. 38) realizando-se as primeiras experiências a esse nível. Contudo, as emissões de rádio como as conhecemos hoje ou pelo menos com algumas pareças só aconteceram dez anos mais tarde em 1924, quando surgiu o primeiro posto emissor o P1AA – Rádio Lisboa depois alterado para CT1AA – Rádio Portugal (do qual se iniciaram as emissões regulares de rádio no país, no ano seguinte, em 1925) (Sousa, 2008, p. 38).

De acordo com o mesmo autor, as emissões de rádio viriam a ser suspensas ainda nesse ano, em 1925, porque havia a suspeita de que os emissores andavam a lançar falsas notícias sobre um golpe militar de 18 de abril desse ano. No entanto em julho as emissões viriam a ser restabelecidas. Três anos mais tarde, já com a Ditadura Militar implantada foi criado um novo o emissor, o CT1DY que, viria a tornar-se na RCP. Com a ditadura implantada em Portugal e Oliveira Salazar a comandar os destinos do país,

apesar do controlo esta viria a ser um meio de divulgação dos ideais do regime – o que permitiu que proliferasse enquanto meio de comunicação estatal, mas também privado.

“Com o advento do Estado Novo, o Governo, que via na rádio um útil instrumento de propaganda, instituiu por um decreto de 1930, o monopólio estatal dos serviços de radiodifusão. Porém, o diploma permitia, igualmente, a concessão de licenças a operadores privados. Ao abrigo dessa prerrogativa legal, Jorge Botelho Moniz fundou, com outros empresários, o Rádio Clube Português” (Sousa, 2008, p. 38)

Já em 1933, a EN começou as suas transmissões experimentais – tornando-se depois a rádio estatal, pois procurou noticiar todos os eventos relacionados com o Estado (Mustafá, 2016, pp. 96-105). Também a EN era alvo da censura, no entanto neste órgão de comunicação era feita pelo SPN. Além da vigilância feita à programação, a censura também velava por outro tipo de conteúdos desde entrevistas, artistas convidados e programas de humor (Azevedo, 1999, pp. 252-253).

A década de trinta trouxe algumas mudanças na forma como se fazia rádio, pois começaram a ser feitos noticiários, ainda que com uma forte vigilância por parte de censura sobre o que era divulgado, apesar de as notícias terem como fonte o Estado e as agências de notícias; também começaram a ser realizadas reportagens. Em 1936, as rádios privadas passaram a ter publicidade nas suas emissões e a Rádio Renascença também iniciou as emissões experimentais, tendo em 1938 passado a ter emissões regulares, segundo o autor. Contudo, a forma de fazer jornalismo radiofónico naquela época primava muito pela leitura ao microfone. Também usava com frequência adjetivação, assim como na demonstração de sentimentos a relatar os acontecimentos ou na escolha de palavras (Sousa, 2008, p. 40).

Já em 1968 a EN, a rádio estatal, também começou a ter noticiários de hora a hora, bem como a Rádio Renascença em 1972. No entanto nem só de rádios a favor do regime existiam em Portugal, também surgiram rádios opositoras ao regime, como a Rádio Voz da Liberdade criada por Manuel Alegre em 1963, muito ouvida por pessoas que não defendiam a ideologia do regime (Sousa, 2008, p. 41).

Capítulo 3. Marcelismo: A «primavera» falhada e o reformismo de um regime

3.1. Marcello Caetano: política, academia e a ascensão ao poder

Marcello Caetano foi uma personalidade que esteve intimamente ligada ao regime ditatorial instaurado por Oliveira Salazar, mas não só de política se fez a sua vida, pois também esteve ligado à academia. “(...) A vida académica será a maior e a mais estável constante que acompanha transversalmente toda a sua vida profissional e funcionará como um porto seguro, onde regressa sempre que a política o desiludiu” (Cabrera, 2006, p. 33). Aos 21 anos, Marcello Caetano licenciou-se em Direito e aos 25 era doutorado em Ciências Político-Económicas. Aos 27 anos iniciou a sua carreira como docente universitário na Faculdade de Direito (Cabrera, 2006, p. 33).

No entanto, a vida do futuro ditador não se restringiria apenas à academia, pois desde cedo mostrou interesse pela vida política – desde os 20 anos que era militante do Integralismo Lusitano. Anos mais tarde, viria a colaborar com Salazar, na altura ainda Ministro das Finanças, concedendo apoio jurídico à revisão do regime legal de seguros. Onde a sua eficiência e conhecimento sobre o assunto o terão catapultado para auditor jurídico do Ministério das Finanças a convite do ditador então em funções. Daí a estar dentro no novo regime foi um salto, pois Caetano também viria supervisionar os trabalhos da elaboração da nova Constituição de 1933. Quando António de Oliveira Salazar tomou posse como Presidente do Concelho de Ministros, Marcello Caetano foi convidado pelo ditador para fazer parte da Junta Consultiva da União Nacional (Cabrera, 2006, p. 34). Contudo, de acordo com a autora, esta relação viria a revelar-se complicada. Marcello Caetano, adepto do Fascismo de Mussolini, acreditava que o Chefe de Estado deveria governar o país com emoção, de forma que a sociedade interiorizasse os ideais do regime.

“Caetano põe a nu o seu sentimento de simpatia pelos modelos políticos mais radicais e activos, inspirados no modelo político do fascismo italiano e critica o regime por não ter tomado a iniciativa de governar com mais emoção, tempero fundamental para ganhar as massas para a causa do Estado Novo” (Cabrera, 2006, p. 34).

Em 1940, um novo cargo é entregue a Caetano, a Comissão Nacional da Mocidade Portuguesa e uma nova faceta é evidenciada por este: o reformismo, pois cabia-lhe reformar a instituição. Mas as suas críticas depressa se fazem ouvir, nomeadamente, aquilo que Caetano entendia como fraquezas do regime: a falta de ação agregadora do Governo para resolver os problemas e o poder centralizado na pessoa de Salazar (Cabrera, 2006, pp. 36-37):

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

“A falta de coordenação continua a ser o principal defeito da nossa política. Cada Ministério, Direcção-Geral, Inspeção, Junta ou Grémio tem uma orientação e às vezes tudo isto se choca e contradiz. Não seria útil e oportuno encarregar meia dúzia de pessoas de um sério estudo dos problemas e de um plano de conjunto para os resolver? (...)”²⁵ (Cabrera, 2006, p. 36).

“O sistema de condução política do Governo só pelo Presidente considero-o francamente condenável. Não que não deva ser um só a preponderar e a decidir: mas é indispensável criar num governo o espírito de equipa, dar aos ministros a impressão (ao menos) de que participam na criação política, o que lhes traria outro gosto de trabalhar e outra consciência directiva”²⁶ (Cabrera, 2006, p. 37).

Neste desaire de críticas tecidas à governação do atual dirigente do Estado Novo, Marcello Caetano propõe medidas de remodelação ao regime, nomeadamente, na imprensa. Este acreditava que ao dar mais liberdade à imprensa para relatar os factos a sociedade voltaria a ver o setor com outros olhos, que se criaria ,um elo de confiança. No entender da autora, Ana Cabrera, o propósito de Caetano com esta aparente liberdade era eludir a imprensa no sentido de que se podiam tecer críticas ao regime e, mesmo denunciar o que estava mal, mas sem colocar em causa os mantras do regime (Cabrera, 2006, p. 38).

“Obter uma colaboração séria da Imprensa, e dar-lhe maior liberdade para publicar críticas e serviços públicos ou aos seus agentes, ou queixas contra prepotências de autoridades. A Imprensa está desacreditada no público: para através dela se fazer ouvir o bem é preciso que possa apontar o mal”²⁷ (Cabrera, 2006, p. 38).

Em 1947, o Governo de Salazar foi remodelado e Caetano vê-se substituído do cargo que ocupava como Ministro das Colónias. Deixa o Governo para trás, mas manteve-se ativo na vida política, pois Salazar convida-o para a presidência da comissão executiva do partido, que desempenhou entre 1947 e 1950. Posto isto, remete-se à Universidade e ao cargo que ocupava no Banco Nacional Ultramarino desde abril de 1948, até que no ano seguinte Salazar o convida para um novo cargo, procurador da Câmara Corporativa, da qual seria presidente até 1955.

Em 1951 foi ordenado membro vitalício do Concelho de Estado; entre 1955 e 1958 ocupou a Presidência do Concelho, onde Marcello Caetano fez um pouco de tudo desde presidir concelhos de ministros para o comércio externo e assuntos económicos; chefiou também as comissões dos Conselhos de Ministros da OECE e da OTAN e era também responsável pelo SNI, logo, tinha sob a sua diligência as relações entre a

²⁵ Citado por (Cabrera, 2006, p. 36) in Salazar, Caetano – Cartas Secretas (1932-1968). Lisboa: Difusão Cultural.

²⁶ Citado por (Cabrera, 2006, p. 37) in Salazar, Caetano – Cartas Secretas (1932-1968). Lisboa: Difusão Cultural.

²⁷ Citado por (Cabrera, 2006, p. 38) in Salazar, Caetano – Cartas Secretas (1932-1968). Lisboa: Difusão Cultural.

imprensa e os Serviços de Censura (Cabrera, 2006, p. 46). Foi graças a esta pasta e à sua estreita relação com a imprensa, que Marcello Caetano iniciou a redação de um projeto lei sobre a imprensa – que nunca viria a ver a luz dia, mesmo quando assumiu o poder em 1968.

“De resto, Caetano retomou a ideia do projecto depois de tomar posse como Presidente do Conselho de Ministros em 1968, mas, como ele próprio nota, encontrava-se ultrapassado e a guerra em África impediria qualquer abertura no campo da censura. Contudo, o projecto, tal como o autor o descreve impunha à Imprensa o papel ingrato de censora da sua própria produção” (Cabrera, 2006, p. 46).

A 14 de agosto de 1958, pediu ao Presidente da República para ser exonerado do cargo vitalício do Concelho de Estado e dispensou-se, ele próprio, da Comissão do partido do regime. No ano seguinte, em janeiro de 1959 tornou-se reitor da Universidade de Lisboa, cargo que também viria ele próprio a abandonar depois das manifestações estudantis em março de 1962, depois de o Ministério da Educação proibir as comemorações do Dia do estudante (Cabrera, 2006, p. 48).

A participação de Marcello Caetano na governação de Salazar teve as suas vicissitudes, não só na questão da governabilidade, mas entre os próprios ditadores, pois ambos tinham pontos de vista diferentes quanto à forma de dirigir o país. Salazar sempre foi uma pessoa reservada e comedida perante os *media* e muito rígido na sua governação e nos seus ideários. Caetano também acreditava que a governação do Estado só seria possível com autoridade e centrado na liderança do Chefe, mas queria ir mais longe, no sentido de querer cortar com o passado bafiento onde só os políticos tomavam as decisões. Queria chamar a sociedade para o exercício do poder – fazê-la sentir que também tinha uma palavra no momento da decisão. Ou pelo menos dar a entender que tinham esse papel, o que leva o autor Paulo Serra a concluir que a estratégia de Marcello Caetano foi puramente propagandística. Onde os meios de comunicação também contribuíram para assegurar a ideia.

“Esta «nova operação de propaganda» implica, simultaneamente, uma nova conceção da ação governativa no «Estado moderno», do papel da opinião pública nessa ação e, em consequência disso, de um papel político decisivo dos novos «meios de difusão postos pela técnica ao serviço de todos», com destaque para a televisão” (Serra, 2017, p. 43).

Como é que Marcello Caetano construiu essa ideia? Através da sua estratégia de comunicação, focando os *media* no Chefe de Estado e em tudo o que este fazia. “A ideia de que a aproximação do político ao povo se podia fazer através dos meios como a televisão, a imprensa e também pelos contactos diretos em viagens e visitas, constituíram os alicerces da estratégia de comunicação marcelista” (Cabrera, 2019, p. 225). Além de que, Marcello Caetano no período em que fez parte do Governo de

Salazar e, citando a autora Ana Cabrera, deixou no ar o “germe reformista” de que a sua direção foi alvo, aleado à vontade de expansão e modernização do país.

“Contudo, tinha deixado no seio do regime o germe reformista que se alicerçava no inevitável arranque da industrialização, na modernização da administração, numa certa abertura à Europa e na preparação de novos quadros técnicos aptos a intervir com experiência no setor e um conhecimento transnacional” (Cabrera, 2006, pp. 48-48).

Daí a dez anos, a 3 de agosto de 1968, a figura principal do regime viria a capitular depois de sofrer um AVC. A queda de Salazar originou uma crise política, pois em 35 anos da existência do Estado Novo foi a primeira vez que se escolheu um novo governante para o país. O eleito de Américo Tomaz, Presidente da República à época, foi Marcello Caetano. Tal não deve ter surpreendido ninguém, uma vez que, Caetano além de ter sido uma figura assídua no Governo de Salazar, também partilhava dos seus ideais, ainda que de uma forma avessa. “A vida de Marcello José das Neves Caetano (1906-1980) esteve intimamente ligada à vida política e cultural do país e, por isso, à história do Estado Novo” (Cabrera, 2006, p. 34).

3.2. Marcello Caetano & informação: a sua conceção e a premonição do futuro

Marcello Caetano além de ter sido um homem do regime foi também um homem que conheceu os meandros do Jornalismo, mais concretamente a imprensa, conhecimento que lhe permitiu desenvolver uma estratégia de comunicação totalmente nova e arrojada para a época.

“A imprensa e o gosto pelo jornalismo estão profundamente ligados aos interesses e atividades de Marcello Caetano. Conhecia os jornais do lado de dentro (...). A este gosto aliava também saberes sobre processos produtivos das notícias, a importância dos comentários, as técnicas de montagem, as estratégias de titulação. Era neste campo um homem que juntava o saber técnico ao saber prático. Por isso, o conhecimento destas matérias conferia à sua ação política uma maior intencionalidade” (Cabrera, 2019, p. 227).

O futuro ditador, entendia que o processo de construção da opinião pública de um grupo social não se proporciona sob o mesmo conjunto de informação a todos os indivíduos que o compõem, pois reconhece que existe uma classe conhecedora das coisas, logo, só ela os poderá orientar. “Em teoria, o processo ideal de formação da opinião pública consistiria em proporcionar a todos os indivíduos a mais ampla e circunstanciada documentação acerca dos factos e das ideias do seu tempo” (Caetano, s/d, p. 93). Isto remete-nos para ideia de um regime autoritário, onde apenas o Chefe de Estado é conhecedor das coisas, bem como quem lhe é mais próximo, os seus

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

ministros, mas o povo fica na ignorância sobre o que se passa. O povo iletrado acreditava que o Chefe de Estado estava a zelar pelo país ao tomar as decisões, mas ao fazer isto o Estado criou uma sociedade presa ao poder político.

“(...) temos uma imagem de uma elite profundamente classista, certa de ter sido bafejada pelo exclusivo da cultura, certa de ter, não só as melhores opiniões, mas também, as melhores soluções para guiar e orientar um povo de ignorantes. Esta atitude elitista e paternalista amplia-se perante o papel da informação” (Cabrera, 2006, p. 58).

No entanto, Marcello Caetano também reconhecia os poderes dos *media* e a necessidade de os políticos os usarem a favor da comunidade e da governação do país. Contudo, perante a necessidade de manter a ordem estabelecida, a censura acabou por ser uma arma mais favorável, pois eliminava tudo o que tentasse intervir no processo de informar, sobretudo no que fosse contrário à ditadura. Os únicos interesses dos indivíduos deveriam ser a informação proveniente do Estado, visto que, numa sociedade arreigada à ditadura não existiam outros interesses sem ser a devoção ao Chefe de Estado e à Pátria. Dessa feita, a conceção de informação de Marcello Caetano quando subiu ao poder em 1968 foi de a instrumentalizar, bem como os *media*, no sentido de a sociedade pensar que participava na vida política do país como se tratasse de uma Democracia, onde há um constante debate de ideias e as pessoas são chamadas a decidir sobre os destinos do país.

“Mas só há vantagens no aproveitamento pelos homens de Estado dos meios de difusão postos pela técnica ao serviço de todos para procurarem obter uma união mais íntima entre governantes e governados através da exposição dos problemas, da explicação das decisões e do comentário dos resultados” (Caetano, s/d, p. 114).

“A censura é uma necessidade inevitável para criar obstáculos ou até eliminar os diversos factores e interesses que procuram intervir no processo informativo. A ideia era que para o público, só passassem ideias e opiniões filtradas e consonantes com os interesses do Estado. O povo não tem interesses, porque, na incapacidade de compreender as ideias no estado puro, é maleável à instrumentalização que a informação pode exercer na opinião pública” (Cabrera, 2019, p. 228).

Ao parecer estar mais próximo dos portugueses, estes pensariam, que teriam algum tipo de poder de decisão e, assim, a ditadura iria afrouxar. Mas no final, o que parecia a «primavera marcelista» revelou-se um grande fracasso, porque a ditadura manteve-se, mas com um ditador mais presente na vida dos portugueses com o auxílio dos *media*.

“Esta necessidade de os governantes informarem a opinião pública, de estarem atentos aos seus movimentos e de darem resposta aos seus anseios é enfatizada por Marcello Caetano (...). Essa essência não equivale, no entanto, a assumir que os governantes devam abdicar de uma “liderança autoritária”, mas antes que mesmo esta liderança terá de ser mais ou menos consentida (...)” (Serra, 2017, p. 44).

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

“A informação disponibilizada assume um carácter utilitarista e circular: serve para manter a clama e a ordem – mantém o *statu quo*; assegura a confiança na acção governativa e enaltece a política dos governos. A liderança autoritária que defende para a condução dos assuntos políticos mantém-se, pois, sustentada pelo desenvolvimento de uma prática que dê ao povo a ilusão de participar nos assuntos do Estado” (Cabrera, 2006, p. 63).

Marcello Caetano nunca quis acabar com o regime, mas sim dotá-lo de novos mecanismos e mais modernos. Ou como muitos designariam com o reformismo de um regime.

“(…) não era sua intensão pôr fim à censura. Considerava sim a necessidade, muito sentida ao longo do Estado Novo, de modernizar a actuação dos serviços de censura tornando a sua acção mais simples e actualizar, simultaneamente, as leis dispersas por inúmeros decretos” (Cabrera, 2006, p. 52).

Apesar do seu carácter autoritário e da sua permanente de ideia de não afrouxar a censura, foi durante a governação de Marcello Caetano que Portugal foi alvo de grandes reformas a diversos níveis, que permitiram o país aproximar-se da Europa. O ditador acreditava que só desenvolvendo o país seria possível promover crescimento, como refere o autor a seguir:

“Marcello acreditava que para além dos aspetos financeiros, o desenvolvimento de Portugal passava por profundas reformas nos setores das políticas sociais, das políticas industriais, da educação, da agricultura. Por isso o seu projeto político principal era o de reformar e modernizar globalmente a sociedade portuguesa aproximando-a dos níveis de desenvolvimento europeus” (Mendes, 2020, p. 18).

Para alcançar o desenvolvimento em muito terão contribuído os Planos de Fomento, nomeadamente o IV Plano de Fomento aprovado em 1973, que deu início a grandes construções no país desde: a barragem do Alqueva, a barragem de Crestuma, a conclusão a autoestrada do Norte até Braga e projetos como o novo aeroporto e a central nuclear. O setor que mais foi alvo das reformas do governo de Marcello Caetano foi a sociedade e, em detrimento destes, outros setores como a agricultura e a educação. Na agricultura, foi feita uma reavaliação do interior e do litoral, para que assim fossem corrigidos os desequilíbrios entre as duas zonas (Mendes, 2020, p. 19).

“Neste quadro, o seu governo propôs a criação dos polos de desenvolvimento regional, nomeadamente os do Nordeste Transmontano, da Cova da Beira, da bacia do Mondego e do complexo de Sines. Outra inovação dos governos de Marcello Caetano foi a criação das seis comissões de Planeamento Regional” (Mendes, 2020, p. 19).

Ao nível da sociedade, as reformas feitas permitiram que a população tivesse um apoio económico por parte do Estado, ou seja, apoios sociais: reforma, abono de família, assistência em caso de doença e outros subsídios como o de nascimento ou de

casamento. Em relação à educação a Mocidade Portuguesa, que vinha do tempo da governação de Salazar, na governação de Caetano foi extinta e, de acordo com o autor Pedro Emanuel Mendes, procedeu-se à “(...) democratização da educação associada à igualdade de oportunidades, o acesso pelo mérito e a liberdade de ensino” (Mendes, 2020, p. 20). Desta feita, o ensino básico passou a ser gratuito e obrigatório até aos 8 anos e o Ensino Universitário espalhou-se pelo país, através da criação de diversas faculdades e institutos politécnicos – ficando assim congratulado o acesso ao ensino superior para todos, independentemente, das posses monetárias das pessoas (Mendes, 2020, p. 20).

3.2.1. A estratégia de informação do ditador

Marcello Caetano como vimos anteriormente era conhecedor dos meandros do Jornalismo e da informação, o que lhe permitiu encetar uma estratégia da informação nunca vista na governação do seu antecessor. Além disso, Caetano era um homem do regime e fiel aos seus ideais, pois acreditava ser possível fazer mais no seio da ditadura – governar na mesma com autoridade, mas com emoção e mais apoio da opinião pública.

“Os pressupostos acerca da informação ajustam-se, como peças de um engenho, à prática política de Marcello. Embora adaptando-se à mudança dos tempos, porque é um homem culto, sensível às mutações, observa-se que é numa matriz teórica, num pensamento estável nas suas raízes profundas que se alicerçam os pilares de uma prática política” (Cabrera, 2006, p. 63).

Ora, quando Caetano assume o lugar de Salazar teve de se preocupar em granjear na sua pessoa não só a confiança dos portugueses, mas mostrar à oposição que a sua governação não se centraria na continuidade, mas sim na mudança. O então designado Presidente do Conselho de Ministros dá início a uma estratégia de informação, que irá renovar a imagem do regime, mas sobretudo do antigo Chefe de Estado e nada melhor do que os *media* para o auxiliar nessa tarefa (Cabrera, 2006, p. 65). De acordo com a autora Ana Cabrera a estratégia encetada por Marcello Caetano assim que assume o poder baseia-se em três pilares essenciais muito focalizada para os meios de comunicação social, sobretudo, para a imprensa e para a televisão.

Com esta estratégia de comunicação, primeiramente, o novo ditador do Estado Novo, pretendia mostrar que era em muito diferente do seu antecessor – não só na sua vida privada, mas também como líder político: “(...) homem de família, com filhos e netos, com múltiplas relações sociais e de amizade, viajado – por oposição ao celibato solitário e isolado de Salazar (...)” (Cabrera, 2006, p. 64). Segundo, procurou estabelecer uma

relação de maior proximidade entre si, a sua posição no governo e os jornalistas, permitindo que através deles a sociedade, acompanhasse de perto o seu trabalho na gestão do país: “(...) dá-lhes oportunidade de acompanharem um dia de trabalho com o Presidente do Conselho de Ministros; visitam e fotografam o seu gabinete, situação nunca antes permitida por Salazar; permite aos jornalistas a realização de perguntas informais; faz-lhes notar que considera a importância do trabalho jornalístico (...)” (Cabrera, 2006, p. 64). Inerente a este segundo pilar, o terceiro pilar da sua estratégia foi autorizar que o povo tivesse conhecimento sobre como era feita governação do país juntos dos restantes ministérios: “(...) conferências de Imprensa que explicam as acções dos diversos ministérios; viagens no país, nas colónias e no estrangeiro amplamente reportados pela Imprensa” (Cabrera, 2006, p. 64).

Assim sendo, Caetano desenvolve com os *media* uma relação de um certo à vontade, que Salazar nunca mostrou, o que lhe permitiu criar uma ponte entre o regime e os portugueses. E também mudar a imagem que os portugueses tinham do Chefe de Estado, que antes era visto como uma pessoa austera e isolada para alguém com quem é possível conviver, conversar, mas essencialmente, criar uma ligação. “(...) um homem activo, coloquial e sedutor para a Imprensa e, por intermédio desta, para o público” (Cabrera, 2006, p. 65).

“(...) é um homem que sorri, daí ter-se concluído que era simpático. O sorriso de Caetano importa por ser, desde logo, algo que lhe imprime um carácter diferenciador em relação a Salazar, homem sisudo por natureza. O sorriso de Caetano dá dele a imagem de um homem contente consigo, que faz aquilo que gosta, capaz de colocar emoção na vida política” (Cabrera, 2006, p. 66)

Além de se mostrar coloquial e abrir as portas da sua vida privada ao país foi também no âmbito profissional que Marcello procurou diferenciar-se daquela que foi a governação solitária de Salazar. O novo ditador estava apostado em dar-se às pessoas, não só com os portugueses nas visitas que fez pelo país, mas também nas visitas ao estrangeiro, que além de ser o centro das atenções também levava Portugal além-mar. Percebemos então que os meios de comunicação foram fundamentais para Marcello Caetano se afirmar como líder político, nomeadamente, na televisão onde viria a desenvolver um programa com elevadas audiências para a época – “Conversas de Família” – onde o Chefe do Governo dissertava sobre diversos temas e problemas que assolavam o país. Este programa esteve em antena entre 8 de janeiro de 1969 e março de 1974, com periodicidade mensal (Cabrera, 2022, p. 309). Dir-se-ia que através deste programa Marcello Caetano tornou-se uma autêntica vedeta, pois afirma com convicção que o país todo parava para ouvir o que tinha para dizer, o que terá auxiliado na ascensão da sua imagem.

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

“E a verdade é que o país correspondeu com extraordinário interesse às minhas exposições. Muitos dias, para ouvirem as conversas em família (que nunca dava mais do que 20 a 25 minutos), parava tudo. Os que não tinham televisão procuravam os cafés mais próximos. Nas províncias havia famílias que percorriam quilómetros para poderem ver-me. A minha imagem popularizou-se e por todos os lados encontrava pessoas que me agradeciam ‘a presença nas suas casas’ para conversar sobre temas de interesse geral²⁸” (Cabrera, 2022, p. 310).

O autor Paulo Serra é da opinião que o programa de Marcello Caetano teve como objetivo primordial ludibriar os portugueses para a sua demanda e o que mais contribuiu para tal foi a relação de proximidade que o ditador estabeleceu desde o primeiro momento (Serra, 2017, p. 46).

“(…) «Conversas» visavam um duplo objetivo: informar o povo acerca das dificuldades que o regime atravessava, procurando assim ganhá-lo para a sua causa; e, para fazer isso, estabelecer com o povo uma relação direta, não mediada por jornalistas ou instâncias de representação política” (Serra, 2017, p. 46).

Contudo, atrás desta aparente aproximação e simpatia que Marcello Caetano encetava da imprensa para o seu povo, não deixava de estar um ditador, que acreditava que o Estado só poderia vencer com uma governação autoritária e onde a sociedade tinha de ser vigiada e aprisionada, bem como os restantes setores, para não ser contaminada por ideias contrárias às do regime.

“Caetano considerava que a governação assetava num *pacto de virtude*, segundo o qual o governante guiava coletividade, pelo que o sucesso de uma liderança autoritária consistia em dar ao povo a sensação de que era parte ativa na definição da política” (Cabrera, 2022, p. 310).

Marcello reinventa-se a si e ao regime apostando numa governação baseada na ação e na emoção e nada melhor que dos *media* para promoverem a mudança. Numa época onde nada era publicado sem passar pelo crivo da censura, onde os artigos jornalísticos imperavam pela carência de ideias e de criatividade. No entanto, a mesma autora também faz notar que esta ligeira abertura da vida ministerial aos meios de comunicação social foi confundida como uma viragem de ciclo. No fundo todos pensaram que a ditadura estava próxima do fim e que com ela acabaria também a censura, mas como isso só aconteceria com a Revolução dos Cravos em 1974. “Pode-se argumentar, é claro, que a revolução do 25 de abril de 1974 veio demonstrar, em ato, a falência da estratégia de propaganda, televisiva e não só, de Marcello Caetano” (Serra, 2017, p. 48).

²⁸ Citado por (Cabrera, 2022, p. 310) in Testimonio. Paraninfo.

Ora, tanto o povo como os *media* acabaram por ser usados pelo ditador com a pretensão de que algo no regime iria mudar. “A Imprensa demonstra surpresa e, alguma, até um certo entusiasmo perante a inovação relacional que Marcello proporciona. Mas a inovação reside, pois na forma como Marcello usa a Imprensa” (Cabrera, 2006, p. 66). Como dissemos atrás, Marcello Caetano era um homem do regime, por isso, não concebia a ideia de a imprensa vigorar sem censura, pois acreditava que existiam forças determinadas a desvirtuar a essência do país:

“O meu desejo teria sido o de suprimir a censura logo que cheguei ao Poder. Mas, pelas razões apontadas, de se achar o País envolvido numa luta em que o moral da retaguarda é tão importante como o vigor das tropas, e em que há forças poderosas do estrangeiro empenhadas em minar a nossa resistência, isso não é possível²⁹” (Cabrera, 2022, pp. 308-309).

3.3. Marcello Caetano no poder e a expectativa frustrada de liberdade

Ora, para esta expectativa de mudança em muito contribuiu a estratégia de comunicação encetada pelo novo ditador, que através dos *media* fez passar a sua mensagem ao povo – que passou a acreditar que afinal tinha uma voz ativa na vida pública do país. Há um ponto fundamental nesta estratégia encetada por Caetano: a sua personalidade, pois o novo ditador em comparação com o anterior era muito mais emotivo e os meios de comunicação e a sociedade interiorizaram isso como mudança. Contudo, atrás desta aparência simpática e eloquente, estava alguém que nunca deixou de defender o regime autoritário e a supremacia da Nação. Nesse sentido, a estratégia levada a cabo pelo novo ditador tinha como objetivo a permanência desta ideologia política no país e o melhor aliado para o conseguir eram os *media*, que publicitaram uma boa imagem do ditador. Assim, os *media*, como refere a autora Ana Cabrera, passaram a ser instrumentos estratégicos do Estado e das suas vontades.

“A forma como Marcello se apropria dos meios de informação para fazer passar a *acção* e a *emoção*, transforma-os em instrumentos estratégicos ao serviço dos desígnios do poder e da actuação governativa. É um processo que se enquadra na ideia de *informação de propaganda* – a informação transmitida ao público por intermédio dos jornais, não resulta da procura dos jornalistas, mas antes da iniciativa deliberada dos governantes que as disponibilizam com objetivos estratégicos” (Cabrera, 2006, p. 93).

De acordo com a autora, a morte de Salazar e, a conseqüentemente, nomeação de outro chefe de Estado, a permissão para que presos políticos regressassem ao país e a evidência que a censura seria mais branda com a comunicação social criou na mente

²⁹ Citado por (Cabrera, 2022, pp. 308-309) in Progresso em Paz. Verbo.

das pessoas a ideia de que o regime iria aligeirar a repressão. O que até chegou a acontecer, mas até determinado ponto. Caetano tinha outros planos, que passavam por manter a sua imagem de conciliador quer com os portugueses quer com os *media*, mas assegurar a manutenção do regime.

“(…) evitar a todo o custo crispação e desentendimentos no seio do regime, que era, na verdade um risco que corria; afirmar-se como pacificador da nação; aparentar uma imagem conciliadora face a alguns sectores da oposição mais moderada, na tentativa de isolar os sectores mais radicais da oposição ao regime protagonizado pelo Partido Comunista Português” (Cabrera, 2006, p. 94).

Os prenúncios daquela que viria a ser uma liberalização do Estado Novo com Marcello Caetano viria a revelar-se uma “primavera falhada”, uma vez que, a ideia de liberdade não passou de uma ideia no papel, apesar da necessidade que mudança.

“A chegada de Marcello Caetano ao poder foi acompanhada de uma certa abertura do regime (...). Em contrapartida a essa abertura, procura manter as velhas esferas com a continuidade duma política de manutenção da ordem interna e da unidade do território ultramarino³⁰ e tenta corrigir o «desequilíbrio» do excessivo autoritarismo de Salazar³¹” (Martins, 2022, p. 301).

“(…) o novo Presidente do Conselho apresentou o seu governo sob o signo da «renovação na continuidade» deixando antever um intuito liberalizante. No entanto, no domínio da comunicação, as suas primeiras disposições da censura acentuarão a continuidade mais do que a renovação, reafirmando alguns dos princípios basilares instituídos no período salazarista” (Rezola, 2021, p. 1).

3.3.1. Marcelismo: a reforma de um regime que se manteve igual a si mesmo: lei de imprensa e a censura

Como tem vindo a ser elencado ao longo deste capítulo, o povo português desejava que o marcelismo mudasse a ideologia política do país. Inicialmente, a censura deu mostras de alguma ligeireza à comunicação social, que seguia o Presidente do Conselho no seu trabalho e visitas governativas, mas não passou de uma ligeira abertura. “No que se refere à natureza do regime, Marcello Caetano mudou ou fingiu mudar algumas coisas para que tudo ficasse na mesma. Na Censura houve, inicialmente, um certo abrandamento, mas logo depois tudo voltou a ser como dantes” (Martins, 2022, p. 307).

³⁰ Citado por (Martins, 2022) in Dicionário de História do Estado Novo, Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores 546-548.

³¹ Citado por (Martins, 2022) in Marcello Caetano As desventuras da razão. Braga: Gótica.

As mudanças a que se refere o autor João Carlos Martins foram puramente estratégicas e resumiram-se a mudar os nomes das instituições já existentes e extinguir instituições obsoletas para criar outras com os mesmos objetivos das anteriores.

Ora vejamos: a 15 de novembro de 1968 SNI foi extinto, órgão no qual se inseria a censura, para ser substituído pelo SEIT liderado por Moreira Baptista com a responsabilidade de dirigir os trabalhos com a informação escrita e radiofónica, com o turismo e as atividades relacionadas com a cultura (Cabrera, 2006, p. 93). Desta nova instituição foi criada uma outra, o Conselho Nacional de Informação, que orientava os trabalhos relativos à informação do regime. Como explica a autora, apesar desta instituição não ter plenos poderes para tomar decisões relativamente ao que lhe foi incumbido, o facto de os seus dirigentes serem nomeados por elementos do Governo dá a ideia do contrário. O mesmo aconteceu com a nova secretaria, que apesar de não produzir mudanças na comunicação estatal dá a ideia do contrário, passando a ideia para a população de que os meios de comunicação tinham mais liberdade de ação, logo, que o regime mudou a sua forma de atuação.

“O Conselho Nacional de Informação não é uma estrutura independente para dar pareceres e intervir nalguns domínios da informação. Mas é a sua composição que devolve a intencionalidade das funções. A circularidade é a característica mais evidente da composição deste órgão – os representantes são directores ou presidentes de nomeação governamental e, portanto, da sua confiança; outros, representam sectores da organização corporativa que é uma estrutura da organização do Estado Novo. Portanto os poderes do Conselho Nacional de Informação como a sua composição contribuem para acentuar a ideia de controlo da informação por parte do aparelho do Estado. A criação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo não produz alterações significativas na estratégia de informação; no entanto, cria a ideia de que o faz. Contribui, por isso, para a construção do espírito de mudança e, sobretudo, serve os propósitos do Chefe do Governo que pretende criar, na opinião pública, a imagem de uma relação mais aberta com os órgãos de informação” (Cabrera, 2006, p. 94).

A aparente liberalização do regime foi corroborada pelo próprio Chefe de Estado quando afirmou que o regime permitia que as pessoas expressassem a sua opinião e participassem na vida pública, sem qualquer tipo de rancores por a sociedade ser contra o regime. No entanto, o regime em nada iria mudar quando Marcello Caetano disse que queria “os portugueses de bem” a colaborar com o Governo e que era preciso agir com cautela em relação às heresias, que teimavam em fazer capitular a Pátria portuguesa (Cabrera, 2006).

“Fez um esforço no sentido de permitir mais larga expressão das opiniões, uma informação mais ampla, mais íntima participação do comum das pessoas na vida pública. Tem-se pretendido criar um clima político sem ódios, sem retaliações que permita um convívio normal entre os que professam opiniões diferentes. Procura-se chamar a colaborar com o Governo todos os bons cidadãos deste país. (...) Nesta matéria, porém, o Governo reserva-se ao direito de proceder com a necessária prudência, pois não só o ambiente internacional está longe de se

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

encontrar desanuviado, com tem de se evitar que os interesses contrários a Portugal se insiram perigosamente na frente interna”³² (Cabrera, 2006, p. 94).

Deste modo, percebemos que o objetivo de Marcello Caetano nunca foi acabar com a censura nem que a comunicação social tivesse plenos poderes para relatar o que acontecia no país, muito menos que a sociedade reclamasse os seus direitos. O Chefe do Governo deu alguma abertura com o propósito de ter os meios de comunicação e a sociedade do seu lado para não haver uma desvirtuação do poder. Para Caetano, não era possível acabar com a censura, pois no seu entender os *media* e a sociedade não estavam prontos para viver sem essa mordaza como afirma o autor João Carlos Martins:

“Fiel à sua estrutura jurídica na perceção do mundo, Marcello Caetano justificará como a censura era uma fonte de prevenção para a qual tivera de se caminhar porque «a imprensa portuguesa não tinha a noção dos limites e a repressão judicial dos delitos nela cometidos era demorada, originava processos escandalosos e acabava por ser ineficaz quando não contraproducente»³³” (Martins, 2022, p. 308).

De tal forma que 14 de outubro de 1968 é publicado um novo documento que viria a reger os trabalhos da censura em relação à imprensa designado de Normas a observar pela Direcção-Geral dos Serviços de Censura, no qual o novo subsecretario de Estado da Presidência afirmou que a censura seria minuciosa em certas questões.

“Tanto assim que, ainda no discurso marcelista da *abertura política* estava no auge e já o Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho, César Moreira Baptista, por despacho de 14 de Outubro de 1968, traçava as novas «Normas a Observar pala Direcção-Geral dos Serviços de Censura, onde se acentuava pela primeira vez o carácter casuístico da intervenção da Censura – o que tinha que ver com questões conjunturais, como, por exemplo, a análise comparativa entre as políticas de Salazar e de Marcello Caetano, mas não sobre as questões de fundo, como a ordem jurídica constitucionalmente estabelecida, a política a seguir relativamente às colónias ou as reivindicações operárias e académicas (...)” (Azevedo, 1999, pp. 458-459).

Apesar de se tratar de medidas minuciosas, que tinham o propósito de impedir que os *media* extravasassem para a crítica ao regime, eram medidas muito vagas, de acordo com a autora Ana Cabrera. Ainda assim, a autora também considera que este conjunto de medidas, que passaram a reger os trabalhos da Comissão de Censura deram mais abertura à imprensa, sobretudo ao nível da crítica. “Nesse sentido, alguma Imprensa passará a ser mais ousada em certos textos que publica, sobretudo nos editoriais e colunas de opinião, bem como nos assuntos que promove” (Cabrera, 2006, p. 96).

³² Caetano citado por (Cabrera, 2006, p. 94) in Discurso de Marcello Caetano de 27 de novembro 1968, na Assembleia Nacional.

³³ Caetano citado por (Martins, 2022, p. 308) in As minhas memórias de Salazar. Lisboa: Editorial Verbo.

Outro autor, Arons de Carvalho, também é da opinião que este tratamento casuístico da censura para com a imprensa, nos primeiros anos de governação de Caetano terão mesmo servido para mostrar que a mudança de facto iria acontecer, pois mostrou-se mais flexível.

“(…) a Imprensa que se mostrara independente do regime mostrou na circunstância claros sintomas de “jogar” na suposta “via marcelista para a liberalização”, concedendo o “crédito aberto” pedido pelo Chefe do Governo no seu discurso inaugural. Esse facto originou, principalmente, um recrudescimento de certo tipo de linguagem característica dos escrito auto-censurados. (...) a expressão “primavera política” passou a proliferar em quase todos os comentários políticos, devidamente acompanhadas, de resto, pela referência a “andorinhas”, “flores”, “altas e baixas pressões”, “superfícies frontais”, “céu muito (ou pouco) nublado”, “aguaceiros”, “chuviscos”, etc. (...) As modificações na Imprensa não se restringem porém às metáforas. No “novo estilo” governamental, há lugar, embora indiscutivelmente pequeno, para a aparente “dessacralização” do governante. No primeiro dia de exercício das suas funções, Marcello Caetano consente a entrada dos jornalistas no gabinete largos anos ocupado por Salazar. (...) O noticiário proveniente do estrangeiro sofre menos cortes” (Carvalho, 1999, pp. 58-59).

Com Salazar o período de eleições era sinónimo de abrandamento por parte da censura, com Caetano aconteceu o mesmo: a descompressão da censura aconteceu durante o II Congresso Republicano de Aveiro e novamente em 1969, altura de eleições. Face à abertura que existia nestes períodos, havia coisas que mesmo assim a censura não deixava passar como os comunicados dos partidos oposicionistas, inquéritos e comentários feitos pelos jornais sobre o período eleitoral (Carvalho, 1999, pp. 59-60).

“Marco fundamental da primavera marcelista, as eleições de 1969 foram simultaneamente um sinal de esperança e de frustração. Por um lado, existiu uma campanha eleitoral relativamente concorrencial. Por outro lado, os resultados foram os mesmos das eleições anteriores, isto é, a negação de participação política efetiva aos membros da oposição” (Mendes, 2020, p. 4).

O novo ditador sabia que o regime necessitava de uma mudança e até iniciou conversações com os deputados da Assembleia Nacional para tal, mas depressa surgiram incompatibilidades: de um lado estavam os mais conservadores, que defendiam a manutenção do regime e do outro lado, a facção independente que queria renovar o regime (Mendes, 2020, p. 5).

Uma vez mais, conclui-se que o marcelismo foi um período de promessas que não passaram do papel: em junho de 1969, os profissionais do setor do Jornalismo quase tiveram direito a um estatuto profissional, através do Decreto-Lei 49064. No entanto só com a Revolução de 1974 é que os Jornalistas além de ganharem voz, passariam também a ver a sua profissão reconhecida.

“Este diploma comportaria vantagens para os jornalistas: actualizava as classificações profissionais, ampliava o estatuto profissional a sectores que não eram considerados, como os

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

profissionais da rádio e da televisão entre outros. No entanto, este decreto nunca foi posto em prática porque as alterações mencionadas deviam ser aprovadas pela Direcção-Geral do Trabalho e Corporações, o que nunca aconteceu” (Cabrera, 2006, p. 97).

A questão da lei de imprensa e da remoção da censura foi a pedra no sapato na governação de Marcello Caetano, pois a com aparente aproximação dos *media* ao Chefe de Estado, a sociedade e o Jornalismo esperavam essa liberalização, que só viria a acontecer em 1974. Esta oposição do ditador à abertura do regime, segundo a autora Ana Cabrera, prendia-se com a resistência à mudança. Os portugueses vivam há quatro décadas oprimidos das suas vontades e direitos e, no entender do Chefe de Estado, a sociedade portuguesa não poderia de um momento para o outro viver em liberdade, porque não estava preparada. Marcello Caetano defendia aliviar a censura em certos aspetos, mas nunca retirá-la de circulação (Cabrera, 2006, pp. 97-99).

“Não se esqueça que vivemos 42 anos no regime de censura prévia. Nem jornalistas, nem empresas editoriais, nem Governo, nem público, estão preparados para um regime de responsabilidade perante os tribunais. Para ir criando condições mais propícias a censura foi em muito aliviada e reduzida em certos pontos essenciais³⁴” (Cabrera, 2006, p. 97).

O Chefe do Governo via a censura como uma forma de proteção da sociedade dos perigos que atentavam contra o Estado, nomeadamente, o Jornalismo, que queria romper com as amarras da ditadura. No entanto este controlo, tanto da sociedade como dos diversos setores de atividade, granjeou ao poder estatal uma infinidade de poder do qual não queria abrir mão (Cabrera, 2006, p. 100). Por isto, se entende que a ideia de Caetano nunca foi proceder à liberalização do regime, muito menos erradicar a censura. Antes pelo contrário, a sua intenção foi dar entender que isso iria acontecer e, de facto aconteceu, os *media* e o poder estatal ficaram mais próximos, tendo uma participação mais ativa na governação, mas com o intuito de os controlar.

No fundo, Marcello Caetano também queria granjear na sua pessoa poder, tal como Salazar fez no seu lugar, mas ao contrário deste, Marcello Caetano foi mais subtil. Salazar nunca escondeu que queria poder e para o ter procurou apoio nos setores com mais poder (as Forças Armadas, a Igreja e os políticos, nomeadamente de Óscar Carmona) e depois de lá chegar reuniu os poderes na sua pessoa e fez de tudo para que a sociedade lhe fosse devota. Enquanto Marcello Caetano depois de ter saído da política, com a morte do primeiro ditador acabou nomeado para o lugar deste dando a entender, que consigo no poder, o regime iria mudar, o que não se veio a verificar.

³⁴ Caetano citado por (Cabrera, 2006, p. 97) in Entrevista concedida ao jornal brasileiro O Estado de São Paulo em 13 de março de 1969, in A Capital, 14 de março de 1969.

No que à lei de imprensa diz respeito, foi um tema muito discutido, primeiramente pelos profissionais do setor que desejavam que o regime e a censura fossem abolidos para poderem produzir informação sem receio do que os Serviços de Censura poderiam cortar. Nesse seguimento, o II Congresso Republicano de Aveiro viria a ser o palco para tal discussão, onde a oposição se reuniu para exigir ao governo de Marcello Caetano a abolição da censura. Além de as liberdades serem restauradas era imperativo criar uma legislação que regulamentasse o Jornalismo e ao mesmo tempo colocasse um travão à censura.

Face a tamanha contestação, Marcello sabia que tinha de fazer alguma coisa para a apaziguar, pois o regime necessitava de uma mudança e até iniciou conversações com os deputados da Assembleia Nacional para tal, mas depressa surgiram incompatibilidades entre os mais conservadores e a facção independente (Mendes, 2020, p. 5). Várias propostas foram lançadas uma delas partiu do próprio Sindicato dos Jornalistas – o maior interessado – de onde saiu uma comissão para elaborar o projeto lei para a imprensa (Lima, 2014, p. 111). O outro projeto de lei derivou da chamada “Ala Liberal” da Assembleia Nacional, onde um grupo de “(...) deputados independentes, representava uma geração de jovens políticos que preconizavam a democracia do regime. (...) este grupo defendia uma transformação política que colocasse Portugal num sistema liberal e parlamentar à maneira europeia” (Lima, 2014, p. 111). Este novo grupo que se havia formado na Assembleia, a Ala Liberal, acreditava que para tirar o país do autoritarismo era necessário proceder a uma rápida liberalização.

“(...) inicialmente existia uma aparente convergência política entre a Ala Liberal e Marcello Caetano. Todavia, após o início da legislatura, começou a ficar evidente a incompatibilidade entre o projeto de liberalização controlada de Marcello e o projeto de liberalização democrática dos deputados da Ala Liberal. Os deputados da Ala Liberal desejavam reformas políticas e avanços rápidos na liberalização. Marcello queria uma liberalização controlada e com limites” (Mendes, 2020, p. 5).

Em 1970, o projeto da Ala Liberal viria a ser subscrito por Francisco Pinto Balsemão e por Francisco Sá Carneiro – que se propunha a defender a liberdade de imprensa, que acabou por ser rejeitado (Lima, 2014, p. 111). “Para Balsemão, como para Sá Carneiro, era fundamental acabar com este estado de coisas e devolver ao País uma Imprensa que impulsionasse o seu desenvolvimento” (Cabrera, 2006, p. 118). No entanto, apesar da tentativa frustrada, uma lei de imprensa viria a ser aprovada pelo Governo marcelista em 1971, mas esta situação apenas mostrou, como faz notar a autora Helena Lima, que o regime não estava predisposto a abdicar do seu maior trunfo: a censura.

“Este episódio revela, também, as contradições do período marcelista, não só pelo tema em discussão, com pela expectativa gorada de reforma gradual do sistema político. A ditadura ainda

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

que tenha dado azo a debates sobre esta matéria, vetou a iniciativa legislativa que escapava ao poder decisório tradicionalmente detido pelo regime” (Lima, 2014, p. 111).

Sobre a lei de imprensa de 1971 há a dizer que em relação, à primeira de 1933, pouco ou nada mudou. O autor Cândido de Azevedo diz que “(...) as alterações introduzidas por Marcello Caetano na Lei de Imprensa acabaram por se revestir de um carácter sobretudo formal (...)” (Azevedo, 1999, p. 463), pois como este autor refere e Ana Cabrera acaba por o referir esta lei de imprensa nutria-se de muitos aspetos vagos e centrava-se no interesse social e coletivo que a imprensa deveria ter em linha de conta. Ou seja, o Jornalismo continuava sem poder fazer o seu trabalho desligado do poder político e dos interesses do país, porque para o Estado o Jornalismo era também um meio para manter o controlo da sociedade. Essencialmente, a imprensa com a aprovação desta nova lei não passou a ter liberdade de ação para relatar factos nem permitiu o desenvolvimento do Jornalismo (Azevedo, 1999); (Cabrera, 2006).

“Com efeito, o novo diploma não revogou expressamente o Decreto nº 22 469 de 11 Abril de 1933, isto é: continuou, como até então, a não reconhecer efectivamente o direito individual de liberdade de expressão de pensamento pela Imprensa (...). Manteve-se o princípio dominante que era o da *função social* que à Imprensa incumbia de permitir a expressão de pensamento, a divulgação dos conhecimentos e a difusão de informações *tendo em conta o interesse colectivo*” (Azevedo, 1999, p. 463).

“O papel da Imprensa é definido em função da difusão de informação proveniente de *fonte conhecida* e da defesa dos *interesses nacionais*. Esta restrição assenta em noções abstratas, vastíssimas quanto à sua definição ou delimitação, que ganham um sentido de arbitrariedade quando subordinadas ao *bem comum* e ao *interesse geral*, sobretudo se atendermos à indefinição de quem tem competência para julgar estes aspectos gerais” (Cabrera, 2006, p. 128).

No entanto, como refere a autora, esta indefinição quanto aos conceitos de bem comum e interesse social acabavam por funcionar como margem de manobra para os censores, face à vastidão do que cabia ou não em cada conceito a censura – com Marcello Caetano passou a designar-se de Exame Prévio e sob uma nova chefia da DGI em junho de 1972 – tinha mais por onde implicar com os jornalistas. “O uso e abuso da evocação do *bem comum* e o *interesse público* surgem assim como argumentos, não para a actuação dos tribunais na aplicação das sanções, mas para justificar a actuação do *exame prévio*” (Cabrera, 2006, p. 128). Acrescentar a isto, temos a novidade de que assuntos mais melindrosos para o Estado como a Guerra Colonial e tudo o que lhe estivesse associado era alvo da censura (Cabrera, 2006, p. 128).

“(...) a lei abre a possibilidade de aplicação de *exame prévio*, e a torna dependente de situações em que se verifiquem *actos subversivos graves em qualquer parte do território nacional*, deixa desde logo em aberto a hipótese de dar seguimento à censura, bastando que para o efeito evoque a guerra colonial e os problemas de subversão a ela associados” (Cabrera, 2006, pp. 128-129).

No que diz respeito à reestruturação dos Serviços de Censura, mencionada acima, esta procedeu-se da seguinte forma: a 1 de junho de 1972, aquela que era conhecida por Direção dos Serviços de Censura foi extinta e foi criada uma instituição a – DGI –, onde foi anexada a nova censura à qual foi dado o nome de Exame Prévio. Contudo, esta nova censura viria a estar mais dependente da tutela política, uma vez que, não só o Presidente do Conselho como o Secretário de Estado e o Diretor-Geral da Informação passaram a intervir nos trabalhos (Martins, 2022, p. 308).

“A subordinação da Comissão de Exame Prévio à Direção-Geral da Informação transferiu para o secretário de Estado Moreira Baptista e para a própria DGI de Pedro Geraldes Cardoso, um papel de controlo que anteriormente o próprio aparelho de censura geria, só ocorrendo uma intervenção de Salazar/Paulo Rodrigues em situação de limite. O próprio director-geral da Informação passou a assumir-se como instância de recurso criando, segundo Pedro Feytor Pinto, «um sistema com responsáveis de meios de comunicação através do qual estes, para não perderem tempo, enviavam logo para a Direção-Geral, ao mesmo tempo que para a Censura» o material julgado mais sensível” (Gomes, 2013, p. 92).

Outra novidade trazida pela governação marcelista foi a mudança de nome de outra instituição, o antigo SNI, responsável pelas áreas de informação e artes, que deu lugar ao SEIT em 1968, que viria a agrupar as instituições de censura e propaganda e os seus trabalhos (Lima, 2014, p. 113). Outra mudança operada no seio da censura foram as designações aos cortes dos jornais: “(...) *Cortado* passou a *Proibido*, *autorizado com cortes* a *Autorizado parcialmente*, *Suspense* a *Demorado*, *Visado* a *Visto*” (Martins, 2022, p. 308). No tocava às provas de censura que ficavam retidas significava que estavam no poder da Direção; as que estavam demoradas teriam de ser devolvidas à redação; quando algo era cortado passou a ser colocado “autorizado parcialmente” e os que não eram cortados levam o carimbo de “visto” (Azevedo, 1999, pp. 472-473). Segundo o autor Cândido de Azevedo, estas alterações não foram mais do que uma “(...) mudança *de fachada* operada pelo caetanismo, talvez por ter tanto de caricata como de significativo: as mudanças resumiram-se à *alteração dos carimbos!*” (Azevedo, 1999, p. 472).

No que refere às implicações que a censura marcelista teve no Jornalismo começa pelo condicionalismo que havia em relação aos assuntos, pois apenas trivialidades eram permitidas. Já os verdadeiros assuntos que assolavam o país, aqueles que permitiram a discussão, a crítica, não eram permitidos, pois era dever do setor não perturbar a ordem social. Usando as palavras do então diretor do jornal *República*, Raul Rego, citado por Ana Cabrera, o regime além de manietar a mente, a liberdade e individualidade das pessoas, acabou por manietar o Jornalismo e os seus profissionais. Naquele tempo, o Jornalismo era todo igual, todos tratavam os mesmos assuntos, não havia mais nada do que falar, a não ser a grandiosidade do regime e do país. Se ousasse

criticar o Estado, o jornal, bem como os seus profissionais, corriam o risco de verem o artigo cortado ou o jornal suspenso, dependendo da interpretação que o censor tivesse.

“É um regime censório que acaba por nos moldar aos profissionais, como acaba por moldar o público que nos lê, tornando-nos a todos amorfos. Criamos calo uns e outros. Acaba por moldar o país inteiro, tornando-o incapaz de pensar, de reagir seja ao que for³⁵” (Cabrera, 2006, p. 104).

“A ação censória a nível temático abrangia múltiplos aspetos (...). Não eram permitidas críticas ao regime político, da mesma maneira que as figuras do Estado eram intocáveis. Todos os fatos ou atos que significassem oposição não podiam ser publicados. (...) Mas não eram só as questões políticas as visadas, outros aspectos ligados à moral, à religião podiam sofrer os efeitos do lápis azul” (Lima, 2014, p. 113).

Além destes aspetos que subcarregavam o Jornalismo e hipotecavam a sua forma de trabalhar existiam as consequências por fazer frente ao regime. A lei de imprensa apertou ainda mais o cerco aos infratores. Foi conseguida uma pequena abertura quanto ao direito de resposta e ao sigilo profissional do jornalista, mas nem tudo foram boas notícias, uma vez que, a lei não favorecia os profissionais. Quanto ao sigilo profissional, o jornalista poderia guardar a origem da obtenção das informações, salvo o caso de se tratar de assuntos relacionados com o Estado:

“Os profissionais da Imprensa periódica têm o direito de guardar segredo sobre a origem das informações ou notícias que publiquem ou transmitam, não podendo sobre ela ser inquiridos por nenhuma autoridade salvo (...) quando as informações ou notícias interessem à segurança exterior ou interior do Estado ou quando o conhecimento da origem das informações passa contribuir para a averiguação da autoria ou das circunstâncias da prática de crimes públicos³⁶” (Carvalho, 1999, pp. 112-113).

No que toca ao direito de resposta “(...) os periódicos são obrigados a inserir a resposta de qualquer pessoa singular ou colectiva que se considere prejudicada pela publicação de texto ou imagem que ela tenha de algum modo aludido³⁷” (Carvalho, 1999, p. 113), mas mesmo assim este encontrava-se condicionado pela censura.

Respeitante à censura marcelista há dizer que pouco ou nada mudou. Ou melhor, mudaram-lhe os nomes e estratificação do sistema, mas a forma de atuar continuou a mesma. Segundo o autor, João Carlos Martins, para Caetano era necessário impingir à sociedade certos mecanismos de controlo, que eram a censura e o Estado. A censura era uma arma indispensável à sobrevivência do regime, pois era o que mantinha o controlo sobre o que passava e não passava para a sociedade e defendia a Nação dos opositores do regime. Ao Estado cabia dar informação aos indivíduos, mas ao mesmo tempo

³⁵ Raul Rego citado por (Cabrera, 2006, p. 104) in “A censura prévia administrativa”. Comunicação apresentada ao II Congresso Republicano de Aveiro. Tese e Documentos, Volume I, Lisboa: Seara Nova.

³⁶ Citado por (Azevedo, 1999, p. 112) in Decreto-Lei 150/72d do artigo 81º nº1.

³⁷ Citado por (Azevedo, 1999, p. 113) in Decreto-Lei nº 150/72 dos artigos 55º e 56º.

seleccioná-la, em prol da defesa da opinião pública e para que os opositores ao regime não ganhassem terreno na tarefa de descredibilizar o regime.

“(…) Marcello Caetano entende que é aqui também que se devem desencadear as ações para a defesa da opinião pública e colocar filtros de controlo. Defensor da ideia de um Estado forte e autoritário, Marcelo considera, no entanto, que aos governos deve ser dada informação, mas, simultaneamente, cumpre também ao Estado defender a opinião pública daqueles que atuam no sentido de o destabilizar” (Martins, 2022, p. 304).

Os jornalistas para evitarem cair nas malhas da censura acabaram por se calar ou condicionar no momento de transmitir a informação. Perfazendo dos *media* desta época, não de todos, mas da grande maioria, subjugados ao poder político, pois a pressão do corte, da suspensão e da dependência económica era em muito elevada (Lima, 2014, pp. 114-115).

A lei de imprensa saiu gorada aos jornalistas, assim como a aparente margem de manobra que tiveram no início do mandato de Marcello Caetano para noticiar o que acontecia no país, uma vez que depois das eleições de 1969 o Presidente do Conselho apertou o cerco ao setor.

“Tirando partido da natural expectativa criada em amplos sectores da população, Caetano apostou na consolidação do poder acenando com as eleições de 1969 que, esperava, lhe iriam garantir legitimidade política num regime que nunca a conhecera. Para conseguir esse objectivo confiava no Exército, na polícia política e na mordaza sobre os meios de comunicação” (Gomes, 2013, p. 87).

Na década de 70 veio a verificar-se um controlo severo por parte do Presidente do Conselho sobre os meios de comunicação social, não só em virtude da reestruturação da máquina censória, mas também através da concentração da propriedade de meios de comunicação por parte de grandes grupos económicos, tornando assim, os jornais completamente afetos às vontades da chefia (Gomes, 2013).

“Num período marcado, a partir de 1970, por um processo de concentração de empresas jornalísticas por grupos económicos, a manutenção do controlo directo do poder político irá traduzir-se num reforço do controlo da imprensa, propiciando uma instrumentalização a que Caetano recorre com frequência comportando-se como o «censor-mor», tomando os directores dos jornais como seus subordinados, instruindo directamente a orientação editorial do periódico ou exercendo forte pressão para vencer as resistências” (Gomes, 2013, p. 87).

Contudo, o tamanho controlo que era detido pelo Chefe de Governo não correspondia à eficácia de trabalho do Exame Prévio, responsável por velar pela opinião pública. De acordo com um relatório mencionado pelo autor Joaquim Cardoso Gomes a estrutura que compunha a censura encontrava-se obsoleta para além dos muitos problemas que a assolavam. A encimar a lista dos inúmeros problemas da censura estavam os parques

rendimentos dos censores, as condições degradantes dos edifícios públicos e o acréscimo do número de publicações de resistência ao regime (Gomes, 2013, p. 88).

Em 1969 foram tomadas medidas pelo novo dirigente da máquina censória, António Neves Martinha, que fixou o horário de trabalho nas 5 horas diárias para acabar com os atrasos nas entregas das provas de censura, algo muito reclamado pelos jornais; aumento dos salários, nomeadamente, para os censores do interior; os subchefes passaram a estar responsáveis pela primeira leitura das provas, para agilizar melhor o tempo e libertar os chefes para outras tarefas pendentes; a morada dos Serviços de Censura passou em 1969 para a Rua da Misericórdia (Lisboa) e, nesse mesmo ano, foi nomeado um novo diretor para a Censura, o coronel Armando Francisco Páscoa. Outra inovação no seio do regime caetanista, a mando da DGI foi a transformação do gabinete de SLE que teria a função de “(...) apreciação dos assuntos que «versavam matérias de arte, literatura, filosofia, política e economia, a publicar ou já publicados na imprensa diária e não diária»” (Gomes, 2013, p. 89). Assim, além da Comissão de Lisboa, que se manteve como cúpula de toda a censura, passaram a existir novas organizações que censuravam as publicações que tinham tiragem em Portugal (publicações diárias ou não, nacionais ou internacionais): o SLG, o SLE, o Serviço de Controlo e o Serviços de Publicações Estrangeiras (Gomes, 2013, p. 89).

Para além da reestruturação a que as instituições do regime foram alvo com Marcello Caetano, também houve mudanças ao nível do pessoal que assegurava os trabalhos, mais concretamente, os militares. Como sabemos, o Estado Novo era no geral suportado pela aliança e colocação estratégica de membros das Forças Armadas no aparelho de Estado, o que também acontecia nos órgãos diretamente encarregados da repressão.

“Irene Pimentel afirma que a presença de militares à frente da PIDE, Censura e outros organismos seria «uma forma de apaziguar as chefias militares» face a uma subordinação das Forças Armadas consumada por Salazar” (Gomes, 2013, p. 94).

O autor Joaquim Cardoso Gomes escreve que a presença do setor militar em certas instituições do regime se deve também a uma questão de funcionalidade, pois a presença dos militares na censura à imprensa permitiu que o trabalho fosse feito sem desleixos. O que não foi possível manter com o despoletar da Guerra Colonial em África devido à dificuldade em recrutar militares para a censura (Gomes, 2013, p. 94).

“No caso da censura à imprensa, a essa motivação dever-se-á acrescentar outra de natureza funcional. (...) a estrutura da censura à imprensa, mais pesada e descentralizada sob o ponto de vista geográfico, manteve-se na mão de oficiais do exército que davam garantias de continuidade de funções e uma disciplina estreita, aspecto que ainda em 1964, face à crescente dificuldade de recrutamento devido à Guerra Colonial (...)” (Gomes, 2013, p. 94).

No entanto, o problema do pessoal militar ligado à censura advém da Segunda Guerra Mundial, pois passaram a ingressar na instituição um número cada vez maior de oficiais na reserva, o que levantou certos problemas no que toca às gratificações que recebiam pelo trabalho como censores. Como foi o caso do coronel Abílio Joaquim Patinho que requereu uma revisão da sua pensão para assim continuar a exercer as funções como censor, a qual lhe foi negada (Gomes, 2013, p. 94). Foi na governação de Marcello Caetano que se verificam admissões para os Serviços de Censura de Lisboa sem as devidas formalidades, ou seja, deixam de ser feitas pela instituição, no caso, pela Comissão de Censura de Lisboa. No entender do autor, isto mostra que os órgãos e os seus mandatários perderam poder enquanto instituições, perante Marcello Caetano, pois ele era quem verdadeiramente mandava (Gomes, 2013, p. 97). Para contrariar o problema dos censores com excesso de idade, verificou-se a entrada de censores mais novos na tentativa de renovar a instituição, mas não teve grandes efeitos, visto que, estes novos militares não tinham intenções de interromper a sua carreira militar (Gomes, 2013, p. 97).

Joaquim Cardoso Gomes diz que enquanto se procedia à desmilitarização da censura, na década de 60, após a reestruturação das instituições do regime, nomeadamente, as responsáveis pela censura do conteúdo das publicações diárias e não diárias, voltaram a entrar para as chefias intermédias da instituição elementos do Exército (Gomes, 2013, p. 99). “A nível do pessoal político, os militares não só se reforçaram numericamente como conseguiram em pleno marcelismo colocar um dos seus à frente da censura, o coronel Páscoa, depois de quase dez anos em que a direcção fora predominantemente civil” (Gomes, 2013, p. 99). Só perto do final do regime é que se deu a verdadeira entrada de civis nos meandros da censura, muito em virtude da necessidade de pessoal qualificado por conta da criação do SLE. No entanto, enquanto as comissões eram alvo de renovação de pessoal, as delegações de censura não tiveram essa sorte, por causa do despoletar da guerra em África em 1964, o que obrigou a que pessoal que assegurava a censura tanto nas delegações como nas províncias fossem, sobretudo, oficiais da GNR e civis com instrução (Gomes, 2013, p. 99).

“A entrada de civis no aparelho da censura da província ocorreu igualmente no final da década de 50, mas sem grande expressão ao nível das delegações até ao início da década de 60 e, sobretudo, após 1965 devido à falta de oficiais mobilizados para a Guerra Colonial” (Gomes, 2013, p. 99).

No caso do distrito de Castelo Branco, o tenente Manuel Dias Catana, delegado da censura até 1965, foi em julho desse ano substituído por um civil, o professor António Marques Flor. A substituição está relacionada com um caso que levou à suspensão do JF, em que aquele militar foi criticado pela Censura por ter atuado com pouca severidade (Gomes, 2013, p. 86).

Capítulo 4. Metodologia e Desenho da Investigação

Pelo que foi exposto na primeira parte desta investigação chegamos à conclusão de que o Jornalismo é uma profissão cheia de nuances, que se foram aprimorando com a evolução dos tempos. No entanto, existiram períodos da história do país que não permitiram aos profissionais que nele trabalhavam desempenhar o seu papel na sociedade: informar com rigor e isenção. O período mais obscuro para o mundo, em geral, e para Portugal, em particular foi a decrescência na Democracia no século XX quando emergiram os chamados regimes ditatoriais na Europa, que eliminaram a Democracia dos Estados e suprimiram toda e qualquer forma de liberdade individual aos cidadãos.

Em 1926 Portugal deixou de ser uma República para ver imposta uma ditadura, que apenas viria a ter um nome definitivo em 1933 com a implantação de uma nova Constituição – o Estado Novo – que passaria a governar os destinos do país sob a tutela do novo Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar. A partir daquele momento, tudo passou a estar cingido à figura de Salazar e da sua conceção do que eram os interesses da Nação. Ora se os indivíduos viram as suas liberdades individuais serem-lhes vedadas e o Jornalismo viu as suas serem-lhe retiradas. A partir daquele momento deixou de ser visto como a profissão que levava informação isenta e rigorosa às audiências, mas como um aliado do Estado e da Nação, pois deveria defender e promover os ideais do regime, bem como protegê-lo das heresias como a Democracia ou o Comunismo. Com a subida de Salazar ao poder, toda e qualquer lei criada tinha como principal propósito vedar a liberdade e fazer valer os mantras do regime em torno de três ideias essenciais: a superioridade da Nação sobre os direitos individuais, a primazia de certos valores conservadores e uma forte arma autoritária e censória que permitiu a vigência do regime durante quatro longas e aterradoras décadas.

Durante a vigência do regime autoritário em Portugal, como já foi referido o Jornalismo não tinha voz própria, no entanto existiram muitos órgãos de comunicação por esse país fora que fizeram vista grossa à censura e aos seus mandatários, fazendo-lhe resistência. Com esta investigação, pretender saber mais sobre os mecanismos de censura durante o regime, mais concretamente no Marcelismo e, nesse sentido abordamos dois jornais conhecidos pela sua resistência ao regime e à censura: um localiza-se no interior do país, no distrito de Castelo Branco e outro na capital. Em Castelo Branco, no município do Fundão, encontramos o jornal o Jornal do Fundão e do outro lado do país, já no litoral, em Lisboa, encontramos o Notícias da Amadora.

4.1. Tema e Problema

O tema que deu mote à presente investigação foram os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa escrita. O problema que esta investigação pretende ver solucionado é: “Que estratégias eram usadas pelos jornalistas e pelos jornais regionais para fazer face à censura?”. Mediante o tema e o problema, podemos dizer que o propósito da investigação foi procurar perceber que tipo de mecanismos de censura influenciaram os jornais no momento de dar notícias ao público e, por outro lado, procurar saber se os jornais se deixavam influenciar pela censura ou, se pelo contrário lhe faziam frente.

Com a presente investigação os objetivos que se pretendem alcançar são:

- Compreender a evolução dos mecanismos de censura durante o Estado Novo, na generalidade e, em particular durante o Marcelismo;
- Compreender as implicações que a máquina censória exerceu sobre os meios de comunicação, nomeadamente, na imprensa escrita regional;
- Entender quais as estratégias utilizadas pelos jornais regionais «não alinhados» para noticiar o que não interessava ao regime e que, por consequência, poderia colocar em causa a «imagem perfeita» do país;
- Compreender que assuntos da agenda mediática poderiam ser considerados malefícios para o Estado;
- Dado que os critérios usados pelos censores não eram constantes urge compreender na ótica dos jornalistas, que critérios eram utilizados pela máquina censória para censurar o jornal quando publicado.

Deste problema surgiram outras questões que auxiliam na compreensão do objetivo da investigação:

1. Como eram «alimentados» os jornais tendo em conta a existência de acontecimentos que do ponto de vista do Estado eram «proibidos»?
2. O que é acontecia quando os jornais sofriam «cortes prévios»?
3. Como eram preenchidos os espaços em branco? Os artigos eram retificados ou substituídos por outros já preparados anteriormente?
4. No entender dos jornalistas, quais eram os critérios dos censores usados para censurar os jornais?
5. Que táticas utilizavam para contornar a censura e contar a verdade aos leitores?

Através da análise dos resultados foram identificados os principais tipos de censura: «censura laboral», «censura política» e «censura social», que serão definidos em seguida. Dizemos que estamos perante «censura laboral» quando os trabalhadores,

independentemente da profissão que exerçam, não têm o direito de expressar as suas reivindicações aos seus patrões desde salários maiores, férias, descanso semanal, proteção no trabalho ou baixa no caso de doença, etc. Ao não poderem exercer estes direitos, os trabalhadores são meros escravos às mãos da entidade patronal o que acontecia nas ideologias totalitárias, pois viam o empregado apenas como uma força de trabalho com o propósito de garantir autocracia da economia, ou seja, o país ser autossuficiente. Ora neste sentido, os trabalhadores mais não eram do que uma forma de gerar dinheiro às empresas e ao país sem quaisquer tipos de direitos e segurança no trabalho. Mas se os trabalhadores cumprem com o seu trabalho também devem ver o seu esforço recompensado não só com uma remuneração justa, como verem os seus direitos reconhecimentos.

Estamos perante «censura política» quando não podemos criticar o Governo pelas suas decisões, onde tudo está inerente como o passado histórico, os valores, as relações que mantém com outros países e, neste caso, as Colónias Ultramarinas. Ora, no entender dos censores, os autores de muitos destes artigos jornalísticos infringiram um dos valores maiores do regime: o Estado e a Nação.

No que à «censura social» diz respeito, esta caracteriza-se pela anulação de aspetos que têm que ver com a sociedade, nomeadamente, com as suas condições de vida (habitação, poder económico, habilitações literárias, etc.) e quando estas não são tidas em conta pelos governos as pessoas tendem a manifestarem-se em prol de melhores condições – aspeto que não agradava a estes regimes, pois no entender destes, as pessoas deveriam viver em prol dos interesses do País e, não em prol dos seus interesses pessoais.

4.2. *Corpus e Amostra*

Neste estudo abordamos o JF e o NA, ambos parte da imprensa resistente ao regime de Salazar e de Caetano. O nosso corpus de análise centra-se num conjunto de cortes feitos pela censura a estes jornais durante o Marcelismo, complementado com entrevistas a jornalistas da época. Pelas contingências da pesquisa (explicadas abaixo), a amostra de cortes não é representativa do período, mas acreditamos que forneça indicações válidas acerca da questão em estudo.

O JF é um órgão sediado na Beira Interior, mais concretamente, no concelho do Fundão, que ainda se encontra em funções. Fora fundado por António Paulouro em 1946, já no período tenebroso que o país conheceu como Ditadura. O jornal viria a ficar conhecido nas malhas da censura em 1965 quando noticiou a atribuição do “Grande Prémio de Novelística” concedido pela SPE ao escritor José Luandino Vieira,

considerado um opositor do regime. Ora, a notícia valeria ao jornal cerca de seis meses de suspensão (entre 23 de maio e 28 de novembro de 1965) mais o acréscimo de duras penalizações.

Com esta situação pode-se verificar o quão difusa era a censura, pois de acordo com o autor Cândido de Azevedo, a suspensão do JF nada teve que ver com a notícia em si, pois esta fora aprovada pela censura de Castelo Branco. O problema, segundo o autor foi que o censor que dera o aval para a publicação da notícia não se quis responsabilizar pela mesma e a censura arranjou outro estratagema para prejudicar e punir o jornal. O autor refere que houve uma outra notícia da mesma edição, onde noticiaram os prémios da SPE – “Cinquentenário do Seminário do Fundão” – que, não fora à censura. Desta feita, os Serviços de Censura aproveitaram o desleixo e levantaram um processo ao jornal, que viria a culminar na suspensão por seis meses, como apresentar as provas de censura em Lisboa, tendo ainda visto a sua caução aumentar a olhos vistos (Azevedo, 1999, pp. 449-452).

Quanto ao NA foi fundado a 25 de outubro de 1958, no concelho da Amadora, em Lisboa, mas viria a fechar em outubro de 2006 por falta de condições económicas, porque viram a publicidade cortada. De acordo com o filho do primeiro diretor, Orlando César, que depois também viria a assumir essa responsabilidade entre 1994 e 2006, o jornal sempre fora um órgão de causas e muito voltado para as pessoas e os seus problemas. Também o NA foi muito perseguido pela censura, tendo vindo a ser suspenso. Sofreu outros entraves, nomeadamente, quando os Serviços de Censura não aceitaram que o pai do entrevistado, Orlando Gonçalves fosse diretor do jornal, pois segundo Orlando César, em entrevista concedida para este trabalho, a PIDE considerava que as opções políticas do progenitor eram tendenciosas.

A censura em Lisboa era feroz e pouco ou nada deixava passar, já sobre a imprensa regional pouco se sabe do período em estudo: o Marcelismo. Esta falta de conhecimento, a meu ver prende-se muito com a divisão que sempre existiu entre o interior e o litoral do país. No que toca à imprensa regional, existem poucos estudos científicos que abordem o assunto e que façam referência aos jornais que fizeram parte da resistência à ditadura. Para a elaboração da presente investigação apenas me deparei com um artigo que abordasse a imprensa regional e um artigo que falasse sobre a atuação destes *media* face à atuação da censura de Salazar. Também verifiquei que existe uma extensa e variada panóplia de material científico sobre censura, que dá enfoque ao que o Estado Novo fez aos meios de comunicação social «nacionais» – onde se menciona exclusivamente Lisboa ou Porto –, mas pouco referem que estratégias esses meios de comunicação levaram a cabo para fazer face à Censura.

O Jornalismo é uma profissão intranquila que presa pela verdade e isenção. Ora, numa época onde o verniz da Democracia tende a estalar pelo emergir de ideias que lhe são contrárias, o Jornalismo também acaba por sofrer as consequências. Se não houver Jornalismo também não haverá Democracia. Apesar do tema desta investigação ir ao encontro do passado traz à tona assuntos muitos prementes da nossa atualidade, dentre os quais o futuro da Democracia e do Jornalismo.

4.3. Métodos e Técnicas de Investigação

Para um melhor entendimento dos mecanismos de censura utilizados durante o regime partiu-se para a análise de cortes e relatórios censórios de ambos os jornais durante o Marcelismo. A análise deste material iria permitir ter uma visão mais aprofundada do assunto, nomeadamente, que géneros jornalísticos, bem como os assuntos da agenda mediática mais vedados aos jornalistas e ao público.

Quanto ao JF³⁸ foi marcada uma visita para a recolha de cortes e também foi possível ter acesso a relatórios censórios através do site do Arquivo Nacional Torre do Tombo³⁹. Quanto ao NA⁴⁰ a recolha foi feita através da Internet: recorreu-se também ao site do Arquivo Nacional Torre do Tombo, onde foi recolhida uma quantidade generosa de relatórios censórios e através do meu orientador tive acesso a revistas, disponíveis no site da Casa Comum⁴¹, onde também foram recolhidos uma série de cortes.

No entanto, o acervo de material que foi analisado é desfasado, pois o número de material que foi possível ter acesso é muito reduzido no que toca ao JF. Existem outros cortes na posse do JF, no entanto não se encontravam no jornal no momento da minha visita nem depois, o que acabou limitar a recolha e, por outro lado, torná-la desfasada. Além disso, dos cortes a que tive acesso, a grande maioria estava classificado como “Visto”, que não foram considerados, pois o propósito é perceber que assuntos eram vedados pela censura aos jornalistas. Assim, no JF foram recolhidos 28 cortes dos quais 16 são provas de censura recolhidos na visita ao jornal e numa exposição que teve lugar na Biblioteca Central da UBI e 12 são relatórios censórios recolhidos através do site do Arquivo Nacional Torre do Tombo. Já a recolha feita para o NA conta com 133 relatórios censórios do Arquivo Nacional Torre do Tombo e 169 cortes recolhidos das revistas disponíveis online, o que perfaz um total de 302 cortes.

³⁸ A recolha foi feita entre abril de 2024 e março de 2025.

³⁹ Os relatórios censórios (de ambos os jornais) podem ser encontrados no seguinte link: <https://digitarg.arquivos.pt/documentDetails/a42822a0607946959e327de76b6d5edd>.

⁴⁰ A recolha foi feita entre abril de 2024 e março de 2025.

⁴¹ Os cortes do NA utilizados para o estudo podem ser encontrados no seguinte link: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_7472#!e_3976.

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

Perante tal situação, não faria sentido comparar a recolha do NA com o JF, pois não teríamos sustento para a investigação, apesar de no início da recolha, o propósito era fazer uma comparação de resultados entre os dois jornais. Dessa forma, a análise dos cortes recolhidos será analisada numa ótica qualitativa. De referir ainda, que no que toca à análise dos cortes foram encontrados vários cortes que poderiam ser classificados com mais do que um tipo de censura, dessa forma, a classificação foi feita através do motivo de corte com mais destaque.

A análise dividiu-se em duas partes: análise dos cortes e análise dos relatórios censórios. No que toca à análise dos cortes e dos relatórios propriamente dita foi feita uma tabela de análise onde foram tidos em conta aspetos como o *tipo de corte* (foram considerados os artigos com cortes parciais e totais) e o *texto cortado/motivo do corte* e, a partir daqui foram anexadas mais variáveis ao estudo como: o *tipo de censura*, onde através do *texto cortado/ motivo do corte* deduzimos o *tipo de censura* além dos mais conhecidos (moral, política e religião), a *censura e território* (regional, nacional, internacional) para sabermos que artigos jornalísticos eram cortados consoante o âmbito territorial do conteúdo, bem como o *género jornalístico* era mais frequentemente cortado pelos censores e a *autoria* dos artigos, onde se pretendia saber que artigos mais eram cortados: os que eram ou não assinados. As tabelas de análise dos cortes e dos relatórios dos censores recolhidos de ambos os jornais constam em anexo, mas para uma melhor elucidação é apresentada uma imagem das tabelas e com as respetivas variáveis em estudo.

Tabela de Análise de Cortes e Relatórios Censórios do período da Censura Marcelista 1968-1974 - Jornal do Fundão							
Data	Título do Corte	Tipo de corte: Parcial e Total	Texto cortado / Motivo do Corte	Tipo de Censura	Autor do artigo / Proveniência do relatório	Género Jornalístico / Relatório Censório	Censura e Território (regional, nacional, internacional)

Figura 1 - Variáveis de Análise para o JF - Cortes e Relatórios Censórios

Tabela de Análise de Relatórios dos Censores do período da Censura Marcelista 1968-1974 - Notícias da Amadora						
Data	Título do Corte	Tipo de corte: Parcial ou Total	Motivo do Corte	Tipo de Censura	Proveniência do relatório	Censura e Território (regional, nacional, internacional)

Figura 2 - Variáveis de Análise para NA - Relatórios Censórios

Tabela de Análise dos Cortes no período da Censura Marcelista 1968-1974 - Notícias da Amadora							
Data	Título do Corte	Texto Cortado	Tipo de Corte	Género	Tipo de Censura	Autor	Censura e Território

Figura 3 - Variáveis de Análise para NA – Cortes

Além da análise dos cortes e dos relatórios também foram feitas entrevistas a ex-jornalistas dos jornais já referidos: Fernando Paulouro do JF e Orlando César do NA.

Estas entrevistas são fundamentais não só para perceber de que forma e quão rígidos foram os Serviços de Censura, pois acabamos por ter os testemunhos de ambos os

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

lados: o litoral e o regional, com mais-valia de que estes jornais fizeram parte da resistência ao regime de Salazar e, mais tarde, de Marcello Caetano. Por outro, perceber como era o dia-a-dia daqueles profissionais que tudo o que queriam era informar o seu público, mas o Estado não deixava que se fosse contra os seus ideais. O guião das mesmas encontra-se anexado à investigação, bem como a transcrição das entrevistas.

Folha em branco

Capítulo 5. Jornal do Fundão & Notícias da Amadora como bastiões da informação face à censura

O presente capítulo destina-se à apresentação e análise dos resultados da investigação, que tem o objetivo duplo de perceber quais os mecanismos de censura utilizados na imprensa escrita regional e também perceber o que foi feito para contrair a influência da censura sobre o setor. Para tal, contamos com cortes e relatórios censórios de dois jornais e duas entrevistas realizadas a dois antigos jornalistas desses jornais. Assim, o capítulo será dividido em duas partes, a primeira, que se destina à análise do material recolhido no JF e na segunda parte para a análise do material recolhido no NA. Procedeu-se a uma análise separada, não só pela quantidade de material recolhido ser desfasado entre os dois jornais, mas também por uma questão de praticidade. Assim, cada espólio de material corresponderá a uma secção, que contará ainda com um breve comentário alusivo às conclusões retiradas.

5.1. Jornal do Fundão: análise dos cortes

Para o JF foram recolhidos um total de 28 cortes provenientes da visita ao jornal, da exposição realizada pela Biblioteca Central da UBI e também do site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de onde são provenientes os relatórios censórios.

Da totalidade do material recolhido: 16 são cortes provenientes de provas de censura e os restantes 12 são dos relatórios censórios. Destes 16 cortes: 4 são cortes totais e 12 são cortes parciais. Quanto aos 12 dos relatórios: 2 são cortes totais e 10 são cortes parciais. Quanto ao tipo de censura contam-se oito cortes de «censura social», setes cortes de «censura política», um corte de «censura religiosa», seis cortes de «censura laboral», quatro cortes de «censura cultural» e dois cortes de «censura moral», como se pode constar pelo gráfico da Figura 4.

Na Figura 5 constam os cortes segundo a sua autoria, onde 7 cortes têm o autor identificado, 9 não têm autor identificado e 12 diz respeito aos relatórios censórios provenientes da SEIT.

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

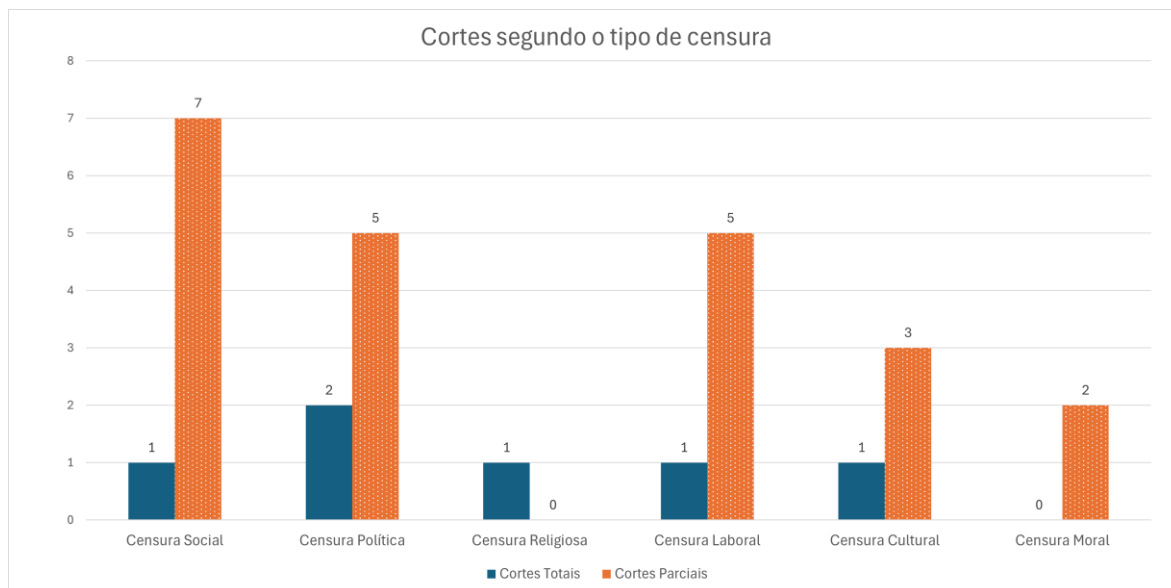


Figura 4 - Tipo de censura dos cortes

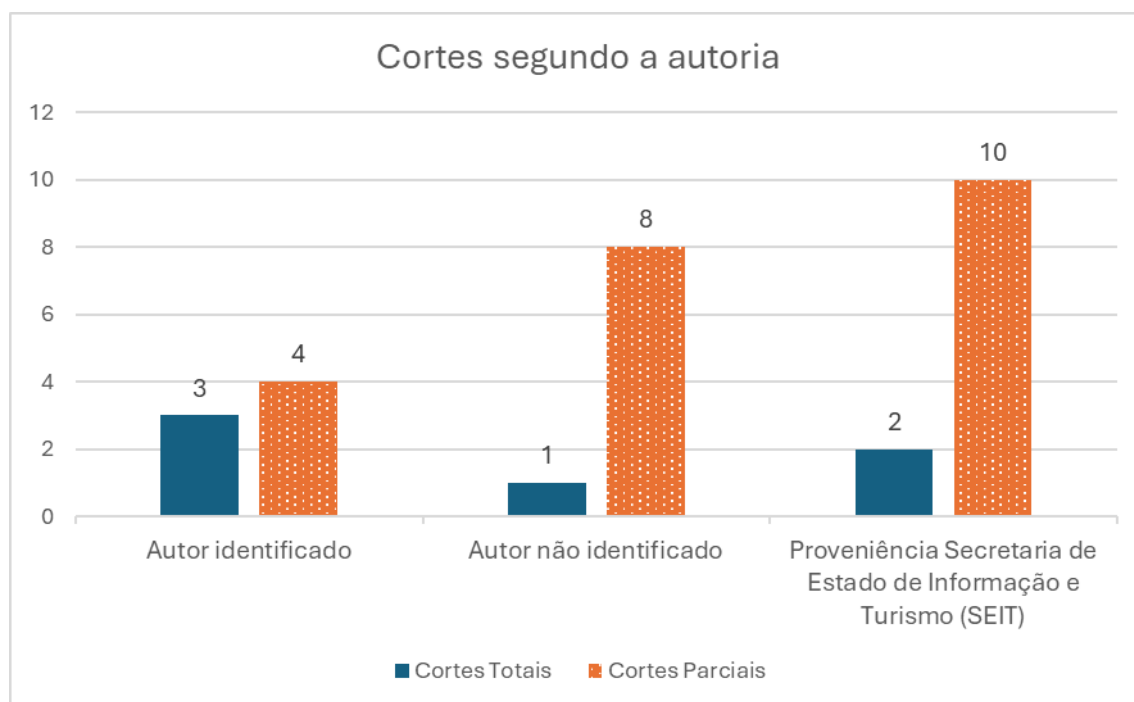


Figura 5 - Cortes segundo autor e proveniência

Os géneros jornalísticos, na Figura 6, mais observados no conjunto de cortes foram as notícias com quatro cortes, as crónicas com três cortes e artigos de opinião com três cortes, também. Na restante contagem verificou-se que havia uma reportagem, carta do leitor, entrevista e rubrica, cada, e duas breves. Também é possível verificar que dentro do género o maior número de cortes totais foi ao nível do comentário (opinião, breve e rubrica) e da notícia. Em relação aos cortes parciais, estes verificaram-se, sobretudo, ao nível da notícia e da crónica. Neste caso, o tipo de género dos cortes, também não

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

foram considerados os relatórios censórios analisados, pois não se encaixavam na tipologia de géneros jornalísticos.

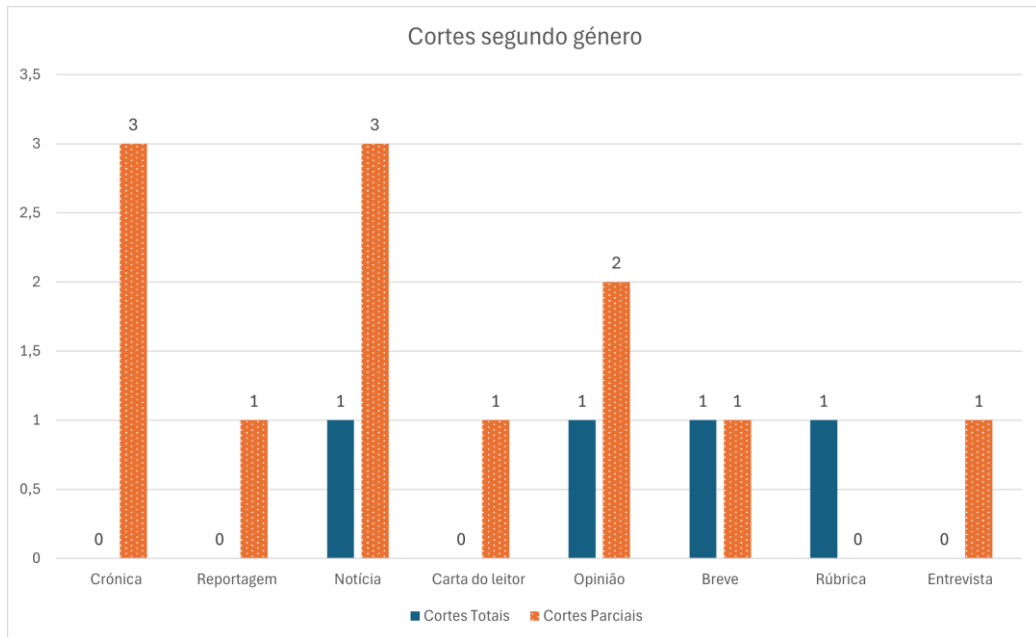


Figura 6 - Cortes e o Género Jornalístico

Quanto à censura territorial, Figura 7, foram contabilizados oito cortes de «censura internacional», 11 cortes de «censura nacional», seguido de nove cortes de «censura regional».

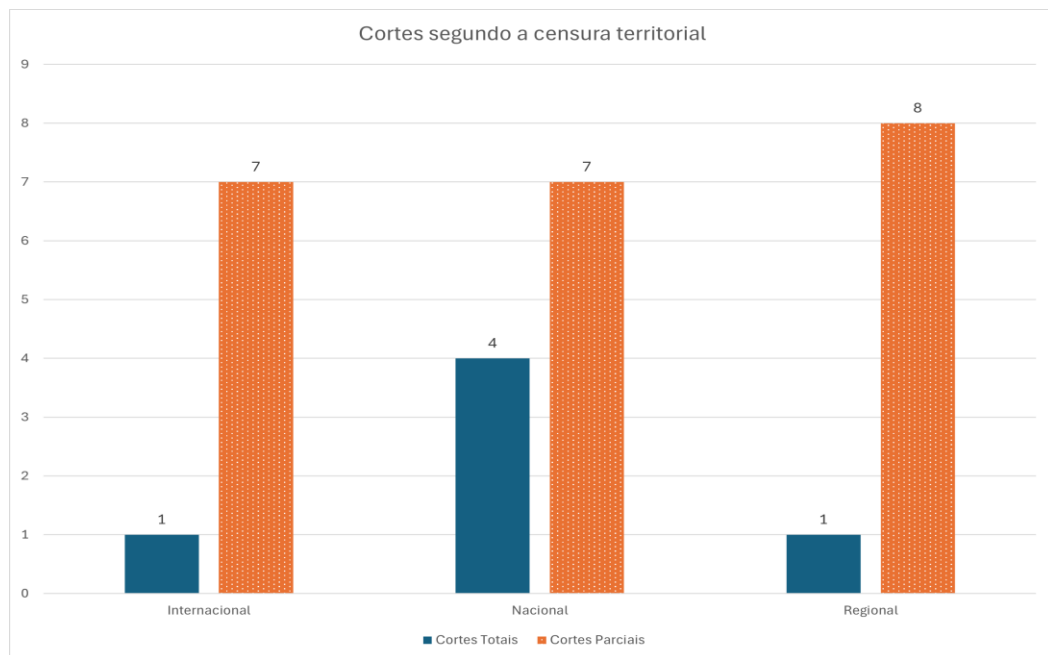


Figura 7 - Cortes e a Censura Territorial

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

No que diz respeito à evolução temporal, na Figura 8, em concreto entre os anos 1970 e 1973, o maior número de cortes contabilizados foi no penúltimo ano antes de o regime capitular, onde de se contabilizaram 4 cortes totais e 14 cortes parciais como mostra o gráfico. Além disto, através do mesmo gráfico vemos que conforme aumentam os cortes totais, também aumentaram os cortes parciais, especialmente no penúltimo ano do regime, o que nos leva a concluir que neste período a censura era mais rigorosa quanto ao que deixava passar.

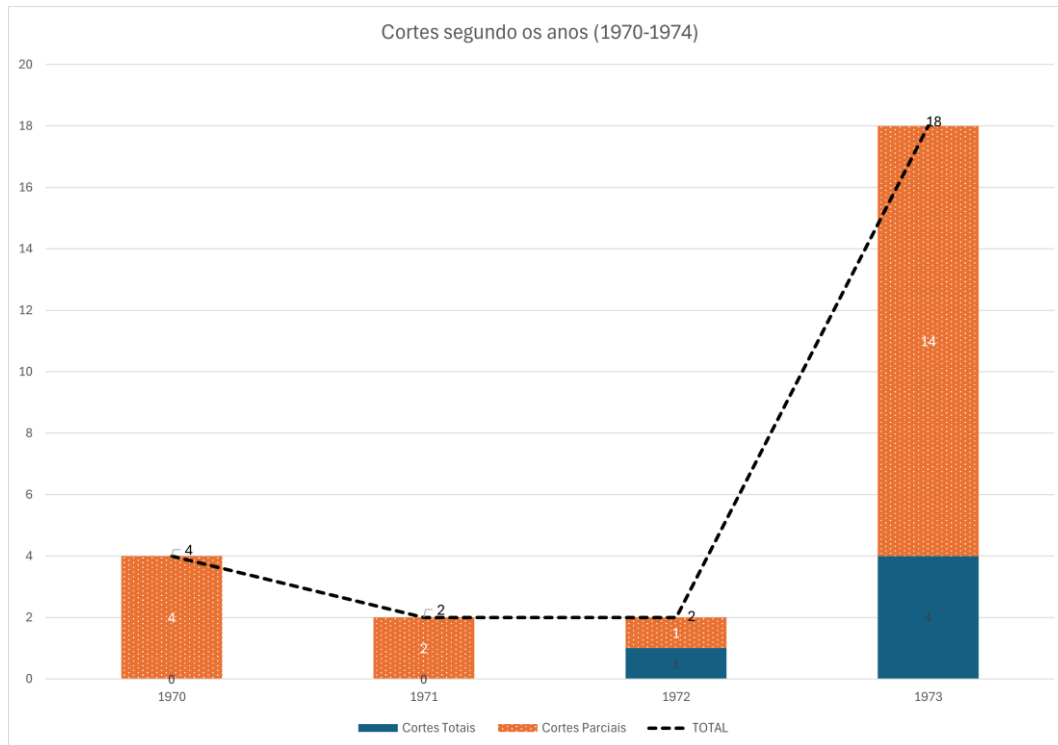


Figura 8 - Cortes segundo a linha temporal (1970-1973)

No que se refere à análise qualitativa dos cortes será feita da seguinte forma: serão apresentados quatro exemplos mais significativos dos dois tipos de censura que mais se destacaram no conjunto de dados. Para mais, será apresentado o texto cortado entre aspas, ou seja, na forma de citação, e a negrito o que foi interpretado como justificação para o tipo de censura aplicado. No caso dos cortes totais, por uma questão de praticidade na tabela a coluna de «texto cortado» / «motivo do corte», apenas foram colocadas as frases essenciais para a identificação do tipo de censura, na sua maioria uma a duas frases.

Para primeiro exemplo Figura 9, “A Criança e a Vida”, de julho de 1973, um corte proibido, onde o «texto cortado» foi o seguinte: “**(...) Estou farto de ser pobre / e de viver numa barraca de lata / agora sinto que morro / sinto a morte a chegar / vejo tudo perdido / é permanente este rio / pobre / só / sinto que morro / a**

*morte é fria / mas viver nisto, não. / Estou só. / Fica este poema / para quando me encontrarem / **terem vergonha desta miséria***”.

Considerámos que este corte total como «censura social» pela miséria e pelas condições de precariedade em que a população portuguesa vivia naquele tempo. Na concepção dos censores, a miséria e a precariedade não existiam no país. No entanto, muitos tinham de racionar o dinheiro para conseguir fazer face a todas as despesas e ainda colocar comida na mesa. Claro que não se tratava apenas de comer, mas também pelas condições de vida e habitação que as pessoas tinham. Hoje estamos habituados a tudo, desde comprar um casaco todos os meses, se for preciso, ou clicar num interruptor e ligamos a luz numa determinada divisão de casa. Naquele tempo, muitas casas não tinham luz ou água canalizada, a roupa era remendada vezes sem conta e passava por todos os elementos da família. Os que não conseguiam fazer tal estratagem de finanças eram demarcados à partida não só pela sociedade, mas também pelo sistema, que os erradicava da sociedade fazendo deles autênticas párias.

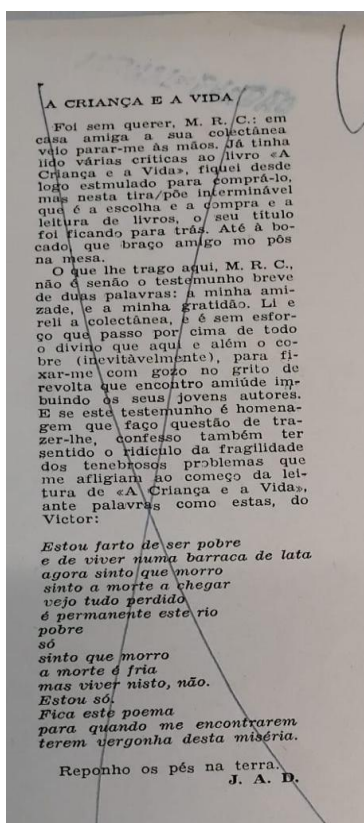


Figura 9 - Corte "A Criança e a Vida"

Como segundo exemplo de «censura social», Figura 10, trazemos “TV Relance” de dezembro de 1970, que julgamos ser o seu título e trata-se de um corte parcial, onde o «texto cortado» foi: “**Enfim, até parece que aquela quinta é em Portugal**”. Este corte classifica-se como «censura social» tendo em conta a inexistência de

condições de vida, neste caso, de habitação. A apreciação que fazemos é que as condições de habitabilidade são comparadas a uma quinta, uma vez que, as condições das casas em Portugal, neste período, careciam de certas comunidades tais como saneamento, água canalizada ou corrente elétrica. Neste período, apenas as casas localizadas nas cidades tinham, ainda que fossem as das classes mais abastadas por exemplo, luz, água canalizada, saneamento, isolamento, ou seja, os mínimos para uma pessoa poder viver.

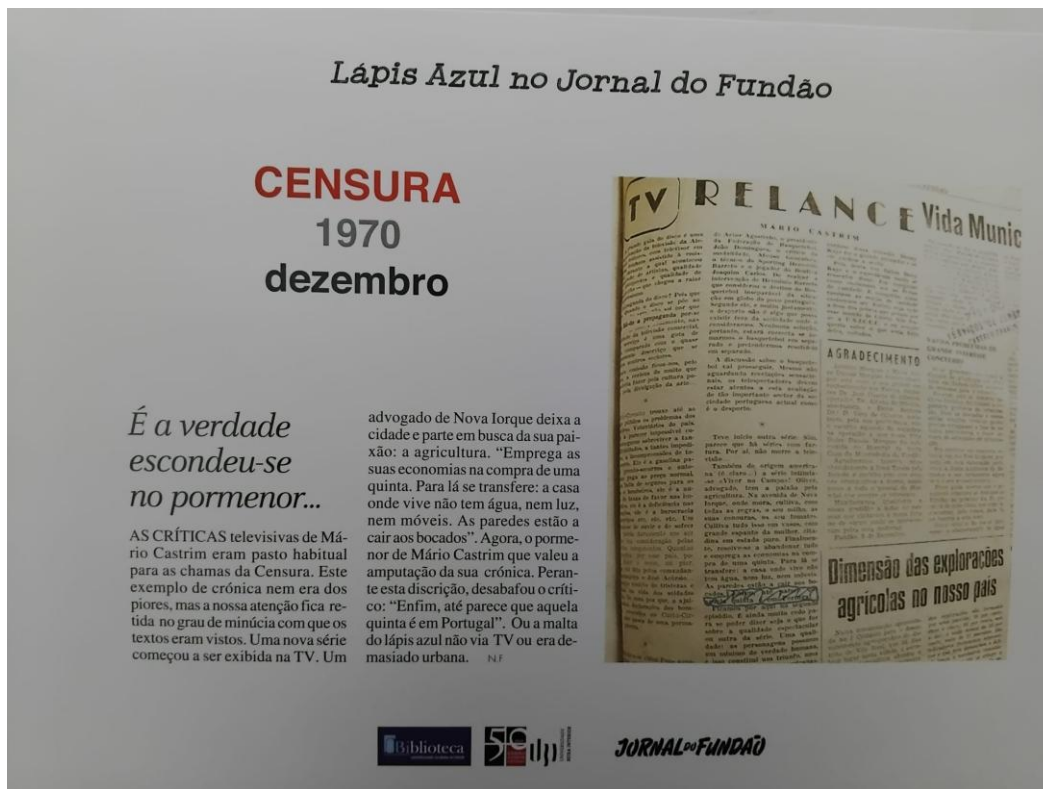


Figura 10 - Corte "TV Relance"

Para primeiro exemplo de «censura política», Figura 11, apresentamos o corte parcial intitulado de “Preocupações de um general” de junho de 1970, que apresenta o seguinte «texto cortado»: “Os nossos leitores mais jovens decerto não saberão que o **sr. General Santos Costa, actualmente reformado, foi um dos mais ardentes e eficazes defensores da política do Prof. Oliveira Salazar. Em momentos considerados críticos a sua voz fez ouvir como sinal de intransigência. Ministro da Defesa Nacional de 1950 a 1958, a sua experiência administrativa deu-lhe ensejo a dirigir, após a saída do Governo, grandes empresas industriais**”. Neste caso, trata-se de um corte por «censura política», pois menciona altas figuras do Estado, onde enaltece a devoção ao antigo ministro a Salazar e às suas ideias, das quais saiu sempre defensor, bem como o trabalho prestado ao Estado e ao

regime. Para além do elogio ao trabalho feito há uma observação quanto ao atual cargo ocupado pelo antigo general, no sentido em que a experiência adquirida no Governo lhe terá dado conhecimentos de gestão. Pelo menos na primeira parte do corte, onde é feito o elogio ao antigo ministro pode-se considerar que a ação da censura foi um tanto dúbia, pois à partida não deveria ter sido cortada essa parte, tendo em conta que a censura se mostrava mais amistosa com os jornais quando teciam elogios ao Governo. Por outro lado, está presente no corte uma certa insinuação acerca das competências do dito ministro, que terão ou não facilitado a sua viragem de carreira - se considerarmos o corte dessa parte do artigo, faz da ação da censura menos dúbia.

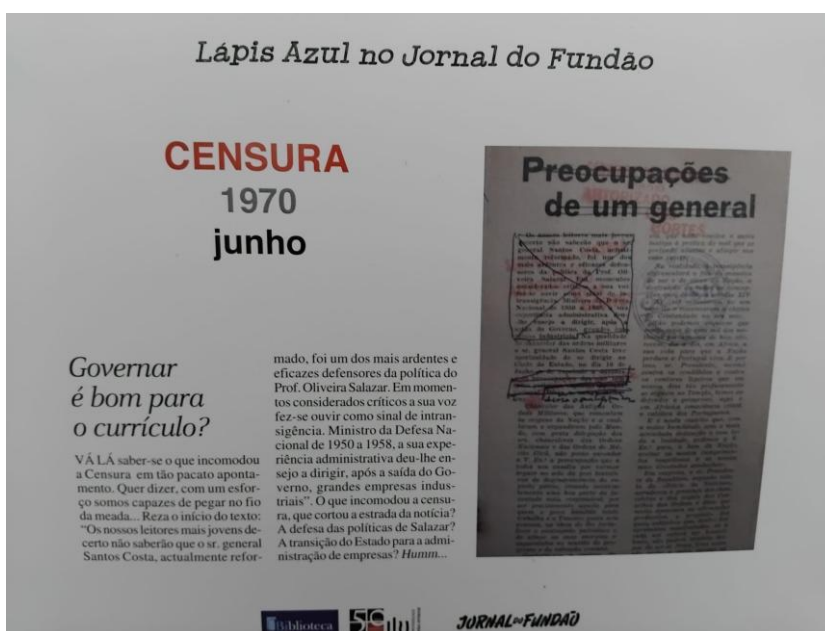


Figura 11 - Corte "Preocupações de um general"

Como segundo caso de «censura política», Figura 12, apresentamos um corte parcial de dezembro de 1971 com o título “Itália: A Lembrança dos Crimes do Fascismo”, onde o «texto cortado» é o seguinte: “*Num tempo em que vários governos prosseguem políticas de **nítida influência fascista, a liberdade de cada um deve servir para manifestar a sua desaprovação face às ideologias que pretendam continuar o triste «homunculus hitlerianus».** Para que a vida do homem, a nossa vida, não possa corresponder a este extraordinário poema de Sophia de Mello Breyner: **Tempo de solidão e de incerteza / Tempo de medo e tempo de traição / Tempo de injustiça e de vileza / Tempo de negação / Tempo de corvadia e tempo de ira / Tempo de mascarada e de mentira / Tempo de escravidão / Tempo dos coniventes sem cadastro / **Tempo de silêncio e de mordação** / Tempo onde o sangue não tem rasto / Tempo de ameaça**”.*

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

Considerou-se este corte como «censura política», por causa da liberdade, da individualidade e dos direitos que as pessoas perderam com o emergir dos regimes totalitários. Estes regimes consideravam a liberdade um direito nocivo aos indivíduos, pois sem esse direito estes regimes tinham o caminho aberto para imporem às sociedades a tirania, os interesses do país em prol dos interesses individuais, além de vedarem as pessoas da informação, dos seus direitos cívicos como a possibilidade de escolha e de pensar. No fundo, o que estes regimes fizeram foi manietar a mente das pessoas a ideias baseadas na excecionalidade das Nações e dos líderes, bem como à ideia retrógrada de que a Democracia era maléfica aos Estados, porque dá às pessoas a possibilidade de escolherem o que querem e não querem para si. Como é referido no «texto cortado» a liberdade é o impulso para os indivíduos escolherem sob que ideologia política desejam viver. Sem Democracia para poder decidir individualmente, todos ficam à mercê do que uns querem. Ora, sem o poder de escolha, as pessoas vivem na incerteza e com medo, não só do futuro, mas também de escolherem em função da sua convicção, de pensar «fora da caixa», sobretudo, se for oposto ao defendido pela ideologia política imposta.

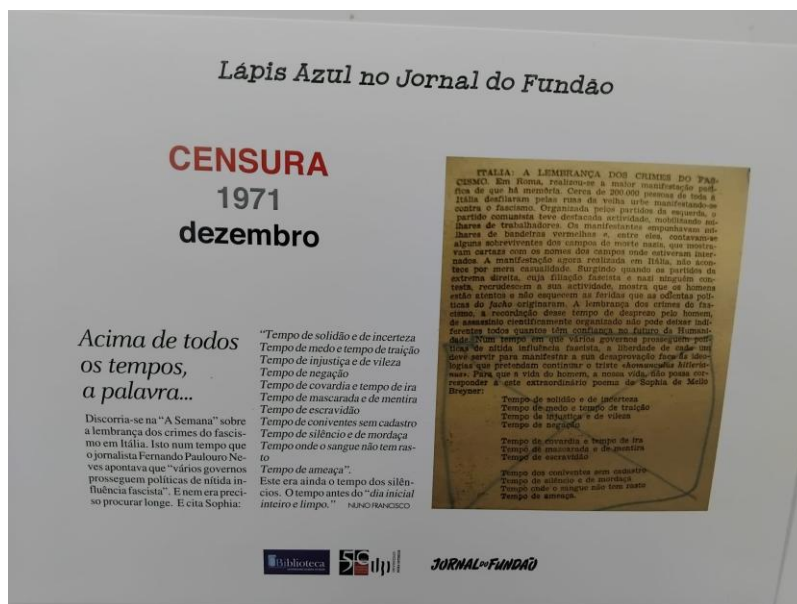


Figura 12 - Corte "Itália: A Lembrança dos Crimes do Fascismo"

Comentário

Do conjunto de cortes referidos foi possível concluir que os censores eram mais arbitrários com uns assuntos do que com outros, nomeadamente, assuntos que dissessem respeito à sociedade, não só a forma como esta vivia, mas o que sentia face à opressão a que o regime a submetia. Já sabemos que nada passava despercebido aos censores e quando passava, estes sofriam as consequências, pois havia um país a

defender e uma imagem de tal imaculabilidade a manter fora de portas. Assuntos que pudessem de alguma forma manchar esta imaculabilidade eram automaticamente vedados à opinião pública, como por exemplo, a miséria e a fome que as pessoas passavam relatadas no corte de julho de 1973. Aos censores não interessava que se soubesse que em Portugal as pessoas passavam fome ou não tinham um teto sob a cabeça ou se ao fim do dia tinham um prato de sopa para comer.

O que os censores fizeram foi esconder as fragilidades do país, não para as melhorar nem para as fazer desaparecer, mas para se fazer valer perante os seus pares, no caso nos países onde a Ditadura também vigorou. Visto que o Estado nada fazia para melhorar as condições de vida das pessoas e, visto que a sociedade não tinha voz ativa para se expressar, os jornalistas acabaram a atribuir esse papel para si. Assim, eram muitas das vezes contestatários das condições de vida sociedade portuguesa, através das chamadas de atenção para certos assuntos ou da crítica subentendida nos artigos. Mas até as chamadas de atenção não eram bem vistas pela censura, pois eram vistas como críticas – é um dos muitos exemplos onde a censura se terá aproveitado da sua influência para se valer perante o Jornalismo vedando-lhe o poder de informar.

Um exemplo é no corte de junho de 1970, onde é elogiado o trabalho do antigo Ministro da Defesa Nacional, que já na reforma terá assumido a chefia de empresas do ramo industrial. Neste caso concreto, não se entende o porquê do corte na parte onde se elogia o trabalho do antigo ministro. Por estes e outros exemplos, não se compreende o que é que censura queria vedar da opinião pública, porque na maioria das vezes era demasiado ríspida, quando o que estava em causa eram aspetos que não colocavam em causa a «tranquilidade» da opinião pública nem a defesa dos ideais do regime. Subentendemos que os critérios da censura não eram perceptíveis para os jornalistas, que viam as suas peças cortadas muitas vezes sem motivo aparente, e sobretudo para os censores, que cortavam tudo o que fosse crítica, reparo ou mera chamada de atenção. Consideravam que tudo ia contra os ideais do regime, mas no fim, o motivo do corte incidia sempre na interpretação que faziam.

No primeiro exemplo referido, a interpretação que um leitor faria é que há pessoas a passar fome e, dessa forma, seria necessário garantir a sua subsistência. A interpretação do censor será uma crítica ao Estado, pois considera o povo mal-agradecido por tudo o que lhe dá ou pelo contrário, se tem fome é porque não trabalha. No entanto, a interpretação não deveria ser essa, porque se o indivíduo tem deveres para com o Estado acontece o mesmo do lado oposto, o Estado também tem deveres para com os indivíduos, um dos quais garantir meios para a sua subsistência.

No segundo exemplo, onde foi cortada a parte onde é elogiado o trabalho do antigo ministro, a interpretação de uma pessoa comum seria a gratificação pelo trabalho ao

serviço do país. O censor não deve ter considerado o mesmo, talvez pela insinuação que vem logo a seguir, que o cargo que ocupou no Estado o catapultou para outras posições de relevo e não pela sua competência. Desta feita, a conclusão que retiramos é que os cortes da censura não se cingiam ao que estava escrito, uma vez que os censores validavam um texto pela interpretação que faziam dele. Se não tivesse um efeito colateral podia passar, se pelo contrário tivesse sabido-se à partida que o artigo seria cortado.

5.2. Jornal do Fundão: análise dos relatórios dos censórios

Quanto aos relatórios censórios, foram recolhidos e analisados 12 relatórios censórios, dos quais 10 são referentes a cortes parciais e dois são cortes totais. Quanto ao tipo de censura, na Figura 13, foram identificados em maior número a «censura política» e a «censura laboral» com 4 cortes cada. Já em menor número foi a «censura social» e a «censura moral» com um corte parcial, cada, e a «censura cultural» com dois cortes.

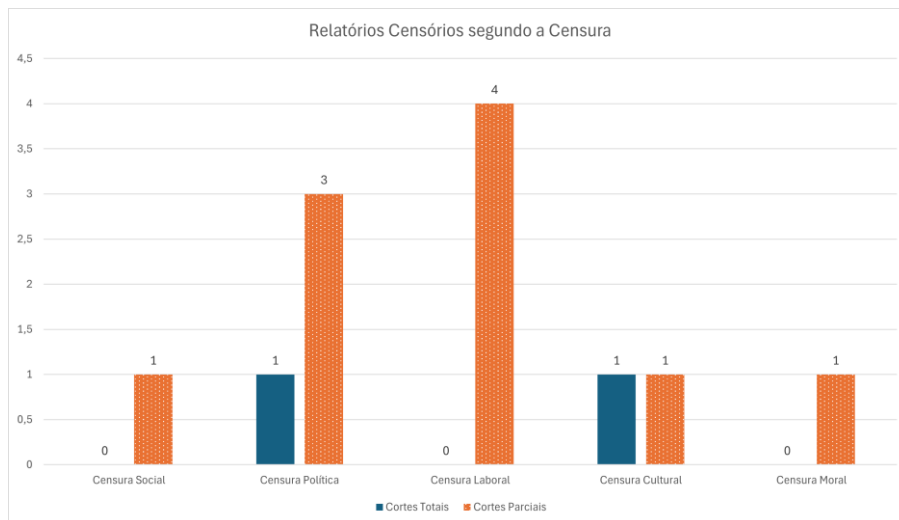


Figura 13 - Relatórios Censórios e o Tipo de censura

Na «censura territorial», na Figura 14, foram identificados cinco relatórios de conteúdos internacionais, três relatórios censórios de natureza nacional e quatro relatórios de índole regional.

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

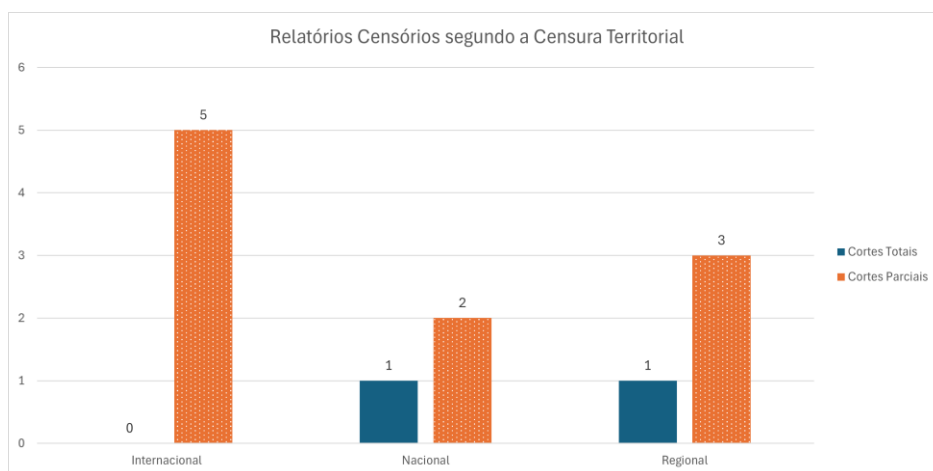


Figura 14 - Relatórios Censórios e a Censura territorial

Quanto à análise qualitativa deixar a ressalva de que apenas foram analisados os relatórios censórios sobre os quais era possível ter certezas quanto ao seu contexto, caso contrário, estaríamos a extrapolar suposições incorretas. Dessa feita, as análises apresentadas dizem respeito aos relatórios censórios tipificados com a «censura laboral». Antes de passar à análise propriamente dita resta explicar que os relatórios censórios estavam organizados numa tabela, que contemplava o nome do jornal assim como a data do corte, na coluna a seguir era apresentado o título do artigo em questão, seguido de uma coluna que definia o tipo de corte com a seguinte nomenclatura: “P” para “Corte Parcial”, “T” para “Corte Total” e “C” para “Intervenção na circulação”. Contudo, para a presente análise apenas consideramos os cortes parciais e totais, como já foi referido. Na última coluna do relatório, são apresentadas as observações, que para contexto desta análise consideramos como o motivo do corte, o que permitiu deduzir o tipo de censura para o dado corte.

Como primeiro exemplo, na Figura 15, temos o relatório censório de outubro de 1973 com o título “Polidores Metalúrgicos exigem respeito pela sua dignidade”, com um corte parcial e que apresenta como «motivos de corte» **“Especulação social”**. Este exemplo foi classificado como censura laboral, uma vez que diz respeito às condições de trabalho dos metalúrgicos. Ora neste conceito podem ser avaliados uma infinidade de condições a ter em conta na qualidade do trabalho de uma pessoa, a começar desde logo pelas condições que são oferecidas no local de trabalho, bem como salários, número de horas exigidas, horas de descanso – tudo isso acaba por afetar a produtividade e motivação dos trabalhadores. Algo que hoje, em princípio, não é descurado pelas entidades empregadoras, mas que naquela época era bastante negligenciado em proveito dos benefícios financeiros da empresa.

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

S. R.
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO
COMISSÃO CENTRAL DE EXAME PRÉVIO

CONFIDENCIAL

Relatório das intervenções nos periódicos não-diários de Lisboa e da província de 25 /10 /1973 a 28 /10 /1973

INTERVENÇÃO P = Corte parcial
 T = Corte total
 C = Intervenção na circulação

N.º 152/73

NOTA
Quanto aos periódicos da província: segundo as comunicações recebidas das comissões e delegações.

Jornal e data	Identificação do texto	Intervenção	Observações
JORNAL FUNDIÃO 25/10/73	<u>CASTELO - BRANCO</u> "Interesses estrangeiros e interesses nacionais"	T.	Cabota Bessa e o Ultramar. Político
Idem	"Polidores Metalúrgicos exigem respeito pela sua dignidade"	P.	Espeulação social
Idem	"Continuaremos a andar atrás da inflação - referem os Sindicatos dos lanifícios"	P.	Reivindicativos
Idem	"Manuel Geraldo: novela rubra de um tempo português"	T.	Análise crítica do livro "Sangue Negro, Sangue branco e o Suor da Serra" Proibido -

Figura 15 - Relatório Censórios "Polidores Metalúrgicos exigem respeito pela sua dignidade"

O segundo exemplo, na Figura 16, também é de outubro de 1973 intitulado de “Continuaremos a andar atrás da inflação - referem os Sindicatos dos lanifícios”, corte parcial e apresenta como «motivo de corte» **“Reivindicativos”**. Também este relatório foi classificado como «censura laboral», pois o Estado Novo não via com bons olhos as reivindicações que os trabalhadores faziam em prol de melhores condições de trabalho e este parece-nos ser um desses casos. Com a inflação sabemos, que à partida os preços dos produtos e serviços aumentam, mas o poder de compra das pessoas não consegue acompanhar esse aumento. Se influencia o poder de compra dos indivíduos também afeta o das empresas em diversos aspetos, numas com mais impacto do que noutras desde o custo dos materiais, impostos, salários, taxas, etc. Se isto acontece os trabalhadores saem prejudicados na obtenção da sua remuneração e direitos, logo seria natural que lutassem por eles, mas o regime não permitia tal coisa.

S. R.
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO
COMISSÃO CENTRAL DE EXAME PRÉVIO

CONFIDENCIAL

Relatório das intervenções nos periódicos não-diários de Lisboa e da província de 25 /10 /1973 a 28 /10 /1973

INTERVENÇÃO P = Corte parcial
 T = Corte total
 C = Intervenção na circulação

N.º 152/73

NOTA
Quanto aos periódicos da província: segundo as comunicações recebidas das comissões e delegações.

Jornal e data	Identificação do texto	Intervenção	Observações
JORNAL FUNDIÃO 25/10/73	<u>CASTELO - BRANCO</u> "Interesses estrangeiros e interesses nacionais"	T.	Cabota Bessa e o Ultramar. Político
Idem	"Polidores Metalúrgicos exigem respeito pela sua dignidade"	P.	Espeulação social
Idem	"Continuaremos a andar atrás da inflação - referem os Sindicatos dos lanifícios"	P.	Reivindicativos
Idem	"Manuel Geraldo: novela rubra de um tempo português"	T.	Análise crítica do livro "Sangue Negro, Sangue branco e o Suor da Serra" Proibido -

Figura 16 - Relatório Censório "Continuaremos a andar atrás da inflação - referem os Sindicatos dos lanifícios"

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

Quanto aos dois outros exemplos classificados como «censura laboral» temos: “Perspectiva Sindical Arbitragem Ordem dos Engenheiros - CP O Ministério das Corporações e Segurança Social nomeou o arbitro presidente” e “O alargamento do âmbito do Contrato dos Electricistas”, ambos datados de novembro de 1973, na Figura 17, cortes parciais, mas que não apresentam quaisquer observações, ou seja, não possuímos «motivo de corte». Contudo, através do título concluímos que estes também se inseriam na «censura laboral». No primeiro caso, é referenciado o ponto de vista dos sindicatos de uma classe trabalhadora, que tem por objetivo defender os interesses e direitos desses trabalhadores. Já no segundo caso são mencionados os contratos de trabalho da classe eletricista, o que também consideramos como um aspeto relacionado com a componente laboral, uma vez que, se trata de um acordo definido entre o empregado e o empregador e que mediante isso é prestado um pagamento pelo trabalho prestado, bem como o cumprimento de certos aspetos (direitos e deveres) mediante a lei.

S. R.
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO
COMISSÃO CENTRAL DE EXAME PRÉVIO

CONFIDENCIAL

Relatório das intervenções nos periódicos não-diários de Lisboa e da província de 29 / 11 / 1973 a 3 / 12 / 1973

INTERVENÇÃO { P = Corte parcial
T = Corte total
C = Intervenção na circulação

N.º 175/73

NOTA
Quanto aos periódicos da província: segundo as comunicações recebidas das comissões e delegações.

Jornal e data	Identificação do texto	Intervenção	Observações
COMANDO GERAL 29/11/73	GASTRÃO-BLANK Vinte e cinco milhões ...	T.	
MARCA VERDE 29/11/73	Perspectiva Sindical Arbitragem Ordem dos Engenheiros - CP	T.	
" "	O Ministério das Corporações e Segurança Social nomeou o arbitro-presidente O alargamento do âmbito do Contrato dos Electricistas	T.	
MAR ALTO 30/11/73	Crónica da semana que passou Os Estados Unidos vão alienando os "amigos"	P.	
COMUNIC. GERAL	Temas carbonizados	T.	

Figura 17 - "Perspectiva Sindical Arbitragem Ordem dos Engenheiros - CP O Ministério das Corporações e Segurança Social nomeou o arbitro presidente" & "O alargamento do âmbito do Contrato dos Electricistas"

Comentário

Contrariamente ao que aconteceu nos cortes, nos relatórios, os censores cortaram assuntos relacionados com a política e o emprego, mais concretamente com a vertente sindical. Havia assuntos mais perigosos do que outros, por exemplo, política e reivindicações. Ter indivíduos reivindicativos no seio de uma sociedade passiva era o rastilho perfeito para instalar a desordem no regime ou mesmo para o fazer cair. Desta feita, de nada interessava ao Estado Novo ter indivíduos que à primeira oportunidade lançassem a desordem em prol de diferenças ideológicas.

Com o trabalho acontecia o mesmo, não eram permitidos sindicatos que lutassem e que assegurassem os direitos dos trabalhadores, de tal forma que estes eram explorados

pelas entidades patronais. Com este tipo de regime as condições de trabalho eram precárias e sem quaisquer benefícios e sem entidades que lutassem pelos direitos dos trabalhadores, porque o Estado não permitia. Neste tipo de ideologias as pessoas não têm interesses individuais, muito menos direitos, quando muito tinham o dever de adoração ao Chefe de Estado e ao seu país.

5.3. Jornal do Fundão: análise de entrevista a Fernando Paulouro

Para a análise da entrevista ao antigo jornalista e antigo diretor do JF por uma questão científica e para uma melhor organização da análise, procedeu-se à identificação de uma lista de temas. Depois de identificados os tópicos de análise à entrevista foram acrescentadas as considerações da entrevista que melhor se adequam ao tópico referido.

- **Critérios dos censores**

Da entrevista com o antigo jornalista e antigo diretor do JF o aspeto que ressalta logo à partida é sensação de peso que a censura teve sobre estes profissionais. Fernando Paulouro contou que viu muitos dos seus artigos serem cortados, mas apesar da impotência e da tristeza que sentiu, rapidamente incutiu a necessidade de valorizar outros aspetos dos acontecimentos, que não resvassem para crítica, pois sabia que seria alvo dos censores. Em vez de partir para a crítica direta, que sabia que ia ser cortada, descrevia-a de uma forma indireta para o censor não se aperceber que a crítica estava presente e, assim, deixar passar o artigo com o menor número de cortes possível. *“(...) aprendi que a destruição da censura era uma aprendizagem, pois poderia ter feito uma coisa menos crítica e valorizando outros aspetos da conversa (...)”*.

No momento de censurar os jornais, o antigo diretor do JF, considerava os censores arbitrários, pois não se sabia o que esperar, e também eles eram pressionados quanto ao que deixavam passar. *“Às vezes era puramente arbitrário e os próprios censores tinham medo do que deixavam passar”*. Quando se dava o caso de deixarem passar alguma coisa, das duas uma, tinham sido bem ludibriados pelos jornalistas ou não percebiam o que se pretendia dizer, como refere o antigo jornalista *“Os censores eram objetivos e o que deixavam ‘passar’ era porque não se apercebiam da intenção daquilo que estava escrito na narrativa. Às vezes cortavam partes dos textos, parágrafos ou palavras de um título. Acima de tudo, os censores tentavam cumprir a função de fazer com que as coisas não existissem, pois era o seu grande objetivo”*. Fernando Paulouro conta ainda que por mais que fizessem valer o seu ponto de vista perante os censores,

acabavam por não chegar a lado nenhum e os artigos eram cortados na mesma: “Os critérios usados pelos censores eram totalmente arbitrários e por mais que protestássemos acabava por não dar em nada”. Ainda inerente aos cortes efetuados pelos censores, existiam os espaços em branco, que não eram permitidos pelos Serviços de Censura, tendo de ser preenchidos de alguma forma, muitas vezes com o recurso a publicidade ou mesmo a notas que indicavam que havia um corte como conta o ex-jornalista: “Colocava-se publicidade do próprio jornal em lugares que levava os leitores a perceber que no lugar daquele anúncio deveria estar um artigo jornalístico. Ou às vezes, também acontecia colocarmos uma nota na primeira página a dizer ‘Não publicamos determinada crónica por motivos alheios à nossa vontade’ (...)”, que serviam como forma de avisar os leitores que o jornal tinha sido alvo do lápis azul.

- **Danos sofridos pela ação da censura**

Fernando Paulouro relatou uma situação em que foi buscar provas aos Serviços de Censura de onde saiu muito transtornado por ter sido tudo cortado. Segundo o entrevistado, perante esta situação há uma enorme sensação de impotência e tristeza, pois a censura tinha o dom de destruir tudo o que imperasse pela criatividade e pela imaginação, para além do relato dos factos. “Lembro-me de ter com Paulo Domingos ir à censura buscar as provas de um número da revista ‘Etecetera’. que estavam todas ‘retalhadas’ e teve de ser tudo modificado; sentámo-nos os dois nas escadas e comecei a chorar – é um registo que tenho e acho que define bem aquilo que é o drama da censura e da destruição do gesto criador”.

Sabemos à partida que a bravura destes profissionais por relatarem certo acontecimento ou levarem à discussão determinado assunto era um preço muito alto para o jornal, que se arriscava a ver o número todo cortado. Se isso acontecesse era dinheiro perdido – o que não podia acontecer, daí serem cautelosos na forma como ludibriavam o regime.

- **Formas de contornar ou enfrentar a censura & autocensura**

No entanto, os jornalistas encontraram formas de ludibriar os censores e fazer chegar informação às pessoas, muitas das vezes, da forma mais simples que nem os censores davam conta. Fernando Paulouro conta que o uso de citações através do disfarce do autor permitiu passar muita coisa às mãos dos censores: “Houve muita falcatrua para ludibriar o regime, nomeadamente, citações de escritores de Victor Hugo ou Lenin, mas não escreviam “Lenin” colocavam o nome dele Vladimir Ilyich Ulianov, mas a princípio os censores deixaram passar, mas houve um momento em que se aperceberam -, mas não deixavam de ser provocações à censura”. As metáforas

foram outra ferramenta utilizada pelos jornalistas para publicarem assuntos que interessavam ao público. *“Tive muitas vezes a satisfação de pensar que driblava o censor, por exemplo com a utilização de metáforas e conseguimos publicar coisas que vinha ao encontro do interesse público, apesar da censura”*, conta. Assim, como a ironia, que tinha de ser utilizada com o devido cuidado, uma vez que, o humor também não era bem visto pelo regime. *“Às vezes o uso da ironia fazia com que os censores deixassem passar as coisas, porque não percebiam o seu significado. Em contrapartida, a censura passou a vigiar muito a utilização da ironia, pois para os censores o riso era uma arma pesada”*.

Outra estratégia para ludibriar os censores era escrever por outras palavras o que realmente se queria dizer, *“(...) essa capacidade criadora das pessoas fazerem aquilo que nós costumamos dizer ‘dar a volta ao texto’. Muita coisa foi cortada e muita coisa passou”*. Ou seja, para o entrevistado era imperativo ser subtil a tratar a informação. *“Escrever de uma forma mais subtil, não podíamos ir diretos ao assunto que queríamos transmitir, ou seja, andar com rodeios e depois tentar dar a informação”*. Afirma que se coibiu de escrever sobre os temas que considerava pertinentes ou no uso de determinadas palavras, mas nunca deixou de participar nos acontecimentos e de os noticiar, mas sempre pela via não provocatória. *“Provavelmente sim, houve coisas que tinha na cabeça e que não passei ao papel e não escrevi. (...) Nunca deixei de escrever e nunca deixei de marcar presença nos acontecimentos, mas também não fazia por provocar os censores”*. Quando singrou na profissão, tenha pensado em desafiar a censura, mas acabava sempre por não o fazer: *“(...) no início quando comecei no Jornalismo era capaz de dizer ‘Vou escrever isto a ver se a censura vai cortar’, mas depois uma pessoa pensa de outra forma e acabava por tratar os assuntos de outra forma para evitar a represália: o corte”*. Inseparável da forma de escrita dos jornalistas está a autocensura a que muitos deles se impuseram para não serem chamados a responsabilidades e logicamente para não verem os seus artigos cortados, como aφερε: *“Também é verdade que havia uma autocensura estabelecida em cada jornalista, porque ninguém gostava de trabalhar para depois as coisas não saírem. Ou seja, havia um certo cuidado na forma como se escrevia”*.

- **Temas mais severamente censurados**

Escusado será dizer que a panóplia de assuntos que estavam vedados aos jornalistas era muita: desde o sindicalismo, ao trabalho, assim como as artes ou coisas que transpusessem o limite da decência como coisas de cariz *sexy* ou mesmo sexual. A crítica era menosprezada na totalidade, como nos conta Fernando Paulouro *“(...) houve um período sobretudo depois da reaparição do Jornal do Fundão que a notícia de*

uma lâmpada fundida de um cadeeiro público ou o buraco numa rua era cortado, quer dizer, o direito à crítica estava suspenso”. Assim, como a crítica, a taxa de mortalidade era outro assunto do qual os censores não apreciavam. *“Dois dos cortes que tenho em minha posse, de textos escritos por correspondentes são notícias de soldados falecidos – os censores deixaram passar as restantes notícias, mas a relativa aos soldados que haviam morrido não passou*”. A Guerra Colonial era outro tema vedado aos jornalistas mesmo em eleições, onde havia um resquício de liberdade. *“(…) havia temas sobre os quais não se podia escrever, nomeadamente, a guerra nem mesmo na altura das eleições, porque cheguei a participar em eleições, designadamente em 1973, onde fiz trabalhos de reportagem para o Jornal do Fundão e para a República, em que os oradores eram reprimidos sempre que se falava na Guerra Colonial por um oficial da polícia que estava a vigiar o evento*”.

- **Certos autores estavam proibidos de publicar [o que se chama censura *ad hominem*] e alguns nomes não podiam sequer ser referidos**

Além das temáticas que não suscitavam confiança aos censores havia também certas profissões *non grata* como os escritores e os cantores de intervenção: *“(…) havia nomes que eram sistematicamente cortados, porque não se podia fazer referência a eles por exemplo, José Afonso, bem como escritores e os cantores de intervenção – os censores eram muito atentos a isso*”. Além de figuras nacionais, os censores viam certos colaboradores do jornal como opositores do regime, sendo muitos deles proibidos. *“Havia nomes que eram proibidos, por exemplo, António José Saraiva começou a ser proibido depois de publicar no jornal uma crónica chamada “Domingos de Paris”, onde descrevia o povo português como um povo muito triste” e “Os censores proibiam muito os escritores portugueses e o jornal dava palco aos escritores brasileiros, por exemplo, Odilo Costa, João Cabral de Melo Neto (…)*”.

- **Relações com os censores**

Nas idas e vindas aos Serviços de Censura de Castelo Branco, para onde eram enviadas as provas de censura antes de cada publicação, Fernando Paulouro recorda-se de conhecer o diretor da Censura de Castelo Branco e de um outro censor, que havia sido professor. Chegou a conhecer outros, além dos já mencionados, mas quanto ao trabalho desempenhado ninguém sabia o que faziam em concreto. *“Não, só conheci o diretor da censura de Castelo Branco. Soubemos quem foram alguns dos censores, sobretudo depois da suspensão do jornal; um deles era o filho do presidente da Câmara e um professor, uma pessoa muito cordial, mas que em Lisboa fazia trabalhos para a*

censura. Às vezes conseguia-se saber quem eram os censores, mas o trabalho em concreto ninguém sabia, até para a sua própria proteção”.

- **Vigilância censória apoiada por uma parte do público**

Além da censura que controlava a informação a que população tinha acesso, havia pessoas que se davam ao trabalho denunciar o jornal sempre que este se desvirtuasse dos dogmas estabelecidos, como anuncia o entrevistado. *“A censura não podia facilitar, porque o próprio ditador chamava atenção para isso, pois havia pessoas que se queixavam sobre o que a censura deixava ou não passar”.* Para evitar queixas dos leitores os censores liam os artigos com a máxima atenção, pois sabiam que o opositor ao regime podia estar em qualquer lado. *“Às vezes os textos passavam, mas os censores liam-nos com relativa atenção, porque sabiam que a subversão pode acontecer em qualquer lugar (...)”*, explica o entrevistado.

- **Oscilações entre fases de maior perseguição e fases de menor severidade**

Apesar dos constantes percalços que o JF teve com a censura, a verdade é que fez frente às imposições do regime. Informaram a população do que se passava no seu concelho, mas também sobre o que se passava a nível do país e também fora de portas. Fernando Paulouro considera que foi fundamental *“(...) o jornal nunca ter perdido o sentido de serviço público (...)”*, bem como a sua ousadia em relatar os factos tendo o corte quase como certo.

O facto de terem sido o bastião da resistência ao regime na zona da Cova da Beira permitiu-lhes publicar certos autores que mais nenhum jornal publicava ao nível do país como refere *“(...) escritores e cronistas podiam publicar no jornal coisas que não podiam publicar em mais nenhum órgão de comunicação (...)”*. Nem tudo foi um mar de rosas para o jornal, além dos cortes aos artigos, sucederam-se multas e uma suspensão em 1965 por um dado artigo não constar nas provas de censura. O entrevistado, refere que esta suspensão foi complicada para o jornal, além de ter levado à demissão de um censor de Castelo Branco, o cerco ao jornal foi ainda maior, pois o *“(...) primeiro número, após a suspensão do jornal, estava todo entusiasmado e o jornal foi todo cortado, do princípio ao fim”*. Continua dizendo, que estavam muito limitados ao que podiam noticiar e ainda foram obrigados a levar as provas de censura à capital. *“O jornal foi sobrevivendo, mas era muito desolador não podermos escrever sobre os assuntos, um buraco na rua, uma lâmpada partida, uma crítica inócua do ponto de vista local era cortada e do ponto de vista nacional era impensável (...). (...) era necessário enviar novas provas à censura para Lisboa (...)”*.

Quando o regime mudou de dirigente, Fernando Paulouro afirma que haveria uma mudança, mas rapidamente percebeu, assim como toda agente, que nada iria mudar. “(...) foi com Marcello Caetano no poder que o jornal passou a ser censurado em Castelo Branco (...). Agora, o jornal depressa percebeu que se tratava de uma primavera falhada (...)”. O que efetivamente mudou foram as designações dos carrascos da Democracia, mas a forma de atuar continuou exatamente igual. “No início, o Exame Prévio, levantou um ‘bocadinho’ o véu para dar a sensação de mudança, mas depressa regressou aos cânones”.

Comentário

Fazendo um apanhado desta conversa com Fernando Paulouro rapidamente percebemos que o JF foi fundamental na resistência ao regime na zona geográfica onde se encontrava inserido. Contra a censura instalada e os constantes cortes, os jornalistas e colaboradores que para ele escreveram propuseram-se a fazer aquilo para o qual o jornal havido sido criado: informar, mediante as condições que tinham ao seu dispor. Naquele tempo, Portugal era um país apagado e sem qualquer perspectiva de ver as liberdades dos cidadãos restauradas, mas graças à ousadia destes profissionais em resistirem à ordem imposta, hoje, vivemos numa sociedade livre e num Estado de Direito. Muitas vezes se refere que os cidadãos sofreram por vivem aprisionados na sua própria mente, pois não tinham liberdade para se expressar, mas o Jornalismo sofreu do mesmo mal. Temos de nos lembrar que o *Jornalismo vive de e para a Democracia*. A Liberdade é o motor do Jornalismo; é através dela que hoje podemos ver notícias quer do nosso país quer de outros países, sem serem alvo de cortes; temos a liberdade de lermos qualquer jornal ou revista e não exclusivamente os órgãos estatais como acontecia no Estado Novo; o mesmo acontece com os livros, que durante o regime só era permitido ler os livros autorizados pelos Serviços de Censura. O Jornalismo não podia abordar nenhum assunto da agenda mediática que fosse contra o que estava imposto. Havia muitas regras a seguir no momento de escrever um artigo jornalístico, para além das regras do Jornalismo – essas sim é que deveriam ser a preocupação dos profissionais. Mesmo perante o medo das consequências da censura, os jornalistas, tiveram a ousadia de enfrentar um regime sufocado em preconceitos, moralidades e restrições. O Estado queria uma sociedade aprisionada aos dogmas, bem como o Jornalismo. Em certos aspetos até o conseguiu, pois fez com muitos virassem a casaca e se voltassem contra a essência do Jornalismo: a urgência de saber e de perguntar. A função do Jornalismo é mesmo essa: questionar, relatar e contrapor informação.

5.4. Notícias da Amadora: análise dos cortes

Para o jornal NA foram recolhidos um total de 302 cortes provenientes das revistas disponíveis online no acervo documental Casa Comum e do site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de onde são provenientes os relatórios censórios. Importa referir que o acervo documental Casa Comum de onde são provenientes os cortes do NA, era composto por 40 revistas. Dada esta extensão do corpus de análise do NA, procedeu-se à criação de um critério de seleção dos cortes: foram recolhidos todos os cortes (totais e parciais) que continham a prova de censura. Desta feita, o material recolhido corresponde ao seguinte: 133 relatórios censórios (onde 18 são cortes totais e 115 são cortes parciais) e 169 cortes (onde 82 são cortes parciais e 87 são cortes totais).

Na variável «autor», os relatórios censórios não foram considerados, uma vez que, não tivemos acesso a quem cortou o texto. O mesmo aconteceu com a evolução temporal, uma vez que, nos relatórios censórios a linha temporal se registou entre os anos 1973 e 1974 e a evolução dos cortes registou-se entre os anos de 1968 e 1974, dessa forma, evitou-se um enviesamento dos resultados.

Como ilustra o gráfico seguinte, na Figura 18, referente ao tipo de censura rapidamente inferimos que os tipos de censura que mais se verificaram foram a «censura social» com um total de 70 cortes e a «censura política» com 71 cortes e a seguir a «censura laboral» com 61 cortes. Contrariamente, os tipos de censura menos contabilizados foram a «censura literária» com apenas um corte e a «censura judicial» com 2 cortes.

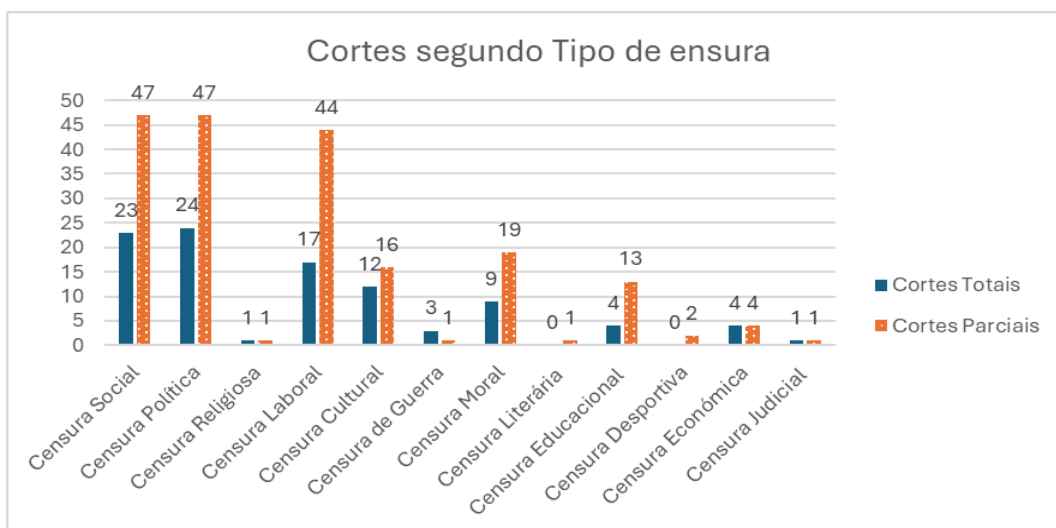


Figura 18 - Cortes segundo o Tipo de censura

Quanto à autoria dos textos cortados, na Figura 19, foi possível identificar a autoria em 212 cortes. Contudo, não possível identificar o autor de 82 cortes.

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

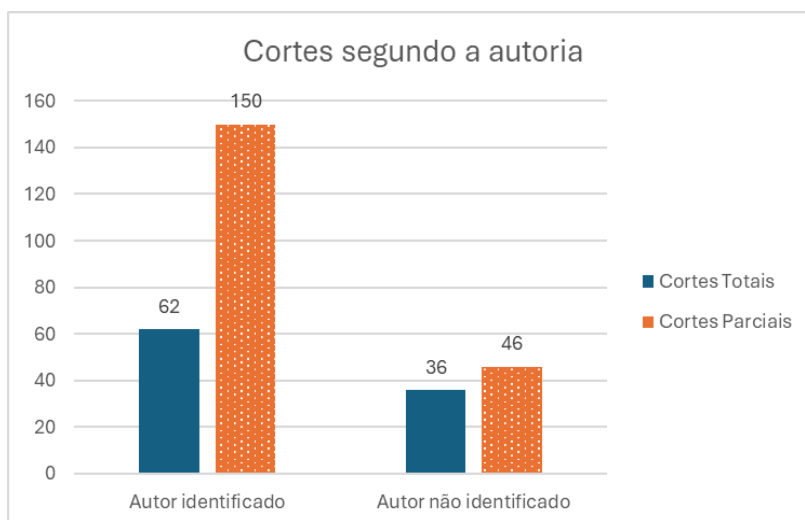


Figura 19 - Cortes segundo o Autor

No que diz respeito aos géneros jornalísticos, na Figura 20, os que mais se verificaram foi a crónica com 25 cortes, a notícia com 42 cortes e por fim, a opinião com 51 cortes. Em contrapartida, os géneros jornalísticos que menos se verificaram foia reportagem com três cortes, o perfil com três e o comunicado com dois cortes.

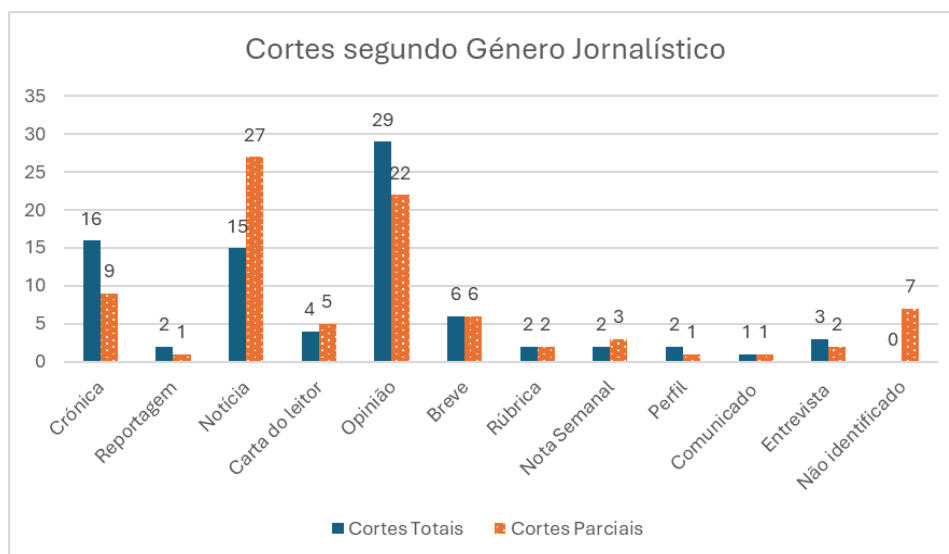


Figura 20 - Cortes de acordo com os géneros jornalísticos

No que à «censura territorial» diz respeito, na Figura 21, é possível verificar que os conteúdos mais cortados eram de índole nacional (186 cortes) e a seguir os internacionais (19 cortes) – o que faz sentido, tendo em que conta que o jornal em análise se encontrava na capital do país à partida noticiaria assuntos mais relacionados com o país. Quantos aos cortes de índole regional contam-se 30 cortes. No conjunto de

dados também se contabilizaram 33 cortes onde não foi possível identificar a que zona territorial diziam respeito – designando-se por «não identificado».

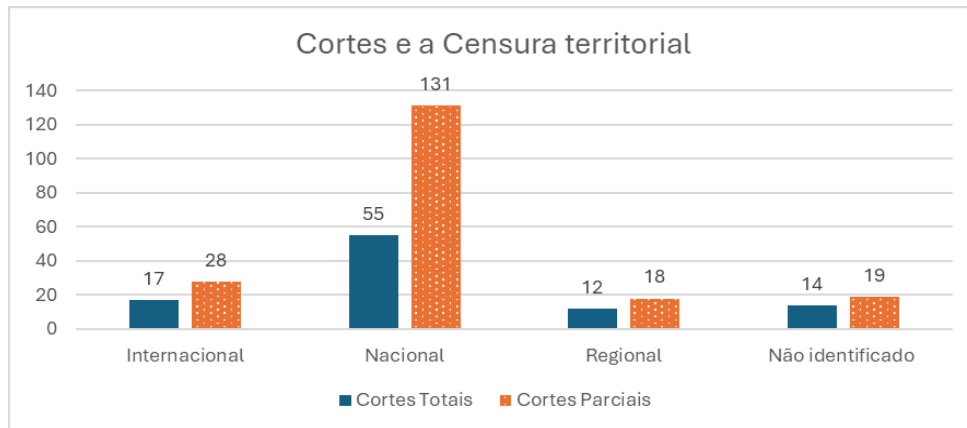


Figura 21 - Cortes de acordo com a Censura territorial

Pelo gráfico que nos é apresentado em seguida, na Figura 22, há uma tendência de aumento do número de cortes nos dois anos seguintes depois da tomada de posse de Marcello Caetano. Também é possível verificar que entre 1969 e 1970, o número de cortes totais aumenta conforme diminuem os cortes parciais, ao contrário do que se verifica no ano de 1972, onde o número de cortes parciais aumenta ao passo que os cortes totais sofrem uma ligeira diminuição. Já no ano seguinte, em 1973, vê-se o contrário, pois houve o maior número de cortes de toda a governação de Marcello Caetano, sobretudo ao nível dos cortes parciais. Em contrapartida, no último ano em que a ditadura vigorou no país, em 1974, o número de cortes (parciais e totais) diminuiu drasticamente o que pode ser explicado pela queda abrupta do regime em abril de 1974, apesar de este ano estar representado apenas por um terço do ano. Ora, a continuar assim, se a Revolução não tivesse acontecido, o resto do ano manteria o ritmo. Assim, 1974 seria o ano em que o jornal mais cortes iria registar, podendo alcançado um valor superior do que em qualquer um dos anos em que o marcelismo vigorou.

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

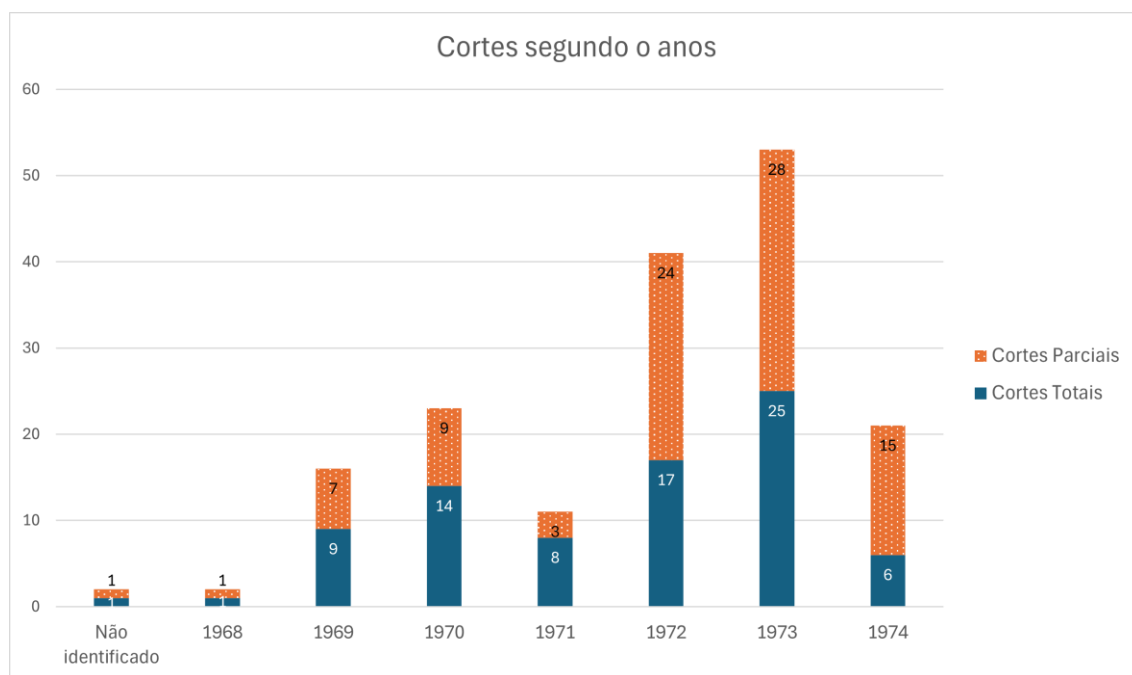


Figura 22 - Cortes ao longo da governação de Marcello Caetano (1968-1974)

A análise qualitativa para o NA foi feita do mesmo modo que para o JF: serão apresentados quatro exemplos que consideramos mais significativos dos dois tipos de censura que mais se destacaram no conjunto de dados. O texto cortado será apresentado entre aspas, estando a negrito o que é considerado como justificação para o tipo de censura aplicado. Também aqui, nos cortes totais, na coluna de «texto cortado» / «motivo do corte» foram colocadas as frases essenciais para a identificação do tipo de censura.

Para primeiro exemplo de «censura social» temos um corte datado de 11 de janeiro de 1969, intitulado de “Uma nota pastoral”, na Figura 23. Neste caso, foram consideradas as seguintes “**«Não basta proclamar os direitos fundamentais da pessoa humana, nem tão pouco defendê-los em abstracto. Importa – e isso é sem dúvida bem mais difícil – assegurar as condições necessárias, ao seu concreto e normal exercício por todos os homens»**, afirmava-se na última nota pastoral do episcopado”. “Na verdade, não se pode dizer que o episcopado, agora tão solícito a proclamara os **«direitos fundamentais da pessoa humana»**, tenha sempre «procurado dar sempre o seu contributo para a paz temporal» entre os seus concidadãos (entendamos que por paz os conceitos propostos por Paulo VI: «a promoção dos direitos do homem caminha para a paz» ou «desenvolvimento é o novo nome da paz») e que, por essa paz, tenha «lutado e sofrido»”. Neste primeiro exemplo, foi aplicada a «censura social», pois fala-nos dos direitos humanos e da sua defesa. Ora como sabemos, esse tópico era proibido, não só

de se falar, mas também de aplicar, pois para as ideologias políticas ditatoriais, os indivíduos não possuíam quaisquer direitos. No Estado Novo, os cidadãos deviam prestar o culto ao Chefe do Governo, ou seja, venerá-lo em todas as ocasiões e, nunca em tempo algum, insurgir-se contra as suas decisões. O mesmo acontecia com o louvor ao País e à Pátria, onde se enaltecia o passado glorioso dos países, bem como certas figuras que contribuíram para essa glória. Num sentido muito abreviado a Declaração Fundamental dos Direitos Humanos ia contra tudo aquilo que o Estado Novo defendia, não só no sentido individual de cada pessoa, como o direito à opinião e expressão, mas também os aspetos mais abstratos, que hoje damos como adquiridos como ter um teto sobre a cabeça, ter comida na mesa, ter um trabalho digno e que nos permitia viver, assim como a segurança. Não haver distinção entre as pessoas em relação à sua raça ou nascimento, bem como as suas posses ou condição física – algo que acontecia muito neste período. No fundo o que a Declaração dos Direitos Humanos pretende é que o cidadão seja respeitado e protegido e, que crimes cometidos no passado contra o Ser Humano não se voltem a repetir. Os Direitos Fundamentais do Homem foi coisa que a sociedade portuguesa só viria a ouvir falar depois da Ditadura cair em 1974, apesar de a primeira publicação ter sido logo após a II Guerra Mundial, em dezembro de 1948.

UMA NOTA PASTORAL

«Não basta proclamar os direitos fundamentais da pessoa humana, nem tão pouco defendê-los em abstracto. Importa — e isso é sem dúvida bem mais difícil — assegurar as condições necessárias, ao seu concreto e normal exercício por todos os homens», afirmava-se na última nota pastoral do episcopado. E todos estaremos de acordo de que «não basta proclamar» os direitos da pessoa humana — é bem mais necessário agir no sentido de que todos, usufruam, de facto. Há, portanto, que salientar as afirmações do episcopado, apesar de atrasadas no tempo e no espaço. Na verdade, não se pode dizer que o episcopado, agora tão solícito a proclamar «os direitos fundamentais da pessoa humana», tenha sempre «procurado dar o seu contributo



para a paz temporal» entre os seus concidadãos (entendamos aqui por paz os conceitos propostos por Paulo VI: «a promoção dos direitos do homem caminha para a paz» ou «desenvolvimento é o novo nome da paz») e que, por essa paz, tenha «lutado e sofrido». Está na consequência dos bispos saber se a Igreja sempre defendeu «a verdade, a justiça, a liberdade e a fraternidade»; se sempre se pôs «ao serviço dos pobres, dos doentes, (e) dos desprezados»; se houve ou não «medo de dedicar a vida ao serviço da própria pátria e dos próprios irmãos, quando se acham empenhados na defesa da justiça e da liberdade.

Mas para além do atraso e das ambiguidades do texto episcopal, parece oportuno perguntar se será agora que a Igreja irá, se necessário, sacrificar-se pela difusão e aplicação das traças mestras da doutrina expressa na encíclica «Populorum Progressio».

SÉRGIO MIRANDA

Ficha

Notícias da Amadora
 Edição nº 584
 de 11 de Janeiro de 1949
 Título: Uma nota pastoral
 Autoria: Sérgio Miranda
 Prova nº 45
 Enviada à Censura em 7/1/1949
 Decisão: Cortado
 Nº de línguas: 1
 Largura da coluna: 4,7 cm
 Comprimento total: 26 cm

Figura 23 - Corte "Uma Nota Pastoral"

O segundo exemplo de «censura social» é um corte parcial de 30 de março de 1974, com o título “A vida custa a (quase) todos”, na Figura 24 e figura 25, onde foi cortado o seguinte texto: “(...) o aumento do custo de vida e a depreciação do poder de compra dos salários”. “(...) pela imensa maioria cujos únicos rendimentos vêm da

venta da sua força de trabalho". "Os depoimentos aqui ficam e que venham mais. De outros leitores do «N.A», de outros pontos do País. Embora, formalmente, os salários tenham aumentando, ainda que pouco, nestes últimos anos, na realidade diminuíram bastante. Deste modo, **todos os sectores da população que vivem apenas do seu trabalho, sentirão o constante «aumento do custo de vida» por formas extremas.** Podendo significar, até, uma crescente subalimentação ou condições de alojamento precários. **A GENTE QUER E NÃO PODE - Olhe: o dinheiro, gasto-o conforme posso!** Para aí um conto e tal por semana só para a alimentação. São 7 pessoas; mais 1.500 escudos de renda de casa. Moro em Carnaxide. É muito longe de tudo. Só para o meu filho são 11 escudos. Vai para a Estrela. Gasta 11 escudos só de passagens por dia. **Está tudo a subir e o ordenado está na mesma. Agora o problema com o óleo. Não se encontra óleo. O bacalhau encontra-se mas é a 93 escudos, e dantes era 40. E isso tudo influi na vida. A gente quer e não pode. Bacalhau em minha casa não entra. Enquanto é barato, está bem. Agora, não se se pode comer.** (Dona de casa) - **O meu ordenado não chega! Só isso não chega para a renda da casa e para comer,** para a minha mulher e para a minha filha. Não me chega! Tenho muitas vezes que tirar ao corpo por causa de não ficar a dever nada a ninguém, Tenho que fazer horas extraordinárias para levar a minha vida honradamente, para não ficar a dever ao merceeiro, nem ao padeiro, nem ao senhorio. (Trabalhador na construção) À saída do mercado falámos com uma dona de casa que nos diz, aproximadamente, como gasta o seu orçamento familiar. - Ainda não fiz as contas. Mas aí 1.000 escudos por mês, e somos três pessoas. **E não estrago os restos que ficam, não deito fora; aproveito-os todos** e mesmo assim são 1.000 escudos, mais ou menos só do comer. A renda de casa? Moro ali numa barraca. Pago 70 escudos. Se fosse num prédio?! Então, eu não tenho marido. Que seria da minha vida? **EQUILIBRAR RECEITAS E DESPESAS - O ordenado está baixo! Sobra-me pouco dinheiro.** Só um conto de reis de renda de casa... Sou eu, a mulher e dois filhos. Já vê que não pode sobejar muito. Só fazendo horas extraordinárias é que se pode aguentar isto. **Só a alimentação é um grande problema;** principalmente arranjar bacalhau, azeite... (...) - Eu sou reformado da Caixa de Providência. **Ora, aquilo que gasto, habitualmente, é na alimentação. A renda de casa, têm os filhos que ajudar a pagar, porque não chega. É que a vida está toda cara;** é um exagero! E principalmente as rendas de casa. Agora, para quem vive fora da cidade da Lisboa, os senhorios de 5 em 5 anos podem aumentar a renda e isso não acho justo. É isto!"

Este segundo corte foi classificado como sendo «censura social» em virtude das queixas que as pessoas apresentaram sobre o custo de vida. Já é sabido que aos censores pouco interessavam as queixas das pessoas. Sabia-se que havia miséria e que as pessoas passavam dificuldades económicas, em virtude da inflação que fazia aumentar os preços dos alimentos, bem como as rendas e outros bens, mas também porque os salários não conseguiam acompanhar o custo de vida vigente. Perante isto a subida dos preços afeta umas pessoas mais do que outras. Contudo, quando os meios de comunicação procuravam saber de que forma este afetava as pessoas, que é um assunto de interesse público, como aconteceu neste exemplo, as pessoas manifestavam de que as afetava. Mas no fim não passavam de meras «queixas», que nunca viam a luz do dia. O próprio Salazar defendia que só o que existia o que se sabia, o que fazia com que existisse uma enorme lacuna entre a verdade e a mentira, ou seja, desinformação. Também com a censura na retaguarda do regime a vedar a informação às pessoas era fácil manter a máscara do «país perfeito».

A VIDA CUSTA A (QUASE) TODOS (*)

Os depoimentos que a seguir publicamos, recolhidos na zona de Aljés pelo nosso amigo e leitor Pedro Silva, reflectem uma das realidades mais sentidas actualmente pelo povo português: o aumento do custo de vida e a depreciação do poder de compra dos salários.

Tal facto reflecte sempre uma situação de desequilíbrio na economia, e com efeito sentido, vivido e falado por (quase) todos nós, pela imensa maioria cujos únicos rendimentos vêm da venda da sua força de trabalho.

Reflectir a realidade é uma maneira de reflectir sobre a realidade. Os depoimentos aqui ficam e que venham mais. De outros leitores do «N.A.», de outros pontos do País.

Embora, formalmente, os salários tenham aumentado, ainda que pouco, nestes últimos anos, na realidade diminuíram bastante. Deste modo, todos os sectores da população que vivem apenas do seu trabalho, sentirão o constante «aumento do custo de vida» por formas extremas. Podendo significar, até, uma crescente subalimentação ou condições de alojamento precários.

A GENTE QUER E NÃO PODE

— Olhe: o dinheiro, gasto-o conforme posso! Para aí um conto e tal por semana só para a alimentação. São 7 pessoas; mais 1.500 escudos de renda de casa. Moro em Carnaxide. É muito longe de tudo. Só para o meu filho são 11 escudos. Vai para a Estrela. Gasta 11 escudos só de passagens por dia.

Está tudo a subir e o ordenado está na mesma. As coisas são caras. Agora o problema do óleo. Não se encontra óleo. O bacalhau encontra-se mas é a 93 escudos, e dantes era a 40. E isso tudo influi na vida. A gente quer e não pode. Bacalhau em minha casa não entra. Enquanto é barato, está bem. Agora, não se pode comer.

(Dona de casa)

O ORDENADO NÃO CHEGA

— O meu ordenado não chega! Só isso não chega para a renda da casa e para comer, para a minha mulher e para a minha filha. Não me chega! Tenho muitas vezes que tirar ao corpo por causa de não ficar a dever nada a ninguém. Tenho que fazer horas extraordinárias para levar a minha vida honradamente, para não ficar a dever ao merceiro, nem ao padeiro, nem ao senhorio.

(Trabalhador na construção)

À saída do mercado falámos com uma dona de casa que nos diz, aproximadamente, como gasta o seu orçamento familiar.

— Ainda não fiz as contas. Mas aí 1.000 escudos por mês, e somos três pessoas. E não estrago os



Figura 24 - Corte "A vida custa a (quase) todos" - 1ª parte

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

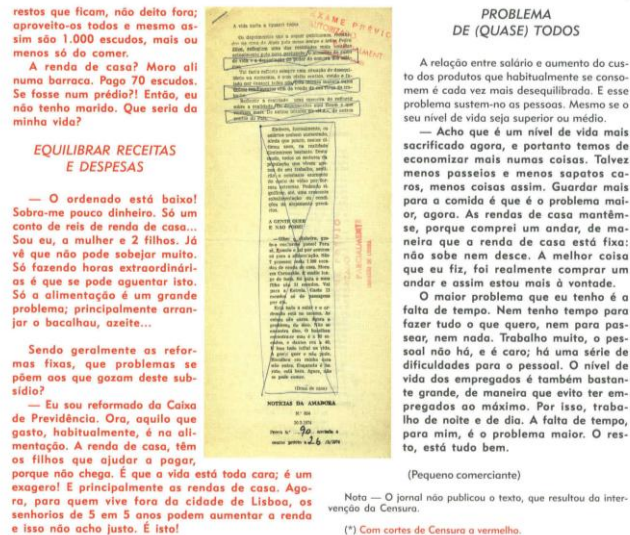


Figura 25 - Corte "A vida custa a (quase) todos - 2ª parte

Para terceiro exemplo da análise dos cortes do NA, para a «censura política», apresentamos o seguinte corte total intitulado de “A Legislação Eleitoral – Uma situação à Kafka”, de 11 de outubro de 1969, na Figura 26. Neste corte apenas foi considerado o seguinte: “*Bem, na verdade é que o **jogo está viciado desde o início, já que a igualdade à partida para os competidores constitui mera abstração**”.* ***A estratégia eleitoral do Governo tem-se projectado em dois sentidos: tomar com uma mão o que concede com a outra; por outro lado, essa estratégia funda-se no aperfeiçoamento do maquinismo burocrático, de modo a eliminar qualquer «falha» que na prática venha a verificar-se***”. O corte apresentado anteriormente foi classificado como «censura política» pelo seguinte: tratando-se do Estado Novo de um regime político que assentava no autoritarismo, onde eleições livres e a oposição política eram proibidas, não havia meios de fazer capitular o regime. Este corte remonta a outubro de 1969, onde nesse mesmo mês se realizaram as primeiras eleições depois da saída de Salazar do governo. No entanto, estas eleições trouxeram algo novo: uma aparente liberdade, permitindo que novos partidos concorressem, mas o desfecho viria a ser o mesmo: a continuação da Ditadura, com Marcello Caetano como novo Chefe do Governo. Daí se referir no corte que o «jogo eleitoral» se encontrava viciado, porque apesar da participação de novos partidos no momento eleitoral, no final o regime tirou-lhes o tapete, pois mais uma vez, a UN saiu vencedora, elegendo a totalidade dos deputados: 130. Desta forma se percebe o porquê da seguinte frase no corte: “***A estratégia eleitoral do Governo tem-se projectado em dois sentidos: tomar com uma mão o que concede com a outra***”, ao conceder uma certa liberalização no momento eleitoral, o primeiro desde

1933, esperava-se que o regime afrouxasse a repressão à oposição, de modo que fossem umas eleições justas para todos os partidos. O que não aconteceu pelo resultado. O regime só não mencionou que a censura iria enviesar todo o processo eleitoral da oposição, para que o seu partido ganhasse, daí a expressão “(...) o jogo está viciado desde o início (...)”.

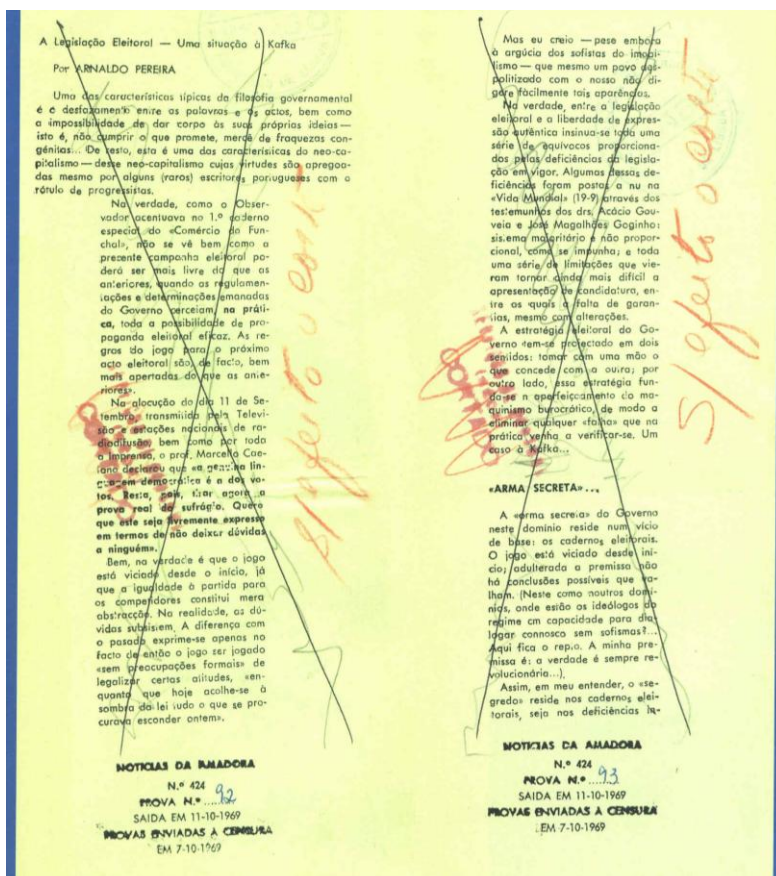


Figura 26 - Corte "A Legislação Eleitoral – Uma situação à Kafka"

O próximo exemplo de «censura política» remonta ao final da Ditadura, mais concretamente a 20 de outubro de 1973, na Figura 27, com o seguinte título “Mesa Redonda: Sobre liberdades democráticas” e trata-se de um corte total. Deste corte foi destacado o seguinte: “*Manuela Vicente - A defesa dos presos políticos, a exigência da sua libertação, não é uma exigência duma orientação política, mas sim de todos os homens conscientes do seu papel na sociedade*”. “*É preciso consciencializarmo-nos de que a existência de presos políticos é uma limitação da nossa liberdade. É preciso que cada um de nós tome uma posição intransigente e responsável na defesa dos presos políticos*”. “*Por exemplo, as presentes dificuldades na assistência jurídica aos presos políticos tem sido usualmente motivos de grandes lutas: - a recusa sistemática da presença do advogado constituído nos interrogatórios; - a não*

autorização para os advogados levarem os processos para os seus escritórios para estudo". "«O seu único "crime" foi porem, acima do seu bem-estar pessoal a defesa intransigente das aspirações populares, **denunciar a corrupção do regime e a sua política de desenfreada exploração e guerra e as condições de visa miseráveis em que vive, encabeçando as lutas populares, por vezes nas difíceis condições de clandestinidade a que o regime fascista obriga. Desse combatentes da liberdade muitos mais teriam morrido nas mãos da PIDE se não fossem amplas campanhas exigindo o fim das torturas e a sua libertação»".**

Foram inúmeros os presos políticos que sofreram às mãos da impunidade da censura do Estado Novo. Tinham ideais contrários aos do regime: defendiam uma sociedade democrática, onde todos tivessem os seus direitos assegurados, mas que cumprissem com os seus deveres; consideravam que qualquer indivíduo tinha direito a ter uma opinião e a expressá-la, mesmo que fosse diferente. Foram muitos os presos políticos que tiveram de se exilar para fugir da censura e outros tantos nunca chegaram a saber do que eram acusados, sendo encarcerados nas prisões do Estado. Se naquele tempo, o regime impunha o um certo decoro e moral à sociedade, no campo da justiça, podemos dizer que era um autêntico «salve-se quem puder». Naquele tempo um preso político, que na maioria das vezes pertencia à resistência, quando apanhado era considerado o maior criminoso à face da terra e, por isso, desprovido de quaisquer direitos como é referido no corte: "(...) **dificuldades na assistência jurídica aos presos políticos (...). - a recusa sistemática da presença do advogado constituído nos interrogatórios; - a não autorização para os advogados levarem os processos para os seus escritórios para estudo**".

Sabemos que o Estado Novo se insurgiu perante a crise política que reinava no país, que vinha do tempo da 1ª República. Ora, por isso também sabemos que todas as mudanças de regime são desencadeadas pela insatisfação popular e, apesar de no Estado Novo não serem permitidas manifestações e reivindicações, a forma de manifestação encontrada para contestar o regime era fazer resistência ao mesmo a todos os níveis "(...) **denunciar a corrupção do regime e a sua política de desenfreada exploração e guerra e as condições de visa miseráveis em que vive (...)**". O senão maior foi que a estrutura do regime e a censura, era mais forte do que a vontade e a necessidade de mudar os rumos políticos que governaram Portugal no século XX. Muitos acabaram mortos e torturados às mãos dos carrascos da Democracia. "**Desse combatentes da liberdade muitos mais teriam morrido nas mãos da PIDE se não fossem amplas campanhas exigindo o fim das torturas e a sua libertação**".

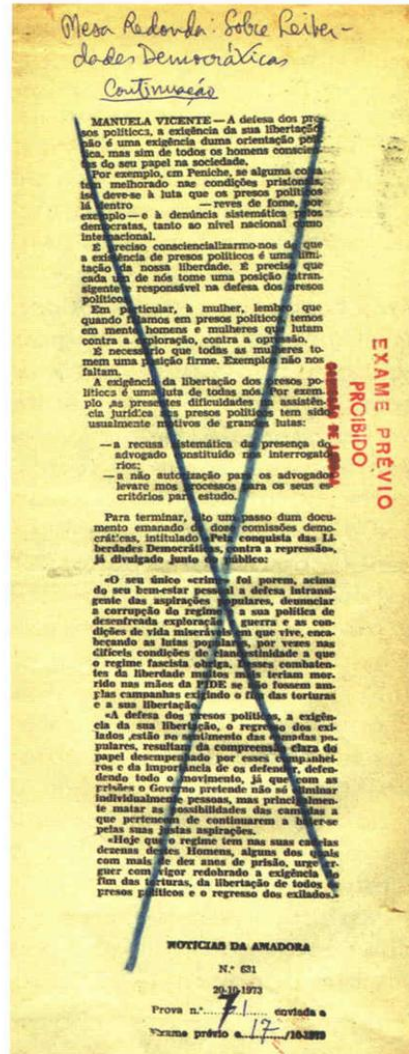


Figura 27 - Corte "Mesa Redonda: Sobre Liberdades Democráticas" - Prova de Censura

Comentário

Apesar da aparente liberdade e a existência de uma oposição política nas eleições de 1969 de nada serviram para mudar o regime. O que Marcello Caetano deu a entender que seria um apaziguar da repressão da censura, através de eleições e permitir aos *media* uma maior aproximação à vida política, não passou de uma manobra de diversão para aproximar o eleitorado da sua causa: a manutenção do regime. Esta evolução na continuidade não se verificou apenas na vida política, mas também em todos os setores da vida pública. Quem sofreu as consequências da falta de opções foram as pessoas, que por mais que tentassem dar a volta à situação, não conseguiam sair do marasmo e da miséria que o regime as havia colocado. Exemplo claro disso foi o corte de março de 1974, que releva as queixas da sociedade face à subida do custo de vida, com as quais o Estado pouco se interessava, uma vez que, a estrutura que o mantinha – a censura – que fazia questão de que estas questões não se soubessem nem fossem discutidas.

5.5. Notícias da Amadora: análise dos relatórios censórios

Os relatórios censórios recolhidos para o NA foram contabilizados em separado dos cortes para as seguintes variáveis: o «tipo de censura», o «autor», a «censura territorial», pois assim temos dados concretos sobre este conjunto. A proveniência dos relatórios censórios era da Comissão Central de Exame Prévio, que dependia da SEIT. Nos relatórios consta ainda uma nota onde se afirma que estes foram elaborados, segundo as informações que vinham das comissões e delegações de censura de cada distrito. Foram recolhidos 133 relatórios censórios, dos quais 18 são cortes totais e 115 são cortes parciais como mostra a Figura 28.

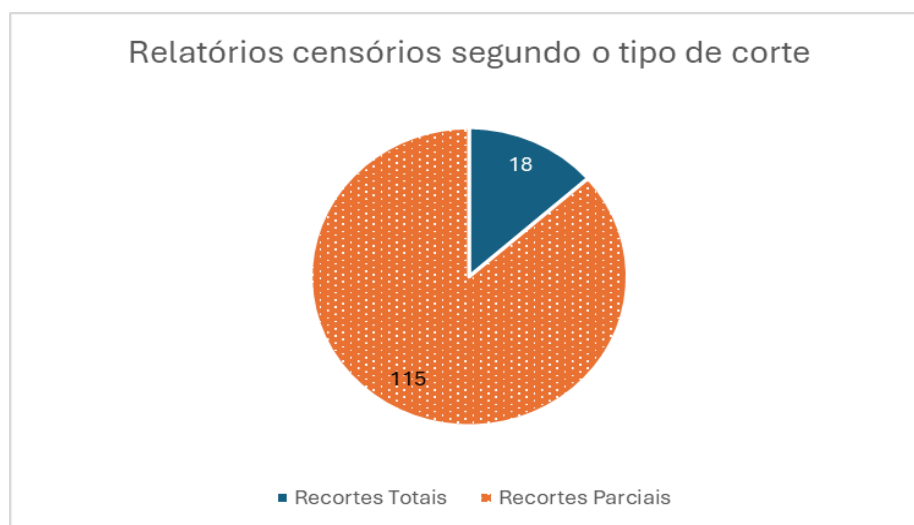


Figura 28 - Relatórios censórios e o Tipo de corte

Pelo gráfico seguinte, Figura 29, é possível ver que o tipo de censura que mais se verificou foi a «censura política» e a «censura laboral». Na «censura política» contam-se 34 relatórios censórios e na «censura laboral» contabilizaram-se 31 relatórios censórios. Em seguida, surgem a «censura social» com 32 relatórios censórios e a «censura cultural» com 8 relatórios. Para último e sem registar qualquer corte total nos relatórios contam-se: a «censura moral», que registou 15 cortes, a «censura literária» com apenas um corte, a «censura educacional» com 7 cortes, a «censura económica» com 3 cortes e a «censura judicial» com 1 corte.

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

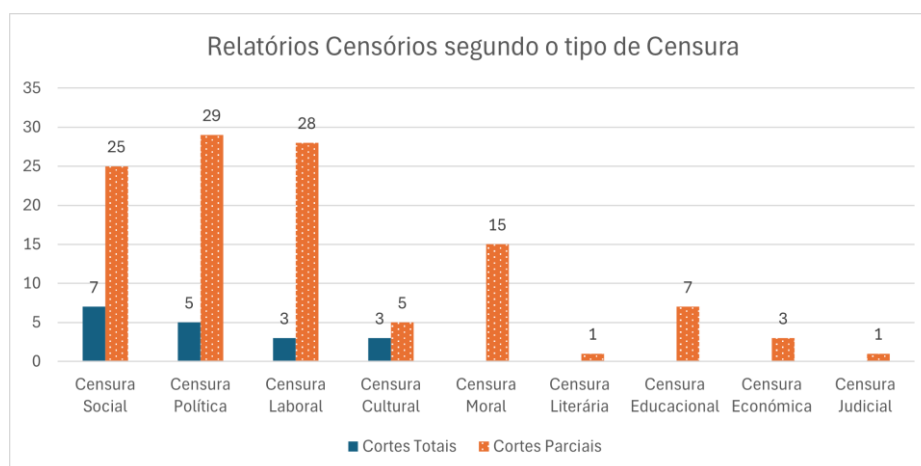


Figura 29 - Corte e o Tipo de censura

No que diz respeito à «censura territorial» dos relatórios censórios, Figura 30, existem 90 relatórios de natureza «nacional», a seguir com maior número contabilizam-se os relatórios de origem «internacional» com 16 e, por fim, a «censura regional» com 11 relatórios. Não foi possível identificar o tipo de «censura territorial» em 17 relatórios censórios. Pelo gráfico da Figura 30 é visível a variação entre a «censura nacional» e a «censura regional», pois tratando-se de um jornal regional a censura territorial com maior evidência deveria ser a «censura regional», o que não acontece. Tal facto pode ser explicado pelo seguinte: estando o NA localizado num dos concelhos da capital do país haveria mais propensão a publicar assuntos que estivessem mais direccionados com o poder político e a governação do país, do que propriamente com a faixa mais regionalizada da capital.

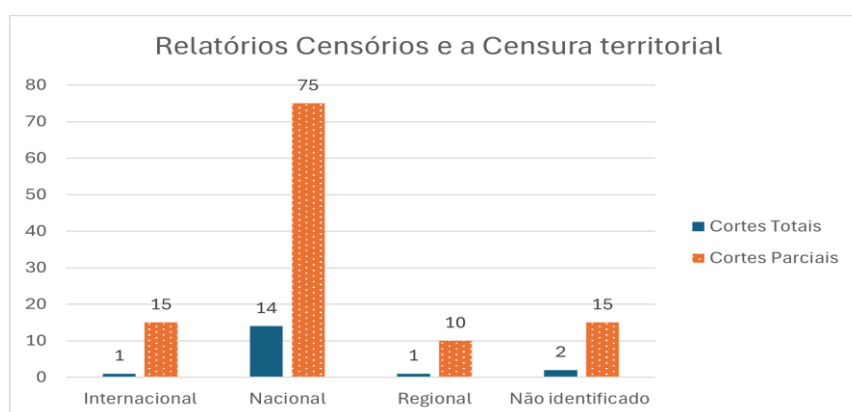


Figura 30 - Relatórios Censórios e a Censura territorial

Quanto à análise qualitativa deixar a ressalva de que apenas foram analisados os relatórios censórios sobre os quais era possível ter certezas quanto ao seu contexto.

Para primeiro exemplo de «censura laboral» apresenta-se “Um esclarecimento do sindicato de Seguros de Lisboa” de 17 de agosto de 1973, Figura 31, onde o corte foi

parcial e apresenta como «motivo de corte» o seguinte: **“Apresenta as tabelas dos vencimentos pedidos”**. Considerou-se este exemplo como «censura laboral» primeiramente, pelo título, que faz referência ao sindicato de um determinado setor profissional e depois pelo motivo que foi apresentado para o corte: **“Apresenta as tabelas dos vencimentos pedidos”**. Ora tratando-se de um sindicato que luta pelos direitos e regalias de um dado setor profissional será normal que lute por melhores salários para a classe profissional, mas os censores não acharam bem isso. Ou melhor, levando à letra a interpretação do «motivo do corte» – **“Apresenta as tabelas dos vencimentos pedidos”** – o problema maior não terá sido a luta por salários melhores, por parte do setor dos Seguros, mas terem sido alcançados e ser referenciada num artigo. No entanto, também é sabido que tudo o que dissesse respeito à reivindicação de melhores salários e melhores condições de vida não era apreciado nem pelas entidades censórias nem pelo próprio Estado. A propaganda do Estado Novo não tinha dúvidas em publicitar qualquer melhoria de condições de vida, mas que fosse proporcionada pelo regime, através de obras, etc., o que o regime não queria era a sua reivindicação, pois ela denotava publicamente a existência de más condições. Neste exemplo, a justificativa utilizada para este corte parece que foi à revelia, porque a censura eliminava as reivindicações ao nível das condições de vida e de trabalho, bem como a melhoria de condições de vida que não fossem proporcionadas pelo Estado, tal iria mostrar, que efetivamente as pessoas vivam com dificuldades e que o Estado não era garante de meios de subsistência. Ora, este exemplo é um caso desses, onde a classe dos Seguros almejou um aumento dos ordenados, mas à revelia do Estado e, por isso, a censura cortou o que dizia respeito aos aumentos.

L I S B O A			
O DEBATE 17/8/73	"Reforma na remodelação das Faculdades de Letras?"	P	Crítica à política inglesa.
"	"Pérfida Albion"	T	Crítica ao ministro da Defesa.
"	"Um decreto que faz feiúra"	P	Assuntos de invalidez.
O EMIGRANTE 17/8/73	"Segurança social francesa"	P	
ACTUALIDADES 17/8/73	"Desiluzões"	P	Crítica sobre turismo no Algarve.
NOT. AMADORA 17/8/73	"Acordo Companhia das Águas"	P	Política sindical especulativa.
"	"Contracto Aragonista"	P	" " "
"	"Um esclarecimento do Sindicato de Seguros de Lisboa"	P	Apresenta as tabelas dos vencimentos pedidos.
"	"Congresso mundial das Forças da Paz"	P	Anti-patriota.
"	"Oposição democrática"	P	Político.

Figura 31 - Relatório Censório "Um esclarecimento do Sindicato de Seguros de Lisboa"

O segundo exemplo de «censura laboral» é o seguinte “Vida Sindical Um direito ou um abuso?” de 12 de dezembro de 1973, Figura 32, onde o corte foi parcial e não apresenta observações, mas pelo título do corte não seria preciso mais para ser imediatamente cortado. A vida sindical em Portugal, neste período, existia, mas era feita em torno do regime – os sindicatos eram «nacionais» ou corporativos. Ou seja, o regime usava-os

para agrupar todos envolvidos num sector (por ex. o têxtil), proibindo os sindicatos de classe (só para trabalhadores, operários, etc.), que era uma forma de controlar os potenciais conflitos entre classes com interesses opostos. A instituição que olhava pelo bem-estar (lúdico) dos trabalhadores era a FNAT, que se propunha a organizar atividades recreativas e a preencher o tempo livres dos trabalhadores através do desporto e da cultura. Ao mesmo tempo, que esboçava uma imagem idílica em relação ao trabalho e ao próprio regime, onde os trabalhadores tinham de se sujeitar às más condições de trabalho, para que o país fosse autárquico. Assim, o primeiro que protestasse das más condições laborais automaticamente não era bem visto, porque não estava a ajudar à autossuficiência do país. Daí se explique que o Estado Novo visse os sindicatos como um abuso, porque exigiam ao Estado melhores condições e salários, bem como outras regalias.

VIDA SINDICAL	*Cinema	F.
NOTA DA CENSURA	*Vida Sindical	F.
	Na liberdade ou um abuso?	F.
	*Por que se usa	F.
	a declaração Universal dos Direitos do Homem	F.
	*Confirmação Sindical	F.
	*A luta do homem pelos seus direitos	F.
	*A liberdade tem uma expressão colectiva	F.
	*Cinema	F.
	*Respeito do Articulista	F.
	*Pois... pois... a expirar é que a gente se entende	F.
	Cooperativismo	F.
	A atitude do J.imenta com o Presidente do Conselho de Admora.	F.

Figura 32 - Relatório Censório "Vida Sindical Um direito ou um abuso?"

Quanto a «censura política» o primeiro exemplo intitula-se por “Cambodja - opressão imperialista e luta de liberdade”, de 15 de agosto de 1973, Figura 33, onde o corte foi parcial e apresenta como motivo o seguinte **“Críticas ao imperialismo americano”**. Será bom relembrar que no ano do corte deste relatório censório a Europa e o mundo viram-se no meio de uma disputa política e ideológica entre as duas superpotências da época: os EUA e a antiga URSS – a Guerra Fria. Neste sentido, a censura portuguesa terá defendido as práticas do imperialismo americano, uma vez que os EUA também se opunham à ideologia política defendida pela URSS: o Comunismo – o qual também não era visto com bons olhos pelo Estado Novo, considerado o maior inimigo do regime português. Por esta altura, o mundo ficou dividido em dois blocos: o bloco Ocidental (sob a liderança dos EUA) e o bloco Oriental (sob liderança da URSS), ficando os países que estavam sob o seu comando sujeitos às suas ideologias. Ora sendo a América capitalista e a URSS socialista, Portugal ficou imperecivelmente do lado Ocidental, apesar das divergências dos dois países (EUA e Portugal) no que toca à descolonização. As colónias foram uma de entre as muitas pedras no sapato de Salazar e de depois de Marcello Caetano, de tal modo que Portugal foi o último país a conceder independência às suas colónias, uma vez que, o Chefe de Estado defendia que estas eram uma extensão do país, além de a política de expansionismo ter sido o verdadeiro feito glorioso de Portugal. Recusando-se a dar a independência eclodiu um novo

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

conflito: a Guerra Colonial entre 1961 e 1974, quando o regime foi derrubado pelo MFA. Assim, a censura portuguesa saiu em defesa da nação norte-americana, pois o motivo do corte apresentado é **“Críticas ao imperialismo americano”**, mas se o sai é em prol de um assunto que muito diz a Portugal: o combate ao comunismo. Nesta altura, o Camboja tinha um movimento comunista (os Khmers Vermelhos) e os Estados Unidos tentaram intervir lá, em paralelo com a intervenção no vizinho Vietnam.

N. DA AMADORA 15/8/73	"Indústrias pequenas e grandes"	P	Crítica à economia portuguesa.
"	"Trabalhadores da Abelheira"	P	Críticas destrutivas.
"	"A rádio. A emigração e o Banco"	P	Críticas malévolas.
"	"Famílias unidas"	P	Práticas e a política.
"	"Camboja - opressão imperialista e luta de liberdade"	P	Críticas ao imperialismo americano.
J. COSTA DO SOL 15/8/73	"Deliberações da Câmara Municipal de Cascais"	P	Crítica sobre a não cooperação de jornalistas às sessões da Câmara.
VIDA MUNDIAL 15/8/73	"Legendas"	P	Referência aos enganos da aviação aeri-

Figura 33 - Relatório Censório "Camboja - opressão imperialista e luta de liberdade"

O outro exemplo de «censura política» destacado no conjunto dos relatórios censórios foi “Os Liberais querem melhorar o sistema”, de 30 de julho de 1973, Figura 34, onde o corte foi parcial e o motivo apresentado foi **“Especulação política”**.

O partido que governou Portugal durante o Estado Novo foi a UN, partido esse que tinha bases idênticas aos partidos fascistas de Adolfo Hitler e de Benito Mussolini, uma das quais era a existência de um partido único, resistindo assim à ideia de oposição política. Quando aparece uma oposição política que se compromete a mudar a situação do país, o partido que está no poder, bem como toda a estrutura que lhe assegura o poder afirma que se trata de **“Especulação política”**, porque no seu entender só a UN munia o bem-estar do sistema. Estes «liberais» são a chamada Ala Liberal, um pequeno grupo de deputados da Assembleia Nacional (Sá Carneiro, Pinto Balsemão, Mota Amaral e outros) que foi tolerado no interior do regime durante o marcelismo. Alguns abandonaram a assembleia em 1973 desiludidos com a fala de abertura e passaram à oposição.

NOTA DA AMADORA 31/7/73	"1.500 Jovens. No II jogos Juvenis de ..."	P.	
Idem	"Os 'Liberais' querem melhorar o Sistema"	P.	Especulação política.

Figura 34 - Relatório Censório "Os 'Liberais' querem melhorar o Sistema"

Comentário

Verificamos que os temas que mais estavam na mira dos censores eram a sociedade, os sindicatos, as reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho. Houve um exemplo em particular em que a atuação da censura se deveu à união de forças em prol da defesa dos seus ideais e excomunhão dos seus adversários. Falamos do relatório

censório “Cambodja – opressão imperialista e luta de liberdade”. Como já foi referido, a Guerra Fria foi sobretudo um conflito de egos entre os EUA e a URSS, que gladiaram entre si procurando saber qual das duas era melhor nos mais variados aspetos. Consequentemente, os restantes países do mundo viram-se enredados para o centro do conflito e acabaram também por medir forças uns com os outros. No caso português, onde o regime tinha como inimigo o Comunismo, a censura acabou beneficiar os EUA no corte do referido relatório. Apesar das inúmeras divergências que existiam entre os dois países, acabaram por se unir em prol de defenderem o que acreditavam e o que rejeitavam: o sistema capitalista e o comunismo.

No entanto, o regime também tremeu por conta do descontentamento por parte das forças modernizadoras no interior do regime – a Ala Liberal – que pretendia instaurar a Democracia em Portugal, ao fim de quatro décadas de Ditadura e dotar a população de direitos e melhores condições de vida. Por seu lado, Marcello Caetano defendia que a sociedade portuguesa não estava preparada para viver em liberdade e que a ser feita alguma mudança teria de ser aos poucos. A Ala Liberal, concreta nos seus propósitos, exigia ao Presidente do Conselho a queda da Ditadura e iniciou a pressão sobre o regime quando os profissionais de comunicação exigiram uma lei que regulasse o seu trabalho e que os protegesse da opressão da censura. A lei que começou por ser «estudada» pelo Presidente do Conselho de Ministros, que só viria a ser colocada em prática com a queda do regime. Nas eleições de 1969, período onde era permitida alguma liberdade, foi permitido à oposição concorrer, que depressa saiu defraudada. Nas referidas eleições a UN ganhou com maioria, por mais que tentasse, a oposição nada poderia fazer para inverter a continuidade do regime. O tal reformismo na continuidade traduziu-se num Portugal isolado dos restantes países da Europa e dos tempos, que também se reverteu na sociedade portuguesa extremamente conservadora.

5.6. Notícias da Amadora: análise de entrevista a Orlando César

Também na análise da entrevista a Orlando César procedeu-se à identificação de uma lista de temas, aos quais foram acrescentadas certas considerações da entrevista, que melhor se adequam ao tópico referido.

- **Critérios dos censores**

Orlando César conta que o NA criou uma página onde se promovia a reflexão juvenil, a Janela Aberta, mas foi muito cortada pela censura porque os assuntos não eram bem vistos aos olhos do regime. *“Em 1967, em conjunto com uns jovens fizemos no Notícias da Amadora uma página juvenil para escrever poemas, contos, ensaios que, se chamava a Janela Aberta para promover a reflexão. Era muito cortada, porque escrevíamos coisas que não agradavam ao regime”*. O antigo jornalista e também antigo diretor do NA diz que a censura durante a governação de Oliveira Salazar cortava tudo, enquanto com Marcello Caetano a organização passou a ser mais seletiva nos cortes. *“Na maioria dos casos, os cortes no tempo do Salazar eram quase todos integrais (...). Com Caetano, a censura passou a ser mais especializada. Aliás, havia um gabinete especializado, para onde o censor mandava o texto no caso de ter dúvidas quanto ao seu corte (...)”*.

Orlando César considera que os Serviços de Censura não eram incongruentes na análise e realização dos cortes antes pelo contrário, *“tratava-se mais da questão de serem censores diferentes com leituras diferentes (...) - valorizando ou desvalorizando determinados temas”*. O entrevistado é da opinião, que aquilo que a censura deixava passar tinha muito que ver com a interpretação e exigência da pessoa que lia. *“Outra coisa que começámos a fazer era mandar os textos à censura, por exemplo, uma que me recordo foi sobre o custo de vida que resultou de um trabalho feito por um professor em que pediu aos seus alunos para falarem sobre o custo de vida (...). Desse trabalho resultou uma peça, mandou-se para a censura e foi cortado na íntegra. (...) Daí a dois meses, voltámos a mandar à censura e passou com alguns cortes, os quais o jornal contestou e deixaram passar mais algumas coisas. Ou seja, porque a censura também dependia de quem via as provas de censura: uns eram mais exigentes e rigorosos no corte e outros davam maior abertura, logo, havia coisas que passavam numa ocasião e não passavam noutra”*. Assim, deduzimos que o propósito da censura era dificultar o trabalho do jornalista, pois muitas das vezes eram cortadas palavras que tiravam o sentido pretendido do artigo ou no caso oposto, fazia com que os textos ficassem com uma ideia contrária à pretendida. *“Era muito especializada e também havia bastantes cortes na íntegra, mas muitos eram cortes de frases, de palavras, de*

ideias, de factos”, pois representavam a maledicência para o regime e, por sua vez, “(...) *reduzir ao máximo aspetos que pudessem induzir a ideia de que havia opiniões diferentes, que havia contradições*”, explica. Em consequência desses cortes incisivos nos textos jornalísticos estes tinham de ser refeitos, se se conseguisse. Caso contrário, não eram publicados na edição do jornal.

Outro aspeto elencado pelo entrevistado na forma de atuar da censura, tinha que ver com quem os consumia, que também aconteceu com o NA. “*O Notícias da Amadora era mais cortado do que outros meios não só por aquilo que se escrevia no jornal, mas porque tinha determinados destinatários, nomeadamente, gente de esquerda, trabalhadores, etc*”. Exemplo relatado pelo antigo diretor do NA foi a publicação, por parte do Expresso em 1973, de um relatório do Comité Central do PCP. “*Como o Expresso publicou nós (NA) agarramos naquele relatório e mandámos para a censura. Foi todo cortado*”. Perante isto, a conclusão a que se chega é a censura também procurava saber quem consumia certos meios de comunicação e atuava com base nisso. “*Ou seja, não fazia mal aos leitores do Expresso lerem sobre o que é que os comunistas diziam na reunião do seu Comité Central clandestino, mas aos leitores do Notícias da Amadora não lhes covinha saber*”, conclui.

- **Alguns temas eram mais severamente censurados**

Independentemente da interpretação de cada censor, segundo o entrevistado, os assuntos que eram alvo dos censores eram questões relacionadas com as lutas das pessoas: questões laborais, o custo de vida, a guerra colonial e o seu impacto no país. Houve inclusive situações, por conta de o jornal estar ao lado das pessoas nas suas reivindicações, que viu artigos cortados. “*(...) há textos cortados na integra quando expunham situações deste género, houve muitas lutas de pessoas a reivindicarem os baldios e as lutas relacionadas com a agricultura e com o comboio da linha do Vouga que provocava incêndios, que por ser a carvão saltavam fagulhas quando o comboio passava e provocava incêndios*”.

Outro tema que era alvo dos censores era o custo de vida, sobretudo em épocas em que os preços tendiam a subir. “*Outra questão, a censura também dependia do contexto político e do contexto da ocasião. Por hipótese, numa determinada época, se calhar não convinha falar do custo de vida, porque os preços estavam a aumentar. Fora desse período, talvez já se pudesse falar*”, explica. Orlando César conta que houve, inclusive, um trabalho escolar sobre o custo de vida, que o jornal pretendia publicar, mas ao ir para a censura voltou todo cortado e não foi possível publicá-lo. “*(...) uma que me recordo foi sobre o custo de vida que resultou de um trabalho feito por um professor em que pediu aos seus alunos para falarem sobre o custo de vida (...). Desse*

trabalho resultou uma peça, mandou-se para a censura e foi cortado na íntegra. (...) Daí a dois meses, voltámos a mandar à censura e passou com alguns cortes, os quais o jornal contestou e deixaram passar mais algumas coisas". Em contrapartida, os acontecimentos que mais agradavam aos censores eram os que destacassem o Estado e os seus elementos como as visitas de Estados ou conferências.

- **Certos autores estavam proibidos de publicar**

Orlando César não faz referência propriamente a personalidades que estivessem proibidos pela censura de publicar no NA, antes pelo contrário, refere que qualquer pessoa podia escrever para o jornal. *"(...) não fazíamos qualquer tipo de censura aos nossos correspondentes ou colaboradores ou leitores*". Motivo que *"(...) levava as pessoas a enviarem-nos coisas, porque sabiam que as coisas que nos enviassem seriam publicadas*".

- **Danos sofridos pela ação da censura**

O NA foi criado a 25 de outubro de 1958 e em 1970, quando o jornal passou a ter mais visibilidade foi criada uma tipografia, pois segundo o antigo diretor tornara-se incomportável fazer o jornal sem o auxílio desta. Como viria a explicar, a tipografia revelar-se-ia uma forma de assegurar a saída do jornal, uma vez que, a censura demorava a entregar as provas de censura. *"(...) não era compatível conseguirmos fazer um jornal que tinha maior colaboração e maior atualidade sem termos uma tipografia nossa em que pudéssemos gerir as contingências da demora das provas na censura: mandavam-se as provas e depois ficávamos à espera que as provas viessem. Às vezes eles (Serviços de Censura) atrasavam-se o que fazia com que as máquinas estivessem à espera, paradas, para começar a imprimir*". Os textos eram impressos numa máquina chamada linotipe, onde os linotipistas através de um teclado de chumbo escreviam os textos. As linotipes continham uma caldeira que derretia o chumbo, que por sua vez, imprimia as letras ficando gravadas no papel. Ora o chumbo não dava para apagar, por isso as direções dos jornais faziam força para que se escrevessem textos passíveis de a censura aprovar, pois caso contrário o jornal perdia dinheiro de cada vez que tivesse de compor um artigo. *"Quando os textos eram cortados desde palavras ou linhas, etc. Os parágrafos muitas vezes tinham de ser recompostos, porque nas linhas de chumbo não dava para tirar as letras. (...) Independentemente da ideologia dos jornais diários, havia este fator, as administrações das empresas só queriam textos que pudessem ser autorizados, para não terem este custo económico resultante da censura*", explica.

Em relação à demora das provas de censura, Orlando César conta que para evitar a falha na publicação do jornal as impressões eram feitas sem as provas. *“Muitas vezes, as provas de censura demoravam a ficar prontas e começámos a imprimir a página sem haver uma decisão sobre os cortes. No caso de o texto na prova de censura vir cortado parávamos a máquina e compúnhamos”*. Contudo, ao abrirem uma tipografia em nome próprio tiveram de lidar inúmeras vezes com a presença da PIDE, que ia lá para apreender livros que, por algum motivo, fossem contra o Estado e a sua ideologia, ou para falar com as pessoas que por lá andassem esperando que estas respondessem às suas perguntas. Outras vezes nem esperavam que as pessoas colaborassem, simplesmente, davam voz de prisão como aconteceu perto da Revolução como relata o entrevistado, *“(…) no dia 18 de abril de 1974 a PIDE foi à tipografia do jornal levou milhares de coisas de chumbo de trabalhos feitos, levou um painel de fotografias do Alfredo Cunha e prendeu o meu pai (Orlando Gonçalves) e o Sérgio Ribeiro”*.

No entanto, a constituição da tipografia foi problemática. Inicialmente, funcionou numa zona da Amadora de onde foram obrigados a sair por conta de queixas das pessoas que ali viviam. Mudaram de local, mas mais uma vez os moradores fizeram queixa por causa do barulho da maquinaria. No entender de Orlando César, estas e outras limitações como a compra de papel ou acesso a crédito *“(…) faziam parte de um esquema para criar dificuldades, pois havia pessoas com capacidades para influenciar”*, defende. Além disto, também refere que *“as tipografias eram alvo de pressões ao nível do que editavam”*.

Orlando César lembra que durante muito tempo o seu pai, Orlando Gonçalves, foi impedido de exercer a direção do NA devido às suas crenças comunistas. Só depois do 25 de Abril é que se viria a tornar diretor do jornal. *“O meu pai, Orlando Gonçalves, só depois do 25 de Abril é que pôde ter o seu nome como diretor do jornal, porque a PIDE e a Censura diziam que por ter tendências comunistas não tinha condições de defender o Estado, bem como os valores”*. Contudo, era a ele que a censura chamava sempre que havia assuntos do jornal para resolver, até porque era o seu nome que constava como diretor do jornal em documentos da censura. *“Apesar de a Censura impedir Orlando Gonçalves de se tornar diretor do Notícias da Amadora, era ele que a censura chamava para tratar de coisas da direção do jornal e há até documentos da Censura em que Orlando Gonçalves é tido como o diretor do jornal, o mesmo que estava proibido de ser diretor do Notícias da Amadora”*, assume. Apesar de impedido de exercer a direção do jornal foi muitas vezes chamado pelo diretor do SNI, Moreira Baptista, para dar satisfações sobre o que o jornal publicava. *“Moreira Batista chamava Orlando Gonçalves, o meu pai, muitas vezes ao Palácio Foz, para dar explicações sobre coisas que eram publicadas pelo jornal (...)”*.

- **Formas de contornar ou enfrentar a censura**

Foram muitas as “artimanhas” desenvolvidas e levadas a cabo pelos jornalistas para conseguirem que os textos jornalísticos passassem pela censura sem cortes. É frequente os textos jornalísticos serem acompanhados por fotografias, que lhes servem de ilustração, mas a censura não permitia a publicação de fotografias sem irem à censura prévia. Contudo, os jornalistas alegavam não saber disso. *“Erámos constantemente admoestados por não enviarmos à censura as fotografias. (...) Nós erámos constantemente cortados e nós dizíamos que não sabíamos que as fotografias tinham de ir à censura, mas os censores sabiam que era mentira. E nós também, mas as coisas faziam-se destas mentiras que, acabavam por se aceitar”*, justifica.

Muitas das vezes, a alegação não chegava e os jornalistas tinham de partir para argumentação com as entidades censórias, que umas vezes surtia os efeitos desejados e os cortes ao texto diminuía. Outras vezes, os cortes mantinham-se. *“Nalguns casos era reclamando. (...) Eles (a censura) faziam relatórios diários aos textos e aí nós (jornalistas) argumentávamos com «o professor Marcello Caetano disse que era a ‘primavera’, que havia uma abertura e não se percebe porque é que não se pode tratar e focar determinados assuntos». Às vezes, eles aceitavam. Outras vezes, cortavam algumas coisas e libertavam o restante ou mantinham o corte”*.

Houve ocasiões em que o NA, segundo Orlando César, ousou publicar mesmo sabendo que o artigo poderia ser cortado, como os abaixo-assinados. *“(...) havia cartas com 80 e tal assinaturas, porque ao fim e ao cabo eram abaixo-assinados a tomarem posições sobre as mais diferentes questões. Nós publicávamos e muitas vezes era cortado e escrevíamos-lhes a dizer que tinha sido cortado. As pessoas não sabiam disso, ou seja, quem tinha feitos os cortes, se o jornal ou censura”*, refere. Houve outra ocasião em que o jornal publicou um debate que havia decorrido no Congresso da Oposição Democrática, que Orlando César diz que houve partes cortadas que diziam respeito ao impacto da guerra colonial no país. Noutra ocasião, também tentaram publicar uma peça sobre o custo de vida, que da primeira vez foi cortada na íntegra. Daí a algum tempo voltaram a publicar e passou com alguns cortes, muito por conta dos protestos do jornal.

Foi referido anteriormente que muitas vezes os linotipistas começavam a impressão do jornal antes de as provas de censura serem devolvidas ao jornal. Quando isso acontecia, segundo Orlando César, era feita uma *“edição especial para a censura, onde se colocavam os cortes e depois quando se fazia a expedição, mandava-se para a censura os jornais que tinham os cortes respeitados”* – era uma estratégia usada pelo jornal para ludibriar os censores, segundo o entrevistado. Outro estratagema encontrado para enganar os censores era enviar para a censura as provas que tinham

cortes, mais tarde vieram a descobrir que os censores só liam as peças cortadas. “*Se houvesse outro texto que não tivesse ido à censura, os censores não sabiam, porque poderia ser um outro texto ou poderia ser um texto que não tinha qualquer corte, uma vez que, eles não verificavam os textos que não tinham cortes*”.

- **Inibição ou autocensura**

Na conversa com Orlando César, no que toca à autocensura que muitos jornalistas se autossometeram estava muito convicto ao referir que “*(...) nas entrelinhas não se escrevia coisa nenhuma!*”. Apesar do cuidado na escolha dos assuntos abordados, a chefia também exercida pressão para evitar perdas de dinheiro e de trabalho. O entrevistado entendia que ao escrever nas entrelinhas só uma pequena parcela dos leitores iria entender o que queria dizer. “*Para escrever nas entrelinhas só eu é que percebia, as pessoas que estavam do outro lado, que me iam ler não sabiam o que é que queria dizer*”. Conta que ainda chegou a mascarar certos termos através de metáforas nas suas crónicas, mas foi tudo, pois considerava que os factos não poderiam ser escondidos das pessoas. Mesmo sob o perigo de o artigo ser cortado, como refere: “*Ceguei a escrever umas crónicas onde usei metáforas, mas para os factos não havia lugar a eufemismos ou escrita nas entrelinhas, era preciso chamar o nome às coisas*”.

- **Oscilações entre fases de maior perseguição e fases de menor severidade**

Orlando César afirma que a censura em Lisboa era mais ‘mortífera’ do que a censura de outras zonas do país. “*A censura na Madeira era mais benevolente, enquanto a censura em Lisboa era pior e a mais rigorosa*”. Ainda assim, com a queda de Oliveira Salazar, o entrevistado considera que algo mudou no país. “*Quando muda o ditador, o segundo (Marcello Caetano) não consegue manter o grau de opressão que era apanágio do seu antecessor, porque o facto de Salazar ter “caído da cadeira” foi uma carga que se libertou de cima das pessoas e esse acontecimento por si só levou a uma descompressão e Marcello Caetano já não conseguia voltar a reprimir da mesma forma*”.

Aquela que viria a ser a ‘Primavera Marcelista’ não passou de ser uma reformulação daquilo que foi edificado por Salazar. Essa reformulação aconteceu com as principais instituições que sustinham o regime: a censura, a PIDE e o partido UN. “*A censura deixou de se chamar censura e passou a chamar-se Exame Prévio, a PIDE passou a DGS, tal como a União Nacional que, passou a ser ANP (Ação Nacional Popular) – Marcello reformulava as coisas para que tudo ficasse na mesma, ou seja, a evolução na continuidade*”. Pessoalmente, Orlando César refere que não acreditou no

apaziguamento da censura ou do regime, no entanto muitos setores da sociedade acreditaram. *“Determinados setores da sociedade em Portugal acreditaram que, bastava mudar o ditador para que tudo mudasse. Não mudava. Marcello Caetano era um homem do regime (...). Portanto, houve setores na sociedade que, inicialmente, compraram o discurso de Marcello, mas depois vieram a retificar”*.

Apesar de todos os cortes que o jornal de Orlando César sofreu às mãos do regime, este afirma que o período de governação de Marcello Caetano foi mais extenuante, ao nível de cortes, pois o NA viu mais artigos serem cortados. Reconhece que o aumento de cortes terá em muito a ver com a maior visibilidade que o jornal ganhou não só na zona de origem, mas também ao nível nacional. *“(...) é verdade que o jornal foi mais censurado com Marcello Caetano do que com Salazar. Quando o jornal passa a nacional, em 1970 e, com isto passa a ter uma estrutura diferente, passa a ter mais impacto, passa a ser mais combativo, passa a ter mais visibilidade pública e, isso, torna-o mais alvo da repressão”*. O entrevistado também afirma que a estrutura do próprio regime, apesar da aparente renovação na continuidade, tornou-se mais específica, de tal forma que os censores passaram a intervir nos textos, coisa que com Salazar não acontecia, uma vez que, os cortes eram na sua maioria totais. *“O Notícias da Amadora foi muito mais censurado com Marcello Caetano do com Salazar – enquanto os cortes durante o Salazarismo eram, maioritariamente, totais com Marcello Caetano havia cortes parciais que, intervinham no texto e, que tinham outras consequências em termos financeiros”*. O que inevitavelmente acabou por trazer consequências para o jornal, levando Orlando César a questionar a durabilidade do jornal caso a Ditadura tivesse continuado. *“Custava muito dinheiro ao jornal ter aquela atitude de fazer face à repressão do regime e não sei se o jornal, caso continuasse a ditadura, não acabaria por fechar portas por não ter condições financeiras”*.

- **Relações com os censores**

Orlando César afirma não ter conhecido nenhum censor, contudo refere que numa fase inicial os considerava com uma inteligência inferior, que mais tarde se viria a revelar uma ideia errada. *“Inicialmente, eu era das pessoas que na altura tinha uma ideia errada sobre os censores, era achar que os censores eram burros”*. No seu entender, os censores cortavam os artigos jornalísticos simplesmente porque não percebiam as coisas que o jornal relatava. Também essa conceção se viria a revelar errada, na verdade os censores *“(...) cortavam porque tinham dúvidas e, no caso de dúvida era preferível cortar para não serem repreendidos posteriormente”*, explica. Com a reformulação no regime levada a cabo por Marcello Caetano, também os quadros e o

pessoal da censura viria a ser renovado. Para além dos militares, muitos deles reformados, havia muita gente com qualificações a trabalhar para o regime. *“Depois com Marcello Caetano os quadros da censura foram alvo de mudanças, foram integrados censores mais jovens, algo que também já tinha sucedido no período com Salazar. Além de censores militares, também havia pessoas qualificadas para o cargo. Inclusive, também havia mulheres a fazer censura”*.

- **Vigilância censória apoiada por uma parte do público**

Outro dano sofrido às mãos da censura pelo NA foram as queixas feitas por elementos da Igreja. *“A Censura acabava por não ser apenas uma, o que às vezes trazia problemas. Por exemplo, os padres e as freiras muitas vezes ligavam para Censura a queixarem-se de terem deixado passar determinados textos que feriam os princípios do regime e, aí os censores viam que tal texto não tinha vindo à censura e ‘caíam em cima’ do jornal”*. Além das queixas dos defensores do regime existiam as ameaças feitas aos jornalistas, na tentativa de os calar, feitas sobretudo pela PIDE. *“Havia muitos (métodos censórios), nomeadamente, as ameaças sobre os jornalistas, porque em alguns casos, os jornalistas além de serem censurados, por vezes se dessem muito nas vistas poderiam ser incomodados, ameaçados pela PIDE, às vezes por outra gente, por exemplo, os Legionários”*. Orlando César conta que também sofreu as pressões da censura por ser filho de um opositor do regime: *“(...) quando existia um sistema opressivo as pessoas eram pressionadas das mais diferentes formas. Eu sei que fui chumbado no Liceu de Oeiras, não tanto pelo meu desempenho, mas por o meu pai ser quem era. Há várias formas de atingir as pessoas”*.

Comentário

Da conversa com Orlando César fica patente a ideia de que o NA foi um jornal muito cortado pela censura, com mais ênfase numas épocas do que noutras, mas sempre em virtude dos assuntos que publicava. Mais tarde, quando o jornal adquiriu uma maior expressão no país, viria a ficar nas malhas da censura pelo trabalho desempenhado na tipografia. Em virtude dos assuntos que publicava, também foi muito massacrado pelas entidades do Estado e também pela parte da própria sociedade que apoiava o regime de Salazar. Contudo, não se deixou abater e continuou a ir contra os cânones do regime. Criaram estratégias para enganar a censura, nomeadamente, as edições especiais e o envio de textos com versões «de fachada» só para a censura. Também entraram pela via argumentativa com os censores quando achavam que os cortes não se justificavam, o que em certos momentos surtiu o efeito desejado. Apesar da frustração, o desejo de informar, mesmo que contra os mantras do regime, não esmoreceu, de tal forma que o

jornal viu o regime cair para dar lugar ao regime democrático em Portugal. Além dos intentos levados a cabo pelo jornal e pelos jornalistas que lá trabalharam, Orlando César, também nos falou da outra faceta da censura – as ameaçadas dirigidas aos profissionais do setor e à sociedade. O período do Estado Novo foi um período tenebroso para as vontades individuais, em geral, e para o Jornalismo, em particular. Contudo, também fica presente a ideia de que os censores não eram meros mandatários das ordens do Chefe de Estado. Eram mensageiros do Chefe de Estado, que tinham obrigações a cumprir. Apesar da sua interpretação sobre determinado assunto determinar se um artigo era cortado ou passava na censura, como qualquer trabalhador, no fim do dia tinham de apresentar trabalho feito, sob a ameaça de também eles serem repreendidos. Com isto, não queremos nem estamos a defender o que os censores fizeram. Pretendemos mostrar o outro lado, até porque neste tipo de funções havia pessoas com escolaridade e qualificações elevadas para a sociedade daquele tempo e até mulheres censoras. Mas o regime, como referiu Orlando César, exerceu pressão de diversas formas sobre as pessoas obrigando-as muitas vezes a fazer coisas com as quais não se identificavam e não defendiam.

Pelo testemunho de Orlando César é fácil perceber que a vivência em Ditadura é complicada. Ainda para mais para os que lhe fizeram resistência, numa tentativa de fazer cair o regime. O Jornalismo neste período, sobretudo ao nível da resistência, foi importante para fazer decair o ideário do Estado Novo. Apesar de já não se encontrar em funções, também o NA desempenhou um papel importante na resistência ao fascismo português, pois publicou e deu voz ao povo, às pessoas que realmente sofreram com o regime. Criou estratégias, argumentou com os censores e, sobretudo não se resignou à causa de Salazar.

Folha em Branco

Conclusão

Há cinquenta e um anos caía em Portugal a ditadura que mais tempo vigorou na Europa, que aprisionou o país tanto nas suas vontades como nos seus direitos. Também em consequência do Estado Novo, o Jornalismo ficou aprisionado em si mesmo ficando impedido de criar informação isenta dos poderes políticos. Em virtude disso, a presente investigação foi desenvolvida com o propósito de saber mais acerca dos mecanismos de censura utilizados na imprensa regional durante o regime. Ao nível de objetivos que nortearam a investigação era importante saber como eram «alimentados» os jornais e ao mesmo tempo saber que assuntos lhes eram vedados, assim como perceber qual era o caminho traçado quando um artigo era cortado. Para além destes, era importante perceber qual foi a evolução dos mecanismos de censura do regime, bem como saber quais foram as estratégias usadas pelo setor para fazer face à censura.

Depressa se chega à conclusão de que a censura foi uma estrutura fundamental para a manutenção do regime ditatorial português, assim como dividia a sua linha de atuação com outras três entidades: a polícia política, a propaganda e o ditador. Também funcionou como elemento inibidor no funcionamento da esfera pública no país, deixando atrás de si um rasto de medo e opressão, pois tudo estava cingido ao regime. Caso contrário, era visto como opositor, que na maioria das vezes acabava nas malhas da censura.

Como estudo empírico foram realizadas duas entrevistas e analisados cortes e relatórios censórios de dois jornais para perceber como é que fizeram face à censura, durante o período de governação de Marcello Caetano. Surgiram algumas contingências durante a recolha da amostra, já mencionadas, ainda assim foi possível tirar conclusões que dão resposta à pergunta de partida da investigação.

Os jornais que serviram de base para o estudo empírico da investigação viram-se nas malhas da censura, por contestarem o que para o regime não podia ser contestado: os direitos e interesses dos indivíduos. Os jornais naquela época estavam impedidos de noticiarem os assuntos que afetavam a vida das pessoas como o aumento dos preços dos bens alimentares ou um buraco à porta de casa, pois era mal visto pelo regime e pelos censores. Os censores baseavam os cortes aos artigos na interpretação que faziam, não havendo assim, critérios claros que norteassem a atividade da censura. À partida, qualquer assunto era passível de ser cortado, sobretudo, se o jornalista enveredasse pela crítica direta.

Ora para evitar o corte e outras penalizações, os jornalistas ponderaram certas formas de fazer frente à censura, mas que passassem despercebidas. Ambos os jornalistas entrevistados afirmaram nunca ter cedido à autocensura a que outros se submeteram

nem deixaram de noticiar os acontecimentos. Contudo, passaram a fazê-lo de uma forma mais neutra, utilizando certos mecanismos de linguagem como a metáfora e a ironia. Outra estratégia, esta desencadeada pelo NA, foi criar publicações especiais de artigos já vistos pela censura, uma vez que os censores apenas retificavam os artigos que tinham sido alvo de corte.

Os dois jornalistas também referiram que a censura marcelista era muito mais exímia naquilo que cortava do que a censura salazarista. Para não falar que não era toda a gente podia estar à frente de um jornal, aconteceu isso com o NA, pois o regime tinha de se certificar que o diretor possuía a competência ao nível monetário e moral. Quando se dava o caso de o jornal infringir a linha do aceitável, a censura, incorria na suspensão, como aconteceu com o JF em 1965. Durante seis meses ficou obrigado a apresentar as provas de censura em Lisboa, o que para um jornal do interior era custoso, para não falar do cerco que a censura fez ao jornal foi muito maior. O entrevistado contou que não podiam noticiar nada, que a censura acabava por cortar tudo até mesmo um candeeiro com uma lâmpada partida ou mesmo uma crítica por mais inofensiva que fosse. Assim, concluímos que no caso, dos jornais elegidos como objeto de estudo, a atuação “benevolente” não se verificou, pois, ambos os meios de comunicação fizeram parte da resistência ao regime. Estes jornais, desde o início mostraram-se como sendo jornais de causas e voltados para os problemas das pessoas e tinham como propósito fazer e divulgar informação isenta do poder político vigente. Por isso, viram muitas vezes o seu trabalho prejudicado através de suspensões e cortes constantes aos seus artigos. Assim, a atuação da censura ao nível dos assuntos cortados em pouco ou nada mudou, uma vez que esta cortava tudo aquilo que colocasse em causa os dogmas defendidos, nomeadamente o Estado, a moral e a sociedade em geral – de tal forma, que as censuras mais verificadas foram a política, laboral e social.

O regime de Salazar e, mais tarde de Caetano, tirou muito ao país e à sociedade daquele tempo. Cinquenta e um anos depois da implantação da Democracia em Portugal, a liberdade que foi dada aos portugueses está a ser colocada em causa, novamente, por ideais retrógrados. Abordar a censura à imprensa nos últimos anos do Estado Novo, como fizemos nesta dissertação, pode valer também para que a memória não se perca e que os ataques à liberdade de expressão não caiam no esquecimento e na mistificação pretendidas por algumas forças políticas atuais que são críticas da Democracia.

Referências Bibliográficas

- Azevedo, C. d. (1999). *A Censura de Salazar e Marcello Caetano*. Lisboa: Editorial Caminho. Obtido em 2024
- Barata, C. F. (Novembro de 2021). A ação da Censura durante o Estado Novo: O caso do Jornal do Fundão. p. 18. Obtido de:
<https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/11808>
- Barreto, J. (1999). A Censura em Portugal (1926-1974). *Dicionário de História de Portugal - Suplemento, VII*.
- Cabrera, A. (2006). *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*. Livros Horizonte .
- Cabrera, A. (outubro de 2019). A estratégia de informação de Marcello Caetano o último governante do Estado Novo. *Media & Jornalismo*, 19(35). Obtido em 2024, de:
https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462_35_15
- Cabrera, A. (julho de 2022). O Jornalismo no Estado Novo: censura, propaganda e coação. *Livros ICNOVA*. Obtido em 2024, de: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://novaresearch.unl.pt/files/51186220/O_Jornalismo_no_Estado_Novo.pdf
- Caetano, M. (s/d). *Ensaio Pouco Políticos*. Editorial Verbo.
- Carvalho, A. d. (1999). *A Censura à Imprensa na Época Marcelista*. Coimbra: Minerva. Obtido em janeiro de 2024
- Celiana , A., Valada , C., Gil, J., Moura, , M. L., & Alves Godinho, P. (2021). Entre Salazar e Caetano: A ação política e propangandística do Estado Novo na RTP. Obtido em Outubro de 2024, de:
<https://run.unl.pt/handle/10362/136278>
- César, O. (junho de 2018). Ecosistema de Coerção dos media: Contributo do salazarismo e acção jornalística. p. 4. Obtido em janeiro de 2024, de:
https://www.researchgate.net/publication/326122056_Ecosistema_de_coercao_dos_media_Contributo_do_salazarismo_e_acciao_jornalistica
- Garcia, J. L. (2009). *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses*. Imprensa da Ciências Sociais. Obtido em agosto de 2023, de:
<https://www.ics.ulisboa.pt/file/4799/download?token=XfR27gZj>
- Gomes, J. C. (2006). *Os Militares e a Censura A Censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado novo (1926-1945)*. Lisboa: Livros Horizonte. Obtido em fevereiro de 2024
- Gomes, J. C. (2013). Os Censores do 25 de Abril: O pessoal político da Censura à Imprensa. *Media&Jornalismo*. Obtido de chrome-

- extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/rmj23jc.pdf
- Gonçalves, O. C. (março de 2012). O agir jornalístico face à censura O caso do Notícias da Amadora. p. 93. Obtido em 2023, de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/6347>
- Jorge Pedro Sousa, N. S. (2008). A teorização do jornalismo em Portugal até 1974. *Jornalismo: História, teoria e metodologia da pesquisa*. Obtido em 2023, de https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-PT&user=X6I29ysAAAAJ&cstart=20&pagesize=80&citation_for_view=X6I29ysAAAAJ:4DMP91Eo8xMC
- Lima, H. L. (14 de fevereiro de 2014). Meios de Censura e Formas de Condicionamento do Jornalismo na Ditadura Portuguesa. *Media & Jornalismo*. Obtido de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/71180>
- Madureira, A. (2016). *28 de Maio A Génese do Estado Novo*. Lisboa: Clube do Autor.
- Martins, J. C. (7 de junho de 2022). / Antes do Adeus: O papel de Feytor Pinto na Comunicação de Marcello Caetano (1970/1974). *Revista da História das Ideias*. Obtido em 2025, de <https://impactum-journals.uc.pt/rhi/article/view/9872>
- Mendes, P. E. (4 de abril de 2020). Os dilemas da renovação na continuidade e o legado de Marcello Caetano: do outono ao inverno. *Revista Tempo e Argumento*, 12(29). Obtido em janeiro de 2025, de <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0205>
- Pinto, A. C. (julho de 2007). *O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX*. Obtido em fevereiro de 2024
- Rezola, M. I. (2021). O Regresso da "Velha": os tempos da censura. *O jornalismo e a história: Homenagem a Isabel Nobre Vargas*. Obtido em janeiro de 2025, de https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-PT&user=LdP5z3AAAAAJ&cstart=20&pagesize=80&citation_for_view=LdP5z3AAAAAJ:5awf1xo2G04C
- Rodrigues, A. D. (1 de março de 1985). Figuras das máquinas censurantes modernas. *Revista de Comunicação e Linguagem*.
- Rolim, V. G. (s/d). A Censura no Estado Novo e no Mundo Atual. p. 8. Obtido em janeiro de 2024, de <https://vanessagomesrolim.wordpress.com/2012/10/20/assignments-2/>
- Serra, J. P. (Janeiro de 2017). A Sombra do Marcelismo no Comentário Político Televisivo em Portugal. *Televisão e os Novos Meios*. Obtido em janeiro de 2025, de

- https://www.researchgate.net/profile/Sonia-De-Sa/publication/351992959_Televisao_e_Novos_Meios/links/60b4ade892851cd0d988e8e5/Televisao-e-Novos-Meios.pdf#page=39
- Sousa, J. P. (2008). Uma história do Jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. Obtido de <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/1163>
- Sousa, J. P. (18 de Julho de 2022). Imprensa em Portugal (1820-1864): da turbulência à estabilidade. *Imprensa em Portugal: uma história*. Obtido de <https://coleccionova.fcs.unl.pt/index.php/icnova/article/view/104>
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores. Obtido em 2023
- Vargues, I. N. (2007). Tesoura, Rolha e Lápis: os tempos de censura e do combate pelas liberdades de expressão e de imprensa em Portugal. *Estudos do Século XX*, p. 41. Obtido de <https://pt.scribd.com/document/270330832/7-Tesoura-rolha-e-lapis-os-tempos-da-censura-e-do-combate-pelas-liberdades-de-expressao-e-de-imprensa-em-Portugal-pdf>

Folha em branco

Anexos

Anexo I. Cortes e Relatórios Censórios do Jornal do Fundão

Data	Título do Corte	Tipo de corte: Parcial e Total	Texto cortado / Motivo do Corte	Tipo de Censura	Autor do artigo / Proveniência do relatório	Gênero Jornalístico / Relatório Cesório	Censura e Território (regional, nacional, internacional)
março de 1970	A indústria gráfica afectada pelas taxas postais	Parcial	<p>"Como distribuo geralmente 200 mil circulares por ano, tive de passar a fazer esse trabalho em Espanha. Procedo da seguinte forma. Mando lá fazer os impressos, o que representa um prejuízo para as tipografias e litografias nacionais e para lá mando apenas os endereços. A tipografia que se encarrega do trabalho, mando-os pôr no correio e eu economizo assim, em 200 mil circulares, 84.000 escudos, o que durante um ano é muito dinheiro. Aliás, o que vos digo que estou a fazer já vem sendo feito por outras firmas portuguesas, em grande escala. É que em Espanha por cada remessa de 50 gramas pago \$16 e em Portugal pelo mesmo serviço pagaria \$50. Assim, pode avaliar o que vai suceder aos nossos CTT, como empresa pública e aos utentes desses serviços. Aqueles que cá se têm de servir deles, têm de arranjar outros meios para os dispensar e só deles se servirem absolutamente indispensável. Dentro de meia dúzia de anos serão uma calamidade, pois uma empresa desta natureza terá de ser dirigida por quem tenha conhecimentos sobre comércio e indústria e não por pessoas habituadas a dirigir serviços públicos em que as despesas são cobertas pelo orçamento de Estado, O dinheiro não cai do céu para quem não o souber administrar e organizar os serviços de forma a renderem o mais possível, não haverá dinheiro que chegue. O tempo nos mostrará a capacidade dos homens que os dirigem. A amostra já não está a (...)” - seguintes palavras não identificadas.</p>	Censura Laboral	Autor identificado	Carta do leitor	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

abril de 1970	A cidade e a promoção cultural	Parcial	"É natural que os grupos económicos dominantes condicionem a cultura para as grandes massas, que convém sejam arredadas, propositadamente, de tudo aquilo que as pode ajudar a perceber as teias que as envolvem. Não há dúvida de que existe muita gente interessada em que as pessoas passem metade da semana a comentar os jogos de futebol, realizados no domingo, e a outra metade a fazer prognósticos para os torneios do domingo seguinte".	Censura Cultural	Autor não identificado	Opinião	Nacional
junho de 1970	Preocupações de um general	Parcial	"Os nossos leitores mais jovens decerto não saberão que o sr. General Santos Costa, actualmente reformado, foi um dos mais ardentes e eficazes defensores da política do Prof. Oliveira Salazar. Em momentos considerados críticos a sua voz fez ouvir como sinal de intransigência. Ministro da Defesa Nacional de 1950 a 1958, a sua experiência administrativa deu-lhe ensejo a dirigir, após a saída do Governo, grandes empresas industriais".	Censura Política	Autor não identificado	Notícia	Nacional
dezembro de 1970	TV Relance	Parcial	"Enfim, até parece que aquela quinta é em Portugal".	Censura Social	Autor identificado	Crónica	Internacional
janeiro de 1971	Um Grande escritor visitou-nos Um em cada mil Covilhanenses ouviu Cardoso Pires	Parcial	"Quando escrever não pensa, portanto, nem nos críticos (o papel do crítico em Portugal deverá ser um sinal luminoso que diz às pessoas que existem livros - afirma mais adiante) nem na censura. («Tudo quanto escrevo pode ser mau, mas nunca poderei dizer que aquilo foi escrito, assim, mal por causa da censura» - esclareceu o autor de «O Delfim». O jornalista é que se preocupa com a censura".	Censura Cultural	Autor não identificado	Reportagem	Regional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

dezembro de 1971	Itália: A Lembrança dos Crimes do Fascismo	Parcial	<p>"Num tempo em que vários governos prosseguem políticas de nítida influência fascista, a liberdade de cada um deve servir para manifestar a sua desaprovação face às ideologias que pretendam continuar o triste «<i>homunculus hitlerianus</i>».</p> <p>Para que a vida do homem , a nossa vida, não possa corresponder a este extraordinário poema de Sophia de Mello Breyner: Tempo de solidão e de incerteza / Tempo de medo e tempo de traição / Tempo de injustiça e de vileza / Tempo de negação / Tempo de corvadia e tempo de ira / Tempo de mascarada e de mentira / Tempo de escravidão / Tempo dos coniventes sem cadastro / Tempo de silêncio e de mordação / Tempo onde o sangue não tem rasto / Tempo de ameaça".</p>	Censura Política	Autor identificado	Breve	Internacional
julho de 1973	"A Criança e a Vida"	Total	<p><i>"(...) Estou farto de ser pobre / e de viver numa barraca de lata / agora sinto que morro / sinto a morte a chegar / vejo tudo perdido / é permanente este rio / pobre / só / sinto que morro / a morte é fria / mas viver nisto, não. / Estou só. / Fica este poema / para quando me encontrarem / terem vergonha desta miséria".</i></p>	Censura Social	Autor identificado	Breve	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

julho de 1972	"Deste Mundo e do Outro"	Total	<p>"(...) Esta visita veio assim juntar-se a outras que nos últimos tempos se têm verificado, durante as quais os membros do Governo, não obstante as constantemente apregoadas dificuldades de dinheiro, se derramam em subsídios, concedidos com um à vontade de país rico que, por mais que gaste, não verá nunca o fundo ao cofre. (...) Uma questão deve pôr-se, no entanto para que possamos ver claro na circunstância. E vem ela a ser a seguinte: os subsídios e participações são concedidos porque o ministro se desloca, ou desloca-se o ministro para conceder esses subsídios e essas participações? Se a resposta afirmativa contempla o primeiro termo da alternativa - então as diferentes regiões do País não têm mais do que, por todos os meios possíveis, chamar a si a quem tão pródigo está autorizado a mostrar-se, no dispor dos dinheiros públicos. Mas se, pelo contrário, como é infinitamente mais provável, os ministros se deslocam para despachar processos já organizados pelos técnicos e serviços competentes - não se compreende muito bem porque não poderiam esses despachos (que entram nas atribuições correntes de qualquer membro do Governo) ser dados na discrição dos gabinetes, sem alarde, mas com economia de tempo. A não ser que se procure juntar, não diremos o útil ao agradável, mas duas utilidades, a social e a política. Se esse for o objectivo, presumimos que esteja sendo alcançado. (...)".</p>	Censura Política	Autor identificado	Opinião	Nacional
junho de 1972	Não identificado	Parcial	<p>" - A sangria continua; mais de 50 mil portugueses escolheram em 1971 o caminho da emigração. - A Câmara Municipal de Sines demite-se em bloco. O presidente demissionário, José Simões dos Santos, afirma que «(...) tal atitude por se considerar impotente para defender os interesses da população do concelho», nomeadamente no que se refere à ligação das propriedades a expropriar pelo Gabinete da área Sines, A situação só ficará aclarada numa reunião já pedida (...) o governador civil de Setúbal".</p>	Censura Social	Autor não identificado	Notícia	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

janeiro de 1973	Não identificado	Parcial	"Concluindo gostaríamos que a RTP respondesse concretamente às seguinte perguntas: 1- Os inquéritos são efectuados puramente ao sabor do acaso? 2- Os inquéritos são puramente publicados em Telejornal na integra? 3- Se sim, qual o significado dos cortes bruscos que de quando em quando se verificam? 4- Se não, a que princípios obedece a montagem das respostas? Torna-se evidente que só depois de uma informação correcta a partir destas perguntas basilares, se pode fazer algum esforço para tirar uma ou outra conclusão".	Censura Social	Autor não identificado	Opinião	Nacional
julho de 1973	"Ouvi os gritos no meu povo" "A realidade humana no Nordeste brasileiro"	Parcial	"Sócio-político".	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Relatório Censório	Internacional
agosto de 1973	"Á margem das reflexões"	Parcial	"Especulação política".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Relatório Censório	Regional
agosto de 1973	"Indústria de Lanifícios Contrato Colectivo e custe de vida"	Total	"(...) Mas o que é que os nossos patrões afinal querem fazer? Eles querem apenas diminuir os nossos salários: o ajustamento da tabela de salários mínimos propostos pela FNIL nem sequer chegava para permitir aos trabalhadores fazer face à subida do custo de vida, isto é, em 1975 ganharíamos menos do que em 1971!...» A circular defende o salário advertindo que os trabalhadores da indústria de lanifícios «não aceitarão salários inferiores em 1 de Novembro de 1973".	Censura Laboral	Autor não identificado	Notícia	Nacional
agosto de 1973	"Bairro de Santo António- «Aqui fica tudo em zero!...«"	Parcial	"(...) despejar o penico (...); "No entanto, até agora, ainda nada. Ninguém se preocupa com o problema, para o qual se exige das autoridades competentes, a necessária providência".	Censura Moral	Autor não identificado	Entrevista	Regional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

agosto de 1973	Tenho uma agradável notícia a dar-lhes: a piscina municipal provisoriamente	Parcial	"Centro Social... Como os chama, Sr Bravo Serra? Perguntaria no início"; "Não houve qualquer discussão e o trabalho limitou-se à análise dos papéis que o secretário lia".	Censura Social	Autor não identificado	Crónica	Regional
agosto de 1973	"Crónicas Brulescas Paris em Agosto"	Parcial	"Mas como devo lamentar também que uma repressão censural vigorando ainda em certos países, inclusive Portugal, acabe de atrair para os cinemas parisienses multidões ansiosas para negar tais paternalismos e observar o mundo como ele é na sua verdadeira verdade! Até quando? («Hasta que Dios lo quieras», conforme dizia o notável semanário humorístico espanhol «Hermano Lobo»?".	Censura Social	Autor identificado	Crónica	Regional
outubro de 1973	"Polidores Metalúrgicos exigem respeito pela sua dignidade"	Parcial	"Especulação social".	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Relatório Censório	Regional
outubro de 1973	"Interesses estrangeiros e interesses nacionais"	Total	"Cabora Bessa e o Ultramar. Político".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Relatório Censório	Nacional
outubro de 1973	"Manuel Garaldo: novela rubra de um tempo português"	Total	"Análise crítica do livro "Sangue Negro, Sangue branco e o Suor de Serra" Proibido"	Censura Cultural	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Relatório Censório	Regional
outubro de 1973	"Continuaremos a andar atrás da inflação - referem os Sindicatos dos lanifícios"	Parcial	"Reivindicativos".	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Relatório Censório	Regional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

novembro de 1973	"Despedimento técnico de desenho"	Parcial	"O caso Grão-Pará".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Relatório Censório	Internacional
novembro de 1973	"O Chile e os Generais não quiseram"	Parcial	"Comentário tendencioso".	Censura Moral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Relatório Censório	Internacional
novembro de 1973	"Perspectiva Sindical Arbitragem Ordem dos Engenheiros - CP O Ministério das Corporações e Segurança Social nomeou o arbitro presidente"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Relatório Censório	Nacional
novembro de 1973	"O alargamento do âmbito do Contrato dos Electricistas"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Relatório Censório	Nacional
dezembro de 1973	"A carta fechada de gregos e chilenos"	Parcial	Não tem observações	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Relatório Censório	Internacional
dezembro de 1973	"Congresso Mundial da Annety International"	Parcial	Não tem observações	Censura Cultural	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Relatório Censório	Internacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

Não tem data	"Lá Fora: A Transferência"	Total	"(...) Ora, é este ódio, esta desconfiança, que um jornal «Daily Mail», se propõe eliminar. Como? Pois pela «transferência» de todos os católicos de Ulster para a vizinha República da Irlanda. Basicamente, o jornal inglês diz isto: «considerando que só a separação - e não o tempo - «abrandará o ódio que divide as duas comunidades», o melhor será transferir para Eire todos os católicos dos Ulster. (...) Por outro lado, a proposta do «Daily Mail» assume o aspecto inólito duma tentativa de «palestinização» do problema. Com efeito, trata-se de aplicar à minoria católica do Ulster (embora, convenhamos, com alguns refinamentos de civilidade) a sorte que foi reservada aos milhares de árabes oriundos por Israel. (...)".	Censura Religiosa	Autor identificado	Rúbrica	Internacional
Não tem data	"Mão de obra abundante e barata"	Parcial	"As vantagens, ou lucros (a finalidade) parecem ser maiores, A realidade é que todos ficamos satisfeitos!".	Censura Social	Autor não identificado	Notícia	Regional

Anexo II. Relatórios Censórios do Notícias da Amadora

Data	Título do Corte	Tipo de corte	Motivo do Corte	Tipo de Censura	Proveniência do relatório	Censura e Território (regional, nacional, internacional)
13/07/1973	Posições internacionais face à Política africana do governo português	Parcial	"Especulativo".	Censura Moral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
13/07/1973	Direito a férias: pois sim	Parcial	"Sócio-político".	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
13/07/1973	Américo Thomaz. Três lustros na chefia do Estado	Parcial	"Especulativo".	Censura Moral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
22/07/1973	"O X Festival da Juventude"	Total	"Político".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
22/07/1973	"A criança no trabalho"	Parcial	"Comentários tendenciosos, de carácter sócio-político".	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Não identificado
23/07/1973	"Aljustrel é uma mina"	Parcial	"Inconveniências de carácter político-sócio-económico".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Regional
23/07/1973	"Brasil os braços que sobram"	Parcial	"Comentário de carácter político".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Internacional
23/07/1973	"Castelo Branco: As festas da cidade, o concurso do vestido de chita e as diabruras do Sr. Peco"	Parcial	"Tendencioso".	Censura Moral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Regional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

25/07/1973	"Bancários reformados fazem uma exposição ao Ministério das Corporações"	Total	"Reivindicativo".	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
25/07/1973	"Antologia"	Total	"Relativo à manifestação ao Sr. Presidente do Conselho".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
26/07/1973	"R.T.P. Mais Papista que o Papa"	Parcial	"Especulativo".	Censura Moral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
27/07/1973	"Contas sobre preços e salários"	Parcial	"Comentário tendencioso".	Censura Moral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
27/07/1973	"Entre nós Lucros dos T.L.P"	Parcial	"Comentário tendencioso".	Censura Moral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
27/07/1973	"Actividades subversivas"	Parcial	"Especulativo".	Censura Moral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
27/07/1973	"O Fracasso do Reformismo"	Parcial	"Político".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
27/07/1973	"Em vias de solução o contrato da Eletricidade"	Parcial	"Especulativo".	Censura Moral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
27/07/1973	"Companhias aéreas estrangeiras"	Parcial	"Especulativo - salários".	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
27/07/1973	"Empregados do Escritório contra a CUF"	Parcial	"Política social da empresa".	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
27/07/1973	"Grécia: Os gregos "votam" à manhã"	Parcial	"Especulação política".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Internacional
27/07/1973	"Metalúrgicos do Porto"	Parcial	"Sindicalismo".	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

27/07/1973	"Escritório Indústria Química"	Parcial	"Reivindicativo".	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
27/07/1973	"Processo a um dirigente Sindical"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
27/07/1973	"Cartas ao Director"	Parcial	"Reivindicativo".	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Não identificado
29/07/1973	"Características e Importância do Espaço Intersteciel Urbano. Espaço Verde"	Parcial	"Crítica intencional a propósito das urbanizações".	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
29/07/1973	"Horários com abertura aos domingos"	Parcial	"Especulativo".	Censura Moral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Não identificado
29/07/1973	"O retábulo do Flautista"	Parcial	"Crítica comentarista, tendenciosa".	Censura Moral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Não identificado
30/07/1973	"A crónica duna crónica transparência"	Parcial	"Crítica sócio-cultural com intenção política".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Não identificado
31/07/1973	"Os Liberais querem melhorar o sistema"	Parcial	"Especulação política".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
31/07/1973	"1500 jovens. No II jogos juvenis de Almada"	Parcial	"Convite à luta".	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
12/08/1973	"A grande escola do campo"	Parcial	"Convite à luta".	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Não identificado
15/08/1973	"Indústrias pequenas e grandes"	Parcial	"Crítica à economia portuguesa".	Censura Económica	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
15/08/1973	"Trabalhadores de Abelheira"	Parcial	"Crítica destrutiva".	Censura Moral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Regional
15/08/1973	"A rádio. A emigração e o banco"	Parcial	"Críticas malévolas".	Censura Moral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Não identificado

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

15/08/1973	"Pequenas notícias"	Parcial	"Frelimo e Rússia".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Não identificado
15/08/1973	"Cambodja - opressão imperialista e luta de liberdade"	Parcial	"Críticas ao imperialismo americano".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Internacional
17/08/1973	"Acordo Companhia das águas"	Parcial	"Política sindical especulativa"..	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
17/08/1973	"Contrato Armazenista"	Parcial	"Política sindical especulativa".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Não identificado
17/08/1973	"Um esclarecimento do sindicato de Seguros de Lisboa"	Parcial	"Apresenta as tabelas dos vencimentos pedidos".	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
17/08/1973	"Congresso mundial das Forças da Paz"	Parcial	"Anti-patriota".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Internacional
17/08/1973	"Oposição democrática"	Parcial	"Político".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
20/11/1973	"A Cooperação económica será vantajosa A Rússia Soviética está atrasada"	Parcial	Não tem observações	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Internacional
25/11/1973	"Quotídiano"	Parcial	Não tem observações	Censura Literária	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Não identificado
25/11/1973	"Poluição no Barreiro"	Parcial	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
25/11/1973	"Seguros e bem seguros"	Parcial	"Capitalismo (agrupamento de 3 companhias de seguros)".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
26/11/1973	"Na direção com os leitores"	Parcial	"Refere-se ao estatuto do aluno-nocturno".	Censura Educacional	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
26/11/1973	"A ineficiência dos apelos aos "homens-bons"	Parcial	Não tem observações	Censura Moral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

26/11/1973	"Lixos, Lucros e TV"	Parcial	Não tem observações	Censura Cultural	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
26/11/1973	"Entre nós pela D.G.S."	Parcial	"Refere-se às recorrentes prisões".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
26/11/1973	"O Trágico drama do Ir. Algada ou a agonia dum homem que ama a contradição"	Parcial	Não tem observações	Censura Cultural	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
27/11//1973/	"Notícias dos Escritórios Assembleias Gerais"	Parcial	Não tem observações	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
27/12/1973	"Sindicatos recorrem contra a aprovação do Estatuto dos Empregados dos Organismos Corporativos"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
27/01/1974	"Entre nós"	Parcial	Não tem observações	Censura Cultural	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
27/02/1974	"Habitação e as rendas"	Parcial	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
27/03/1974	"Despedimento"	Parcial	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
27/04/1974	"Castrim mandado em Paz"	Parcial	Não tem observações	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
27/05/1974	"O custo de vida"	Parcial	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
27/06/1974	"Os homens da cidade Aqui não podem entrar nem diminuídos físicos nem mulheres grávidas"	Parcial	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
27/07/1974	"As condições de Liberdade"	Parcial	Não tem observações	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

27/08/1974	Sem título na prova	Parcial	"Desporto e Política (esse da Federação Soviética)".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Internacional
29/11/1973	"A Paz e a cultura"	Parcial	Não tem observações	Censura Cultural	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
03/12/1973	"Ensino infantil para quem?"	Parcial	Não tem observações	Censura Educacional	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
03/12/1973	"Os alunos de prática clínica do Porto exigem o imediato começo do estágio"	Parcial	Não tem observações	Censura Educacional	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
04/12/1973	"Antologia"	Parcial	"Casamento de Ana de Inglaterra".	Censura Moral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Internacional
04/12/1973	"Questões do internamento médico A hierarquia dos médicos"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
04/12/1973	"Os aspectos básicos do Sindicalismo em Portugal e segundo a C.I.T."	Total	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
04/12/1973	"A Saúde dos emigrantes, "Emigrantes"; ou é rendoso ou deita-se fora"	Parcial	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
04/12/1973	"Entre Nós Traição"	Parcial	Não tem observações	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
04/12/1973	"Questões do internato médico"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
04/12/1973	"Puzilado por engano"	Parcial	Não tem observações	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

04/12/1973	"Recortes ... E a vida continua ... no Alentejo"	Parcial	Não tem observações	Censura Cultural	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
04/12/1973	"Um exemplo exemplar Fuzilado por engano"	Parcial	"Chile".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Internacional
05/12/1973	"Prossegue o julgamento dos dirigentes da ordem dos Médicos"	Parcial	Não tem observações	Censura Judicial	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
05/12/1973	"Habitação e saúde Pública"	Parcial	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
05/12/1973	"A impugnação do Estatuto dos Empregados dos Organismos Corporativos"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
05/12/1973	"A "Unicervi" despediu abusivamente um seu trabalhador"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
05/12/1973	"Eleições no sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
05/12/1973	"Entre Nós: Prof Pereira de Moura"	Total	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
05/12/1973	"A TAP e o combustível"	Total	Não tem observações	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
05/12/1973	"Independência de Águeda"	Total	"Refere-se á ausência forçada do redactor Mário Rodrigues".	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Regional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

05/12/1973	"Internacional Investigação ou espionagem? A quem serve as investigações sobre a África"	Parcial	Não tem observações	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Internacional
05/12/1973	"Teatro: José Gil "O MISANTROPO" - da Cornucópia"	Parcial	Não tem observações	Censura Cultural	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
06/12/1973	"Dossier - Auto - Estradas"	Total	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
10/12/1973	"Educação e Ensino Associação de Professores"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
10/12/1973	"O Irão e o seu petróleo um trunfo para o Imperialismo"	Parcial	Não tem observações	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Internacional
11/12/1973	"Vida Sindical Santarém demora na homologação do C.E.T. Distrital"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Regional
11/12/1973	"O IV Plano de Fomento e a Habitação"	Parcial	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
11/12/1973	"Os direitos de que homem?"	Parcial	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Não identificado
11/12/1973	"Progresso social - Direitos do Homem"	Parcial	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
11/12/1973	"Por um Cambodja independente, pacífico, neutro democrático e próspero"	Parcial	Não tem observações	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Internacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

11/12/1973	"Era directo com os leitores"	Parcial	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Não identificado
11/12/1973	"O Grupo CUF em Marena. Acelerado esforços pelo progresso da economia regional"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Regional
12/12/1973	"Assinado o AGT dos Ferroviários"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
12/12/1973	"Caixa de Providência da CUF"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
12/12/1973	"P.V. Sete espreita a rua"	Total	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
12/12/1973	"Vida Sindical Acordo colectivo de trabalho para o pessoal da Companhia das Águas"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
12/12/1973	"Haja uma Assembleia nos Escritórios"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
12/12/1973	"Situação Escolar Técnico"	Parcial	Não tem observações	Censura Educacional	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
13/12/1973	"Vida Sindical Um direito ou um abuso?"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
13/12/1973	"Nos seus 25 anos A Declaração Universal dos Direitos do Homem"	Total	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Internacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

13/12/1973	"Confraternização Social"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
13/12/1973	"A luta dos homens pelos seus direitos"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
17/12/1973	"Emigrantes Explorados"	Total	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
17/12/1973	"Viver na cidade - tentativa de caracterização da cidade de Lisboa"	Total	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
17/12/1973	"Terrenos, casas e outras coisas de Lisboa"	Total	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
17/12/1973	"Conferência das Mulheres para a segurança e cooperação Europeia"	Parcial	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Internacional
17/12/1973	"Por Fernando Marrazes"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
17/12/1973	"1972 - ano para nova estratégia"	Parcial	Não tem observações	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
17/12/1973	"Do regime industrial ao regime artesanal ou a contradição de um "certo desenvolvimentismo?"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
17/12/1973	"Entre nós - Pedido de amnistia"	Total	Não tem observações	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
17/12/1973	"Operários dos Organismos Corporativos Contra Estatuto"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

17/12/1973	"As tentativas de integração"	Parcial	Não tem observações	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
17/12/1973	"Coexistência pacífica e segurança internacional"	Parcial	Não tem observações	Censura Política	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Internacional
17/12/1973	"A ordem dos Engenheiros e a agitação do Técnico"	Total	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
17/12/1973	"Homologação do C.C.T. Distrital de Santarém"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Regional
17/12/1973	"Grémio pretende impugnar homologação de um contrato"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
17/12/1973	"Entre Nós O Director do Técnico - Prof Sales Luís - agradece à Polícia"	Parcial	Não tem observações	Censura Educacional	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Regional
17/12/1973	"Situação escolar - Liceu D. Pedro V"	Parcial	Não tem observações	Censura Educacional	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Regional
17/12/1973	"Cantina da Cidade Universitária"	Parcial	Não tem observações	Censura Educacional	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Regional
17/12/1973	"Económicos"	Parcial	Não tem observações	Censura Económica	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
17/12/1973	"Cento e sessenta liceos detidos"	Parcial	Não tem observações	Censura Económica	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Não identificado
17/12/1973	"Filhos de Boas Famílias"	Parcial	Não tem observações	Censura Moral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
17/12/1973	"As rendas de casas e a indústria de cinestos"	Parcial	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
17/12/1973	"A Paz e a crise!"	Parcial	Não tem observações	Censura Social	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

17/12/1973	"Vida Sindical acordo S.A.P.P"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional
18/12/1973	"A vida Sindical - C.C.T. Agricultura e Industria"	Parcial	Não tem observações	Censura Laboral	Proveniência Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT)	Nacional

Anexo III. Cortes do Notícias da Amadora

Data	Título do Corte	Texto Cortado / Motivo do Corte	Tipo de Corte	Género	Tipo de Censura	Autor	Censura e Território
Não identificado	"Bangla Desh"	"Bangla Desh, Banga Desh, / Onde tanta gente está a morrer depressas, / E certamente se assemelha ao caos, / Eu nunca tinha visto tamanha miséria. / Então, porque é que vocês não dão uma ajuda, tentem compreender, / Auxiliem o povo da Banga Desh (...)".	Total	Crónica	Censura Social	Autor não identificado	Internacional
Não identificado	"José Martí"	"(...) então era portador de uma longa fé de ofício revolucionária". "Muito moço ainda, Martí, começou a alimentar a ideia de libertar Cuba do domínio espanhol e resolveu dedicar a sua vida a essa grande causa, e por toda a América teve considerável repercussão a acção indómita deste patriota". "Três anos depois, em 1873, fé uma viagem a Paris, a Londres e outras capitais europeias, estudando as suas respectivas instituições governativas e espalhando a ideia da independência de Cuba".	Total	Perfil	Censura Política	Autor não identificado	Internacional
14/12/1968	"«O verdadeiro poeta para ele»"	"(...) Caraça".	Parcial	Crónica	Censura Cultural	Autor identificado	Nacional
21/12/1968	"Passaporte"	"o sangue é coisa que não se joga dou-o aos soldados que perderam o seu ao fazerem perder os dos outros o Justo disse este sim é um homem tu és um carnicheiro mas protesto na minha propriedade fabrica-se o leite e o vinho que vão dar sangue aos soldados o Justo cai em estupor vocês têm ambos razão é o absurdo deixo a minha toga e faço-me e faço-me peregrino. - não assam diante da minha propriedade. - não passes diante do meu reservatório de sangue".	Total	Crónica	Censura Moral	Autor identificado	Não identificado

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

11/01/1969	"Uma nota pastoral"	"«Não basta proclamar os direitos fundamentais da pessoa humana, nem tão pouco defendê-los em abstracto. Importa-se isso é sem dúvida bem mais difícil - assegurar as condições necessárias, ao seu concreto e normal exercício por todos os homens», afirmava-se na última nota pastoral do episcopado". "Na verdade, não se pode dizer que o episcopado, agora tão solícito a proclamara os «direitos fundamentais da pessoa humana», tenha sempre «procurado dar sempre o seu contributo para a paz temporal» entre os seus concidadãos (entendamos por paz os conceitos propostos por Paulo VI: «a promoção dos direitos do homem caminha para a paz» ou «desenvolvimento é o novo nome da paz») e que, por essa paz, tenha «lutado e sofrido»".	Total	Opinião	Censura Social	Autor identificado	Não identificado
22/02/1969	"Antologia A Expansão Portuguesa"	"(...) voluntária ou involuntariamente, nem tão pouco de saber quais os grupos que beneficiaram de expansão imediatamente ou a longo prazo. Quanto a nós o nó do problema é este: <i>Qual é efectivamente a classe que obriga a sociedade portuguesa a dar o salto?</i> ". "(...) ou não retiraram dela frutos consideráveis". "(...) as boas presas d (...) e, mais, a penetração e o saque das rotas do ouro, das especiarias, das sedas e dos escravos".	Parcial	Crónica	Censura Social	Autor identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

08/03/1969	"O cinto de Castidade"	<p>"Claro que estes costumes medievais ainda estão radicados numa diferente dimensão no espírito dos indivíduos no nosso tempo e, desse modo, o filme pode passar por «ousado», dado que fala de um assunto considerado como tabu: o do sexo - sempre tão focado e no entanto tão misterioso na época em que vivemos". "Assim, o riso dos espectadores perante um tema que por natural noutras circunstâncias teria um interesse muito diverso, mostra que realmente falar-se em sexo ainda é nesta nossa sociedade qualquer coisa de tabu, de proibido, e que pode levar não só as mães a desviar por todos os processos a atenção dos meninos para 'certas coisas» (à escola doméstica, claro está) como, por outro lado, a nossa tia censura a empunha, agressiva, a sua tesoura pinta e afiada, para noa consciência dos cidadãos e desencadeado globalmente uma vasta campanha contra a ovelha desgarrada que se atreva a falar em tal matéria, fora dos locais devidos e propícios (...)".</p>	Total	Opinião	Censura Moral	Autor não identificado	Não identificado
15/03/1969	"Trezentas famílias envolvidas num drama que o turismo criou"	<p>"Esquecemo-nos de interrogar o velho camponês que força todas as leis da economia, obrigando-se (?) a viver do rendimento de uma mísera vaquita. Não nos ocorreu perguntar por que motivo aquela jovem cheia de vida e de saúde não vai à escola, ao liceu, em vez de seguir para a leira que o pai arroteia numa luta inglória pela sobrevivência. Faltou-nos dar um passo ao encontro daquele outro camponês que nos feriu a sensibilidade ao gritar dois palavrões contra a fragilidade da velha bicicleta, instrumento de trabalho que o tempo destruiu e hoje é mais fonte de arrelias que outra coisa". "Devia era haver um protesto do Estado contra uma coisa destas» - diz-nos outro camponês. «Não se atiram as pessoas assim para a miséria, caramba. Sem um tostão que seja, para as sopas dos primeiros dias; a lei parece que está pelo dono da terra. Já informei e não temos nada a receber: é levarmos as alfaias e partimos. Estou aqui há trinta e dois anos e agora mandam-se embora sem mais nem menos». " O velho e grave problema do contrato de arrendamento agrícola. O reneiro pode ser despedido com um ano de prazo, sem direito à mínima indemnização (...)".</p>	Total	Opinião	Censura Social	Autor identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

05/04/1969	"Um livro (incómodo) que ensina a pensar)"	<p>"UM LIVRO POLÉMICO Neste livro lúcido e polémico - que pode mais do que qualquer outro contribuir para ensinar os Portugueses a pensar - são discutidos temas fundamentais com agudeza e objectividade inquietantes. Não tenhamos receio das palavras, avisa o autor logo de entrada ao advertir-nos que pretende «incomodar, ofender, agredir» receio que apenas pode afectar os que preferem a mentirosa placidez dos lugares-comuns e de uma dialéctica apenas pensada (e mal) à turbulência e agudez do debate. Teixeira Neves assume, através deste seu livro, a importância inequívoca dum pensador fundamental e necessário no contexto da cultura portuguesa, sobre cujos problemas ele põe em questão modos de pensar e preconceitos, na verdade já questionados por certos impasses e pelo incipiente mas irreversível desenvolvimento das forças produtivas nacionais e doutras sociedades. Um exemplo de exegese critica o ensaio «Ulisses navegava sem carta para Garcia» (como senão, o que de resto acontece em relação com outros ensaios do uso demasiado frequente da terminologia mitológica, que pode contribuir para alienar a compreensão de muitos leitores não familiarizados com as respectivas significações) e o intitulado «O Sono do Rapaz de Vermoim», em que perpassa uma longa série de escritores divisos e angustiados (de «literatura como crónica dos fracassados repetidos»), como Antero, Camilo Pessanha, R. Aquilino, J. Pessoa, o próprio Aquilino, J. Régio, Paço de Arcos, Ferreira de Castro, Gomes Ferreira e os neo-realistas que «desmitificaram a Ninfa e o Tesoura», pisando e passando adiante (referência a um poema de Gomes Ferreira). E Virgílio Ferreira, evidentemente. «Carta Aberta aos Portugueses sobre a Utilíssima Arte de Jogar com Três Laranjas» é a mais lúcida e penetrante exposição sobre a técnica do pensamento dialéctico que me foi dado ler nas milhares de páginas de pensadores e filósofos consumidas por mim até este momento. É um estudo que justifica só por si, obviamente, a mais larga divulgação de «Introdução a um Realismo Difícil». Um estudo de ato teor qualitativo e de esclarecimento raramente atingido na literatura do género, mesmo no âmbito internacional. Transcrevo sem comentários (inúteis) este passo do capítulo «É do que não temos que somos mais ricos»: «... é necessário que aprendemos a pensar a realidade com um cérebro tão ousadamente</p>	Parcial	Opinião	Censura Cultural	Autor identificado	Nacional
------------	--	--	---------	---------	------------------	--------------------	----------

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p>unificantes como plástico, tão aberto à ordem e à lógica como à pluralidade e à mudança. Precisamos de abrir-nos para um pluralismo de atitudes, de juízes e de estratégias, não um pluralismo estático com salamaleques de etiqueta, mas um pluralismo dinâmico, aguerrido, em que cada um saiba quanto arrisca, e o aceite. Jogar com o nosso alheio». Num momento em que há surpreendentes indícios de pensamento niilista e desnorteado, de citações melhor diríamos de um não-pensamento, na medida em que se abdica de pensar, porque o Grande Chefe o faz por nós.... (a citação é o caminho mais curto dum pensamento para outro) N.T.N. não se limita a uns «passes de castigo», mas agarra firmemente (e com arte insuperável) pelos cornos o «vício metafísico de pensar». De muito interesse ainda as considerações sobre o neoliberalismo (metodológico e auto crítico) de Roger Vaillant e de Cardoso Pires denuncia lucidamente a incapacidade da crítica libertina perante as alienações correspondentes ao capitalismo de consumo», embora a lucidez do autor da «Cartilha do Marialva» seja prejudicada - acrescentada - por certa deficiência do manejo dialético. Em suma: um livro fundamental, independentemente de aceitarmos ou não todas as formulações do seu autor. Que todos os intelectuais, que todos os leitores esclarecidos, o leiam com urgência. Afirmo: um livro polémico destinado à maior repercussão. Nuno Teixeira Neves, apenas isto: Um escrito necessário".</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

05/04/1969	Remodelação Ministerial	<p>"De há muito todos esperávamos (...). Ela (...). Renovação de métodos implica, forçosamente, a substituição dos agentes encarregados de pôr em prática esses métodos. O tempo desgasta, burocratiza, rouba dinamismo à acção, como muito bem acentuou, em recente discurso, o governador civil de Lisboa. Assim, imprescindível parece (...); o que, além do mais (...)" "Todas as reformas, quando tendem à renovação, serão sempre bem recebidas. O país ansioso, aguarda remodelações, adaptações, inovações, que o conduzam ao coração da Europa. que o coloquem no lugar que tem direito no mundo contemporâneo. Os homens agora escolhidos com evidente preocupação de antepor a especialização à política, poderão rasgar caminhos no bom sentido. Necessário será também evitar que, no futuro, seja praticamente impossível a acumulação dos tais grãos de areia, a que se referiu o dr. Afonso Marchueta, capazes de fazerem paralisar a máquina".</p>	Parcial	Nota Semanal	Censura Política	Autor identificado	Nacional
10/05/1969	Fanga	<p>"Desde já, porém, me declaro convencido, sem qualquer pechibeque de modéstia, de que iria morrer com a amargura de não atingir a parte que me distribui na busca duma literatura nacional e humana, onde cada escritor sem pauta alheia, se realize à medida do homem biológico, social, psicológico e político que cada indivíduo traz consigo, refazendo-se nele e no contexto da sociedade que ele próprio ajudará a manter ou a renovar". "Mas neste maravilhoso tempo rude que vivemos ninguém pode julgar-se livre de engajamentos, a menos que prefira a trapaça única alternativa para quem pretende pairar acima do mundo dos homens".</p>	Total	Crónica	Censura Cultural	Autor identificado	Não identificado

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

24/05/1969	"Os Direitos do Homem"	"O direito à vida comporta além disso: i direito a um trabalho suficientemente limitado para deixar tempos livres, suficientemente remunerado para que todos possam largamente beneficiar do bem-estar que os progressos da ciência e da técnica tornam cada vez mais acessíveis e que uma repartição equitativa deve e pode assegurar; o direito à plena cultura intelectual, artística e técnica, segundo as faculdades de cada um; o direito à subsistência para todos os incapazes de trabalhar. Todos os trabalhadores têm direito de participar pessoalmente no estabelecimento dos planos de produção e distribuição e de vigiar a sua aplicação de maneira que não haja nunca exploração do homem pelo homem, mas sempre justa remuneração do trabalho e utilização para o bem de todos das forças criadoras, exaltadas pela ciência. A propriedade individual não é um direito senão, quando não traz qualquer prejuízo ao interesse comum. A independência dos cidadãos e do Estado está particularmente ameaçada pela propriedade que pertence aos agrupamentos de interesses egoístas e dominantes (cartéis trusts, consócios bancários)»".	Parcial	Opinião	Censura Social	Autor não identificado	Não identificado
24/05/1969	As Vozes	"O que todos nós pretendemos, acreditamo-lo, a finalidade que buscamos - trilhando embora caminhos vários - é a nossa integral realização, ou seja: a plena realização do homem". "As vozes traduziram pensamentos, exprimiram naturais anseios, e, sem prejuízos para a comunidade, todos os espíritos atentos, interessados no bem comum, não deixaram que as palavras caíssem no vazio".	Parcial	Nota Semanal	Censura Social	Autor identificado	Não identificado
14/06/1969	"O ensino e o campo"	"Neste contexto, que dizer da questão escolar, dos índices de analfabetismo que só poderão ser efectivamente superados com uma transformação de estruturas? (...) Pois, aí estão também as escolas com as suas carências de toda a ordem, aí está a falta de professores, aí está a extrema limitação da cobertura escolar da Madeira. Isto no âmbito do ensino primário. E o ensino secundário, que dizer dele? Alguns colégios particulares em vários núcleos rurais de maior importância, sem protecção, de sobrevivência ameaçada, e com o nível de vida da população. Que mais? A resposta, todos nós a conhecemos". "E a pergunta	Total	Opinião	Censura Educacional	Autor não identificado	Regional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		põe-se: qual o acesso que é facultado às crianças dos campos a este grau escolas? Bem se sabe, tristemente, que é coisa que não existe, num plano efectivo".					
21/06/1969	"Momento Literário"	"Ensina-nos «Momento Literário» que todos os escritores portugueses (e são apenas escritores e portugueses os apresentados pelas camaradas do Lumiar) são ilustres e geniais; que todas as suas obras são primas (tal como nas aldeias portuguesas, onde segundo a canção, todos são primos e primas)". "Sérgio e Cortezão, Torga e Ferreira de Castro, Orlando Ribeiro e Joel Serrão, Carlos de Oliveira e Manuel Fonseca, Namora e Alves Redol, Antunes da Silva e Cardoso Pires, Assis Esperança e Flausino Torres, António José Saraiva e Mário Dionísio, Fidelino de Figueiredo e Tavares Rodrigues, nunca existiram, não senhor, e, tal como outros nomes de que por vezes ouvimos falar, são produto de boatos maliciosos e tendenciosos. São sombras de um outro mundo que não interessa ao telespectador e muito menos à RTP e geniais são essas figuras excelsas que ali, nos nossos «écrans», nos vem dizer coisas profundas e tão fundas que nunca atingiremos os limites;".	Total	Opinião	Censura Cultural	Autor identificado	Nacional
28/06/1969	"A mulher, em Portugal, evoluiu mais do que o Homem"	"A MULHER, EM PORTUGAL, EVOLUIU MAIS DO QUE O HOMEM". "Fernando Dacosta - Encontra-se nas últimas gerações as mesmas características marialvas, machistas, que encontrou nas anteriores - e revelou para a literatura? José Cardoso Oires - Penso que enquanto o estatuto da propriedade estiver como está, o conceito actual de autoridade (isto é de liberdade) se mantiver nestes moldes, enquanto a mulher continuar na situação em que se encontra (um pouco melhor do que há 20 anos) naturalmente que o machismo continuará. Parto do princípio que as características machistas, marialvas e paternalistas permanecerão de geração em geração, de pais para filhos. Esses machismos encontram-se no Brasil, na Espanha (menos na Espanha do que aqui) e em todos os países onde impera a civilização paternalista. À medida que a liberdade da mulher se for alterando e representado alguma coisa de concreto na sociedade portuguesa, esse	Total	Entrevista	Censura Moral	Autor identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		resquíio medieval irá desaparecer. Segundo estudos de sociologia (dos poucos que se fazem entre nós) a mulher em Portugal evoluiu mais do que o homem nestes últimos vinte anos. Ela assumiu um tipo de independência de superfície que lhe foi seguido por muitas coisas entre as quais a necessidade de consumo. Daí, veio, talvez, um desfasamento entre o comportamento tradicional do homem, nas classes jovens, relativamente à evolução brusca do comportamento feminino. (...) Houve como disse um desfasamento entre uma mulher que apesar de tudo evoluiu e um homem (o português) que apesar de tudo se mantém agarrado a estatutos antigos".					
02/08/1969	"Tanoaria - Um Indústria na «Cela da Morte"	"(...) NA «CELA NA MORTE». "OBREIROS VALIOSOS NA EPOPEIA DOS DESCOBRIMENTOS". "A MORTE VEIO DECRETO". "UM SINDICATO ESQUECIDO".	Parcial	Reportagem	Censura Laboral	Autor identificado	Nacional
11/10/1969	"A Legislação Eleitoral - Uma situação à Kafka"	"Bem, na verdade é que o jogo está viciado desde o início, já que a igualdade à partida para os competidores constitui mera abstração". "A estratégia eleitoral do Governo tem-se projectado em dois sentidos: tomar com uma mão o que concede com a outra; por outro lado, essa estratégia funda-se no aperfeiçoamento do maquinismo burocrático, de modo a eliminar qualquer «falha» que na prática venha a verificar-se".	Total	Opinião	Censura Política	Autor identificado	Nacional
11/10/1969	"Repórter na Rua Que medidas proporia se fosse Deputado?"	" NOBERTO GUEDES ALBUQUERQUE 29 ANOS, ESTUDANTE - Se fosse deputado pediria o pronto restabelecimento de todas as liberdades individuais. Assente estas condições básicas, mais fácil seria a resolução de todos os outros problemas que afectam a comunidade".	Parcial	Rúbrica	Censura Política	Autor não identificado	Nacional
18/10/1969	"Decisão Final"	"Uma semana curta nos separa das eleições". "Agora neste mês que ao país foi concedido para ensaiar o diálogo, por qualquer razão neste momento julgado indispensável e proveitoso, pretende-se dizer tudo o que ficou por dizer no decorrer de décadas, caindo-se forçosamente, de um lado e de outro, em exageros ou omissões, causando-se perturbações nos espíritos menos avisados, perecendo até haver, por parte de alguns	Total	Nota Semanal	Censura Política	Autor identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		sectores, uma preocupação evidente de espalhar a confusão e de dificultar um juízo sereno e imparcial. Mas, no meio de tudo isto, do que não resta dúvida é de que é a sorte do país que está em jogo, o futuro dos seus filhos. Seria, portanto ao povo que competiria decidir, na posse de todos os dados". Deixemos pois o povo português manifestar-se. concedamos-lhe condições para poder fazê-lo e submetamo-lo à sua decisão que só poderá visar o bom da Pátria".					
10/01/1970	"Coisas da TV - Segunda-feira de trevas e outras coisas mais"	"(...) SEGUNDA-FEIRA DE TREVAS E OUTRAS COISAS MAIS". "segunda-feira de trevas, podemos chamar agora às noites televisivas deste dia da semana. (...) desesperados (...) infelizes (...) castigados por tanta soda fornecida em doses industriais". "Que até mesmo quando era menos bom, ZIP-ZIP constituía a luz da nossa crónica escuridão". "(...) muitas mensagens de esperança em melhores dias". "(...) ao mesmo tempo pedindo os programadores da Rádio Televisão Portuguesa que façam lá o favorzinho de não preencherem o tempo deixado livre pela ausência desta rubrica com os incríveis e famigerados saldos comprados em não sabemos que misérrima Feira da Ladra. É mais que tempo de atingirmos a maturidade! (...) Nivelar por baixo, descer, é preparar gerações de atrasados mentais. Pois bem podemos deixar essa tarefa às televisões das norte-Américas".	Parcial	Opinião	Censura Cultural	Autor identificado	Nacional
24/01/1970	"As casas dos trabalhadores nos centros urbanos"	"Em toda a história da sociedade, o progresso técnico da construção sempre serviu os interesses das classes privilegiadas. Efectivamente, as condições de alojamento traduzem e definem, nos traços essenciais, os antagonismos de classe. Desde os tempos mais remotos, as habitações das classes oprimidas exprimiram sempre o seu baixo nível de vida e a sua miséria em contraste com opulência e o luxo das classes dirigentes". "Já no Egipto antigo, marcado pela autocracia faraónica, as casas dos trabalhadores nunca ultrapassaram os 20 metros quadrados, enquanto as casas dos grandes funcionários eram 50 vezes maiores. E se nos debruçarmos sobre o estudo da evolução das casas dos trabalhadores através das histórias, verificamos as mesmas diferenças, que no seu conjunto resumem a	Parcial	Opinião	Censura Social	Autor identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p>discriminação entre as diversas classes sociais". "Actualmente tomou um conteúdo de formas novas, subordinadas ao conjunto dos interesses gerais dos monopólios. E, uma das razões por que as classes trabalhadoras e a pequena burguesia são as mais atingidas pelo agravamento do problema habitacional e consequentemente pela falta de alojamentos, consiste no facto de os monopólios, que hoje controlam todas as actividades económicas, não estarem interessados em investir os seus capitais num sector pouco rendoso. No nosso país, onde as classes trabalhadoras vivem nas piores condições de salubridade, amontoadas em pequenos alojamentos ou parte de casa, constroem-se grandes e luxuosos hotéis, grandes prédios para as classes dominantes, grandes supermercados - construções estas que denunciam a penetração acentuada dos monopólios no domínio da construção". "(...) larga participação das massas nas decisões económicas fundamentais e, também, (...) muitas vezes usuária, (...)". "E concluir afirmando que, para incrementar a indústria da construção, deveriam ser reduzidas as despesas militares, dado que com o custo de um submarino atómico se poderiam construir alojamentos para mais de 50.000 pessoas e que a cidade de Brasília custou 3 porta-aviões. Ainda sobre este mesmo aspecto, arq. Michel Ragon, citando Le Courier de l'Unesco, diz que um novo bombardeiro custou o mesmo que 30 Faculdades de Ciências com a frequência de 1.000 estudantes cada, ou o mesmo que 75 hospitais de 100 camas, cada um, completamente equipados".</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

07/02/1970	"A pateada e a saúde do teatro"	"A pateada e a saúde o teatro". ""Vamos responder ao que todos sabem e não têm a coragem de dizer: é o medo que mova os que assim atacam a irresponsabilidade do público. O medo de perderem os seus lugares ao sol, pacata e diligentemente conquistados. Sabem muito bem esses delatores do público que a discussão, a participação, os aplausos, as pateadas, tudo isso terá como resultado a reivindicação da actividade teatral entre nós. Que tudo isso não poderá deixar de conduzir a uma revisão dos nossos caminhos teatrais, ao progresso, à modernidade. À exigência e à consciência do público corresponderá a necessidade de uma melhor produção. E talvez que os valores consagrados do momento não estejam em condições de promover... Daí a necessidade de condenarem a sua tranquilidade, a sua longevidade, a sua condenável passividade. As pateadas, os aplausos, todas as formas de ligação do público ao espectáculo, só podem beneficiar o teatro. (...)". "Que ninguém se assuste: o teatro não virá abaixo com as pateadas, como se chegou a escrever. As pateadas, os aplausos (o público vivo, quer-se dizer) são a saúde do teatro".	Total	Opinião	Censura Cultural	Autor identificado	Não identificado
11/04/1970	"«Sindicalismo, 1970»"	"«Sindicalismo, 1970»". "Na primeira sessão, em que foram convidados Jorge Almeida Fernandes, Luís Arouca e José Carlos Ferreira de Almeida, foram tratados os temas: «A integração sindical no neocapitalismo» e «Mecanismo de integração». Na sessão do dia 9, participaram Luís Matoso, Silva Ramos e João Martins Pereira que abordaram o tema «A evolução dos sindicatos em Portugal». Nas restantes reuniões serão ainda tratados os temas «O sindicalismo operário em Portugal 1970» e «Os sindicais e o sindicalismo no Mundo»".	Total	Breve	Censura Laboral	Autor identificado	Nacional
27/06/1970	"Professor responde a Geraldo"	"«Sem dúvida, Fernando Namora e Paço d'Arco. Fernando Namora, por exemplo, é um escritor preocupado mais com o homem do que com o meio em que ele vive, ou seja, a sociedade burguesa. Já Joaquim Paço 'Arco narra com perfeita clareza, tem o dom das minúcias, é um conhecedor da vida portuguesa, da	Total	Crónica	Censura Cultural	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		burguesia da capital. Viajado como é, boa parte dos seus temas são colhidos na vida internacional»".					
27/06/1970	"Maria Lamas: Os jovens estão a dar-nos uma lição importante"	<p>"(...) OS JOVENS ESTÃO A DAR-NOS UMA LIÇÃO IMPORTANTE". "(...) para uma espécie de exílio em França".</p> <p>"E, sobretudo, a autenticidade contida na actual «recusa do mundo em que vive que a leva a querer modificar o que está errado muitas vezes à custa da sua própria destruição". "- Eu tomo muito a sério a juventude actual. A sua precocidade deixa-me maravilhada. Houve uma explosão de contestação, de protesto, de recusa. Uma explosão de ânsia de afirmar a independência, o direito de escolher cada um o seu destino, mesmo sem saber muito bem o que se vai fazer a seguir. Mas a sua recusa do mundo tal como é, tem muito interesse. A revolução de Maio de 68, em França, foi um exemplo disso. Para mim, uma surpresa, um privilégio que a vida me concedeu ao deixar-me assistir a ela. Era preciso ver o que os jovens escreviam, o que diziam. Foi tão inesperado...</p> <p>Mesmo para eles, que se encontram de repente todos unidos numa verdadeira onde de verdade, de autenticidade, ainda cheia de inexperiência. Foi como se se tivesse rebentado um dique e a própria juventude tivesse sido levada por uma avalanche de normas, preconceitos, praxes e tabus, que os abafavam e que, de repente, se soltou desencadeando um processo há muito elaborado. Nascida em 1893 Maria Lamas assistiu já a muitos movimentos de renovação, em várias épocas e países com carácter juvenil. Mas, segundo ela própria afirma nunca a juventude teve a maturidade tão precoce e uma importância tão grande. - É preciso não confundir-se, fala-se em <i>hippies</i>, em <i>beatniks</i>: são tudo contestadores, jovens rebeldes, mas cada um em as suas normas, cada uma com o seu ponto de vista; apesar disso todos têm uma coisa em comum - a recusa da sociedade em que vivem, e um mundo em paz, autêntico. É um pouco utópico, é certo, mas a par disto há uma grande percentagem de jovens que tomam a vida muito a sério dentro de todas essas lutas e alguns politicamente com excessos. Há muitos jovens empenhados em mudar de vida, em corrigir, em desmistificar o que está errado, mas a sério. E sofrem. São rapazes e raparigas que sacrificam a sua juventude, que escolhem o caminho mais</p>	Parcial	Entrevista	Censura Social	Autor identificado	Não identificado

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p>duro praticando mesmo actos de decisão, de vontade de renúncia. E essa história ainda está por fazer... Eles não esperam nada para si, dão para um mundo diferente. Isso é muito importante e faz-me olhar para os jovens com muito respeito. <i>É PRECISO CONQUISTAR O QUE SE AMA</i> Pensa portanto que quando os jovens se negam a contemporizar com a sociedade que os pretende absorver e os condena simultaneamente, eles têm razão? - Quando se escolhe o caminho da independência e da autenticidade é terrível. É muito mais fácil passar pela tangente das coisas. O importante é que as pessoas vejam como tudo está errado e que procurem a maneira de conduzir a vida de modo a que se possa encontrar o justo equilíbrio. E não há dúvida que os jovens nos obrigam a dar um grande passa em frente, desde o Japão até à Europa. Claro que há uns bandos de aventureiros mas eles são produto da sociedade e não são a maioria. Mas, mesmo nesses, há uma grande generosidade de ideias a par de um conceito de vida que não é o nosso. E isso é comum a todos os jovens. Quando penso nos hippies, por exemplo, sei que eles não constroem nada. Há um fundo de misticismo na sua filosofia e, quanto a mim, o mal é que eles, recusando a guerra, se recusam também à luta. E a luta faz parte da vida. É preciso conquistar o que se ama. E eles negam-se a isso, apesar disso compreendo-os, talvez porque convivi com eles de perto". "- Acho sado, normal, que a juventude se procure e realize no amor. Mas a sociedade não lhe permite assumir responsabilidades familiares e económicas, senão através de sacrifícios que, em geral são contra o amor. (...) mesmo (...)".</p>					
27/07/1970	"Quatrocentos Contos ao lixo!"	<p>"Acontece que estamos em Portugal e em 1970, isto é, num país sem estruturas de produção cinematográfica e num momento em que o dinheiro nos faz a todos muita falta, obrigando-nos a uma severa política económica que atenda basicamente a factores de prioridade. Ora, o subsídio atribuído a António Vilar pode entender-se como fomento de uma produção filmica organizada e com garantia de rentabilidade? Creio que não".</p>	Total	Opinião	Censura Cultural	Autor identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

27/07/1970	Com os dentes cheios de amargura	"Para se penitenciar do desavoro dessa variável clandestinidade, lia os artigos de fundo dos jornais católicos e reprima os desejos de urina no penico: aí, saía da casa que habitava e encaminhava-se, nos bicos dos pés, para a pia comunal do prédio, dois andares abaixo". "A mulher respira suavemente, de costas deitada, e um seio veíudo e cheio repousa sobre o sovaco; um seio estrepado, sem glória nem brio. (...) A mulher volta-se, no sono, o seio descai e fica em cima do outro, mesmo em cima. (...) Com os beijos Grossos fixa o mamilo do seio descaído da mulher. (...) Silvestre Sequeira finca os dentes no mamilo e morde fundo, morde, morde, e sente a boca cheia, não sabe se de sangue ou leite".	Total	Crónica	Censura Moral	Autor identificado	Não identificado
02/05/1970	"Entre Nós: Férias parlamentares"	"A «Assembleia Nova», forma porque costuma designar-se a Câmara da X Legislatura, entrou de férias. Quatro escassos meses de trabalho no primeiro ano de funcionamento, como estabelecem os preceitos constitucionais. Agora seguem-se sete ou oito meses de férias". Que nos deu esta estreia da «Assembleia Nova»? Comprovou, ao que julgamos, o esforço feito para impulsionar o regime através da consabida fórmula «evolução na continuidade». "De uma forma mais clara, a Assembleia Nacional, unida nos «grandes princípios», entremostrou certa compartimentação, em três subdivisões essenciais: uma primeira minoria com particular apreço pela «continuidade», uma minoria prezando a «evolução na continuidade» e uma segunda minoria com maior pendor para a «evolução». "Segundo tem referido o Presidente do conselho, há que fazer reformas mas sem pressas, há que dar passos para diante mas com segurança e sem improvisações". "Portanto, o encerramento por alguns meses da Assembleia Nacional não deve representar qualquer alteração de ritmo no movimento do regime. É apenas uma sirene que deixa de ouvir-se, durante um certo tempo".	Total	Rúbrica	Censura Política	Autor identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

09/05/1970	"Desporto"	<p>"(...) É SALGUEIRAL! É PORTUGUÊS!". <i>"Sem comentários, transcrevemos dois documentos colhidos entre o material desportivo recentemente vindo a lume. O primeiro é a carta enviada pelo presidente da comissão Pró-Estádio do Salgueiros ao presidente Richard Nixon. A segunda é um reconfortante comentário publicado no jornal «O Sporting», órgão privativo do clube campeão nacional de futebol. Eis a carta do Presidente Zenha dirigida ao Presidente Nixon: Excelência: Aceite Senhor Presidente os respetivos desta Comissão Pró-Estádio do Sport comércio e Salgueiros. Os dias que antederam a amarração da Apolo-13, no Oceano Pacífico, foram uns autênticos dias de preces. Todos os portugueses imploravam a Deus, pedindo o salvamento desses geniais cosmonautas. Deus atendeu os portugueses. De todo o Mundo, surgiram Rogos ao Divino Salvador, para que acompanhasse os cosmonautas da Apolo-13, mas as orações mais febris, partiram do povo português, esses portugueses, que sempre têm Richard Nixon, no seu coração. Esses portugueses que oram no seu altar de Fátima - Altar do Mundo. Pedimos e fomos atendidos. Os cosmonautas regressaram à Terra, vivos e sãos, cheios de contentamento, cheios de felicidades, orgulhosos do seu êxito. E assim tudo acabou em bem, felizmente para os cosmonautas e para o mundo civilizado. Sentimo-nos muito honrados com mais uma vitória dos nossos queridos amigos Americanos. Senhor Presidente: Quem como nós acompanhou difícil campanha eleitoral, que conduziu em boa hora, Richard Nixon, à Casa Branca passámos a partir do momento que Vossa Excelência aparecia nas Câmaras da Televisão e nas páginas dos jornais, a ser fervorosos simpatizantes de Vossa Excelência. Foram muitas as vezes, sempre que Vossa Excelência surgia junto do seu povo, chorámos de alegria ao depararmos com a figura de Vossa Excelência. Senhor Presidente: Que Deus nos ajude, também, a construirmos o nosso Estádio. Somos um Clube desportivo dos mais pobre de Portugal, mas também, nos honramos muito por sermos um dos mais populares Clubes do país. Precisamos de construir o nosso Estádio, tarefa em que todos nos encontramos empenhamos e a braços com o mais grave problema, que é o arranjo de dinheiros para custear a sua construção. Que Deus nos ouça e que Richard Nixon nos escute, e que os cosmonautas por quem muito pedimos a Deus,</i></p>	Parcial	Carta do leitor	Censura Desportiva	Autor não identificado	Regional
------------	------------	---	---------	-----------------	--------------------	------------------------	----------

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p><i>passem agora a pedir eles por nós, para conseguirmos dinheiros para a construção do nosso Estádio. Senhor Presidente: O respeitável nome de Vossa Excelência, ficará perpetuamente na história da América e pelo decorrer dos anos, jamais o Mundo se esquecerá de Richard Nixon. Aceite Senhor Presidente, a admiração de todos nós e fazemos votos ardentes para que Vossa Excelência continue com a ajuda de Deus, a mostrar ao Mundo, que é o Povo Amigo da América. Muito honrosamente assinamos (António Fonseca Zenha) Presidente".</i></p>					
16/05/1970	"E os jornalistas...?"	<p>""Santos da casa não fazem milagres" -diz o ditado popular. (...) vem isto a propósito do curioso silêncio que envolve as negociações que, desse há meses a esta parte, vêm decorrendo entre o Sindicato Nacional dos Jornalistas e o Grémio Nacional de Imprensa Diária para elaboração do novo contrato colectivo de trabalho que abrangerá mais de 500 profissionais dos jornais de Lisboa e do Porto". " e, assim, acontece que, à excepção das parte interessada, toda a gente ignora, nesta terra, que os jornalistas portugueses também eles, pretendem, entre outras coisas, salários mais elevados, semana de trabalho de cinco dias, pagamento exclusivamente em tempo das horas extraordinárias; instituição de comissões de Redacção, de novas categorias profissionais e de medidas tendentes à dignificação da profissão, tal como maior amplitude de poderes do seu Sindicato para admissão de novos profissionais, isto para não falar da oficialização do pagamento do 13º mês (já praticado numa ou noutra empresa), do subsídio de férias, etc., etc..."</p>	Total	Opinião	Censura Laboral	Autor identificado	Nacional
18/07/1970	"As costas largas do exame"	<p>"Assim, se, em vez interrogarmos sobre a validade ou não validade dos exames, honestamente procurarmos saber, por exemplo, se o número de diplomados, professores, salas de aulas, institutos, laboratórios e estabelecimentos de ensino cresce num ritmo proporcional ao aumento da população escolar; e, se ainda só por exemplo, procurarmos saber se são próprios do séc. XX os métodos pedagógicos a que estão sujeitos muitos milhares de alunos adultos (estudantes-empregados, duplamente trabalhadores) nos vários graus de ensino, então, a</p>	Parcial	Opinião	Censura Educacional	Autor identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		pergunta a fazer, a questão a pôr não é «Exames sim ou não?» mas antes «Ensino (este): sim oi não?»".					
23/05/1970	"Homenagem à Geração de 70"	"Pensar sem ideias « Mas, Exmo. Senhor, será possível pensar sem ideias? Esta que é a grande questão. Em Lisboa, na Academia, no Conselho Superior, no Grémio, nos saraus de V. Exa., dizem-me que sim e que é mesmo uma condição para viver bem. Fora de Lisboa, isto é, no resto do mundo, em Paris, Berlim, Londres, Turim, Goettingue, New York, Boston, países mais desfavorecidos da sorte, na velha Grécia também e mesmo na Roma antiga, é que nunca puderam passar sem essas magníficas inutilidades (...) »". "(...) contra todos os tiranetes, e pedagogos, e reitores obsoletos, e gendarmes espirituais, com quem tapava, ao penetrar homem livre, no mundo que queria livre". "(...) depois de acentuar que «não pode viver e desenvolver-se um povo isolado das grandes preocupações intelectuais do seu tempo», (...)preocupando-nos sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos". "Estudar as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa". "(...)que, deixando o lirismo individualista, pretende ser «a voz da revolução», segundo a fórmula de Antero, instrumento de luta contra o obscurantismo e a servidão do homem, (...)".	Parcial	Não identificado	Censura Cultural	Autor identificado	Nacional
25/07/1970	"Festival ou Coisa Que Tal"	"O caso que vemos a cada momento, nos mais variados quadrantes desta lusa terra, drapejarem bandeira, estoirarem foguetórios, saltarem luminárias, desfilarem arquinhos e balões, esgoelarem.se sem frio legiões de patuscos de ambos os sexos, que parecem convencidos de estarem a contribuir para a salvação da Pátria. Isto seria divertido se não fosse ridículo e um tanto sórdido".	Total	Crónica	Censura Cultural	Autor não identificado	Não identificado

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

01/08/1970	"Despedimentos e subsídios"	"O recente despedimento colectivo de cerca de 600 operários de uma empresa de fiação e tecidos, em Xabregas, chamou de novo a atenção para a crise que afecta a indústria têxtil portuguesa". "Na verdade, o quantitativo semanal destes subsídios corresponde a quatro dias de trabalho e é atribuído durante períodos máximos de 180 dias, 360 dias e até ao limite de idade, conforme o trabalhador despedido tiver respectivamente menos de 50 anos, mais de 50 anos ou mais de 60 anos de idade".	Total	Notícia	Censura Laboral	Autor identificado	Regional
29/08/1970	"Requem pelo Parque Mayer"	"(...) falso covil de aprendizes de «gangsters» e traficantes de droga (...)". "(...) os verdadeiros «gangsters» e traficantes de droga, os contrabandistas de alto coturno e nível internacional substituirão aquele arredo de «basfond» lisboeta".	Parcial	Crónica	Censura Moral	Autor identificado	Nacional
29/08/1970	"O Longo, chato verão"	"Já é vontade competir coma televisão em matéria de raridade arqueológicas!".	Parcial	Crónica	Censura Cultural	Autor identificado	Nacional
29/08/1970	"Nota Semanal"	"Anos e anos de impunidade quase institucionalizaram o sistema. O favor, a proteção, o empurrãozinho, o paternal fechar de olhos, comprovam-se e vendiam-se pelos mais variados preços. Nada que seja impossível, é apenas uma questão de preço".	Total	Nota Semanal	Censura Política	Autor identificado	Regional
29/08/1970	"Spiro Agnew Porta-voz Asiático do «New Way of Death» yankee"	"Na Tailândia, onde a base americana (mais de 4.000 homens) vai ser desmontada (será pela aproximação dos guerrilheiros?), o principal equipamento a entregar, serão foguetes terra-ar, a instalar, para já, na cintura de Bangkok. Além disto, as outras bases americanas do país, continuarão a funcionar, ao mesmo tempo que se negocia a abertura de um centro de treinamento dos pilotos tailandeses, enquadrados por conselheiros americanos. Na Coreia do Sul, onde a hipótese da retirada alarmou os meios dirigentes, será instalada mais uma esquadrilha de F-104, que irá reforçar a defesa do país frente à «ameaça» do Norte".	Total	Breve	Censura de Guerra	Autor identificado	Internacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

26/09/1970	"Portugal do século XX"	"(...) da Ditadura (...)".	Parcial	Opinião	Censura Política	Autor identificado	Nacional
07/11/1970	"Não ao «Napalm»"	"Esta substância, usada largamente no Vietname pela Força Aérea Americana, é, depois das bombas nucleares, um dos mais atrozes processos de destruição. As queimaduras que provocam são, quase sempre mortais e é frequente observar-se as pessoas atingidas pelo «napalm», quais archotes que se movimentam na noite, correrem desesperadamente à procura de uma salvação que não alcançarão".	Total	Notícia	Censura de Guerra	Autor não identificado	Internacional
21/12/1970	"Igreja: Conflitos abertos"	"Impõe-se, com o rodar da civilização, uma tomada de consciência objectiva frente à série de injustiças que uma humanidade dividida pelos direitos do Poder permite no seio". "A Igreja católica está perante um dilema: ou toma o partido dos oprimidos, que são a maioria, ou continua ligada - por um laço de amor - às estruturas oligárquicas. Ou é a autêntica Igreja de Cristo ou é a Igreja Institucional e inautêntica".	Total	Opinião	Censura Religiosa	Autor identificado	Não identificado
30/01/1971	"Questões prévias a propósito da reforma do ensino"	"É sintomática a atitude do senhor ministro de colocar estas questões prévias à discussão da reforma tão sintomática que nos impele a desde logo os situarmos perante elas. Para encurtar razões digamos desde já que não é nosso propósito, nesta despreziosa nota crítica, criticar tal ou tal medida, sugerir alterações ao organigrama proposto, lamentar que se fique demasiado a quem neste ou naquele ponto. E não o fazemos, não propriamente em nome duma atitude de cepticismo ou de contestação pela contestação, mas porque legamos poder apontar novas vias, justificando-as por uma análise política de realidade portuguesa e dos impasses inerente a uma linha reformista no contexto actual".	Total	Opinião	Censura Educacional	Autor identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

27/02/1971	"Absolvido o pároco de Maceira de Lixa"	"Pela leitura do acórdão verificou-se que o Tribunal não reconhecia a prática de actividades subversivas, cuja acusação impedia sobre o sacerdote, não dando como provado que o réu tivesse intenção de perturbar a ordem pública, particularmente a população de Maceira de Lixa, tendo, antes procurado estabelecer uma proximidade com a população da sua paróquia, tentando criar uma cooperativa e reunido os trabalhadores e que o réu sempre respeitou as Leis e desenvolveu grande esforço para alcançar entre o povo um ambiente de fraternidade. Da mesma maneira, não foi provado que o réu tivesse incitado à deserção um cabo do exército português. Assim, o Tribunal julgou improcedente e não provada toda a acusação e o réu foi absolvido".	Total	Notícia	Censura Judicial	Autor não identificado	Regional
27/02/1971	"O Sr.P"	"1. O rei morreu. Viva o rei! É possível que se diga qualquer coisa semelhante quando morrer (perdão, falecer) o senhor nem alto nem baixo, mas de barriga um tanto proeminente, o senhor P., diante do qual os escriturários e as dactilógrafas se curvam, aterrorizados, pedindo desculpa por terem chegado cinco minutos depois das nove". "O sr. P., - ouçam, ó difamadores - até se levanta para receber os subordinados (os que têm acesso ao Grande Gabinete), até aperta a mão aos zés-ninguéns, até diz bom dia à maralha, e boa tarde e boa noite e boa manhã e bom tudo. O sr. P. - sim, o sr. P. - interessa-se, mesmo, pelos problemas que afligem a Humanidade e, obviamente, os operários da fábrica. Os bairros da lata. A poluição. As doenças Cardíacas, O cancro. A ficção científica. A arte. A chuva congelada. Em suma, o problema de haver problemas".	Total	Crónica	Censura Política	Autor identificado	Nacional
10/04/1971	"Empregados e Operários"	"Gradualmente, assiste-se à proletarização dos empregados nos quadros, em dois níveis principais: das reivindicações sindicais; da natureza dos interesses a defender em relação aos dos operários".	Total	Notícia	Censura Laboral	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

29/05/1971	"Direitos do Homem"	<p>"Em três resoluções referentes à juventude, a comissão convida os Estados a não adoptarem medidas repressivas contra os jovens que protestam legalmente contra a guerra de agressão, a opressão colonial estrangeira, o racismo ou o <i>apartheid</i>, nem contra os homens que lutam pela paz, pela libertação nacional e social e pelos direitos do Homem e as liberdades fundamentais. A comissão convida ainda os governos a fornecerem-lhes informações sobre as legislações nacionais e outras medidas e práticas respeitantes à objecção de consciência ao serviço militar e os serviços previstos em substituição deste. Finalmente, a comissão pede igualmente aos Estados que a reformem sobre a maneira como os direitos do Homem são ensinados na Universidade".</p>	Parcial	Notícia	Censura Social	Autor não identificado	Não identificado
12/06/1971	"À volta da justa causa de despedimento"	<p>"No contrato de trabalho há sempre um conjunto de direitos e deveres que formam aquilo que alguns autores chamam a relação de trabalho. Nesta relação, estariam envolvidas obrigações diferentes das prestações contratuais - a actividade do trabalhador e o salário fixo - e assim, patrão e trabalhador por força dessas relações de trabalho, formariam uma comunidade de interesses que o contrato tinha posto em marcha. Também se exprime esta ideia dizendo-se que o contrato de trabalho exige relações de mútua confiança e colaboração. Na minha opinião, esta forma de encarar o controlo de trabalho destina-se, simplesmente, a iludir o trabalhador e a escamotear o aspecto fundamental do contrato de trabalho: ilude, ou tenta iludir o trabalhador, fazendo-lhe crer que ele celebrou um contrato como qualquer outro - presto o trabalho em troca do salário - mas que, além disso, ligados ao contrato há outros aspectos (confiança, colaboração, comunidade de interesses) que embora não façam parte dele lhe dão um tom de sociedade pessoal e de relações humanas que o distingue de todos os outros contratos". "(...) as condições e requisitos básicos para se considerar que há justa causa de despedimento: a) Não é por se verificar um facto ou circunstância grave que há imediatamente direito a despedir com justa causa; b) Tem de se analisar a situação concreta de acordo com os critérios expressos no artigo 104º citado para se verificar a gravidade do facto ou situação; c) Há que decidir</p>	Total	Opinião	Censura Laboral	Autor identificado	Não identificado

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p>«quando o estado de premência (ou urgência) no despedimento, seja de decidir mais importante que os interesses opostos de premência do contrato» (...). "d) A impossibilidade de continuar o contrato tem de ser imediata, mas não instantânea. Quem dispõe da justa causa não é obrigado a apresentá-la imediatamente, mas não pode adiar por muito tempo a sua invocação para pôr termo ao contrato (...). e) Se uma das partes no «contrato» tem justa causa para e despedir, deverá comunicá-la à outra parte por forma inequívoca, isto é, que não deixe dúvidas de que se quer despedir por estas e estas razões".</p>					
03/07/1971	"Uma biografia exemplar"	<p>"(...) EXEMPLAR". "(...) cuja a biografia é exemplar (...)". "(...) um sentimento de culpa cada vez mais doloroso foi-se apossando dele. A sua contribuição pessoal para a guerra do Vietname tornou-se um fardo demasiado para a sua consciência. Mas, não sendo um fraco, não se deixou cair em passividades aniquilatórias, nem em desesperos vãos". "Chamamos exemplar à biografia de Ellsberg. Na verdade, estamos perante o exemplo típico do tecnocrata que, desconhecendo inteiramente a realidade dos factos, isolando-se dos problemas vivos, baseando-se apenas em fichas, relatórios e números, se coloca ao serviço de uma guerra, sem sentir a necessidade de saber se é justa ou injusta. Posto, porém, em contacto directo e vivo com os problemas, cedo compreende de que lado estão a razão e a justiça. E passa a agir em conformidade com a experiência viva que adquiriu. O caso Ellsberg ilustra bem os perigos que a burocratização de decisões tão vitais como as de fazer uma guerra ou promover a paz pode conduzir as sociedades humanas do presente".</p>	Parcial	Perfil	Censura Política	Autor identificado	Internacional
02/10/1971	"Alpiarça: Um grémio da Lavoura activo"	<p>"Na sequência de várias diligências feitas pelo Grémio da Lavoura da Alpiarça secundado pela Golegã e Chamusca, uma assembleia geral com a seguinte ordem de trabalho: 1. Dar conhecimento das notícias sugeridas ao Governo da Nação para debelar a CRISE do vinho, em reunião feita em Santarém com a presença dos Sr. Governador Civil de Santarém, Presidente da Federação dos Grémios da Lavoura do Ribatejo, Presidente da</p>	Total	Reportagem	Censura Política	Autor não identificado	Regional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		Comissão de Desenvolvimento do Vale do Tejo, alguns deputados pelo círculo de Santarém, e Presidentes dos Grémios da Lavoura federados;".					
02/10/1971	"Carta ao Presidente da Associação Industrial Portuguesa"	<i>"Diz na dele, o presidente que as empresas industriais estão a sofrer o impacto do complexo condicionalismo em que vivemos. A tal «espiral inflacionista» que tanto preocupa o Secretário de Estado de Trabalho e Previdência. Mas o (...)"</i> . "Esta carta do elemento mais responsável da A.I.P., surge numa altura em que se acentua a crise económica de diversos sectores, em que tem entrado em Portugal ao serviço das grandes empresas, grandes contingentes de cabo-verdianos. e em que portanto a grande indústria em Portugal ensaia novos métodos de aumentar a oferta de trabalho e de estabilizar os salários. Continuará a ser a mão-de-obra barata, a única base «para sustentar posições favoráveis no mercado internacional?»"	Parcial	Carta do leitor	Censura Laboral	Autor não identificado	Nacional
13/11/1971	"Alguns aspectos da altas dos preços"	"ALGUNS ASPECTOS DA ALTA DOS PREÇOS". "No caso português, para além das remessas dos emigrantes, das despesas dos turistas, da inflação importada e da especulação do grande grossista, não se pode ocultar, como principal, aquelas despesas não reprodutivas que atingem 40% do orçamento ordinário do Estado e 60% do orçamento extraordinário, ou seja, 43,2% do total. E desviará também a atenção para falsos problemas o «estudioso» que não tenha em contra o crédito ao consumo, o crescimento da dívida pública, a tributação fiscal de tipo indirecto (não nos podemos esquecer que já no princípio deste anos houve um agravamento do imposto de trasacções) e os preços de monopólio alguns mais altos que os internacionais (açúcar, óleo, gás de queima, produtos siderúrgicos, etc.) outros mais baixos, mas com (como são monopólio) poderão, em face do aumento do custo, ser alterados e transferidos, como mostra o caso recente aumento da água. E para os produtos agrícolas temos ainda a crise da agricultura e o alto custo do ineficiente sistema de transportes que onera e dificulta o abastecimento dos grandes centros".	Total	Crónica	Censura Económica	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

27/11/1971	"Alguns aspectos da altas dos preços"	<p>"AIGUNS ASPECTOS DA ALTA DOS PREÇOS". "Por um lado, o aumento da composição orgânica do capital exerce pressão sobre as taxas de «mais valia» e portanto sobre as «margens» de lucro, por outro as condições de concorrência intermonopolistas aceleradas conduzem a sobrecapacidade de produção, amortizações aceleradas e à necessidade crescente do financiamento público e semi-público da produção dos grandes grupos empresariais privados, encontrando-se esta tendência reforçada pelas condições do desenvolvimento do capitalismo monopolista do Estado. O financiamento público da produção acentua as tendências inflacionistas, agravadas pela concorrência internacional, exportação dum vasto sistema de crédito à escala internacional de difícil controlo de que são testemunho, pro exemplo, os eurodólares". "A inflação generalizada conduz também a uma ilusão monetária, não só pela apreciação da marcha global dos negócios como no aumento do poder de comprar provocado pelos aumentos de salários nominais que rapidamente são «engolidos» pela subida de preços. É que a inflação não deixa de ser uma poupança forçada a injusta que recai sobretudo sobre os que têm uma única fonte de rendimento a força de trabalho".</p>	Total	Crónica	Censura Económica	Autor não identificado	Nacional
08/01/1972	"Internacional: O livro de Cuba"	<p>"Neste último domínio, «o livro em toda a parte» tem sido palavra de ordem que «constitui uma medida adequada e uma vontade séria de fazer chegar a fonte da cultura a todo o lado»". "Entre outros, a direcção da rede bibliotecária iniciou um método singular para que os livros cheguem a zonas remotas a fim de que toda a gente tenha acesso a esse tesouro: o «bibliobús». Actualmente funcionam seis em Cuba. Esta bibliotecas ambulantes têm itinerário fixo que realizam com pontualidade cronométrica, o que permite um controle exacto sobre os livros emprestados e que, regularmente, os leitores que vivem em fazendas remotas, em zonas afastadas dos centros urbanos, tenham oportunidade de renovar o seu material de leitura". "A província de Maazanas apresentou à Direcção Nacional das Bibliotecas uma iniciativa que meses depois pôr em prática em todo o país: facilitam livros às barbearias e aos cabeleireiros".</p>	Total	Notícia	Censura Cultural	Autor não identificado	Internacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

04/03/1972	"Crítica de Televisão Contestar os ausentes"	"Palavras que a Rádio Televisão Portuguesa, visceralmente hostil a todos os sectores da crítica, terá acolhido com palminiras de contente". "O que não lhe terá custado muito".	Parcial	Breve	Censura Cultural	Autor não identificado	Nacional
04/03/1972	"Angela Davis, libertada"	"(...) proclama-se comunista e ultrapassa, por isso, as duas primeiras situações, inscrevendo-as num contexto global, que (...)".	Parcial	Notícia	Censura Política	Autor não identificado	Internacional
18/03/1972	"Mulher"	"Ser mulher não significa transportar um sexo que todos julgam apetecível e bambolear as coxas como quem pretende agradar. Ser mulher não significa despir o hábito que cada qual cospe para cima do nosso corpo e ficar à espera que o amor cai do céu. Ser mulher não significa subjugação. Ser mulher não significa aquilo que os homens querem que signifique, mas significa aquilo que nós quisermos que realmente signifique que". "Hoje, precisamos inventar o nosso destino, com a urgência que os nossos filhos requerem e a nossa situação histórico-social impõe".	Total	Crónica	Censura Moral	Autor identificado	Não identificado
18/03/1972	"Cinema Impossível"	"No mesmo programa pode ainda ver-se «Les Chemins du Sud», um documento extraordinário sobre a batalha dos transportes nas regiões libertadas e nas zonas de combate do Vietname do Sul. Também o cinema do Vietname do Norte se faz representar com a média metragem «Vin Linh, la Forteresse d'Acier», rodada ao norte do paralelo 17º no sector mais bombardeado do Vietname. Aí, durante mil noite e mil dias, as bombas e os obuses conjugados da aviação USA, da 7ª Esquadra e das baterias de artilharia com bases do outro lado da linha de demarcação, despejam 7 toneladas de aço em média por habitante. Para escapar ao inferno e continuar a viver, Vin Linh refugiou-se no interior da terra. Lá nasceram crianças que nunca viram a luz do sol. É esta epopeia contada por este último filme".	Total	Crónica	Censura Cultural	Autor não identificado	Internacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

25/03/1972	"Crónica da Província: Arouca não viu as «misses»"	<p>"Quando li num jornal que os arouquenses não viram o festivalejo da eleição das «misses», ainda pensei que tivesse sido por desacordo com tão deprimente espectáculo. Mas não! Não era pelos menos motivos que levaram um grupo de jovens a manifestarem-se, junto ao Casino do Estoril, antes do espectáculo, exibindo cartazes de protesto com os dizeres: «Não queremos este tipo de promoção», «Não à coisificação da mulher», «Raparigas não são mercadoria turística», "Queremos respeito pela dignidade da mulher», etc.". "Arouca queria ver «gente nova e bonita». (Pelos vistos, em Arouca, deve haver apenas gente idosa... efeitos da emigração?). "À província chegou a exibição de meninas em fato de banho! Porquê? E para quê? (Ouvi falar em desemprego. Será aquilo um emprego ou, para fins de emprego!?). Este espectáculo, sinónimo de uma sociedade decadente, estaria condenado a limitar-se, apenas, a uma elite, «borolenta da burguesa. (...) Não se ser provinciano é imitar as «saloísses» da capital provinciana deste país de provincianos".</p>	Total	Crónica	Censura Moral	Autor identificado	Regional
08/04/1972	"Quem está interessado numa cultura popular criadora e participante"	<p>"(...) QUEM ESTÁ INTERESSADO NUMA CULTURA POPULAR CRIADORA E PARTICIPANTE?". "(...) e consonância de objectivos por parte daqueles que, momentaneamente, são responsáveis pelo progresso cultural do País". "(...) e do alheamento para não se empregar outro termo, de instituições que proclamam ter por finalidade o fomento artístico e a elevação cultural das populações". "(...) ostracizada, à margem do mundo e da vida e (...)". "(...) quase em estado de coma (...) e em que pessoas de responsabilidade agradecem a meninas de pernas bonitas o facto de estas terem dignificado as raparigas da sua terra exibindo as pernas num casino?» Mas também se deve acrescentar que quando essa sonolência é, enfim, agitada, e meia dúzia ou um cento de pessoas decidem trazer para outros horizontes e outros sentidos de vida os seus concidadãos, tudo se passa como se houvesse o propósito de manter ad aeternum o estado de coma". "(...) por que, por princípio, tinha o dever de apoiá-las e estimulá-las. Afinal, tudo isto nos coloca de novo e sempre no cerne do mesmo problema: quem está interessado numa autêntica elevação cultural das populações? Quem está interessado em que elas sejam</p>	Parcial	Opinião	Censura Cultural	Autor identificado	Regional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		participantes, criadoras, donas dos seus horizontes e destinos? E o que é necessário alterar para que a letargia desapareça duma vez para sempre?". "Será ainda uma afirmação frente à atrofia, à iniquidade, à despersonalização massiva instilada pela sociedade de consumo com o seu teatro convencional regrado, fabricado, e embalado - digestivo de uma classe e clausura mental de outra".					
15/04/1972	"O «homem europeu»"	"O «homem europeu»". "Mas, o que não é completamente contraditório, a construção desta Europa se choca também com as tradições nacionais, com o carácter nacional dos povos e dos indivíduos formados pela história, a prática social, a cultura, próprios a cada um deles. E porque estas sobrevivências, longe de serem anacrónicas, constituem um obstáculo à edificação de uma entidade totalmente arbitrária visto que não é nem uma nação nem uma «pátria europeia» (...)". "Notaremos primeiramente que este «homem europeu» não pode ser uma espécie limitada somente aos países da nova comunidade".	Total	Opinião	Censura Política	Autor identificado	Internacional
15/04/1972	"Temas de juventude"	"1- O conceito de Juventude define-se mais por um critério cronológico do que por um critério ideológico, embora quando vulgarmente se fale em «juventude de hoje» predomine uma carga ideológica, entendida como ruptura em relação a determinados «valores» tradicionais - a nova geração, em oposição à velha geração. 2- Isso não permite que meta no mesmo saco as diferentes camadas de jovens, socialmente estratificadas, pois que estas se individualizam pela sua situação no sistema económico-social: juventude trabalhadora, de um lado, e juventude não trabalhadora, do outro". "4- As aspirações da maioria da juventude consciencializada podem resumir-se, a longo (ou a curto) prazo, numa sociedade LIVRE e IGUALITÁRIA - em que o Homem, ou o Jovem, venha pelo que realmente é e não pelo que tem".	Total	Opinião	Censura Social	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

06/05/1972	"Inquietação explicável"	<p>"É evidente que as rendas de casa sobrem vertiginosamente e em livre especulação; que, nem por isso, a habitação é garantida na sua conservação, nem a integridade e estabilidade dos lares, assegurada. Contudo, o problema volta a ser colocado a partir da permissão do aumento, quando seria pela repressão da especulação, que se deveria começar. Ocultar-se na expressão «de apagar a nódoa da injustiça» a falsa base da pretensão, aumentado uma nódoa muito mais grave que é a impossibilidade económica de se arrendar casa para habitar. E oculta-se porque pretende colocar em lugar primacial as rendas antigas, quem em muitos casos correspondem a casas decadentes e desactualizadas, deixando sem solução as rendas especulativas".</p>	Total	Carta do leitor	Censura Social	Autor identificado	Nacional
06/05/1972	"Reflexões de um grupo de cristãos"	<p>"2- É com esta atitude de fé e de esperança que olhamos para a sociedade em que vivemos. Reconhecemos que nela existem situações de injustiça, violência e opressão contras as quais estamos dispostos a lutar. (...) Vemos nestes mecanismos e forças, razões de imobilismo e estagnação do povo, e indirectamente, factores que perpetuam situações de opressão e injustiça, que cremos, ser nosso dever denunciar e ultrapassar".</p> <p>"5- Em relação à sociedade portuguesa, queremos participar na criação de condições para uma transformação profunda, que torne possível a curto prazo: a) assegurar a todos os homens iguais oportunidades de acesso ao progresso material, à saúde, à educação e cultural, à habitação, à justiça e à segurança social; b) garantir a participação concreta de todos os portugueses no processo de desenvolvimento, na gestão económica e na organização da sociedade; c) colocar no governo das instituições ou na gestão dos serviços os mais capazes, de pôr termo imediato às situações de privilégio baseadas no dinheiro, no nome ou nas conveniências políticas de circunstância; d) fazer existir uma Imprensa livre e responsável, devidamente defendida dos abusos do poder económico ou de grupos políticos; e) permitir o acesso de todos à cultura e à sua expressão livre postas ao serviço dos homens e não dos sistemas; (...) j) pôr termo à guerra, procurando activamente soluções que, rapidamente, façam a paz. (...)".</p>	Total	Opinião	Censura Social	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

20/05/1972	"Vietname na palavra das paredes"	"O soldado americano é também uma das vítimas do imperialismo «yankee». Ideias vagas: a «monstruosidade» do comunismo, a «beleza» da defesa da pátria... Um moço de 19 anos, destinado a carne de canhão numa guerra que não entende, que não deseja e que não ganha. Um moço que, quando regressa, regressa mutilado, neurótico ou envelhecido".	Total	Breve	Censura de Guerra	Autor não identificado	Internacional
20/05/1972	"Um negro e um branco em Chicago"	" Quais os vossos maiores problemas na fábrica? Existem muitas reivindicações, sobretudo neste momento. Principalmente no que se refere aos despedidos. Nós queremos obrigar à sua reintegração. Nós queremos acabar com o actual estado de coisas porque é desvantajoso para os negros, como lhe posso provar com números. Nós somos, em tudo e para tudo, como parente pobres. Para o salário, para a habitação, para a escola; até mesmo no supermercado nos vendem as coisas mais ordinárias mais caras que as coisas em bom estado. Ser negro é como uma praga... e não devia ser assim. Que nós somos todos homens e mulheres. E sobre a guerra do Vietname, que pensa você? É preciso deixar que os outros vivam como entenderem. Eu, por exemplo, sinto-me muito mais próximo dos pobres vietnamitas do que dos meus patrões americanos. (...) ora, tudo o que eles pedem, é que lhes façam justiça, que lhes reconheçam os elementares direitos humanos".	Parcial	Entrevista	Censura Social	Autor identificado	Internacional
17/06/1972	"Ainda sobre «Associações, Jornais, Mafias e Cª"	"Em fins de 1970, quando foi criado o jornal «O Salto», a situação era caracterizada pela existência de algumas associações de trabalhadores isoladas umas das outras e por uma poderosa investida dos jornais e associações ligadas aos bancos com fins de controlar e dominar as associações já existentes e criar outras. É desta maneira que os agentes da ANPF oferecem subsídios aos clubes existentes em França. É com o mesmo fim que na Holanda o consulado e os bancos criam Casas Portuguesas em Amesterdão e em Haia e um Centro Português em Roterdão. Na Alemanha e Luxemburgo o sistema também não tinha grandes variações. É contra estes interesses que «O salto» no seu primeiro número (Novembro de 1970), define a necessidade da criação de um Movimento dos	Total	Opinião	Censura Laboral	Autor identificado	Internacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		Trabalhadores Portugueses Emigrados que unificasse as massas emigradas. Simultaneamente, na Holand, associação Resistência e Trabalho lança um jornal com a mesma função («Novo Rumo»).					
24/06/1972	"Caça: Intensifica-se a espoliação desta riqueza"	<p>"(...) após a morte do louco Sebastião em Alcácer Quibir" (...). "Desaparecida a fidalguia, erradamente chamada de sangue, segue-se a do dinheiro, criada para substituir a venal, vendida ao estrangeiro, mas convenhamos que em certos casos esta não se portou de maneira muito diversa daquela". "(...) onde só a fidalguia podia caçar, como hoje, está a acontecer, (...)". "seja a caça, constituída segundo o regulamento respectivo vigente, «ocupação ou apreensão de animais bravios que se encontrem em estado de liberdade natural e que não vivam habitualmente sob as águas» «res nullius» ou «res nationis», o que é certo, irrefragavelmente certo, é que as classes economicamente desse bem comum da população portuguesa por alguns escassos milhares de pessoas opiparamente instaladas na vida". "(...) pois o esbulho praticado é em tudo semelhante ao que se passava nos países onde o influxo feudal se patenteava exuberantemente". "A que obedece a febre intensa de extorquir ao pobre esta riqueza se entre nós não vigora nem nunca vigorou o sistema feudal? (...) pelo esbulho que permite (...)". "(...) em benefício exclusivo das pessoas ricas. (...) quando não tinham inimigos a combater ou rivalidades a dirimir (...)". "(...) hoje enxameia-se o continente desses sucessores dos tempos medievos". "(...) os nobres e a terra privilegiada frequentemente faziam má sombra às classes trabalhadoras, pelo uso e abuso dos seus privilégios. Qual a diferença encontrada entre os coutos de antanho e os de hoje? Esperemos, pois, confinados, que uma indigestão de esbulho da caça às classes pobres faça terminar o egoísmo que em astronómico grau de patenteia para que toda a gente sem excepção possa usufruir uma riqueza que, por ser pública e nacional, a todos igualmente pertence. Aspectos que alguns «profetas» nos apontam como sendo prática corrente em certos países europeus, não nos interessam, até porque, e talvez mesmo por isso, o que for excelente para um país pode ser detestável para outros. Porque não imitam os defensores do açambarcamento da caça nesses tais países o que ali se passa com as remunerações a quem trabalha? (...) social</p>	Parcial	Opinião	Censura Social	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		(...) o seu açambarcamento por parte de algumas pessoas só porque estão bem instaladas na vida". (...) revendo-o à luz da Justiça que assiste aos espoliados".					
08/07/1972	"Dez milhões de contos de "atrasos" - II"	"Facilmente se conclui que nestas palavras de representante das Associações Económicas no Conselho Legislativo da Angola está contida a resposta à pergunta que atrás fizemos e que era: - Porque será a Balança de Pagamentos de Angola coma Metrópole apresenta elevados saldos negativos, enquanto que a com o Estrangeiro revela anualmente sempre crescentes saldos positivos? - A resposta só pode ser a seguinte: +porque além de uma dependência económica existe uma diferença política que, para utilizar as palavras do representante das Associações Económicas no Conselho Legislativo, «leva Angola a comprar por 10 aquilo que poderia obter por 5 e a vender por 5 aquilo que poderia fazer por 10»".	Total	Opinião	Censura Económica	Autor identificado	Internacional
15/07/1972	"Pagamento de férias a professores"	"a) (...), b) (...), c) «Todos os professores deveriam ter direito a férias anuais de duração suficiente, integralmente pagas» (Recomendação da Conferência Especial sobre a situação dos professores, UNESCO, Paris, 1966, d) (...), e) (...) e acusando a arbitrariedade do Decreto 331/71, os Professores do Ensino Secundário reclamam com insatisfação acrescida um dos seus direitos: (...) urgente (...). Só respeito mútuo, expresso em justiça, possibilita qualquer diálogo e colaboração. Somente quando tratamos com dignidade teremos condições para dignificar também a profissão".	Parcial	Não identificado	Censura Educacional	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

12/08/1972	"A igreja e os tecnocratas ou sobre as limitações de acesso à Universidade Católica Portuguesa"	"A IGREJA E OS TECNOCRATAS OU SOBRE AS LIMITAÇÕES DE ACESSO À UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA". "PORQUÊ? 1. No nosso país, o poder eclesiástico está unido ao poder económico e ao poder político por interesses comuns. A U.C.P., é claro, identificar-se-á em tudo com a Igreja (no que diz respeito às suas relações com o económico e o político, portanto). e o resultado mais recente é este: tem de ir ao encontro das actuais tendências tecnocratas do capitalismo português. Naturalíssimo, então, que seja dada prioridade às ciências empresariais, porque isto é a consequência-sintoma da aliança da Igreja com o sistema estabelecido e, naquilo que possa representar conformismo, é, ao mesmo tempo, uma contrapartida aos interesses do episcopado. Assim, é-se. desde já levado a pôr em causa a objectividade e a independência no ensino das Ciências Humanas ou das suas aplicações utilitaristas. Como se não bastara a pressão religiosa, ter-se-á também pressões políticas e económicas e «interpretar» o homem e o que lhe diz respeito".	Total	Opinião	Censura Política	Autor identificado	Nacional
18/08/1972	«Nixon Rounds» a nova partilha	"(...) imperialistas (...)". "(...) inter-imperialistas e muito particularmente as relações (...). (...) com o fim da guerra do Ultramar, as novas relações com os países socialistas, a coexistência pacífica, etc. (...)". "(...) à margem e à custa dos trabalhadores".	Parcial	Notícia	Censura Política	Autor identificado	Internacional
18/08/1972	"Direito a Férias: Pois Sim!"	"(...) POIS SIM!". "Só que são sempre melhores as férias dos que as adquirem à custa do trabalho dos outros. O mesmo é dizer (...)". "(...) grandemente (...)".	Parcial	Notícia	Censura Laboral	Autor não identificado	Nacional
26/08/1972	"Elementos para a história da reacção camponesa à ocupação dos baldios, na freguesia de Préstimo"	"(...) DA REACÇÃO CAMPONESA À OCUPAÇÃO (...)". "(...) arbitrária (...) reivindicativa dos camponeses (...)". "(...) e a consequente reacção popular, como manifestação (em acto e em potência) de um certo espírito de iniciativa que muito contribui para elevar o nível de consciência de certas camadas da classe rural". "(...) respeitamos a uma freguesia do concelho de Águeda que iniciou o seu movimento reivindicativo por volta de 1940". "Por isso, depois de amplamente deliberada e discutida em duas sessões extraordinárias, foi enviada em	Parcial	Carta do leitor	Censura Laboral	Autor identificado	Regional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p><i>Julho de 1971, ao Presidente do Conselho, a exposição que se segue, assinada por cerca de 700 moradores da freguesia do Préstimo: Sr. Presidente do Conselho de Ministros, Excelência: O povo da freguesia do Préstimo, concelho de Águeda, distrito de Aveiro, constituído por todos os signatários, vem expor e requerer a V. Ex.^a o seguinte: 1. A nossa freguesia compõe-se de cerca de 21 povoações e tem mais de trezentos fogos, de acordo com o último recenseamento efectuado. Situado em plena Serrania, evidente se torna que os seus habitantes só poderão ter como principais recursos ou a pastorícia ou a exploração florestal, ao lado do rotineiro amanho das terras. No entanto verificamos que desde há mais de 30 anos o povo é obrigado, na sua maior parte, a dedicar-se quase exclusivamente ao ingrato cultivo das leiras de terreno arável, sobretudo do vinho e dos cereais. E porquê, perguntamos?</i></p> <p><i>2. Antes da penetração dos Serviços Florestais, todo o terreno da freguesia era apropriado e aproveitado individual ou colectivamente. O baldio era propriedade colectiva de todo o povo que habitava esta circunscrição. E desde tempos imemoriais, como se diz numa exposição feita em 1941, os habitantes da freguesia dispunham de extensas áreas de baldio, onde livremente apascentavam rebanhos, extraíam pedra e saibro, colhiam lenhas e matos para estramação de terrenos lavrados, exploravam águas e constituíam muitas servidões de passagem para prédios particulares encravados. A própria Junta podia dispor, a requerimentos dos particulares, de terrenos baldios que por estes eram destinados a lavradio ou mesmo a exploração florestal, embora na altura esta fosse bastante limitada por falta da procura de madeira de eucalipto e pinheiro que se verificou posteriormente.</i></p> <p><i>3. Além do vinho e dos cereais, o grande recurso era a criação de gado: Milhares de cabeças pastavam livremente em terreno baldio, sem peias de qualquer espécie. Dos rebanhos vinha a carne, o leite, o queijo, a lã para o vestuário e ainda o pecúlio que resultava da venda das crias. Embora de menos importância, temos a acrescentar também a apicultura e a exploração do carvão de madeira, ambas com base na usufruição colectiva do baldio. Uma economia local que se bastava mais ou menos a si própria, portanto.</i></p> <p><i>4. Quando e como penetraram os Serviços Florestais? Por volta</i></p>					
--	--	--	--	--	--	--	--

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p><i>do ano de 1936 um funcionário daquele organismo pediu alojamento na habitação do secretário da Junta daquele tempo. Aos poucos, e à custa de falsas promessas, foi conseguindo todos os elementos necessários que permitiriam uma tática de exploração florestal. Dentro em breve, sem qualquer delimitação prévia os Serviços Florestais começavam a ocupar as faixas de badio, primeiro distanciados das povoações para não criarem atritos, e ultimamente tão perto que as vão asfixiando. Como se relata numa exposição ao Governador Civil de Aveiro há cerca de 15 anos, «começaram os Serviços Florestais a fazer a sementeira de penisco antes de demarcado o perímetro florestal, isto é, começaram do fim para o princípio».</i></p> <p><i>5. Da simples arborização do que estava inculto até á usurpação de propriedade particulares foi um passo. E o extenso rol de injustiças praticadas marcou definitivamente a presença dos Serviços Florestais, como adiantes referimos. O povo sempre reclamou, quer individualmente, quer em grupo, quer ainda por intermédio da Junta de Freguesia, exigindo uma demarcação justa. Já em 1941 uma exposição indicava especificamente a delimitação a respeitar. Mas de nada valeu. Surgiu uma comissão de demarcação sem garantias de imparcialidade, pois era presidida pelo engenheiro que tinha orientado a florestação, que apenas veio justificar formalmente o que de facto se tinha levado a cabo contra a vontade do povo. Assim o prova a existência de uma reunião magna dos chefes dos chefes de família da freguesia, na ocasião de delimitação, na qual se protestou contra a arbitrariedade dos Serviços Florestais. A injustiça da demarcação foi até ao ponto de as estacas de delimitação provisória serem mudadas diversas vezes, como aconteceu por exmplo em Lourizea, Val do Lobo, Préstimo e A-dos-Ferreiros.</i></p> <p><i>6. Foram flagrantemente violadas as bases IV e V da Lei n.º 1971, de Julho de 1938, que se referem respectivamente às exigências de averiguação dos usos, costumes e regalias dos povos, e de publicação das conclusões dos autos de inquérito, as quais deviam ser postas à reclamação de toda a freguesia. E foi flagrantemente violado aquele sentido de justiça social que todos espontaneamente possuíamos em nós.</i></p> <p><i>7. Vejamos as principais consequências de semelhante regime</i></p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p><i>de exploração florestal: a) Ocupando os Serviços Florestais desenfreadamente o baldio que utilizávamos em comum para apascentar os nossos rebanhos, a primeira e principal consequência foi o desaparecimento da criação de gado e tudo o que dela advém. Aos poucos os rebanhos vão-se reduzindo por falta de pastagens e hoje, praticamente, não existe. Alastram a fome e a miséria. b) Os Serviços Florestais penetraram ao tempo em que a produção de madeira começava a ter uma grande importância económica, subtraindo, pois, ao domínio dos particulares os terrenos e as árvores que lhes serviam de esteio para a vida futura. Não se compreende que, no meio de tanta riqueza florestal, os habitantes que a ela têm direito não usufruam dos rendimentos que lhes caberiam por justiça. Tivemos, portanto, de sucumbir forçosamente ao desaparecimento dos dois grandes recursos que nos cabem pela lei da natureza: a pastorícia e a exploração de florestas. c) Por outro lado, a produtividade das terras diminuiu pela deficiente estruturação do solo, já que nos desapossaram do baldio em que livremente cortávamos os matos que fertilizavam as leiras, depois de utilizados pelo gado. d) Desaparecem também a apicultura e a exploração de carvão de madeira. e) Por tudo isso, por sermos expropriados sem qualquer compensação económica, vimo-nos obrigados ou a permanecer no nosso torrão, submetendo-nos por vezes ao regime do trabalho da indesejada Florestal e sua fraca remuneração, ou a abalar para terras de França, Alemanha, África do Sul, em busca de melhores condições de vida. 8. Actualmente podemos apontar com efeitos indirectos do sistema de exploração dos Serviços Florestais: 1.ª A emigração quase em massa que conduz ao despovoamento gradual de lugares como Carvalhal, Sernadinha, Vale do Lobo e Lourizela, originando mesmo a partida de famílias inteiras para o estrangeiro; 2.ª A falta de melhoramentos locais de acesso e assistência, pois que nunca a Junta desta freguesia participou nos rendimentos obtidos pelos Serviços Florestais à custa das árvores que integram o seu perímetro, sendo este como sabemos, dos mais ricos do distrito. 9. «Para a freguesia do Préstimo o povoamento florestal foi pior que o pior dos terramotos», referia-se já na citada exposição ao Governador Civil de Aveiro. e há já 30 anos, na exposição de</i></p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p><i>1941, se denunciavam as injustiças praticadas pela administração florestal - poucos anos depois da penetração destes Serviços! De então para cá o nosso povo tem vivido verdadeiramente asfixiado, submetido como está, quase sem defesa, às mais diversas prepotências materiais e morais de um organismo de Estado. Desde a ocupação de baldios e a consequente restrição ou eliminação dos direitos e regalias que sobre eles exercíamos, até à expropriação de particulares, abrangendo terrenos e pinheiros e eucaliptos e quintas muradas - tudo isso são factos que podemos seguramente provar.</i></p> <p><i>10. Assim, aos habitantes da Varziela Manuel dos Santos Costa, Aniceto dos Santos, José Simões de Almeida e Maria da Conceição (da Venda Nova) foram-lhes tomados terrenos a pinheiros e eucaliptos situados na Ponte, Portela da Ponte e Vale da Mulher. O mesmo acontecendo aos herdeiros de Albino Dias da Silva e Eduardo Santos, em relação a terrenos que possuíam há mais de 30 anos nos limites do Casal.</i></p> <p><i>11. Os moradores da Cambra Beatriz Soares, Aires Ferreira de Almeida, Manuel Dias Mateus, Edmundo Dias da Silva, Salvador Dias da Silva, José Dias Pereira, Manuel Luís Cancela, Maria Duarte, António Duarte e Palmeirim Duarte foram desapossados de terrenos seus, alguns matriciados, nos sítios da Ribeira, Lomba do Pereiro e Vale das Lajes.</i></p> <p><i>12. O mesmo se passou com os habitantes do Vale do Lobo Manuel José Júnior, Afonso Ferreira Portela, Ernesto Figueiredo, herdeiros de Adelino dos Santos, Manuel Ferreira, herdeiros de Maria Rita, Manuel Martinho, Silvério de Almeida e José Domingues, relativamente a pinhais e eucaliptais, incluindo alguns escriturados e matriciados, nos sítios da Manca, Vale dos Enxertos, Vale do Rego da Água, Vale da Chamuscada e Cabecinho.</i></p> <p><i>13. E com os seguintes moradores da Sernadinha, quanto aos seus terrenos, todos matriciados, situados na Lomba dos Pinheiros, Vale dos Enxertos e Girão da Volta: Manuel Dias, herdeiros de Manuel Domingues, Ângelo Dias, Albano Domingues, Júlio Domingues, Evaristo Marques e herdeiros de Ventura Ferreira Bastos.</i></p> <p><i>14. Na Barrosa, Alberto Ferreira Marques e Cipriano José Duarte possuíam terrenos semeados pelos próprios, alguns com pinheiros já resinados, e foram impedidos de os utilizar como legitimamente lhe caberia depois</i></p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p><i>de terem despendido dinheiro e trabalho nas sementeiras. 15. Também aos habitantes do Préstimo, Fernando Ferreira Bastos, herdeiros de Manuel Fernandes, Manuel Gomes Pereira, herdeiros de Júlio Duarte e de Germano Tavares, Artur Arede, Manuel Tavares, Eugénio Tavares, herdeiros de David Tavares, Manuel Pereira Bastos, herdeiros António Tavares, Manuel Ferreira Bastos, Deolinda Ferreira, herdeiros de Gracinda Ferreira e Prudência de Jesus - foram açambarcados terrenos a pinhal e eucaliptal nos sítios de Covitas, Salgueiras, Vale do Lodeiro, Vale do Grilo e Vale do Esqueiro. 16. Na Chouzinha ficaram sem os seus terrenos, na Lomba da Laje e na Lomba do Penedo, os herdeiros de Alberto Arede e de José Ferreira da Silva e Adelino Arede. 17. Tendo sido igualmente usurpados terrenos situados na Chouza, Cimo da Corga, Mata e Ribeiro pertencentes a Maria de Jesus, António dos Santos, Américo Marques Braga, Joaquim Luís, herdeiros de Bernardino Dias e António dos Santos Tavares, todos do lugar de Carvalhal. 18. O mesmo sucedeu com os habitantes de Lourizela, Bernardino Duarte, Rosalinda Rodrigues, José Varanda, Augusto Vicente, Alfredo dos Santos, Aria Arede, Salvador Arede e Laura Ferreira, em relação aos seus terrenos situados no Cabeço do Naceiro, Vale da Sobreira, Vale das Pousadas, Chão do Ribeiro e noutros lugares. 19. E no lugar do Ventoso foram desapossados de terrenos matriciados Balbina Nunes Pinhão, herdeiros de António Nunes de Almeida e Cipriano e Francisco, José Maria Pinheiro, Manuel Pereira e José Fernandes Araújo. 20. Entre muitos terrenos inventariados de que ilegitimamente fomos expropriados, podemos citar alguns pertencentes a Manuel Fernandes dos Santos e herdeiros de António dos Santos Ferreira, dos Préstimo, e a Custódio Ferreira Martins, de A-dos-Ferreiros. Note-se que os proprietários de todos os terrenos indicados, matriciados e inventariados, pagam ainda contribuição predial, apesar destes lhes terem sido indevidamente usurpados. 21. Fernando Martinho, da Quinta do Pereiro, herdou do sogro Ventura Ferreira da Silva a referida Quinta, que fora por este comprada em tribunal ainda no tempo do rei d. Carlos, como o prova um documento existente. Apesar disso, a comissão de demarcação, decidiu arbitrariamente colocar as estacas dentro</i></p>					
--	--	--	--	--	--	--	--

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p><i>da sua propriedade, subtraindo-lhe mais de 20 hectares de terreno, incluindo lavradio e árvores de fruto. 22. Como este caso, podemos referir quintas e terras cultivadas pertencentes a Aníbal dos Santos, Júlio Domingues, António Vidal, António Lopes Arede, Manuel Pinheiro, João dos Santos, José dos Santos Tavares, Aires Luís, Bernardino Duarte e herdeiros de Manuel Ricardo situados no Marnel, Rio de Maças, Avitoreira, Cabeço de Cão e outros lugares. 23. Foram desapossados de Olivais, até ao ponto de em alguns casos serem impedidos de colher azeitona, em Vale do Lobo, Rio de Maças, Carvalhal, Ventoso, Préstimo e Cambra os seus proprietários Manuel Martinho, Silvério da Almeida, José Maria Arede, herdeiros de Custódia Maria da Rocha, herdeiros de Adelino dos Santos e de Maria Rita, José Lopes Arede, Maria de Jesus, herdeiros de Bernardino Dias, Edmundo Dias e Manuel Luís Cancela. 24. Podemos igualmente denunciar o açambarcamento de numerosos terrenos cultivados a videiras e árvores de fruto que os seus proprietários são impedidos de usufruir. 25. Os Serviços Florestais não respeitaram sequer uma distância mínima entre os marcos e as propriedades particulares, com todos os inconvenientes que daí advêm. Em A-dos-Ferreiros, na Quinta do Carvalho os marcos estão junto às guias das videiras. Cipriano dos Santos, do Vale do Lobo, na sua Quinta do Veludo, tem os marcos a 5 metros dos currais e 15 metros da sua habitação. E dezenas de casos poderíamos referir, frisando que Cabeço de Cão, Vale do Lobo, Ventoso e outros lugares são autênticas ilhotas num oceano verde. Em caso de incêndio quase toda a freguesia corre o risco de ser reduzido a cinza, como, aliás, ia sucedendo há cerca de 2 anos nos lugares de Rio de Maças, Carvalhal e Cabeço de Cão. A povoação das Pousadas nem seque figura no mapa da demarcação florestal. É totalmente considerada como terreno de florestação! 26. Os nomes de funcionários dos Serviços Florestais que mais duramente se nos gravaram na memória são os dos guardas Mendes, Simões e o Eng.º Miguel. Através deles o nosso povo tem suportado humilhações e usurpações de toda a espécie. Muitas injustificadas, impedimentos arbitrários e favoritismo injustos marcam inapagavelmente o domínio dos Serviços Florestais. 27. Ao Alberto Marques da Barrosa foi dada autorização para abrir um caminho próprio e no fim</i></p>					
--	--	--	--	--	--	--	--

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p><i>obrigaram-no a pagar multa. o mesmo pretenderam fazer ao Fernando Martinho, da Quinta do Pereiro, quando este abriu ao longo da sua quinta um caminho para a passagem do gado.</i></p> <p><i>28. Quando se pensou em abrir o caminho que vai da Castanheira ao Vale do Lobo e em consertar a estrada do Vale do Lobo à Serra da Cruzinha, pedimos ao engenheiro silvicultor da Águeda e depois à Direcção-Geral dos Serviços Florestais que nos cedessem alguns pinheiros ao abandono para ocorrer às despesas a efectuar. Mas nem seque fomos atendidos.</i></p> <p><i>29. Finalmente, em Cabeço do Cão foi proibida a utilização de uma nascente em terreno baldio aproveitada inmemorialmente pelo povo para consumo doméstico; Actualmente essas águas são utilizadas pelo guarda florestal na irrigação da sua quinta.</i></p> <p><i>30. em suma, dos Serviços Florestais não pode o povo desta freguesia afirmar que colheu qualquer espécie de benefícios. Antes pelo contrário, como os factos assim o provam. A própria florestação em si, tal como tem sido levada a cabo por aquele organismo, apresenta deficiência que passamos a apontar:</i></p> <p><i>1) Dos caminhos existentes, muitos deles estão quase intransitáveis; 2) Os matos ficam por roçar até bastante tarde, de modo que a sua altura, além de pôr em perigo as árvores semeadas e plantadas, revela bem claramente o abandono a que muitos pinhais são votados; 3) Muitas vezes, as madeiras resultantes da monda permanecem nas matas florestais quase até à putrefacção e só depois são entregues ao povo. 4) Há muitos terrenos cuja cultura se baseia em árvores espontâneas, revelando assim a ausência de uma exploração intensiva; 5) A largura dos aceiros é, por vezes, senão sempre, deficiente para evitar o risco dos incêndios; 6) Finalmente podemos afirmar seguramente que muitos pinhais são totalmente votados ao desperdício, como o atestam a altura dos matos e a ausência de cortes periódicos. «É a riqueza dos país que está aqui abandonada aos pardais» - como acusa um dos queixosos.</i></p> <p><i>31. Poderá V. Ex.^a perguntar porque só agora surgiu tão maciça reacção ao desgoverno dos Serviços Florestais. Nós respondemos. Em primeiro lugar devemos esclarece que desde o início dos trabalhos de exploração florestal, o povo se tem queixado individualmente ou pela sua Junta, contra as injustiças de que tem sido alvo. O Alberto Ferreira Marques, da</i></p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p><i>Barrosa, desde há vinte anos que luta por uma resposta que satisfaça as suas justas reclamações. O mesmo se diga do expároco desta freguesia, que chegou a ser considerado como «índesejado» pelo Eng.º Joaquim Miguel. 32. As exposições têm-se sucedido umas às outras sem conseguirem qualquer solução satisfatória da parte das entidades competentes. Em muitas sessões da Junta têm os nossos chefes da família protestado verbalmente contra o desenfreamento dos Serviços Florestais, sem que isso de alguma coisa nos tenha valido. 33. Por outro lado, o desconhecimento pelas nossas gentes das leis que as governam, muito nos tem prejudicado quando pretendemos fazer vingar os nossos direitos. 34. Ma hoje, mais do que nunca, a precariedade das nossas condições económicas e sociais impõem-nos uma acção firme por aquilo de que tanto necessitamos para viver mais condignamente. 35. O aumento crescente da população local exige mais extensas áreas de terreno para habitação e cultura agrícola e florestal. A terrível crise da agricultura que hoje atravessamos não nos permite um viver mais ou menos desafogado que compense o trabalho nela despendido. E sabemos, finalmente, que, sobretudo hoje, a produção de madeira nos oferece novas perspectivas económicas, devido ao seu largo aproveitamento industrial. 36. Por tudo o que atrás foi exposto, o povo da freguesia do Préstimo, constituído por todos os abaixo assinados, requer a V. Ex.ª o seguinte: 1) Que seja realizado imediatamente um inquérito com garantias de imparcialidade destinado a apurar da veracidade dos factos em questão. 2) Que sejam restituídos aos seus proprietários legítimos todos os bens particulares usurpados pelos Serviços Florestais, designadamente os que atrás se referiam. 3) Que se faça uma revisão total da demarcação florestal conforme a vontade do povo, independentemente do acordo de delimitação anteriormente firmado entre Junta de Freguesia e Florestal, em que tal se não verificou.</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Préstimo, 21 de Julho de 1971.</i></p> <p style="text-align: center;">(Seguem cerca de 700 assinaturas)</p> <p>"Não foi dada qualquer resposta a esta exposição. Mas desta vez, a população não ficou inerte e antes acompanhou atentamente os acontecimentos de Talhadas, trocando exemplos e experiências das duas «frentes» contra os Serviços Florestais. O</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p>que, em grande medida, obrigou as entidades e a estudar mais cuidadosamente o problema, nas suas raízes e nos seus feitos. É assim que, (...)"</p> <p>"Talvez se possa pôr em causa o equilíbrio interno da própria comissão que vai decidir, qualitativa e quantitativamente. Talvez se possa mesmo pretender uma comparação com as antigas comissões de demarcação», que actuaram parcialmente e sem carácter verdadeiramente representativo. O certo, porém, é que a solução definitiva terá hoje maior peso do que teria antes, devido ao apoio mais consciente e massivo do povo camponês expropriado dos seus baldios. Essa solução não poderá, pois, afastar-se muito das aspirações populares durante tantos anos formuladas e repisadas. O tempo o dirá".</p>					
26/08/1972	"Mais olhos que barriga?"	"(...) originando conseqüentemente uma sub alimentação por parte do grande, massa de trabalhadoras. (...) que (também entre ainda são as abastecedoras-operárias-contabilistas dos aglomerados familiares".	Parcial	Não identificado	Censura Social	Autor não identificado	Nacional
09/09/1972	"Um Grupo Social Os estudantes do Ocidente"	"O crescimento do movimento estudantil no Ocidente coloca na ordem do dia a questão da natureza social dos Estudantes, quer no seu aspecto estrutural quer no seu aspecto político e ideológico. A sociologia ocidental está bastante dividida sobre este assunto. Em virtude da diversidade social e da heterogeneidade do movimento estudantil, a análise da sua ideologia em si mesma não nos dá, e não poderia dar-nos, uma resposta a tais questões nem confirmar as hipóteses colocadas".	Parcial	Breve	Censura Educacional	Autor não identificado	Internacional
21/10/1972	"O vale de Vouga às voltas"	"Não se consegue descortinar outra razão para esta atitude inédita, senão como uma tentativa de desarmar a população local na marcha vigorosa de várias reivindicações que se vinham a desenrolar. Contribuiu também, para que num amplo movimento, que se vinha já a desenhar, a pedir a renovação de material circulante, fosse cortado cerce. (...) Matavam-se dois coelhos. Encerrava-se a linha, com óptimo pretexto dos incêndios, poupando-se despesas à CP. Afrouxava-se a	Parcial	Opinião	Censura Social	Autor identificado	Regional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p>movimentação da população local na sua crescente consciencialização de que os problemas locais têm de ser resolvidos colectivamente. Num jornal de Águeda houve já quem levantasse a hipótese do encerramento do Vale do Vouga ter sido premeditado e, o incêndio provocado como pretexto. Por aqui se vê como as mais variadas hipóteses estão a ser postas pelo povo. De notar que o articulista daquele jornal, reside na zona afectada e era utente do comboio".</p>					
28/10/1972	"Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal"	<p>"Causam grande mágoa todos os associados da C.T.P. o encerramento agora decretado pelo Ministério do Interior, desta instituição. A Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal completava em Abril próximo 33 anos de existência, durante os quais prestou assinalados serviços a toda a sua massa associativa, quer no campo económico (primeira fase) quer no campo cultural".</p>	Total	Notícia	Censura Laboral	Autor não identificado	Nacional
11/11/1972	"Este país: Hectares de quem?"	<p>"Espanto de quilómetros sem gente. Silêncio. Hectares de quem?". "Uma recta negra a perder-se nos montes. Alentejo. Pela primeira vez, em dezenas de quilómetros vi: cinco mulheres de negro; uma vestida de cor. Alentejo de luto? «À entrada de Lisboa / choram as mães junto às filhas / Pelos soldados da guerra, / Quando voltaram das ilhas», cantam gentes do Alentejo. Fora da estrada. No trabalho. No campo". "Em dezenas de quilómetros de silêncio. Sem o comboio. Sem camionetas". "Há ali mulheres a ganhar 3\$50 à hora. Às vezes é 4\$00 e 5\$00. (...) Na época da ceifa, quando se canta: «Camponês agricultor / Tu trabalhas todo o ano / Dás produtor ao lavrador.»". "Trabalha à hora de mulher a três mil e quinhentos". "De silêncio. E de abandono. (...) «Eu hei-de ir para a Lisboa / Eu hei-de ir até lá / Em busca duma vida nova / Que busco e não encontro cá», é ainda o povo que canta. (...) dos que se ficam pelos «bidonvilles» dum Alentejo urbano. (...) Silêncio e hectares de quem?".</p>	Parcial	Crónica	Censura Social	Autor não identificado	Regional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

11/11/1972	"«A cama dos comuns» ou de como vendendo castanhas até se pode ser mais útil"	"(...) - amantes e amados da 1ª apanha, (...)". "(...) desumanizada (...); todos os amantes da 1ª apanha (...); (...) democrata sexualiiiiiiiiizinhas (...) nua"; "(...) homossexualidade e prostituição (...)". "(...) dos membros do governo (exemplo a Inglaterra); (...) brincar com a crise da habitação; fazer propaganda da vida de amantes e... (...) mostrar ao público que os seus problemas têm piada? (...) e em aviso: (...)".	Parcial	Não identificado	Censura Moral	Autor identificado	Nacional
18/11/1972	"Ante a inflação e o agravamento da preços das rendas de casa"	"(...9 entre as quais se destaca o congelamento dos salários (...)" "1. O congelamento dos salários, determinado no Decreto-Lei 196/72 limita, ou mesmo estrangula por completo, a actividade específica e principal do S.N.T.D., a que, como é do conhecimento geral e comum a todos os organismos sindicais, se concentra no esforço, bem pesado aliás, permanentemente desenvolvido no sentido de alcançar para os seus filiados cada vez mais elevados níveis de vida através duma mais justa distribuição dos rendimentos, integrada na perspectiva do desenvolvimento global sócio-económico. Mas exctamente na mesma medida em que se exige cada vez mais dos sindicatos a consideração ou a submissão a factores que escapam ao seu «controle» e específica esfera de acção, como decorre do congelamento dos salários, reduzindo a pouco menos de nada a actividade especificamente sindical mais, em contra-partida, se força o alargamento do campo das suas responsabilidades até aqui estreitas mas claramente delimitadas. <i>Se a subida contínua do nível salarial já não constitui meio adequado e consentido para defender a economia dos trabalhadores face à continua alta de preços dos artigos de primeira necessidade, como os referentes à alimentação, e face ao espectro tremendo da inflação incontrolada, como de facto o é, a defesa dos interesses dos trabalhadores terá de passar inevitavelmente pela sua participação directa nas decisões e opções definidas da política sócio-económica da Administração Pública.</i> 2. Dado o carácter controverso que o congelamento de salários assume como meio coercivo tendente a debelar a inflação, afigura-se ter sido preferível minimizar a esperança nele posta confiando-se antes na concretização de medidas indiscutivelmente mais capazes, porque incidentes nas causas determinantes do processo inflacionário, actuando logo após a data em que foram	Parcial	Opinião	Censura Laboral	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p>anunciados, contendo a alta generalizada de preços que desde então não tem cessado, e até fazendo regredir muitos deles para níveis não especulativos. <i>É opinião do S.N.T.D. que confiar-se a contenção do processo inflacionário, como foros de medida relevantes, à redução relativa do poder de comprar da massa de trabalhadores é, não só um recurso que incorre em grave injustiça social, como não é susceptível de lograr o objectivo proposto</i>. "(...) dos trabalhadores (...)". "(...) e cuja a acção, diga-se de passagem, e à luz do que nos é dado constatar, se tem caracterizado até aqui por falta de escala, timidez e ambiguidade doutrinária". <i>Com efeito não faz sentido e ofende até o mais elementar critério de equidade, pretende-se congelar os salários por um lado e, por outro, manteve-se a permissão de aumento de rendimentos de uma classe que já vinha, em sua maioria, desfrutando de lucros excessivos, obtidos em sua maior parte pela prática, há muito denunciada, de preços de renda especulativos</i>". <i>E sendo assim, como decerto o será se tal disposição não for revogada, assistiremos muita uma vez ao apunhalamento do espírito da lei pela traição do seu articulado</i>". "(...) em face do poder, arbitrário na prática de que vêm usufruindo os senhorios". "Precisamente, se a conjuntura obriga à contenção de preços e até de salários é de aguardar o fracasso de mais esta tentativa do senhoriato". "Também, mas já não tão explicitamente, se infere a opinião de ter carecido tão abundantemente actividade de orientação adequada à inserção do problema da habitação na doutrina que informa um Estado, que se reclama de social". "Não se pretendendo pôr em dúvida a bondade e isenção das intenções, urge todavia, em consequência, reconhecer desassombadamente que a inoperância e até a manifesta inadequação dos instrumentos legais, até agora postos em vigor, se deve muito provavelmente (e até porque a competência não é de pôr em causa) a uma perspectiva das problemas que, ela situação sócio-económica do legislador, não tem podido ser coincidente e concordante com aquela que deles tem o trabalhador-inquilino. <i>Nesta hipótese não é verosímil mas muito provavelmente verdadeira, pensa o S.N.T.D. ser imprescindível o conselho e a participação directa dos sindicatos na feitura das leis relativas ao inquilino e das que, decerto muito proximamente, assim se espera, institucionalizarão a política da Habitação Social do Estado</i>".</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

18/11/1972	"Informa não é apenas relatar"	"Diz o conhecido teórico da informação que «informar não é apenas relatar, mas fazer compreender». O estarmos de acordo terá como condições entre outras, o sentido em que são orientados os dados necessários à compreensão dos factos, os interesses que essa orientação vai servir, a preparação profissional e formação ideológica do informador". "(...) a função (...) até meteu tiroteio (...)". "(É mais sintomático que curioso que, em casos como este, tal justificação mereça a prévia aprovação nos exames a que é submetido)". "(...) o que não deixa de ser significativo para um diz-me como quem pensas ...)". "Este tipo de comportamento agressivo, que se desenvolve num quadro tão estruturado, consegue assim abolir, sem no entanto os resolver, os conflitos que de outro de desenvolveriam, com menos inconseqüências e mais responsabilidades, no conjunto da própria vida social»".	Parcial	Opinião	Censura Social	Autor identificado	Nacional
18/11/1972	"Avida universitária em Espanha"	"Em Madrid, como na maioria das capitais europeias, a Universidade continua sendo assunto. (...) Assim, na Faculdade de Direito da Universidade Complutense de Madrid, acredita-se que serão, em breve, levantadas todas as sanções aos vinte e sete alunos impedidos de se matricular, e aos quatro professores suspensos das suas funções no último ano lectivo".	Total	Opinião	Censura Educacional	Autor identificado	Internacional
02/12/1972	"Crianças, TV e Judo"	"(...) com os seus «imparciais críticos» (...) sobre os portugueses? Os jornais, todos eles dominados por grandes grupos (especialmente pela banca), não são diariamente a sua visão «imparcial» do mundo a todas as «crianças»? (...) Não são «jeeps» tanques, metralhadoras (com tac-tac-tac... e tudo), pistolas, etc? Será isto um acaso? Não será antes um encaminhar da juventude para determinada visão (acção) do (no) mundo? Responda quem quiser. Não é isto violência real mas não aparente?"	Parcial	Opinião	Censura Educacional	Autor identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

02/12/1972	"«As criadas», de Jean Genet"	"(...) (não criando riqueza (...)). "Sobre os aspectos específicos deste tipo de opressão, (...)". "No caso de «AS CRIADAS», a opção de Genet parece ser a demonstração (servindo-se de uma conjuntura facilitante) da tese da impossibilidade da superação dialéctica das situações opressivas. Concretizemos". "(...) de escravas com almas de escravas (...)". "Uma leitura imediatista da peça de Genet poderia ver nela um retrato psicológico/ patológico daquilo em que pode dar uma tentativa alienada de libertação. Tal não nos parece ser o caso de (...) pelo contrário (...)". "(...) ao serviço das intenções apontadas (...)".	Parcial	Opinião	Censura Social	Autor identificado	Nacional
02/12/1972	"Desinteresse e apatia em Oeiras"	"Ora no concelho de Oeiras, com mais de 250.000 habitantes, grande centro comercial e industrial, o desinteresse de uns e apatia de outros, tem causado um atraso considerável de que as populações se sentem cada vez mais. Alguns exemplos: 1º A rede de estradas é a mesma de há 20 ou 30 anos (...). 2º Bairros de casas económicas e/ou de renda razoável, só existem em Oeiras, quando a freguesia da Amadora a maior do concelho, luta com falta de casas e as que há são de rendas exageradas (...). 3º Não há hospitais, regionais ou sub-regionais; 4º O ensino - instalações - é o mais atrasado do distrito de Lisboa (...). 5º Noutros países da Europa o ensino é gratuito e entre nós é pago e deficiente (...)".	Total	Carta do leitor	Censura Social	Autor identificado	Regional
02/12/1972	"Concelho da Amadora"	"Vieram depois os Bairros Administrativos, outra maneira de tapas os olhos, pois os administrativos dos bairros (só existe um no concelho e está previsto outro em Algés) limita-se a endossar os assuntos para as Câmaras Municipais, quando o deviam fazer só no que a estes diz respeito e para os Ministérios o que a estes compete. Deviam ter outros poderes de decisão, que não têm". "Quantas vezes vêm à Amadora os nossos administrativos, conselheiros e aqui englobamos todos?". "(...) em face do atraso de que fomos votados e de que certamente mais saberá, melhor que nós".	Parcial	Carta do leitor	Censura Política	Autor não identificado	Regional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

09/12/1972	"Liberdades"	<p>"Se o discurso, motivado numa homenagem a um falecido ex-governante e chefe político do regime, ensaiava uma análise crítica às últimas décadas da vida nacional, o segundo, provocado pelo primeiro, andou, particularmente, à volta dos conceitos de liberdade e das dosagens em que esta deve ser consentida aos cidadãos. Afigura-se, a alguns, insólito que tal possa acontecer. E por razões diferentes: se a um escandaliza como abuso, para outros é motivo de júbilo. A simples admissão das coisas neste pé parece colocar sérias dúvidas quanto à maturidade cívica do cidadão português. Depois haverá que saber a que espécie de liberdade se referem os deputados. A liberdade de um será a liberdade do outro. E será que uma dessas liberdades será a mesma em que eu penso ao escrever esta nota. Porque liberdade, salvo melhor opinião, não é una e indivisível como Deus. Será que o conceito de liberdade que empolga o intelectual lisboeta tem assim muito que ver com aquela a que aspira o pescador da Nazaré ou o habitante das Brandoas? E temos até, como é facilmente compreensível, que uma extensão de liberdade pode, eventualmente, trazer para alguns um restringir no uso (e abuso) de certas liberdades). Não queremos com estas palavras, tirar importância ao acontecimento que a alguns entusiasmou mas, sim, reconduzi-lo às suas proporções. Na presente conjuntura, têm os acontecimentos que ser encarados a outra luz - a várias luzes. E, sem receios de que nos apodem de mais isto e mais aquilo, sempre diremos que fazer da liberdade «cavalo de batalha» pode parecer simples jogo demagógico".</p>	Parcial	Nota Semanal	Censura Política	Autor identificado	Nacional
16/12/1972	"Sobre o 11 de Novembro, em Bruxelas Mulheres"	"(...) o direito da mulher «dispor» livremente do seu próprio corpo".	Parcial	Editorial	Censura Moral	Autor identificado	Internacional
23/12/1972	"O direito de despedir"	"(...)«tratados como cães ou como coisas «imprestáveis» (...) sem explicar porquê (...)".	Parcial	Opinião	Censura Laboral	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

12/01/1973	Raízes da Nossa Força	"O livro «Raízes da Nossa Força», com chancela «N.A.», no qual, pelas fotografias de Alfredo Cunha e pelos textos se reflete a realidade deste país, o que é uma forma de refletir sobre a realidade, foi o primeiro dos bestsellers da última quinzena de Dezembro".	Total	Breve	Censura Cultural	Autor não identificado	Nacional
20/01/1973	"Em França: As expulsões de emigrantes sucedem-se"	"Recentemente, o Sr. Bardeau, responsável pela Direcção da População e Migrações (que controla o Fundo de Acção Social do governo francês para a emigração), lamentava-se em provado que «no que se refere aos acordos com Portugal o outro lado não facilita em nada a actividade da Missão do «Officie National d' Immigration» em Lisboa. Por isso temos dado instruções para que uma severa regulamentação seja aplicada aos portugueses. Pelo facto dos signatários desses acordos, ou os encarregados de os aplicar (Srs. Bardeau e Saraga Leal) não exercerem convenientemente as suas funções (...)". "A igreja em sinal de solidariedade não celebrou na região as tradicionais missas do galo". "(...) igrejas da Ciotat (...)". "(...) depois de terem feito uma greve de fome nos locais da CFDT em Paris. A União Regional daquele sindicato afirmou num comunicado: «... ainda que opostos a este meio extremo que não corresponde à acção sindical das massas e de classe, que o sindicato procura pôr em prática, demos todo o nosso apoio aos três trabalhadores que nos tinham vindo pedir ao local. A acção dos três camaradas, apoiada pela CFDT, que iniciou imediatamente todas as diligências necessárias junto dos poderes públicos obrigou estes a recuar. Os três trabalhadores tunisinos obtiveram satisfação. Podem ficar em França. É um sucesso de que nos devemos felicitar; mas, para milhares de trabalhadores imigrados, as ameaças subsistem. Podem, dum dia para o outro, ser expulsos de França, sem nenhum recurso, completamente desunidos» ". "(...) cujas responsabilidades cabem aos detentores do monopólio de exportação e importação de homens a quem chamam de migrantes!".	Parcial	Opinião	Censura Social	Autor identificado	Internacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

20/01/1973	"A propósito do filme canadiano: «La vraie nature de Bernadette»"	"Bernadette escolheu. Abandonou o seu marido, sem trompas nem fanfarruras, e partiu, com o filho para o campo, deixando Montreal e seus fumos e poluições para voltar a uma vida sã e natural, onde se come o que a terra dá e se respira o ar sem mistura".	Total	Opinião	Censura Moral	Autor identificado	Internacional
23/12/1972	"O travão do progresso"	"Que Portugal não está preparado para a democracia. Que a democracia pressupõe a instrução do povo". " A menos que, não querendo a democracia, «et pour cause», nem acreditando nela, se finja aceitar em teoria valores que já pertencem ao património da humanidade, só para não sermos apontados, pelos outros, de não acompanharmos a marcha do mundo". "Entretanto fala-se da necessidade de uma pedagogia da democratização. Tomemos o desafio à letra, não acreditando que ele resulte de uma espécie de humor negro ou de ironia de mau gosto. Como será possível «preparar» o povo para a vida democrática? Será que pela cabeça de alguém passa a ideia de que a democracia se aprenda em lições ou cursos magistrais? Claro que não, ou melhor, acreditamos que não. A democracia não se aprende teoricamente, vive-se e aprende-se na acção".	Total	Crónica	Censura Política	Autor identificado	Nacional
27/01/1973	"Indonésia: «A maior prisão do mundo»"	"O capitalismo mundial considerou desde sempre o analfabetismo como um factor de primordial importância para o seu crescimento e como meio de contenção das potencialidades espirituais das massas operárias. No entanto, nos últimos vinte anos, as suas necessidades de capitalização crescente, levaram-na a ter de alfabetizar e permitir a instrução a largas camadas populacionais - tornando isso uma faca de dois gumes, visto que as pessoas à medida que vêm adquirindo essa arma preciosa que é SABER LER, têm vindo a desencadear um processo reivindicativo crescente. Graças a alfabetização, pela clarificação espiritual que permite a milhões de pessoas a compreensão de vários fenómenos de ordem sócio-material que se dão nas sociedades, nestas põem-se cada vez mais em questão as estruturas sociais e culturais, o medo de divisão das riquezas criadas, etc., (...). O analfabetismo tem assim deixado de ser um modo cada vez mais menos eficaz de exploração e contenção das potencialidades humanas dos trabalhadores".	Total	Opinião	Censura Social	Autor identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

03/02/1973	"No país dos cache-coeurs"	<p>"E há, finalmente, os que conseguem escapar a todas as consequências doentias, que certas rubricas provocam, mas que não podem furtar-se ao sentimento de desgosto que naturalmente suscita o espectáculo de uma riqueza mal administrada. Mais ainda se a riqueza é de todos nós. Mais ainda quando o elemento bom-senso bastaria para fazer melhor". "Pior um pouco: muitas mulheres a que este programa bem pode parecer uma deliberada tentativa de escamotear os problemas, as dificuldades, as condições concretas de um quotidiano que é o seu. O que também equivale dizer: muitas mulheres que podem sentir «Nós, as Mulheres» como uma forma ostensiva de agressão". "Salvo se, um dia destes, «Nós, as Mulheres» tiver a súbita revelação do país em que está. Receber pelo correio, enviadas por mão caridosa, algumas estatísticas do I.N.E. Alguns estudos sobre a situação actual das mulheres portuguesas. Alguns ensaios sobre a função da TV numa sociedade em processo de recuperação no mundo que a rodeia. (...) Ou, o que +e o mesmo, que estabelecer perigosas relações entre a televisão e o país".</p>	Parcial	Opinião	Censura Social	Autor identificado	Nacional
03/02/1973	"Entrevista com Mário Sottomayor Cardia"	<p>"Mário Sottomayor Cardia anda na berra. Um livro de ensaio por si publicado recentemente, «Sobre o Anti-marxismo Contestatário», regista grande procura. Além disso, tem trabalhado na preparação do próximo Congresso da Oposição Democrática de Aveiro, integrado numa das comissões coordenadoras e, por isso, quisemos ouvi-lo". "Dá a impressão que, como a situação do País não se modificou muito, o programa também não poderá ser muito diferente. Será? Repare, essas perguntas não podem ser entendidas em Portugal do mesmo modo que nos países democráticos, nos países em que há organizações políticas permanentes. Ninguém pode portanto responder com um mínimo de segurança. As associações eleitorais formam-se, por imperativo legal, nas vésperas da abertura do período eleitoral. Contudo, admito e desejo que, do Congresso da Oposição Democrática, saia em texto que, embora não vinculando nenhuma futura comissão eleitoral, possa influenciar genericamente muitas ou mesmo todas as comissões eleitorais democráticas". "A Oposição Democrática sente-se com</p>	Total	Entrevista	Censura Política	Autor identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p>força para enfrentar a Acção Nacional Popular? A acção Nacional Popular! Com certeza. Só que não é a Acção Nacional Popular, mas o que está por detrás dela, quem barra o caminho da democracia...". "Seria possível a Oposição formar um Governo neste momento? Um Governo forma-se constitucionalmente por convite do Presidente da República, Não vejo essa possibilidade". "Suponhamos que se consegue eleger uma Assembleia Nacional da Oposição. O que acontece? É uma hipótese que eu não ponho no contexto da vida política portuguesa. Se tal acontecesse, formar-se-ia sem dúvida um elemento dinâmico e registar-se-ia certa perplexidade nas estruturas constitucionais do Estado. Atendendo porém a que a Assembleia não teria poderes constituintes, a que os poderes legislativo e executivo são, em última instância, da competência do Presidente da República, a que o Governo não é responsável perante a Assembleia, é preciso admitir que nada de decisivo resultasse ao nível da legislação e da orientação governativa".</p>					
03/02/1973	"Produção agrícola de mal a pior"	"Esta questão depende, contudo, das relações sociais de produção e só a alteração do jogo de forças dentro da sua estrutura consentirá mais convenientes para a maior parte dos agricultores e para todos o sector agrícola português".	Parcial	Notícia	Censura Laboral	Autor não identificado	Nacional
17/02/1973	"Ecos"	"Depois de tão patriótica, mas de certo, árdua e cansativa carreira diplomática, e dando mostras de uma espantosa vitalidade e vontade de continuar a servir o país e o povo português (...) difícil (...)".	Parcial	Breve	Censura Política	Autor identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

24/02/1973	"Sindicato dos Corticeiros de Aveiro"	"SINDICATO DOS CORTICEIROS DE AVEIRO". "As alterações acordadas dizem respeito a: garantia de trabalho, faltas, feriados, subsídio de férias, férias de militares, subsídio de Natal e ordenados. Os ordenados processar-se-ão em dois escalões, um com efeito a partir de 1 de Fevereiro corrente, e o segundo a partir de 1 de Janeiro do próximo ano. As restantes regalias só entrarão em vigor depois do homologadas e publicadas no boletim do I.N.T.P. É a seguinte a tabela de ordenados para o período de 1 de Fevereiro a 31 de Dezembro de 1973 , para as categorias de profissionais: PESSOAL MASCULINO Encarregado geral ...150\$00 Encarregado de secção ... 125\$00 Subencarregado de secção ... 115\$00 Afinadores aglomerados, escolhedores e recortadores de prancha, rabaneadores, refrigeradores e traçadores de cortiça ... 110\$00 Garlopistas, quadradores e laminadores de cortiça para papel ... 105\$00 Não diferenciados ... 102\$00 PESSOAL FEMININO Encarregada de secção ... 100\$00 subencarragda de secção ... 90\$00 Apontadora/ pesadora e escolhedora de rolhas ... 74\$00 Não diferenciadas ... 72\$00".	Parcial	Notícia	Censura Laboral	Autor não identificado	Nacional
17/03/1973	Entre Nós «Por Deus e pela Pátria»"	"(...) «POR DEUS E PELA PÁTRIA»". "(...) vulgo «Cilinha (na foto (...))". "2. Que tem lutado contra a máquina burocrática do aparelho militar, frontalmente, o que levou o sr. Embaixador Franco Nogueira a afirmar com certa ironia: «Vocês são a oposição mais válida que nós temos»".	Parcial	Comunicad o	Censura Política	Autor não identificado	Nacional
24/03/1973	"Entre Nós"	"O diário «Época», na edição de 14 do corrente, tece considerações em torno de um manifesto, datado de Fevereiro de 1973, no qual o Partido Comunista Português, promete ao seu total apoio ao PAIGC (Partido para a Independência da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde)e presta homenagem a Amílcar Cabral, dirigente daquela organização revolucionária, recentemente assassinado".	Total	Comunicad o	Censura Política	Autor não identificado	Nacional
24/03/1973	"Que sociedade é esta?"	"Segundo a lei sou impedido de assistir a um certo número de filmes, que coisas são aquelas que me podem chocar e levar o	Total	Carta do leitor	Censura Moral	Autor identificado	Regional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p>meu cérebro num caminho inconveniente a mim e a todos?".</p> <p>"Resta-me perguntar que interessante critério é usado na graduação da violência e do sexo para maiores de 6, 10, 14 e 18 anos, que atropela a qualidade com a mediocridade e que afinal de contas, contribui para manter os vícios de uma sociedade, limitando-se a escondê-los sob uma capa de legalidade". "A censura vai dando o seu contributo para a manutenção de «maio de 18 anos» e revela-se completamente ineficaz porque não passa de uma farsa para esconder e manter os vícios de uma sociedade".</p>					
14/04/1973	"Mensagens para o Congresso"	<p>"(...) de solidariedade e (...)". "(...) livre (...)". "(...) que as experiências trocadas sejam influentes, que as conclusões obtidas sejam transformadoras numa ampla campanha política de massas que saiba unir os operários, camponeses, comerciantes e intelectuais num grande movimento democrático, que seja o ponto de partida para novas lutas numa etapa para atingir os horizontes que o povo português ambiciona. Esperamos que o III Congresso da Oposição Democrática em Aveiro sejam abordadas as questões fundamentais e imediatas que neste momento mergulham o país numa crise premente». "(...) independência povos colónias (...)". "De 40 médicos estagiários do Porto: «Os Médicos Estagiários Democratas do Porto saúdam todos os democratas reunidos em Congresso, não podendo deixar de recordar a ausência forçada dos presos políticos e dos que sofrem as duras condições de exílio. Entendem que este momento político é o reconhecimento, de facto, de uma força democrática de oposição que ao longo dos anos se tem imposto. Ele é também uma necessidade do governo, num ano de eleições, de demagogicamente, se justificar perante uma Europa, a quem já começou a bater à porta como parente pobre. No entanto, o Congresso, só terá cumprido a sua finalidade na medida em que conseguir: a) mobilizar os mais amplos sectores da oposição e agregá-los à luta democrática; b) fazer um largo debate de todos os problemas nacionais sem qualquer excepção; c) que possa ser um estímulo para a organização política das forças democráticas, numa grande frente unitária de oposição ao regime. De Vítor Wengorovius: «Minha discordância certas orientações organização não impede meu desejo presente Stop.</p>	Parcial	Não identificado	Censura Política	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p>Porém impossibilitado tarefa profissionais inadiáveis envio saudações democráticas uno-me protesto medidas oficiais limitativas liberdade manifestação congressistas Stop. Apoio atitudes verdadeira libertação povo português». De um grupo de presos políticos: «Por mandato da maioria dos presos políticos portugueses, enviamo-vos as nossas congratulações pela realização do III Congresso da Oposição Democrática e desejamo-vos os maiores êxitos no vosso trabalho. Que o vosso III Congresso seja mais um marco na unificação de todos os portugueses irmanados no amor à democracia e à liberdade. Viva a unidade combativa e actuante de todos os democratas portugueses! Viva o III Congresso da Oposição Democrática! Viva a liberdade!». Do presidente do Partido Socialista</p> <p>Espanhol: «Queridos compañeros del socialismo español deseo expresaros el testimonio estusiasta de nuestra adhesion a este III Congreso de Aveiro en el que los Portugueses continúan tenazmente por el camino de la victoria hacia la sociedad democratica a la que aspiran todos los pueblos peninsulares. Compañeros, desde España, en condiciones parecidas a las que atravesais vosotros, os deseamos un gran exito que sea preludio inmediato del triunfo difinitivo de nuestros comunes ideales. Con abrazos socialistas E. Tierno» De Ferreira de Castro: «Como cidadão e escritor nascido em terras aveirenses que tanto ama a liberdade saúdo no Congresso da Oposição Democrática todas aspirações por uma sociedade nova onde todos os direitos à vida sejam iguais para todos os homens ao contrário do que caracteriza esta multissecular noite de privilegiados em que alguns possuem tudo em excesso enquanto a grande maioria dos outros tem de se entregar para sobreviver a todo o género de restrições e de servidões. Certo de que virá essa nova sociedade de justiça e fraternidade geral, anseio de toda a minha vida, abraço-vos confraternalmente»".</p>					
21/04/1973	"Das profundezas da História"	<p>"«Compreendê-lo-eis facilmente se pensardes nas inúmeras pessoas ociosas que existem nas outras nações. Em primeiro lugar, quase todas as mulheres, que constituem metade da população, e a maior parte dos homens nos povos em que as mulheres trabalham. A seguir, a multidão enorme de sacerdotes e religiosos que nada produzem. Juntai todos esses ricos</p>	Total	Crónica	Censura Social	Autor identificado	Internacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		proprietários que vulgarmente se chamam nobres e fidalgos; acrescentai ainda os bandos de criados que são outros tantos larápios de libré; e o dilúvio de mendigos robustos e válidos, que ocultam a sua preguiça sob a capa de falsas enfermidades. Descobrirei, em suma, que o número dos que trabalham para ocorrer à necessidade do género humano é muito menor do que se imagina".					
21/04/1973	"Trabalhadores estrangeiros em Portugal"	"Conclusões e dados que seria curioso comparar com as ocupações dos emigrantes portugueses".	Parcial	Breve	Censura Social	Autor não identificado	Nacional
28/04/1973	"Capitais estrangeiros e seus defensores"	" (...) «... numa dada estrutura sócio-económica o investimento estrangeiro aparece como um mal menor apesar dos inconvenientes que o acompanham.» Mas «mal menos» para quem e porquê? S.S deve saber com certeza que uma sociedade não é um todo monolítico e incolor. Muito pelo contrário: encontra-se dividida em classes com interesses diferentes quando não mesmo antagónicos. Assim, o que pode ser um «mal menor» para alguma ou algumas será com certeza um «mal maior» para as outras". "Então a solução do problema da emigração de centenas de milhares de portugueses passa por uma ainda maior penetração do capital estrangeiro. Mesmo o mais acérrimo defensor do « <i>statu quo</i> » não teria coragem de defender uma tal «solução»".	Total	Opinião	Censura Social	Autor identificado	Nacional
05/05/1973	"Sindicatos pedem audiência ao ministro das Corporações"	"Conforme temos noticiado, catorze sindicatos, representados por cerca de trinta dirigentes, dirigiram-se em 12 de Fevereiro ao Ministério das Corporações solicitando uma audiência ao Secretário de Estado do Trabalho e Previdência para exporem problemas relacionados com a actual legislação sindical. Posteriormente e após outros contactos, foram os sindicatos informados que, para evitar melindres, deveria o assunto ser tratado através das respectivas Corporações. Em exposição de 27 de Abril os sindicatos reafirmaram a sua pretensão".	Total	Notícia	Censura Laboral	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

12/05/1973	"Aborto em Questão"	"Com efeito, a repressão originada por esta lei cria uma injustiça, que não é mais do que injustiça criada para divisão entre ricos e pobres: uma senhora rica aborta numa clínica rica, parisiense ou de província. Uma senhora menos rica vai a Inglaterra, onde clínica especialmente preparadas acolhem as candidatas num serviço eficaz e em francês. As mulheres pobres não têm outra solução senão recorrer ao aborto clandestino, condenado pela lei, originando frequentemente hospitalizações graves em consequência de perigos desnecessários".	Parcial	Notícia	Censura Moral	Autor não identificado	Internacional
26/05/1973	"Síntese"	"INFANTICÍDIO Tendo vivido com um rapaz actualmente expedicionário em África, a jovem decidiu não criar o filho e pôr termo à sua vida logo após o parto, abandonando o cadáver do recém-nascido num camião de saibro". INCIDENTE Um jovem de 18 anos, estudante, residente em Almada, recolheu em estado grave ao hospital de S. José. Fora atingido por um tiro de pistola, disparado por agente da PSP daquela vila".	Total	Breve	Censura Moral	Autor não identificado	Nacional
19/05/1973	"Preços & Salários"	"Tomando só os dados e as afirmações oficiais uma conclusão salta à vista: se houver um afrouxamento na cadência de aumento dos salários nominais na indústria e nos transportes na cidade de Lisboa; se para a cidade de Lisboa os salários industriais só tivessem um aumento nominal de 9 por cento em 1972 enquanto os preços subiram no mesmo período de 10,64, então reconhece-se oficialmente que os salários nem sequer conseguiam acompanhar a alta de preços pelo que, para além de pôr em causa, mais uma vez, as teorias que explicam a inflação pelo aumento de salários, mostra claramente que os salários em termos reais diminuíram, diminuindo assim o poder de compra dos assalariados industriais. Isto vem confirmar aquilo que já tínhamos afirmado neste jornal, de que o Decreto-Lei 196/72 (dito de combate à inflação) era na prática, o congelamento de salários pela via da contratação colectiva, que como se vê continuam a subir. Se alguém tinha dúvidas, a prática já se encarregou de as limpar sendo de toda a justiça a imediata revogação do 196/72. E para terminarmos perguntamos: aonde está então a melhor repartição do rendimento nacional de que tanto se fala?".	Parcial	Notícia	Censura Laboral	Autor identificado	Internacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

07/07/1973	"A Segurança e a Cooperação na Europa"	"Dentro das causas de ordem interna ao capitalismo, geradoras de contradições capazes de acender o rastilho de qualquer conflito localizado e ou generalizado, poderíamos citar o desigual desenvolvimento económico das potências da Europa entre si, havendo ainda a acrescentar a desvantagem que aquelas economias, isoladas ou conjuntamente, apresentam relativamente a outras potências capitalistas não-europeias".	Total	Opinião	Censura Económica	Autor identificado	Não identificado
14/07/1973	"«Actividades subversivas»"	"(...) onde se criticava a Igreja portuguesa e o apoio prestado por esta ao governo no problema da guerra em África (...)". "Um dos indivíduos era empregado do diário «Época» e o outro licenciado em Pedagogia. Em 7 de Abril último, frente ao cinema Restelo, cerca de setenta indivíduos envolveram-se em pancadaria com as forças policiais, em que ficara feridos alguns agentes da PSP. Dois caixeiros e um estudante, multados em mil e quinhentos escudos, são acusados de participação no encontro". "(...) intitulado «À População - Aos Trabalhadores» (...)". "(...) artigos fundamentais (...)". - O empregado bancário que em 4 de Janeiro lançava para a via pública exemplares de dois livros do Grémio Nacional dos Bancos e Casas Bancárias". "O Padre Mário de Oliveira, pároco de Macieira de Liza continua na cadeia de Caxias, aguardando julgamento". "(...) por participação em encontros com os ditos «vigilantes» que actuam no interior das faculdades".	Parcial	Notícia	Censura Política	Autor não identificado	Nacional
14/07/1973	"Simplesmente emigração legal para a Alemanha"	"SIMPLESMENTE (...)".	Parcial	Notícia	Censura Social	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

21/07/1973	"O preço de vida"	<p>"O PREÇO DA VIDA". "- «O custo de vida é a renda da casa, as mercearias, o peixe. Quem sente mais a subida disto tudo são os trabalhadores que têm de trabalhar todos os dias. - «A subida do custo de vida é a vida de uma pessoa ser difícil, isto é, uma pessoa viver com dificuldades, porque sem dinheiro uma pessoa não pode viver. (...). - A vida está bastante cara para certas pessoas que trabalham todo o dia, mas mesmo trabalhando tanto não conseguem ganhar o suficiente para levar uma vida mais ou menos desafogada»". " C. F., carpinteiro, 18 anos:- «O aumento do custo de vida é bastante discutido, não só por mim mas pela grande maioria. Penso que será talvez uma política, como a bola ou a outra coisa, pois fala-se muito e não se resolve nada ou quase. Os muitos que têm ordenados baixos queixam-se e com razão de que a vida está cara, mas em comparação temos os ricos que acham tudo isto muito barato, por exemplo em relação a outros países»". " J. P., soldador, 17 anos: - «Num país onde tudo está tão caro não se pode viver bem, porque muitas pessoas não ganham o suficiente para poder viver normalmente, ou seja, razoavelmente, se nós somos aumentados nos ordenados, outras coisas sobem, como, por exemplo as rendas de casa, a comida, e vem tudo a dar ao mesmo; para que serviu o nosso aumento? Para nada. Pois há muitos casos actualmente em que nós portugueses somos obrigados a emigrar para o estrangeiro, para podermos ganhar uns tostões»". " J. tem 14 anos e está longe de ser um bom aluno. Mas escreve: (...) Uma pessoa que ganhe pouco onde poderá dormir? Onde poderá viver? Que poderá comer? Que poderá vestir? É um problema que precisa ser resolvido, urgentemente»".</p>	Total	Opinião	Censura Social	Autor não identificado	Nacional
21/07/1973	"Nas comemorações do sexto aniversário da «Aliança Inglesa»"	<p>"(...) ainda difíceis de avaliar. O crédito que o «Times» merece à opinião pública britânica, e não só, veio reforçar notícias semelhantes anteriormente divulgadas nomeadamente pelos «Padres Brancos» que haviam sido expulsos de Moçambique. Nublou-se assim consideravelmente mais o ambiente que rodeava a visita de Marcelo Caetano a Londres, visita que o «leader» da oposição trabalhista, Harold Wilson, propôs que fosse cancelada. Também Lord Gifford, presidente da comissão britânica para a liberdade em Moçambique, Angola e Guiné,</p>	Parcial	Notícia	Censura Política	Autor não identificado	Internacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p>pediu a anulação da visita do primeiro-ministro português, declarando ser impossível para o Governo britânico receber o chefe de um governo «culpado de semelhante matança», e prevenindo que seriam organizadas manifestações durante a permanência de Marcelo Caetano na Grã-Bretanha. A publicação do artigo do «Times» provocou uma tempestade de protestos de deputados da oposição, de jornais das esquerdas e de vastos sectores da opinião pública, que se veio juntar à forte oposição à visita de Marcelo Caetano, devido à política de Portugal em África e ao apoio que essa política tem por parte do actual governo britânico. A visita do chefe do Governo português decorre rodeada de um dos maiores dispositivos de segurança jamais montados em Londres. O Partido Trabalhista declarou entretanto que boicotará todas as cerimónias públicas da visita. Por outro lado, durante um almoço organizado pelo Instituto Católico de Relações Internacionais, vários grupos políticos manifestaram a sua oposição à visita. Entre os oradores figuravam Lord Caradon, antigo chefe da delegação britânica na ONU, e o dr. Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista português, que lançou um apelo para o fim da guerra em África, declarando que o governo português devia negociar com os nacionalistas e conceder a autor-determinação aos territórios africanos". "(...) que teve conhecimento do caso através do testemunho de padres missionários espanhóis em Moçambique (...) cuja população apoiava os guerrilheiros da Frelimo, (...) operação que o articulista classifica como acto de genocídio, afirmando, após o relato pormenorizado do acto, que ele é comparável à chacina de My Lay, praticada pelas tropas norte-americanas no Sul Vietname". "O artigo do padre Adrian Hastings não é com efeito um caso isolado. Ainda recentemente, no III Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, se tornou público um extenso documento intitulado «Exigimos o fim da guerra colonial», que continha idênticas acusações".</p>					
21/07/1973	"A propósito dos Jogos Juvenis: O "baixo-alentejano" não tem direito ao desporto?"	"(...) sociedade de consumo praticado por pouco mais de meia dúzia de equipas espectaculares e noticiosamente estruturadas (?) (...) económica e socialmente privilegiada (...)". "(...) em face de ser impraticável a vela e o remo sem barcos, o voleibol sem bolas e sem balizas, o xadrez sem tabuleiros e pedras, (...) de se	Parcial	Opinião	Censura Desportiva	Autor identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		perguntar, continuando a não saber-se (?), por onde «habita», ultimamente, o dinheiro prometido pelo Totobola para a fomentação dos campeonatos nacionais de segundas categorias, assim como o material didáctico-desportivo fornecido pelo menos em 1963 às associações regionais, de ser perguntar se, realmente, a piscina municipal é da lusa gente (...). "(...) arte «alienante» (...)". "Alemanha Oriental, ou como as infra-estruturas que conduziram a um potentado-alfa na cultura dos chamados desportos olímpicos... Os últimos campeonatos mundiais de vela não serão provas por demais concludentes de que o Desporto não se gera nos cafés, nem sequer nos redondéis salubres e poeirentos?". "(...) os alentejanos, esse, todos nós, que pululamos como maioria anónima dos esquecidos e deserdados (...)".					
21/07/1973	"O Cénico de S. Pedro do Sul, as festas de Viseu e etc."	"(...) a) A parte introdutória é constituída por facto rigorosamente históricos que são dados cenicamente, sem qualquer comentário. b) Esta parte introdutória foi aprovada pela Direcção dos Serviços de Espectáculos para maiores de 10 anos conforme resulta o ofício nº 771/73 daquela Direcção-Geral, enviado ao delgado da referida Direcção em S. Pedro do Sul, em 22 de Março de 1973 e ali registado em 25 de mesmo mês e anos, trazendo anexo o texto representado. c) O cancelamento do aludido espectáculo foi decidido, à última hora, pelo sr. presidente da Comissão de Festas da Cidade de Viseu, cedendo às pretensões de algumas pessoas e sem que tenha havido qualquer ordem nesse sentido emanada das autoridades competentes - uma vez que o espectáculo estava devidamente autorizado, conforme resulta das licenças em poder do Cénico e em poder daquela Comissão de Festas".	Total	Notícia	Censura Cultural	Autor não identificado	Regional
28/07/1973	R.T.P. Mais papista que o Papa	"«Cheirando a vento e a montanha, alcançaram são e salvos, a Praça dos Acontecimentos na hora H em que sua alteza abria o Discurso, como sempre, com saber e Autoridade»".	Total	Breve	Censura Política	Autor identificado	Não identificado

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

28/07/1973	"«O Fracasso do Reformismo»"	"O documento que terminava com a afirmação «A salvação do País é tarefa nacional», era subscrito por Abílio Teixeira Mendes, Alberto Pedroso, Aberto Vilaverde Cabral, Alexandre Cabral, Álvaro Salema, António Areosa Feio, António Borges Coutinho, António Ferreira Guedes, António Fogueteiro, António Fonseca Pereira, António Galhordas, António Martins Coelho, António Reis, Armando Tavares, Augusto Abeleira, Blasco Hugo Fernandes, Dulcínio Caiano Pereira, Edmundo Jesus Costa, Eugénia Moura, Faure da Rosa, Fernando Assis Pacheco, Fernando Correia, Fernando Lopes Graça, Figueiredo Filipe, Francisco George, Francisco Lino Neto, Francisco Marcelo Curto, Francisco Pereira de Moura, Gilberto Lindim Ramos, Glória Marreiros, Helena Neves, Herberto Goulart da Silva, Isabel do Carmo, José António Tavares da Cruz, José Eduardo Franco de Sousa, José Henrique Vareda, José Pinheiro Lopes de Almeida, José Saramago, José Manuel Tengarrinha, Levy Baptista, Lino de Carvalho, Luís Moita, Luís Pessoa, Mannuela Lima, Manuel de Azevedo, Mário Sottomayor Cardia, Mário Ventura, Nuno Teotónio Pereira, Rogério Paulo, Rosalina Pinho, Sérgio Ribeiro e Víctor Dias".	Parcial	Não identificado	Censura Cultural	Autor não identificado	Nacional
28/07/1973	R.T.P. Mais papista que o Papa	"(...) MAIS PAPISTA QUE O PAPA". "(...) depois dos três dias de exame prévio". "A menos que a R.T.P. tenha querido ser «mais papista do que o Papa». Mas se assim foi então (...)". "A Arcádia esta a perder demasiado dinheiro com a R.T.P. Pensamos que chegou a altura de fazermos contas em tribunal com a administração daquela empresa (...)".	Parcial	Notícia	Censura Religiosa	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

28/07/1973	"Bancários reformados fazem exposição ao ministro das Corporações"	"No passado dia 20, uma comissão de empregados bancários reformados acompanhada de alguns membros da direcção do sindicato de Lisboa, entregou no Ministério das Corporações e Previdência Social uma exposição dirigida ao respectivo ministro, face à adesão da comissão Arbitral, de não haver contemplado, com uma melhoria das pensões de reforma, à semelhança do que aconteceu em anteriores revisões do contrato colectivo e, até, do próprio Estado que «ante o alarmante aumento do custo de vida não hesitou em actualizar as pensões de reforma dos seus funcionários efectivos». "«É triste, profundamente triste, após uma vida inteira de trabalho, dedicação e sofrimento, depois de se haver atravessado toda a época de crise de longos anos, como salários de fome, de se haver trabalhando durante tantas e tantas horas extraordinárias sem que qualquer remuneração, enfim, depois de se haver vivido por tão longo tempo sem quaisquer regalias, ser agora lançado à miséria, ou quase, precisamente pelos patrões que se ajudou a enriquecer»".	Total	Notícia	Censura Laboral	Autor não identificado	Nacional
28/07/1973	"O Retábulo do Flautista"	"(...) que chegou a ser anunciado para Lisboa e que parece afinal ter ficado confiando ao âmbito do concurso (...)". "Esperemos agora que este grande espectáculo, cuja importância a S.E.I.T. acaba de reconhecer, venha a ser visto por muita gente, em muitas terras".	Parcial	Notícia	Censura Cultural	Autor identificado	Nacional
04/08/1973	"A Torralta da Charneca"	"(...) meditando nas comparações entre o seu «bairro» e o «lugar para si, sociedade para todos», propagandeado em todos os «mass media» (...) amarga (...)". "Não menos meditamos sobre o estranho mundo onde coexistem duas Torraltas, tão diferentes quanto ao conforto das habilitações e qualidade do equipamento urbano, e, no entanto, tão tragicamente coerentes quando analisamos a proposição «um lugar para si» em termos das oportunidades que foram concedidas para se realizarem na vida dos respectivos moradores. Em relação ao desenvolvimento da ideia publicitária - «uma sociedade para todos» - e, desde logo arredada a moralidade de um nivelamento da qualidade de vida no moldes da Torralta da Charneca, resta cogitar o caminho que falta para que a sociedade do tipo da personificada na	Total	Opinião	Censura Social	Autor identificado	Regional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		Torralta original seja ainda que perdendo algumas das suas excelências - que até são supérfulas - realmente «para todos».					
11/08/1973	"A prostituição existe onde o homem explora o homem"	<p>"A prostituição é um fenómeno cultural, como uma das soluções encontradas por uma determinada sociedade para os seus problemas de sobrevivência e adaptação". "(...) pela sociedade de (...). (...) dum sentimento de obrigatoriedade e de propriedade como unidade base da sociedade, e portanto provoca decorrentes da imagem de «chefe de família», e desta (...). Daí a necessidade de «escapes». (...) propostos por esta sociedade (...)". "(...) meio de sobrevivência. (...) de sobrevivência (...). E é este um dos sinais claros de como a cultura estabelecida por esta sociedade (onde a publicidade, a TV, os jornais, filmes, rádio, etc., estimulam as necessidades humanas no sentido da procura dos modelos impostos pela classe dominante), exige a desintegração humana, isto é. a alienação dos vários aspectos da personalidade". "(...) na sociedade em que vivemos (...)". "No tipo de sociedade onde não se controlam os meios de produção «, os trabalhadores são obrigados a aceitar trabalhos por objetivos e em condições que lhe são impostas. A sua liberdade de aceitarem ou não trabalhar nessas condições é aparente, porque necessitam de subsistir. Deste modo o salário transforma-se no único objectivo do trabalhador enquanto tal. Assim, se aceita, ao nível do trabalho, que tudo tem o seu preço, que o dinheiro é o valor supremo, e que se pode fazer tudo o que se quiser com os homens desde que se lhes pague. É bem evidente a paralelismo da situação das prostitutas e dos trabalhadores, numa sociedade deste tipo, onde ambos são «forçados» a vender-se como objectos. É verdade que a situação duma prostituta nos surge como mais degradante; mas qual não é também muitas vezes a degradação das condições de trabalho e dos interesses que se servem através do trabalho numa sociedade como a nossa. (...) outra (...)". "Na ocorrência, que é a regra da obtenção de trabalho entre nós, têm tudo a perder". "Os «clientes», prontos a utilizar uma mulher como objecto em troca de dinheiro, são um produto da «lógica» do sistema".</p>	Parcial	Crónica	Censura Social	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

29/09/1973	Não identificado	"(...) há liberdade eleitoral aparente". "O custo de vida e o problema do Ultramar para onde são canalizadas grandes verbas, segundo os números oficiais são entre muitos outros «, problemas que deveriam ser discutidos". "(...) e o problema do Ultramar (...)".	Parcial	Não identificado	Censura Social	Autor não identificado	Nacional
13/10/1973	"A vida dos jovens no Alentejo"	"(...) afirma o seu solidário apoio ao Movimento Democrático (...) no possível (...)". "(...) - Falta de previdência e assistência médica e medicamentosa eficientes. (...) Sem acesso ao Ensino e à Cultura. (...)". "Aos trabalhadores rurais não é permitida a organização sindical, o direito à greve, a criação de associações recreativas e culturais, ou outras formas de associação". "As Casas do Povo, que deviam, segundo a lei servir para defender os interesses trabalhadores e para promoveram o desenvolvimento económico-social e cultural das comunidades rurais, não só não desempenham essa função como ainda estão ao serviço dos grandes latifundiários e dos governo, para explorarem as classes trabalhadoras (o presidente da Assembleia Geral é sempre um proprietário). Quanto ao acesso à Cultural e ao Ensino, todos sabemos que, nos meios rurais a escolaridade não vai além do Ensino Primário (isto, quando há escolas, o que muitas vezes não acontece)". "Também não têm direito a qualquer das liberdades democráticas (associações, reunião, expressão de pensamento, direito à greve, direito de manifestação). A vida sindical é inexistente ou muito insipiente. Quando tentam organizar-se para defesa dos seus interesses, sofrem a acção das forças policiais, ao serviço das classes dominantes". "(...) em massa sem justa causa (...) cada vez mais (...) portanto a um trabalho mais duro". "(...) condições de habitação são péssimas, apesar do constante aumento das (...), que (...)". "Também estes jovens trabalhadores, dificilmente têm acesso ao Ensino, pois a margem dos salários não permite que o orçamento familiar dispense a pequena verba ganha eles". "O Ensino nas escolas, liceus, bem como no Instituto Superior está absolutamente desactualizado: - A vida associativa é inexistente nos estabelecimentos de ensino dos distrito de Évora, apesar de alguns distritos do País terem CONSQUISTADO já o direito à associação, reunião, liberdade de expressão, etc. (...)em relação aos estudantes em países socialistas a até dos capitalistas de quase todo o mundo, motivado, em grande parte, pelas	Parcial	Opinião	Censura Social	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p>características dogmáticas e desactualizadas do Ensino. - Faltam escolas e liceus. (...) que funcionem nas escolas e fora das escolas (...). - O ensino é orientado única e exclusivamente no sentido da formação de indivíduos que sirvam os interesses dos monopólios. Todos sabemos que as empresas despedem jovens, quando se aproxima a idade do serviço militar, para não ficarem com encargos de readmissão após o cumprimento daquele. A situação dos jovens que acabam os seus cursos, pouco antes da idade militar, não é mais tranquilizadora. As empresas recusam a sua admissão, pelos mesmos motivos referidos, o que equivale à condução destes jovens ao desemprego e à inactividade por extenso período, que se prolonga muitas vezes, depois do serviço militar cumprido ainda por vários anos. Em relação aos jovens estudantes, são numerosos os que, obrigados a interromperem os seus cursos não mais os terminam, com todos os inconvenientes que daí advêm, tanto para os jovens como para o País. Afirma-se que «estes sacrifícios são necessários para defesa da integridade nacional», mas apesar de os jovens serem obrigados a cumprir o chamado «dever militar», para o qual são considerados capazes, e de serem considerados responsáveis pelas atitudes políticas que tomarem, e que os podem levar ao cumprimento de pesadas penas, não nos foi reconhecido ainda o DIREITO DE VOTO AOS 18 ANOS... E porquê? Porque o governo e a classe dominante sabem que os jovens são contra a guerra, são contra e exploração, contra o fascismo, o capitalismo e o imperialismo".</p>					
13/10/1973	"Entre Nós Os Exames no IST"	<p>"(...) com bastante fraca percentagem (...). Recorde-se que os estudantes do Técnico, e como já noticiou a Imprensa, tinha decidido nas suas assembleias representativas a abstenção aos exames. Recordamos também que a Associação dos Estudantes do IST foi encerrada e a sua direcção encontra-se a braços com um inquérito". "todos estes factos foram já relatados na imprensa diária. A MORTE DE RIBERIO SANTOS Fez ontem um ano que morreu o estudante de Direito José António Ribeiro Santos, durante uma reunião de Estudantes no Instituto Superior de Economia, em Outubro do ano passado. Em breve realizar-se-á o julgamento do responsável da morte de Ribeiro Santos, um agente da DGS, que constituiu como advogado o dr. Pedro Cabrita, ex-selecionar de rãguebi e fundador da Acção</p>	Parcial	Notícia	Censura Política	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		Académica. Pelos familiares de Ribeiro Santos, é o dr. Joaquim Mestre".					
13/10/1973	"Na rua «Em plena campanha»"	<p>"(...) com o hastear da bandeira, uma coroa de flores no cemitério do Alto de S. João e intervenção das forças policiais e prisão de alguns democratas entre os quais 1 candidato. Mas outras prisões sucederam-se, nomeadamente em Moscavide, a colar cartazes. Mas onde sem dúvida as forças policiais mais energicamente reprimiram os democratas, foi em Leiria, onde os democratas, ao recusarem a ser identificados à saída de sede foram situados, dando origem no dia seguinte a uma brutal irrupção das «forças da ordem» na sede. Cá fora, entretanto decorreu uma manifestação onde, também a polícia marcou presença. Todos estes factos foram noticiados na imprensa".</p> <p>"(...) atribulada (...)". "Este é um país original! Pois veja que criminoso por maior que seja tem direito a um advogado, e um preso político que não é criminoso não pode ter um advogado nos interrogatórios! É incrível! (...) Mas é bom fazer lembrar aos responsáveis que se não resolvem o problema da guerra, não temos juventude dentro de alguns anos apta a servir a Nação!". "(...) nas zonas fabris! Ah! Também não acho que deva entoar o Hino Nacional no fim das sessões, pois acho que já não corresponde ao contexto da época e principalmente aos assuntos que são focados. Tem de ser uma coisa que mais se ligue à luta, pois não é através do Hino que se manifesta o patriotismo das pessoas, mas sim através da disposição de luta. (...) para além do que disse, (...) dos activistas (...). Queríamos auscultar um dos agentes que lá estavam para «manter a ordem», mas ao aproximarmo-nos foi enérgico: - Circulem rapidamente".</p> <p>"(...) e aquilo que eles fazem só os pode prejudicar, pois eles luta, pelo povo e isso não os beneficia!". "-Se o que diz a Oposição é verdade aos actos de repressão de que tem sido vítima, o governo está a ser desleal, aliás (...)".</p> <p>"E deve informar-se e debater-se cada vez mais o problema da guerra. É tudo".</p>	Parcial	Rúbrica	Censura Política	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

20/10/1973	"Desde 1968 a emigração duplicou: «A Memória Curta»"	"Com efeito foi precisamente a partir de 1968 que a emigração se intensificou quer no que se refere à população activa quer no número de famílias. E quando uma população é obrigada a expropriar-se não é por prazer é simplesmente porque as condições de vida que lhe são impostas são precárias". "Porque a melhoria da previdência social é um logro que nada tem a ver com a promoção económica e social dos trabalhadores e as suas necessidades. Tratou-se apenas de «reformasitas» para fazer ver ao estrangeiro que em Portugal também se modificam as coisas. Porque a «grande reforma educativa» permitirá, como até aqui, o doutoramento daqueles que só poderiam ser um bom serralheiro enquanto um filho de servente, servente será, apesar de ter capacidade para ser um bom doutor".	Total	Opinião	Censura Social	Autor identificado	Nacional
20/10/1973	"Sobre liberdades democráticas"	"Manuela Vicente - A defesa dos presos políticos, a exigência da sua libertação, não é uma exigência dum orientação política, mas sim de todos os homens conscientes do seu papel na sociedade ". "É preciso consciencializarmo-nos de que a existência de presos políticos é uma limitação da nossa liberdade. É preciso que cada um de nós tome uma posição intransigente e responsável na defesa dos presos políticos". "Por exemplo, as presentes dificuldades na assistência jurídica aos presos políticos tem sido usualmente motivos de grandes lutas: - a recusa sistemática da presença do advogado constituído nos interrogatórios; - a não autorização para os advogados levarem os processos para os seus escritórios para estudo". "«O seu único "crime" foi porem, acima do seu bem-estar pessoal a defesa intransigente das aspirações populares, denunciar a corrupção do regime e a sua política de desenfreada exploração e guerra e as condições de vida miseráveis em que vive, encabeçando as lutas populares, por vezes nas difíceis condições de clandestinidade a que o regime fascista obriga. Desse combatentes da liberdade muitos mais teriam morrido nas mãos da PIDE se não fossem amplas campanhas exigindo o fim das torturas e a sua libertação".	Total	Rúbrica	Censura Política	Autor identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

27/10/1973	"Nguyen Van Troi morreu há 9 anos"	"NGUYEN VAN TROI MORREU HÁ 9 ANOS". "Os seus ideais, e a sua crença na vitória final do seu povo, era irrenunciável: «Cresci e formei-me na Revolução. O meu pai era combatente da resistência antifrancesa, e foi torturado até se tornar inválido. Levo comigo um ódio incontível pelos inimigos da pátria. Cheguei a Saigão com a firme decisão de continuar a obra revolucionária do meu pai...», diz Van Troi na autobiografia". "Depois de 5 meses de torturas, tentativas de fuga e de violentos castigos corporais, a quem não conseguiram arrancar uma única palavra, Van Troi é condenado à morte em 10 de Agosto".	Total	Perfil	Censura Política	Autor não identificado	Internacional
27/10/1973	"Mensagem"	"Os democratas portugueses residentes no Brasil, reunidos em São Paulo, por ocasião das comemorações do aniversário da proclamação da República, manifestam aos opositores do nosso País o seu apoio mais caloroso e mais fraternal neste momento em que se acham empenhados em mais uma batalha contra a estrutura antidemocrática que domina Portugal".	Total	Carta do leitor	Censura Política	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

27/10/1973	"Questões à reforma do ensino"	<p>"Aparentemente dissociada da presente conjuntura nacional, a democratização do ensino terá que passar por uma profunda alteração das estruturas económicas, políticas e sociais do País". "(...) numa sociedade não democrática? Não podemos (de resto) adoptar o optimismo do responsável pelo sector educacional (...)". "Nem parece crível que esta pudesse começar pelo sistema educativo, em geral, ou pelo sistema universitário, em particular". "(...) (não digo já resolvidos)?" "(...) (verdadeiro fulcro da democratização do ensino)? (...) agravado pelo prolongamento da escolaridade)? (...) já de si bastante baixo? (...) principalmente nos meios rurais, atingiu proposições insofismáveis? (...) de modelo autoritário e ferozmente hierárquico? (...)". "Susteve-se de algum modo a degradação económica e social da classe docente? Aos professores foi-lhes permitido organizarem-se em associação (ordem ou sindicato que os possam representar e defender)?" "(...) Para além dos limites da TV educativa e do ego do Galo de triste memória (...) a) A cátedra foi abolida? (...) b) (...) c) A função docente abriu-se a todos os portugueses independentemente da sua ideologia".</p>	Parcial	Opinião	Censura Educacional	Autor identificado	Nacional
27/10/1973	"Página Sindical A criança e o trabalho"	<p>"Página Sindical A criança e o trabalho". "Segundo números oficiais trabalhavam em Portugal 102 900 crianças com idade escolar (dos 10 aos 14 anos)".</p>	Total	Notícia	Censura Laboral	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

27/10/1973	"Notas sobre uma razão violenta"	"A arte, que nem sempre os artistas, pela efectividade do seu resultado, move-se imperturbavelmente na categoria de revolucionário". "Concretiza-se no surgimento de uma nova catarse, que tecnicamente pode denominar-se de «distanciamento», porque no âmbito humano, o objectivo essencial da Arte, só pode ser dado, pelas cores do grito dos que têm fome, o grito dos produzem o desenvolvimento e sobrevivem no subdesenvolvimento. É um grito que profetiza a transformação e exige do seu simbolismo. É o grito do violentado, que compreende que só a própria violência o humanizará, humanizando-se, utiliza-a contra o seu violentador. Parece-me que a dignidade humana só pode expressar-se matando. Coisa por demais certa, e por conseguinte, inevitável".	Total	Opinião	Censura Social	Autor identificado	Não identificado
03/11/1973	"A empresa Grão-Pará demanda criminalmente"	"O presidente da direcção do sindicato dos Técnicos de Desenho, que como noticiámos foi despedido sem justa causa pela Grão-Pará, entregou na Polícia Judicial uma participação criminal contra o conhecimento grupo empresarial e os arquitectos ao seu serviço Bernardo Rubinsteins e Alberto Mansilla Cajuri".	Total	Notícia	Censura Laboral	Autor não identificado	Nacional
03/11/1973	"«Verborreando»..."	"Sua Excelência o Presidente do Conselho de Ministros, ficou com pena! As vozes dissidentes» da X Legislatura, além de não quererem participarem - mesmo com «independência» em relação a A.N.P. - pregaram uma grande partida: Não constituiram a 3ª força". "Mas então, o que é levou a 3ª força a não ser? Aceitemos as premissas: 1) O Governo pretende «dialogar» dentro do regime; 2) A 3ª força, pretende dialogar dentro do regime; 3) A Oposição, pretende regime para dialogar. Da mentira de 1) e da impossibilidade política de 2) e tendo ainda em conta o sistema de alianças de classes, para satisfação de determinadas etapas - a demagogia hoje tudo invade - seria de esperar o apoio da 3ª força à A.N.P.".	Total	Crónica	Censura Política	Autor identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

10/11/1973	Federação de Futebol	"(...) atrofia aos direitos do trabalhador". "(...) uma violência exercida contra um trabalhador, seja futebolista, estivador ou empregado (...)".	Parcial	Notícia	Censura Laboral	Autor não identificado	Nacional
01/12/1973	"As condições de Liberdade"	"(...) se os seus frutos são confiscados por outrem, (...)". "(...) O homem não é livre se o seu trabalho pertence a outro; se o seu fruto do seu trabalho físico e intelectual serve apenas à obtenção de lucros e de poderio por uma minoria, enquanto ele e a sua família conhecem frustrações e privações".	Parcial	Crónica	Censura Laboral	Autor identificado	Não identificado
08/12/1973	"Iceberg"	"Que a evidência aparente é tão enganosa como a mais artificial das invenções". "Uma câmara não funciona sozinha: é manejada. Tinham uma câmara nas mãos os operadores cinematográficos que, nos anos 30, percorreram a Alemanha a soldo de Goelbels e forneceram ao mundo uma certa ideia do III Reich. Tinham uma câmara nas mãos os repórteres que em 1945 chegaram a Dachau e a Auschwitz e revelaram ao mundo uma outra face do mesmo Reich. Ao longo das ruas de uma cidade, a objectiva pode ser assestada sobre os carros negros de grande luxo ou pode fixar os homens que, de lancheira não mão, cruzam a madrugada de gelo. Podem esconder-lher-se até as escolas e os hospitais. Até as mãos. Até os rostos. Uma câmara serve maravilhosamente por mostrar coisas a quem está longe, a quem está desatento, a quem está esquecido. Mas serve do mesmo modo para esconder coisas". "É quase sempre um homem cego. (...) ou, pelo contrário, preferiu acomodar-se com a ideia de que os crimes são inevitáveis e a tranquilidade o mais precioso de todos os bens. Sobretudo quando condimentada com alguns tostões que lhe dão a ilusão de ser bem pago". "O futebol é alienatório, pois claro, mas (...). As séries policiais são mistificadoras, bem se sabe, mas (...). As reportagens são orientadas, naturalmente, mas é mais difícil do que parece imaginar o que as imagens não trouxeram e era mais importante". "(...) a vocação da credulidade (...)".	Parcial	Opinião	Censura Cultural	Autor identificado	Não identificado

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

08/12/1973	"A «UNICERVI» despediu abusivamente um seu trabalhador"	"(...) ABUSIVAMENTE (...)". (...) solicitando-lhes que «seja marcada uma reunião conjunta em (...) - parte final do artigo em falta".	Parcial	Notícia	Censura Laboral	Autor não identificado	Regional
22/12/1973	"Vida Sindical: CCT Agricultura e Indústria"	"(...) por dificuldades surgidas quanto à autorização do Governo Civil. Esgotadas as diligências efectuadas com vista à resolução da situação inesperadamente criada (...)". "Da apreciação feita pelos trabalhadores interessados na reunião do dia seguinte e das moções votadas conclui-se que a o seu desagrado quanto à mesmo reside fundamentalmente nos seguintes aspectos: o grémio pretende que as remunerações produzam efeitos apenas a partir de 1 de Abril próximo (e não a partir de de Janeiro, data em que se completam dois anos da sua vigência); as remunerações contrapropostas foram calculadas com um aumento de 21/22 por cento em relação às anteriores, percentagem inferior ao aumento do índice de preços com consumir para os dois anos; a contraproposta afasta a revisão de todas as cláusulas propostas pelo sindicato com excepção da tabela salarial. Entre as propostas aprovadas por aclamação figura aquela em que os trabalhadores rejeitam a contraproposta gremial e a que exige a revogação do Decreto-Lei nº196/72, com base no qual as empresas tem obstado a aplicação da cláusula de indexação prevista no contrato, cuja entrada em vigor é anterior à daquele diploma legal. Os sindicatos haviam proposto ao grémio que a primeira reunião de negociações se realizasse no dia 19, na sede do Sindicato dos Escritórios".	Parcial	Notícia	Censura Laboral	Autor não identificado	Nacional
22/12/1973	"Viver na cidade - uma tentativa de caracterização da cidade de Lisboa"	"Por que é que em Lisboa há cada vez menos jardins e mais ruas cheias de casas? É porque os jardins são «terreno que não rende dinheiro» à Câmara ou aos proprietários, e pelo contrário, são caros de conservar -e o povo não vale dinheiro que se gaste com ele... Então derrubam-se as árvores, acaba-se com os canteiros e com a relva, e aí estão eles, os «patos-bravos» e os prédios de rendimento. Porque é em Lisboa não há quase esplanadas, parques infantis e terrenos de recreio popular onde nos possamos deitar à sombra de árvores e jogar à bola livremente e sem guardas de boné a proibir tudo? É porque nada disso dá dinheiro,	Total	Entrevista	Censura Social	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p>porque não se gasta dinheiro com as nossas crianças e connosco, porque os jardins são só para olhar e não pisar, são para «inglês ver», são para enfeitar os prédios à volta". "E porque é que os terrenos são tão caros? É porque a «lei» é defensora da propriedade privada. Se o terreno fosse de todos e o Governo construísse grandes bairros baratos e, conseqüentemente, com casas de rendas baixas, então o terreno que ficasse para os construtores particulares, já não podia ser tão caro e as casas não teriam as rendas tão altas e sempre a subir. E as habitações seriam maiores e com boas varandas para pôr plantas".</p> <p>"Porque é que as pessoas não usam mais os transportes públicos?" Porque estes, ao contrário das ruas, não sofreram praticamente beneficiações. O caminho de ferro não chega a mais povoações que chegava há 20 anos, o metropolitano continua a fazer um percurso ridículo e é cada vez mais incómodo, os autocarros e eléctricos anda cada vez mais devagar e paramos tudo cada vez mais caro".</p>					
12/01/1974	"Vida Sindical: Os trabalhadores da Sorefame e o ACT"	<p>"(...) diz que nomeadamente: «Considerando que existem no A.C.T. - Sorefame pontos que abrangem a maioria esmagadora dos trabalhadores, e que correspondem a reivindicações sentidas por todos, propomos: Que a Comissão Sindical de Negociação seja intransigente na defesa dos seguintes pontos: 1- Horário de trabalho de 40 horas semanais para todos os trabalhadores; 2- 30 dias de férias pagas para todos; 3- Um complemento de remuneração de férias correspondente a um mês de ordenado; 4- Salário mínimo de seis mil escudos; 5- Proibição dos despedimentos sem justa causa.» Os trabalhadores reunidos discutiram esta proposta, que foi aprovada por unanimidade, tendo sido os pontos 1 e 5 os que mais viva discussão despertaram. (...) Nos primeiros dias desta semana, houve algumas alterações ao ritmo de produção da Sorefame".</p>	Parcial	Notícia	Censura Laboral	Autor não identificado	Regional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

12/01/1974	"Vida Sindical Sindicatos do pessoal da CUF"	"VIDA SINDICAL SINDICATOS DO PESSOAL DA CUF". "Aldo de importante aconteceu na reunião realizada no passado dia 8 na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, para quem foram convocados todos os Sindicatos representativos do pessoal da CUF e da sua associada UFA".	Total	Notícia	Censura Laboral	Autor não identificado	Nacional
26/01/1974	"A propósito das relações de trabalho nos sindicatos"	"Na verdade, essas eleições eram as primeiras que se realizavam após o triunfo das Forças Aliadas e consequentemente derrota do nazi-fascismo, efectuando, pois, num contexto nacional e internacional favorável às massas trabalhadoras". "(...) quando se processa mais um fluxo de movimento sindical". "(...) esquecendo que se as massas trabalhadoras no seu conjunto nunca são reaccionárias (embora num dado momento possam tomar posições reaccionárias), isso não quer dizer que este ou aquele trabalhador ou esta ou aquela direcção sindical não o seja. Negar isto é não ter em conta todas as formas de que se reveste o choque de interesses sociais". "(...) a vida a (...)". "É um combate permanente, cuja intensidade está em relação directa com acuidade reivindicativa dos trabalhadores. Ora como é importante conjurar a unidade dos trabalhadores todos os meios e pretextos que sirva, para desviá-los, ainda que temporariamente, dos seus objectivos imediatos, são postos em marcha. E se é difícil e contraproducente actuar por um lado, então recorre-se ao ataque pelo lado oposto, facilitando ao máximo, senão inspirando muitas vezes, tudo o que sirva para espalhar a confusão entre os trabalhadores, para os dividir". "(É evidente que o seu valor quantitativo é inversamente proporcional ao seu valor qualitativo. Repare-se nos cuidados e atenções que se lhe presta). E não basta dizer-se que o problema dos despedimentos é um dos que mais afecta e preocupa os trabalhadores e, como tal, deve ser divulgado e debatido. E não basta porque o que está em jogo não é a discussão do problema dos despedimentos em geral, mas sim, a sua discussão e análise objectiva, a partir duma posição de classe, guiados pela prática social. Por outras palavras: Quem despede? Quem é despedido? Que fizeram ou disseram os que hoje se mostram tão «solícitos» na defesa dos trabalhadores quando foram encerradas as minas de S. Domingos e S. Pedro da Cova, e centenas e centenas de mineiros foram atirados ara o desemprego? E repare-se que no	Parcial	Opinião	Censura Laboral	Autor não identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		segundo caso até o próprio sindicato foi encerrado ou dissolvido, pois já não tinha razão de ser. Isto para não se ir mais longe nos - palavra não identificada". "(...) se mistifica o problema e (...)". "(...) do - palavra não identificada - dos trabalhadores".					
09/02/1974	As vozes e os Votos	"Uma pergunta que sempre se pode fazer com a certeza antecipada de acertar na resposta, é a que respeita ao papel que os portugueses desempenham na política do seu próprio país". "O futuro eleito pode até permitir-se não disputar o voto: lá está a máquina promocional que o transportará na crista de uma onde publicitária artificialmente fabricada, até o depor na cadeira, garantida desde que o seu nome se fixou entre os dares-e-tomares da elaboração da lista".	Total	Crónica	Censura Política	Autor identificado	Nacional
02/03/1974	Interesse Social e Compressão de Salários	"Interesse Social e Compressão de Salários"	Parcial	Breve	Censura Laboral	Autor não identificado	Nacional
07/03/1974	"Página Sindical"	"(...) tendo os sócios presentes manifestado protestos pelos condicionalismos impostos à reunião. Foi também aprovada uma proposta para a convocação de uma assembleia-geral extraordinária para revisão das tabelas salariais devido ao crescente aumento do custo de vida". "(...) tendo, no entanto, levantado certas discordâncias quanto a passagens do relatório respeitantes à atitude de alguns sócios, grupo que «convocou uma assembleia, em cujas duas sessões a classe demonstrou estar inteiramente como direcção, repudiando toda a tentativa de quebrar a unidade existente entre a maioria dos trabalhadores» . (Rel. e Contas, pág.3). Nesta assembleia, a classe demonstrou toda a confiança na direcção. A parte introdutória do Relatório apela para que os trabalhadores bancários estarem «conscientes de que, para a conquista dos nossos direitos, terá forçosamente de haver avanços, paragens, recuos, ajustamentos a novas situações, novos avanços. Mas terá que haver muita luta para evitar que a actividade de alguns não determine a trégua entre explorados e exploradores» (sic). Esta reunião sindical teve a presença dos	Parcial	Notícia	Censura Laboral	Autor identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		representantes da autoridade, assim como acontecera anteriormente na reunião dos operários metalúrgicos".					
07/03/1974	"Chile: 6 meses depois"	"Passados 6 meses sobre o golpe militar que derrubou o governo da Unidade de Popular, e quando Pinochet conduz o Chile para uma autêntica «bancarrota» política e económica, quando os grandes bancos americanos agora fazem empréstimos recusados a Allende (...)". "Por volta de Julho de 1972, foi descoberto um novo plano que a ITT tinha apresentado ao Governo americano; o seu objetivo da Unidade Popular no espaço de seis meses. Este plano em 18 ponto, datado do mês de Outubro de 1971, propunha o estrangulamento económico, sabotagem diplomática, a desordem social, a criação do pânico entre a população de maneira a que o governo legal fosse ultrapassado pelos acontecimentos, e as forças armadas fossem incitadas a derrubar o regime democrático pra impor uma ditadura".	Total	Reportagem	Censura Política	Autor identificado	Internacional
07/03/1974	"Aumentaram os preços da gasolina em Angola e Moçambique"	"(...) em Portugal".	Parcial	Notícia	Censura Económica	Autor não identificado	Internacional
16/03/1974	"Mulheres Activas"	"MULHERES ACTIVAS". "(...) democratas (...)". "Quando se pensa na situação da mulher num país como o nosso, tem-se imediatamente consciência que a situação dessa população é paralela à da população masculina, mas a um nível ainda mais desfavorável. A exploração económica, social e cultural imposta ao homem, existe para a mulher, mas bem mais agravada". "Ao reparar-se na diminuição dos homens activos, entre 15 e 19 anos de idade, tem-se, desde logo, presente que o aparecimento da mulher, na produção de bens e serviços, entre 1960 e 1970, está ligado à falta de mão-de-obra masculina. Assim é, ao nível das causas imediatas. As guerras de África, imobilizando durante vários anos o trabalho produtivo masculino, e a emigração, atirando para fora do País centenas de milhares de trabalhadores do sexo masculino, estão na origem directa do recurso massivo à mão-de-obra feminina. Diga-se na origem directo ou imediata, porque, mediante, em profundidade, é algo	Parcial	Opinião	Censura Laboral	Autor identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p>de mais global que tem que ser posto em causa. Sem que aí se possa chegar, marque-se, uma vez mais, a nossa absoluta oposição ao estado de coisas que provoca fenómenos desse género". "(...) da condição de inferioridade em que sempre encontrara. Em situação semelhante está o trabalhador de Cabo Verde. Também ele não se vê automaticamente promovido socialmente pelo facto de vir trabalhar em Lisboa, arredores, Sines, etc. A referência aos operários caboverdianos é, aliás, oportuna. Esta categoria social compartilha com as mulheres portuguesas uma característica comum e bem fundamental: constituem ambas as categorias um exército de mão-de-obra de reserva, quer para o capitalismo monopolista português quer, sobretudo, para os monopólios internacionais, agindo livremente em Portugal. A essa reserva industrial faz-se apelo quando a mão-de-obra escasseia. Desse modo se evita o aumento de salários, assim se garante uma taxa de lucro mais elevada, continuamente elevada. 3- A mulher na vida activa, explorada tal como o homem, está, no entanto, sujeita a uma série particular de discriminações. Pense-se na inexistência de uma assistência sanitária razoável à mulher trabalhadora. Imagine-se as creches e escolas infantis que não existem. Lembre-se o excesso de trabalho que cai sobre a trabalhadora com responsabilidades familiares, tal como o demonstrem os estudos sociais efectuados. E assim por diante". "A culpa não vem do homem, seu companheiro de trabalho. Vem de cima, lá de cima". "A situação de desigualdade só não regista progressos como piora. Agrava-se constantemente, a distância entre os salários masculinos e femininos. (...) absolutamente impreciso - Que são rendimentos idênticos por exemplo? - (...). Como acontece a toda a legislação desligada da vida social, promulgada sem ter em conta que as estruturas que permitem as injustiças continuam de pé". "Ainda recentemente, na penúltima semana de Fevereiro, um grupo de mulheres democratas de Torres Vedras afirmava publicamente que a sua preocupação central é a luta contra a inflação e a subida do custo de vida. É a verdade que a exigência de um salário igual para um trabalho igual não resolver o cada vez mais grave problema do custo de vida. Mas sempre ajudaria, pelo que vemos aparecer como uma, entre muitas, das reivindicações das mulheres activas do País e reclamação imperiosa e justa de um salário</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		igual para trabalho igual".					
16/03/1974	"Porque sobem os preços"	"PORQUE SOBREM OS (...)". "(...) rebatendo a tese de inflação importada". "(...) uma (...) mais directa (...). Dentre eles, convirá destacar as remessas dos emigrantes, as despesas não produtivas do sector público e as receitas do Turismo. Os acréscimos em qualquer destas três variáveis, geram um aumento da massa monetária sem contra partida directa na produção, o que vai provocar um empobrecimento da procura".	Parcial	Notícia	Censura Social	Autor não identificado	Nacional
23/03/1974	"Os 25 anos do Congresso Mundial da Paz"	Anteriormente existe uma frase parcialmente cortada, mas não foi incluída por não se perceber. "PRINCÍPIOS DO MOVIMENTO". "(...) sólidos (...)". "Os seus princípios formados por unanimidade durante celebrações do décimo e do vigésimo aniversários, em 1959 e 1969, depois de adoptados pelos países afro-asiáticos, são os seguintes: - Interdição de todas as armas de destruição maciça a fim de pôr fim à corrida aos armamentos; abolição das bases militares estrangeiras; desarmamento geral, simultâneo e controlado; - eliminação de todas as formas de colonialismo e de discriminação racial; - respeito pelo direito dos povos à soberania e à independência, essencial para o estabelecimento da paz; - respeito pela integridade territorial dos Estados; - não intromissão nos assuntos internos das nações; - estabelecimento de relações comerciais baseadas no interesse mútuo e de relações culturais baseadas na amizade e no respeito mútuo; - coexistência pacífica entre os Estados com sistemas políticos diferentes; - substituição da política da força por negociações na resolução da diferendos entre nações. Estes princípios trouxeram e trazem nova força e novas esperanças aos povos em luta contra a opressão sob todas as suas formas". "É um movimento de - palavra não identificada - massas". "(...) e que tomam a - palavra não identificada - das acções de massas em apoio dos objectivos do movimento". "Deve ser preocupação constante das comissões de paz o seu desenvolvimento e alargamento, bem como o reforço da sua ligação e da cooperação com as secções cada vez mais amplas da população dos vários países, favorecendo ainda, uma vasta união entre	Parcial	Notícia	Censura Política	Autor não identificado	Internacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		todos os homens de boa vontade na acção e apoio às finalidades do movimento".					
23/03/1974	"Entre Nós Portugal: O Futuro Próximo"	"(...) PORTUGAL: O FUTURO PRÓXIMO". (...) classificada em círculos políticos da capital de «chicota psicológica» e em alguns círculos políticos internacionais de «abertura... à direita». (...) que, segundo a reportagem do jornal «O Século» antes de proferir a sua alocução aguardou breves minutos «que o prof. Marcelo Caetano terminasse de passear a vista pelo quadro geral que se lhe oferecia com tão luzida e significativa presença». (...) ficando por agora vago o cargo de vice-chefe do E.M.G.F.A que fora criado muito recentemente e que era ocupado pelo autor do livro «Portugal e o Futuro»".	Parcial	Notícia	Censura Política	Autor não identificado	Nacional
16/03/1974	"«A mulher e o trabalho»"	"(...) e a situação injusta em que se encontrava, em vários aspectos: salários inferiores para o trabalho igual (como acontece até no Banco de Portugal) (...)". "Lurdes Machado, depois de historiar a vida de extintas organizações femininas em Portugal, sugeriu a criação de uma associação para a defesa dos direitos da, ULHER, (que não seria nunca, frisou, contra os direitos do Homem...)".	Parcial	Breve	Censura Social	Autor identificado	Nacional
30/03/1974	"Moçambique - O caso do bispo de Nampula"	"(...) O CASO DO BISPO DE NAMPULA". "De acordo com notícias providas dum jornal de Joanesburgo, o bispo de Nampula, D. António Vieira, e seis sacerdotes foram vaiados e apedrejados por uma multidão de cerca de 2.000 brancos no aeroporto de Nampula quando seguiam para Quelimane para assistir à assembleia anual da Conferência de Moçambique; aquele acto motivado, acrescenta o jornal, por aqueles preladados se terem manifestado a favor da «Frente de Libertação de Moçambique», numa homilia proferida em Nampula". (...) bispo de Nampula (...)". (...) FOI-LHE, SIM, RECUSADO A RENOVAÇÃO DO VISTO DE RESIDÊNCIA". (...) onde teria, segundo a ANI, a expulsão daqueles seis sacerdotes. MASSACRE Um comunicado da Frelimo distribuído em Daes-Salam denuncia um massacre perpetuado pelas tropas portuguesas em Moçambique, na região de Tabora, a elementos da população civil, tendo sido mortas 28 pessoas. O Comando-Chefe das	Parcial	Notícia	Censura de Guerra	Autor não identificado	Internacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		Forças Armadas de Moçambique dez divulgar em Lourenço Marques um comunicado a desmentir o referido massacre revelado pela Frelimo".					
30/03/1974	Uma Efemeridade	" <i>Completam-se no próximo dia 5 de Abril doze anos que O Prof. Marcello Caetano deixou as funções de Reitor da Universidade de Lisboa. Como recordarão muitas pessoas, particularmente, o Prof. Marcello Caetano apresentou a sua demissão no mesmo dia em que uma nota oficiosa do Ministério da Educação Nacional proibiu a realização do Dia do Estudante e na sequência duma série de incidentes verificados na Cidade Universitária</i> ".	Total	Notícia	Censura Educacional	Autor não identificado	Nacional
30/03/1974	"A vida custa a (quase) todos"	"(...) o aumento do custo de vida e a depreciação do poder de compra dos salários". (...) pela imensa maioria cujos únicos rendimentos vêm da venda da sua força de trabalho". "Os depoimentos aqui ficam e que venham mais. De outros leitores do «N.A», de outros pontos do País. Embora, formalmente, os salários tenham aumentando, ainda que pouco, nestes últimos anos, na realidade diminuíram bastante. Deste modo, todos os sectores da população que vivem apenas do seu trabalho, sentirão o constante «aumento do custo de vida» oir formas extremas. Podendo significar, até, uma crescente subalimentação ou condições de alojamento precários. A GENTE QUER E NÃO PODE - Olhe: o dinheiro, gasto-o conforme posso! Para aí um conto e tal por semana só para a alimentação. São 7 pessoas; mais 1.500 escudos de renda de casa. Moro em Carnaxide. É muito longe de tudo. Só para o meu filho são 11 escudos. Vai para a Estrela. Gasta 11 escudos só de passagens por dia. Está tudo a subir e o ordenado está na mesma. Agora o problema com o óleo. Não se encontra óleo. O bacalhau encontra-se mas é a 93 escudos, e dantes era 40. E isso tudo influi na vida. A gente quer e não pode. Bacalhau em minha casa não entra. Enquanto é barato, está bem. Agora, não se se pode comer. (Dona de casa) - O meu ordenado não chega! Só isso não chega para a renda da casa e para comer, para a minha mulher e para a minha filha. Não me chega! Tenho muitas vezes que	Parcial	Carta do leitor	Censura Social	Autor identificado	Nacional

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

		<p>tirar ao corpo por causa de não ficar a dever nada a ninguém, Tenho que fazer horas extraordinárias para levar a minha vida honradamente, para não ficar a dever ao merceiro, nem ao padeiro, nem ao senhorio. (Trabalhador na construção) À saída do mercado falámos com uma dona de casa que nos diz, aproximadamente, como gasta o seu orçamento familiar. - Ainda não fiz as contas. Mas aí 1.000 escudos por mês, e somos três pessoas. E não estrago os restos que ficam, não deito fora; aproveitamos todos e mesmo assim são 1.000 escudos, mais ou menos só do comer. A renda de casa? Moro ali numa barraca. Pago 70 escudos. Se fosse num prédio?! Enão, eu não tenho marido. Que seria da minha vida? EQUILIBRAR RECEITAS E DESPESAS - O ordenado está baixo! Sobra-me pouco dinheiro. Só um conto de reis de renda de casa... Sou eu, a mulher e dois filhos. Já vê que não pode sobejar muito. Só fazendo horas extraordinárias é que se pode aguentar isto. Só a alimentação é um grande problema; principalmente arranjar bacalhau, azeite... Sendo geralmente as reformas fixas, que problemas as põem ais que gozam deste subsídio? - Eu sou reformado da Caixa de Providência. Ora, aquilo que gasto, habitualmente, é na alimentação. A renda de casa, têm os filhos que ajudar a pagar, porque não chega. É que a vida está toda cara; é um exagero! E principalmente as rendas de casa. Agora, para quem vive fora da cidade da Lisboa, os senhorios de 5 em 5 anos podem aumentar a renda e isso não acho justo. É isto!"</p>					
06/04/1974	"Trabalho despedido na TORGA"	<p>"Face ao irrisório aumento de ordenados na TORGA (empresa em que a média dos ordenados, excluindo os lugares de chefia, é de 4.000\$00), vários empregados tomaram a iniciativa de fazer circular no dia 4/2/74 uma carta onde se pedia a convocação de uma reunião com o sócio-gerente para serem discutidos problemas de revisões de salários e de relações de trabalho. A gerência da empresa em vez de corresponder ao justo pedido dos seus empregados, resolveu pura e simplesmente despedir um deles, precisamente o que até ao momento se mostrara mais intransigente na de defesa dos seus direitos".</p>	Total	Notícia	Censura Laboral	Autor não identificado	Não identificado

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

06/04/1974	"A violência: 300 000 mortos"	"(...) 300 000MORTOS"	Parcial	Crónica	Censura Social	Autor não identificado	Internacional
13/04/1974	"Prisões em Lisboa"	"Na tarde de sábado, 6 de Abril, uma força da PSP assaltou a sede da Cooperativa Forja (em organização), em Benfica, e prendeu 51 participantes numa reunião que ali decorria para apreciação dos estatutos da cooperativa".	Total	Notícia	Censura Laboral	Autor não identificado	Regional
20/04/1974	Direito à saúde um privilégio de classes	"(...) UM PRIVILÉGIO DE CLASSES". "(...) o que representa uma melhoria da situação em relação aos anos anteriores. Mas que melhorias? A das estatísticas que vão aproximando Portugal da Europa? E a efectiva cobertura médica da população?". "Portugal contava, em 1973 com 1 enfermeiro por cada 2075 habitantes."	Parcial	Notícia	Censura Social	Autor não identificado	Nacional

Anexo IV. Guião de Entrevista Fernando Paulouro – Jornal do Fundão

1. Quando e em que meio de comunicação se iniciou no Jornalismo?
2. Como foi iniciar a carreira de jornalista, uma profissão onde se pretende ouvir e dizer a verdade, num momento onde tal não era possível?
3. Quais eram as suas funções e tarefas no jornal até 1974?
4. Como era vista a classe durante o Estado Novo?
5. António Paulouro numa entrevista afirmou que o Jornal do Fundão foi criado com base em três pilares: informação exata, opiniões livres e qualidade de textos. Como é que contornava o facto de no Estado Novo e depois no Marcelismo o Estado ter acesso à informação que podia “passar” e, ao mesmo tempo, vigiar e sabotar os órgãos de comunicação quem tivessem uma opinião diferente à do regime? E perante tanta limitação como é que os artigos conseguiam ter qualidade?
6. No jornal em que trabalhou, que tipo de artigos e temáticas, os censores mais “cortavam”? Era difícil preencher o jornal com essas limitações?
7. Conseguia perceber quais eram os critérios usados pelos censores para cortar o jornal?
8. A censura não permitia espaços em branco nos jornais, era necessário ter um artigo sempre pronto. Como é que o jornal lidava com essa contingência? Lembra-se de alguma situação em concreto?
9. Quais eram os passos a dar quando os censores cortavam um artigo?
10. Durante o Salazarismo como estavam organizadas as secções do jornal? A forma como as secções do jornal estavam organizadas mudou com o Marcelismo? (Se sim, em quê; Se não, como era essa organização nos seus aspetos principais).
11. Os jornais da altura baseavam-se bastante no trabalho de correspondentes e colaboradores. Os textos dos correspondentes costumavam ser cortados pelos censores? Eram revistos na redação tendo em mente a censura? E com outros colaboradores, como era?
12. O que é que faziam para fugir à censura? Quais eram as técnicas usadas? Os leitores percebiam-nas?
13. Não sofreram represálias por intentarem contra o “trabalho” dos censores?
14. Onde e como era feito serviço da censura ao jornal? Havia alguma relação da direção do jornal com os censores?
15. Sabia quem eram os censores que vigiavam o jornal durante o Marcelismo? Alguma vez lidou diretamente com eles? Conheceu algum? Como os caracterizaria?

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

16. Alguma vez teve um artigo da sua autoria censurado? Pode dar um ou dois exemplos? O que é que sentiu?
17. Face à forte máquina censória que o Estado desenvolveu, durante o exercício da sua profissão, alguma vez se coibiu de escrever sobre determinado tema ou limitou o uso de determinadas palavras, por medo de sofrer represálias? Pode dar algum exemplo?
18. Acha que os Serviços de Censura eram incongruentes e difusos na sua análise?
19. Além dos conhecidos cortes aos jornais, havia outros métodos que os censores usavam?
20. Sendo o Jornal do Fundão contra o regime, em algum momento a censura tentou que o jornal se convertesse aos ideais do regime?
21. O que acha da suspensão do jornal de 1965?
22. Qual acha que foi o método mais importante usado pelo Jornal do Fundão para fazer face à censura?
23. No seu entender, o jornal conseguiu cumprir esse objetivo: enfrentar a censura e os carrascos do jornalismo e da liberdade?
24. Quando Marcelo Caetano chegou ao poder, o jornal acreditou na “aparente” moderação da censura?
25. Quando é que se aperceberam de que nada iria mudar?
26. Acha que para o Jornal do Fundão houve diferenças entre a censura salazarista e a censura (rebatizada como “exame prévio”) do período de Marcello Caetano? Se sim, porquê? Pode dar alguns exemplos?

Anexo V. Entrevista a Fernando Paulouro – Jornal do Fundão

1. Quando e em que meio de comunicação se iniciou no Jornalismo?

No Jornal do Fundão, porque anteriormente, havia tentativas de criar jornais no âmbito liceal e eram obrigados a ir à censura e, por isso, não os aprovavam ou então só aprovariam se fossem na génese de glória ao regime então instalado.

2. Como foi iniciar a carreira de jornalista, uma profissão onde se pretende ouvir e dizer a verdade, num momento onde tal não era possível?

É muito interessante. Albert Camus foi jornalista e dirigiu o jornal “Combat” a seguir à libertação da França, depois da derrota do Nazismo, e ele diz uma coisa muito interessante: “com censura o Jornalismo Não pode ser senão mau, porque o Jornalismo precisa de liberdade. Com liberdade pode ser bom ou mau”. Mas depois fazia muitas críticas àquilo que era o crivo, que se tornou numa coisa muito atual que era aposta no sensacionalismo e a habituação dos leitores não àquilo que era de facto realidade objetiva de um país, mas aquilo que poderia ser fácil para o consumo dos leitores que, hoje é uma realidade.

Nos meus tempos livres e quando estava de férias tinha toda essa fase de vida dentro do jornal e quando comecei a sério em 1972 o Jornalismo era uma grande escola – o mesmo aconteceu com redação do Jornal do Fundão, propriedade do meu tio António Paulouro, mesmo quando ainda não era jornalista profissional era uma escola de leitura e de nos chamar atenção para as grandes questões que deviam ser prioritárias na forma de fazer Jornalismo. Mesmo com censura o Jornalismo e os jornalistas tinham uma espécie de honra própria, que depois ficou vertida no Estatuto do Jornalista que, era o Jornalismo prosseguia o interesse público, apesar de nem sempre ser possível. Tive muitas vezes a satisfação de pensar que driblava o censor, por exemplo com a utilização de metáforas e conseguimos publicar coisas que vinha ao encontro do interesse público, apesar da censura, porque mesmo com a existência desta, o jornal transformou-se num jornal de causas, por exemplo o problema das minas da Panasqueira, da silicose, dos trabalhadores rurais, dos operários dos lanifícios - o Jornal do Fundão dava notícias que os outros não davam designadamente o Notícias da Covilhã que era um jornal da diocese, que acabou por lhe granjear notoriedade. Perceber que hoje o Jornalismo é totalmente diferente, penso que a verdadeira aventura foi o contributo que o Jornalismo deu para chegarmos ao 25 de Abril. É preciso ver que houve cumplicidade jornalística com os organizadores do Movimento

dos Capitães, como inclusivamente, foram jornalistas que passaram as senhas na rádio. Mesmo com censura havia jornais muito importantes desde: o Diário de Lisboa, o Diário Popular, A Capital, o Século e o Diário de Notícias.

3. Quais eram as suas funções e tarefas no jornal até 1974?

Quando comecei no jornal, os jornalistas mais velhos eram fundamentais para integrar os mais novos, hoje já não há tempo para isso. considero que os jornais perderam uma coisa que é essencial para o Jornalismo e que mostra a importância do Jornalismo para a própria história que é a memória das coisas. Quando comecei, lembro-me de começar por ir à polícia para fazer notícias locais, onde o graduado nos entregava o livro onde estavam as ocorrências e também ia saber as notícias do tribunal. Portanto, começava-se por questões muito próximas e muito ligadas ao quotidiano, porque era uma das boas funções e um estatuto de honra do Jornalismo: era a atenção que o jornal dava a uma realidade muito humana e próxima que era o quotidiano, visto que as pessoas também desapareceram do jornal. Por exemplo, as crónicas eram um género importantíssimo como a reportagem – duas coisas que se ligam à Literatura e que levou alguns a dizerem que o Jornalismo era uma disciplina superior da Literatura; além de que os maiores escritores portugueses foram quase todos jornalistas.

Entrava-se na redação e, quer dizer, o grande título era quando começava a publicar textos assinados. No meu arquivo pessoal tenho um corte da censura – o Ruy de Carvalho e o Rogério Paulo foram ao jornal e o diretor, o meu tio disse: “Faz uma entrevista” e eu nem tinha gravador na altura e estive à conversa com eles e escrevi. Depois de escrito, os textos eram compostos nas linotipes e os tipógrafos e o paginador ao ver aquilo quiseram dar-lhe um grande relevo e saiu no jornal, mas o artigo foi cortado. Mas aprendi que a destruição da censura era uma aprendizagem, pois poderia ter feito uma coisa menos crítica e valorizando outros aspetos da conversa, mas a conversa abordou as dificuldades porque passavam os teatros e os dramaturgos. Depois comecei a fazer outras coisas no jornal, acabei por me integrar e acabei a ser chefe de redação e diretor do jornal.

O Jornalismo acaba por ser também uma corporação e os jornalistas em si aceitam mal a crítica. Quando o Primeiro-Ministro vem fazer aquela crítica pública aos jornalistas é de um primarismo absolutamente inacreditável! Agora, críticas são fundamentais para uma pessoa aprender e ler os outros também estamos a aprender; era muito adepto e chateava os meus colegas de redação para fazer outros géneros (crónicas e reportagens), porque são fundamentais para o jornal e onde os próprios jornalistas acabam também por dar asas à sua capacidade criadora. Além disso, dentro do jornal havia muita camaradagem dentro das redações e o trabalho coletivo que hoje se perdeu

muito – atualmente, o jornalista procura tudo no computador e deixou de ouvir e dar voz às pessoas, que era a grande função do Jornalismo.

O que é que seria do mundo sem o Jornalismo? Há cada vez menos jornalistas. Antigamente, não havia notícias, ninguém sabia quem era preso – o desaparecimento de uma pessoa, preso pela PIDE por motivos políticos. Só havia notícias sobre os presos quando se publicava os julgamentos destes no Tribunal Plenário, onde os juízes eram executores da própria PIDE. O Jornalismo é muito importante, acho que nos 50 anos do 25 de Abril se fez um bom trabalho, no sentido de recordar como tudo se passou, nomeadamente no Congresso dos Jornalistas, onde fizeram testemunhos visuais com os jornalistas seniores a contar onde é que estava no 25 de Abril de 1974 – também participei e achei uma ideia interessante para fazer uma linha temporal, porque as coisas não podem ser esquecidas.

4. Como era vista a classe durante o Estado Novo?

Havia os jornalistas afetos ao Estado Novo, bem como jornais, A Voz que era um jornal católico e do regime, o Diário de Notícias era um jornal que tinha jornalistas independente, mas o jornal em si era seguidor do regime até ao 25 de Abril. Os jornalistas eram vistos como os que levantavam a voz e eram mais independentes como uns “tipos” perigosos, que usualmente eram vigiados. Além de vigiar opositores, a censura tinha acesso a nomes, o que acabou por se ver muito nas suspensões que censura ordenava nas comissões, que mandava para Lisboa. Houve muita falcatura para ludibriar o regime, nomeadamente, citações de escritores de Victor Hugo ou Lenin, mas não escreviam “Lenin” colocavam o nome dele Vladimir Ilyich Ulianov, mas a princípio os censores deixaram passar, mas houve um momento em que se aperceberam -, mas não deixavam de ser provocações à censura. Entre citações de pessoas afetas à esquerda, os jornalistas escreviam “Enquanto houver um português sem pão, a revolução continua” – António Oliveira Salazar.

5. António Paulouro numa entrevista afirmou que o Jornal do Fundão foi criado com base em três pilares: informação exata, opiniões livres e qualidade de textos. Como é que contornava o facto de no Estado Novo e depois no Marcelismo o Estado ter acesso à informação que podia “passar” e, ao mesmo tempo, vigiar e sabotar os órgãos de comunicação quem tivessem uma opinião diferente à do regime? E perante tanta limitação como é que os artigos conseguiam ter qualidade?

O Jornal do Fundão, aliás o meu tio (António Paulouro) semeou sempre isso, porque, inicialmente, ele era um homem do regime, só que ele tinha uma ideia e colaboradores

no jornal muito diversos: António José Saraiva, o doutor Rolão Preto, por exemplo, que terá dado ao jornal um carácter plural. Além disso, o jornal também tinha desde o início, uma dimensão social muito vincada ao longo tempo. Depois teve então outra vertente, ou seja, coisas de qualidade – de ter suplementos culturais de alta qualidade onde colaboravam os nomes mais importantes da cultura portuguesa desde o Cardoso Pires, o Eugénio de Andrade, o Eduardo Lourenço – estão lá todos nos vários suplementos literários. Aliás, houve um suplemento literário a seguir a 1965, à suspensão do Jornal do Fundão – porque a partir desse momento o jornal foi logo proibido, que na altura era dirigido pelo Alexandre Pinheiro Torres –, que foi muito cortado, mas que se manteve e depois deu origem a uma revista chamada “Etecetera”, mas foi considerado o melhor suplemento publicado em Portugal ao nível da modernidade. Lembro-me de ter com Paulo Domingos ir à censura buscar as provas de um número da revista “Etecetera” que, estavam todas “retalhadas” e teve de ser tudo modificado; sentámo-nos os dois nas escadas e comecei a chorar – é um registo que tenho e acho que define bem aquilo que é o drama da censura e da destruição do gesto criador, porque os escritores e os livros naquele tempo também eram proibidos. Isto era um lugar irrespirável. Também havia prosas de grande qualidade, apesar de a censura cortar tudo, precisamente porque os jornalistas tinham a capacidade para utilizar a imaginação, para descrever as coisas. Lembro-me de uma crónica sobre as cheias de 1967, em Lisboa, na quais morreu muita gente, onde a censura cortou os nomes dos mortos, a contabilidade dos mortos. Passadas duas semanas, Mário Castrim publicou uma crónica no Diário de Lisboa, também sobre as cheias numa das terras afetas, onde encontraram um garoto sentado num muro. Onde conta que começou a meter conversa com o miúdo onde lhe perguntou se conhecia certas histórias, mas a criança remeteu-se sempre ao silêncio e vai-lhe fazendo perguntas para ver se ele fala e a crónica termina com as palavras do miúdo: “Não te faças de parvo”. Sobre as cheias de 1967, considero que aquilo é um grande momento jornalístico, porque o jornalismo tinha também essa capacidade criadora das pessoas fazerem aquilo que nós costumamos dizer “dar a volta ao texto”. Muita coisa foi cortada e muita coisa passou.

6. No jornal em que trabalhou, que tipo de artigos e temáticas, os censores mais “cortavam”? Era difícil preencher o jornal com essas limitações?

Havia temas que absolutamente proibidos, por exemplo, coisas do âmbito laboral e de dimensão sindical, que era muito embrionário, porque os sindicatos tinham sido proibidos, bem como coisas ligadas aos costumes, que eram proibidos nos livros e nos jornais. Notícias do estrangeiro, por exemplo, o cinema era muito cortado, bem como no teatro, onde durante o Estado Novo eram muito comum fazer-se ensaios gerais na

véspera de estreia, onde os censores mandavam cortar partes do texto desde falas, gargalhadas, etc. Coisas de cariz sexy também eram muito cortadas pelos censores. Portanto, havia um cuidado especial para com as publicações, havia nomes que eram sistematicamente cortados, porque não se podia fazer referência a eles por exemplo, José Afonso, bem como escritores e os cantores de intervenção – os censores eram muito atentos a isso. No fundo, a censura é uma coisa que reproduz aquilo que foram as Conferências do Casino de Antero de Quental e do Eça de Queirós, quando Antero perguntou a Pina Manique, diretor da polícia se era possível viver sem ideias – é a mesma questão. O mesmo acontecia nos livros, por exemplo, Antologia da Poesia Erótica, de Natália Correia que foi proibida e a autora foi julgada.

A nova geração tem muita dificuldade em compreender a falta de liberdade, porque é uma geração que nasceu em liberdade; com a censura todos os setores da sociedade foram afetados, teatro, cinema, bem como as prisões por delito de opinião, o medo que é outro esteio fundamental da censura, e que também contribui para isso. Isto está tudo estilizado no temporalmente e vem de longe.

7. Conseguia perceber quais eram os critérios usados pelos censores para cortar o jornal?

Às vezes era puramente arbitrário e os próprios censores tinham medo do que deixavam passar. Não se podia deixar espaços em branco nos jornais, no Jornal do Fundão para tentarmos iludir isso através da colocação de um anúncio na primeira página. Os censores cortavam tudo e para tentar evitar isso, o meu tio fez uma coisa muito inteligente e que dava uma indicação clara ao leitor, fez um acordo uma revista, La Science et la Vie, de grande prestígio internacional, para publicar artigos nos Jornal do Fundão. Assim, a primeira página do jornal saía com artigos da revista, onde os censores não se atreviam a cortar, pois seria um escândalo tratando-se de uma revista internacional. Os leitores percebiam e às vezes esses mecanismos – há um caso muito interessante de um jornal da Beira, tinha sido dinamitada uma estátua de Salazar e ao colocarem a nova estátua Lourenço Marques escreveu uma notícia sobre a sua substituição tendo ainda referido que “A nova estátua representa bem Oliveira Salazar e bem mais resistente do que anterior” – às vezes o uso da ironia fazia com que os censores deixassem passar as coisas, porque não percebiam o seu significado. Em contrapartida, a censura passou a vigiar muito era a utilização da ironia, pois para os censores o riso era uma arma pesada o regime.

8. A censura não permitia espaços em branco nos jornais, era necessário ter um artigo sempre pronto. Como é que o jornal lidava com essa contingência? Lembra-se de alguma situação em concreto?

Colocava-se publicidade do próprio jornal em lugares que levava os leitores a perceber que no lugar daquele anúncio deveria estar um artigo jornalístico. Ou às vezes, também acontecia colocarmos uma nota na primeira página a dizer “Não publicamos determinada crónica por motivos alheios à nossa vontade”, por exemplo. Havia essa possibilidade, às vezes, de dar indicações ao leitor, mas em contrapartida nos períodos de maior rigidez da censura verificou-se uma grande solidariedade por parte dos leitores ao ponto de mandarem telegramas ao Presidente do Conselho a protestarem contra a suspensão do jornal em 1965, até mesmo os militares que estavam a combater em África contestaram a suspensão, porque o Jornal do Fundão e a sua ligação à terra.

9. Quais eram os passos a dar quando os censores cortavam um artigo?

Era substituí-lo por uma notícia inócua ou fazer um subterfúgio publicitário qualquer, falar do tempo, etc. Há um aspeto interessante sobre a censura, que eu acho que nunca foi estudado, entre o Salazarismo e o Marcelismo, houve um período sobretudo depois da reaparição do Jornal do Fundão que a notícia de uma lâmpada fundida de um cadeeiro público ou o buraco numa rua era cortado, quer dizer, o direito à crítica estava suspenso. A seguir com Marcello Caetano, o Serviço de Censura abriu, ainda que relativamente, o microcosmo político local, mas refinaram o controlo político nacional. A realidade nacional manteve uma vigilância mais apertada, uma vez que os censores cortavam tudo o que viam até à véspera do 25 de Abril, quando saiu a República e dizia “Este jornal não foi visado pela Comissão de Censura”. É o grande momento!

O jornal publicava muitas crónicas, tinha muitos cronistas nacionais a colaborar para ele, além dos suplementos literários e, nesse aspeto foi uma aprendizagem. A crónica e a reportagem foram esteios fundamentais do jornal, não sei porquê, mas os censores ao cortarem certos elementos, acabavam por desfigurar a prosa. Consideravam, se calhar aqueles textos excessivamente literários, que seriam lidos por meia dúzia de intelectuais, logo o povo não os entenderia, porque não tinha conhecimentos.

10. Durante o Salazarismo como estavam organizadas as secções do jornal? A forma como as secções do jornal estavam organizadas mudou com o Marcelismo? (Se sim, em quê; se não, como era essa organização nos seus aspetos principais).

A primeira página tinha crónicas e notícias e mesmo iniciativas levadas a cabo pelo jornal. Os censores proibiam muito os escritores portugueses e o jornal dava palco aos

escritores brasileiros, por exemplo, Odilo Costa, João Cabral de Melo Neto que era diplomata e estava como cônsul no Porto, mas com este último, os censores tiveram de vergar, tendo em conta a figura que era seria um escândalo.

Além disto, o jornal tinha uma secção muito importante que era a necrologia. Segundo o meu tio podia faltar o editorial numa edição do jornal, o que não podia faltar era a secção da necrologia – nesta secção publicava-se sobre pessoas comuns, mas também sobre as figuras importantes da memória das terras e das cidades. Aprendi muito a trabalhar nesta secção, de certo modo o jornalista fazia um retrato das pessoas comuns, como das pessoas importantes, algumas delas também ligadas ao jornal. Houve também uma altura em que o Jornal chegou a publicar os obituários por concelhos e freguesias, sobretudo para as pessoas que estavam no estrangeiro porque era uma informação preciosa para eles que estavam longe da terra natal – e isso parecendo que não acabou por reforçar muito a identidade do jornal.

Além disto, o jornal era composto por notícias locais e teve também, pouco tempo depois de ser criado, uma página dedicada à Covilhã, chamado o Correio da Covilhã. Houve um projeto para fazer vários jornais dentro jornal, mas não havia capacidade económica para tal. No fundo era experiência que vinha da imprensa regional francesa, que tinha muitas tiragens, enquanto em Portugal tem cidades médias. Mesmo agora, em Democracia, persiste um quietismo na sociedade de província, apesar de Portugal fazer coisas boas está tudo muito quieto, a participação é muito residual, os jornais podiam impulsionar a participação, mas não há como em Portugal.

No que toca às secções no período do Marcelismo estas mantiveram-se, uma vez que, o jornal neste período tinha crónicas nacionais e internacionais. Passou a ter também um magazine, que eu fiz durante muito tempo, que trazia sempre uma coluna com notícias internacionais e nacionais, comentário breve e assuntos variados. Nessa altura, o jornal começou também a evoluir na imagem gráfica, onde a ocupação do espaço passou a ser mais atrativa. O jornal tinha uma marca identitária, por um lado a cultura, por outro o jornalismo, que se reclamava dos géneros que eram mais importantes no plano criador e o noticiar a realidade regional também era importante: a minas da Panasqueira, as histórias fabulosas dos imigrantes que saíram de Portugal a “salto”.

De facto, as pessoas levarem o jornal além-fronteiras foi muito portante, porque foi um elo absolutamente notável de ligação entre as pessoas que ficaram e as que foram. Portanto, havia esses fenómenos identitários que também obrigavam o jornal a pensar na realidade informativa que queria fazer, para além da necrologia e da notícia da “terrinha”, para tal também foi importante a rede de colaboradores que o jornal possuía nas freguesias, que transmitiam o que se passava nas terras.

11. Os jornais da altura baseavam-se bastante no trabalho de correspondentes e colaboradores. Os textos dos correspondentes costumavam ser cortados pelos censores? Eram revistos na redação tendo em mente a censura? E com outros colaboradores, como era?

Os textos dos correspondentes, geralmente, tinham de ter uma reelaboração, porque por vezes esses textos chegavam por telefone e eram vistos pela censura. Dois dos cortes tenho em minha posse, de textos escritos por correspondentes são notícias de soldados falecidos – os censores deixaram passar as restantes notícias, mas a relativa aos soldados que haviam morrido não passou. Portanto, os censores também liam notícias do género.

Um outro exemplo, aquando dos 40 anos da Revolução Nacional foi inaugurada uma obra em cada freguesia e lembro-me que foi publicada uma crónica humorística no jornal, que acho que passou na Censura, e no final escreveu-se “Vivam aos mortos!”. Às vezes os textos passavam, mas os censores liam-nos com relativa atenção, porque sabiam que a subversão pode acontecer em qualquer lugar, bem como o lugar ao pensamento.

12. O que é que faziam para fugir à censura? Quais eram as técnicas usadas?

Escrever de uma forma mais subtil, não podíamos ir diretos ao assunto que queríamos transmitir, ou seja, andar com rodeios e depois tentar dar a informação. Também é verdade que havia uma autocensura estabelecida em cada jornalista, porque ninguém gostava de trabalhar para depois as coisas não saírem. Ou seja, havia um certo cuidado na forma como se escrevia.

Quando Marcello Caetano chegou ao poder a censura mudou de nome para Exame Prévio, bem como outras instituições do regime como a PIDE, que passou a DGS. Nesse aspeto, havia que ter um cuidado de facto e fizeram-se coisas notáveis, por exemplo no humor. Geralmente, quando um jornalista queria fazer uma crónica, o jornalista Artur Portela fez isso muito bem nas suas crónicas – o qual também colaborou com o Jornal do Fundão – pois, ele conseguia mascarar as suas ideias e passar despercebido aos olhos dos censores. Isso também acabou se revelar uma aprendizagem, hoje se um indivíduo fizer isso, ninguém o percebe e não tem sentido.

12.1. Os leitores percebiam-nas?

Não digo que percebessem todos, mas muitos percebiam até porque se um cronista ficasse muito tempo sem escrever para o jornal, os leitores perguntava-nos. O jornal teve essa faceta cultural e de cronistas, porque escritores e cronistas podiam publicar no jornal coisas que não podiam publicar em mais nenhum órgão de comunicação e,

por isso da história do jornal também fazem parte os grandes escritores portugueses, bem como jornalistas e cronistas. Além de que o jornal também tentou fazer disso escola formando jovens e pessoas, que depois foram escrevendo, mas com o tempo tudo isso desapareceu dos jornais. Tenho muita pena de facto! A realidade ensina-nos, na literatura aprendemos isso com mais profundidade, como uma pequena realidade pode ter muito dentro de si, pela dimensão humana, pela situação que se quer descrever.

13. Não sofreram represálias por intentarem contra o “trabalho” dos censores?

O Jornal do Fundão foi multado muitas vezes, além de ter sido suspenso e até levou à demissão do censor de Castelo Branco, que fez uma declaração a dizer “Declaro sob minha honra que visei os textos do suplemento literário de argumentos do doutor Alexandre Pinheiro Torres”, onde vinha a notícia do Luandino Vieira. Aquilo foi uma arbitrariedade total, mas por outro lado, o jornalismo dá essa possibilidade de contacto com pessoas, pelo menos o Jornal do Fundão que tinha vincada uma dimensão cultural com os escritores. Posteriormente, tornei-me amigo do Luandino Vieira e ele chegou a vir ao Fundão agradecer. O jornal foi suspenso, uma vez que, a Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) lhe concedeu um prémio e o jornal noticiou-o. Quando aconteceu a suspensão do jornal ficamos apavorados e depois com a consequente apreensão dos jornais que iam seguir para o estrangeiro. Com este acontecimento, havia a ideia de que isto (a ditadura e a censura) nunca mais iam acabar.

Mais tarde, acabei por dar a ideia ao meu tio de se guardarem as provas de censura, que seguiam em páginas soltas, porque eram documentos fundamentais não só para o estudo do jornal do que fica reportado, mas também da mentalidade dominante. Em 1974 acabou com isso, mas a importância de guardar o acervo documental é fundamental –, aliás em Lisboa cometeu-se o erro, porque quando foi o 25 de Abril, os militares entraram nos Serviços da Censura e queimaram e deitaram fora a documentação. Acabando por se perder muita coisa.

14. Onde e como era feito serviço da censura ao jornal? Havia alguma relação da direção do jornal com os censores?

Lembro-me de ir à Censura a Castelo Branco, até estava na tropa em Castelo Branco, ia fardado e o censor era um professor aposentado. O meu tio protestou muitas vezes com o diretor da censura, pois multaram o jornal por diversas vezes por os artigos não irem à censura. Às vezes os censores faziam coisas que não tinham interesse nenhum, por exemplo, quando saiu o suplemento onde se noticiou que Luandino Vieira tinha ganho o prémio, havia um outro artigo no suplemento “Os Cinquenta anos do Seminário do

Fundão” feito por um padre onde contava a importância do seminário e os censores alegaram que o artigo em causa não tinha ido à censura. Os critérios usados pelos censores eram totalmente arbitrários e por mais que protestássemos acabava por não dar em nada, porque Salazar tinha “bilhetes” para os censores, para chamar atenção de determinadas coisas. Os contactos com a censura baseavam-se muito com protestos e berros, mas de pouco serviam.

15. Sabia quem eram os censores que vigiavam o jornal durante o Marcelismo? Alguma vez lidou diretamente com eles? Conheceu algum?

Não, só conheci o diretor da censura de Castelo Branco. Soubemos quem foram alguns dos censores, sobretudo depois da suspensão do jornal; um deles era o filho do presidente da Câmara e um professor, uma pessoa muito cordial, mas que em Lisboa fazia trabalhos para a censura. Às vezes conseguia-se saber quem eram os censores, mas o trabalho em concreto ninguém sabia, até para a sua própria proteção.

15.1. Como os caracterizaria?

Eu acho que os censores eram também apagadores da memória. Penso neles como indivíduos que estavam atrás daquelas funções repressivas, que os estados totalitários têm porque eles (os censores) faziam outro tipo de agressões. Sophia de Mello Breyner tem um poema absolutamente fabuloso, que gosto particularmente, que diz o seguinte “Nunca choraremos bastante onde vemos o gesto criador ser destruído”. Portanto, não pode haver complacência para com os censores, mas a justiça não foi feita: nem os “gajos” dos tribunais plenários que executavam os processos da PIDE não foram julgados e muitos deles morreram de reformas promovidos.

Cavaco Silva promoveu dois indivíduos da PIDE e negou a pensão a Salgueiro Maia quando ele estava já em fase quase terminal. Houve uma estranha complacência, nunca houve ajuste de contas com a história. O julgamento do assassinato do general Humberto Delgado foi uma vergonha no Tribunal Militar, apesar de estar documentado em livro, mas a impunidade é uma coisa que dói muito. O Jornalismo acaba por ter essa responsabilidade moral.

Após o 25 de Abril, eu próprio fui a muitos julgamentos por abuso de liberdade de imprensa, nunca fui condenado – num deles por uma crónica que escrevi e publicada no jornal, cujo título era um poema do Jorge Sena que dizia “Que adianta dizer que isto é um país de sacanas” e era contra a Caixa de Nacional de Pensões por causa das pensões dos trabalhadores dos lanifícios. O presidente da Caixa de Pensões moveu um processo contra mim, mas o juiz acabou por me absolver.

16. Alguma vez teve um artigo da sua autoria censurado? Pode dar um ou dois exemplos? O que é que sentiu?

Tive muitos artigos censurados. Ao longo tempo, foram muitas outras coisas, nomeadamente, sobre as Minas da Panasqueira, sobre aquilo que era a realidade cultural e da sua necessidade como vetor – havia sempre pequenos apontamentos que os censores cortavam. No entanto, ainda consegui que alguns passassem, porque quando eram os atos eleitorais havia durante o mês um bocadinho de liberdade, que ainda assim algumas coisas vinham para trás por serem mais litarias, mas é muito doloroso. Tenho algumas coisas guardadas em casa, pois gostaria de fazer alguma coisa sobre esse ciclo do jornal por diversas razões: há coisas a que só eu assisti e sou o único que estou vivo para o contar, portanto, tenho o dever de deixar escrito essa parte da história do Jornal do Fundão.

Havia nomes que eram proibidos, por exemplo, António José Saraiva começou a ser proibido depois de publicar no jornal uma crónica chamada “Domingos de Paris”, onde descrevia o povo português como um povo muito triste e terminava com um verso de Fernando Pessoa “Ó Portugal hoje és nevoeiro é a hora” e depois disso, o seu nome foi proibido. Só voltaria a escrever muitos anos depois, já na Holanda, duas crónicas uma sobre a crise do petróleo e outra sobre a imigração dos portugueses.

17. Face à forte máquina censória que o Estado desenvolveu, durante o exercício da sua profissão, alguma vez se coibiu de escrever sobre determinado tema ou limitou o uso de determinadas palavras, por medo de sofrer represálias? Pode dar algum exemplo?

Provavelmente sim, houve coisas que tinha na cabeça e que não passei ao papel e não escrevi. Na altura, aderi ao PCP (Partido Comunista Português), porquanto, aquilo era clandestino e a PIDE prendia pessoas a “torto e a direito”. Algumas vezes, quando saía do jornal pensava “Se calhar é hoje que está aí o ‘gajo’”, porque o indivíduo que se reunia comigo poderia ter sido preso e ter falado. Havia muitas prisões assim, por isso tinha alguma cautela.

Quando vi o meu processo na PIDE, desde o liceu havia uma fotografia minha e uma ficha enviada de Lisboa para aqui (Comissão de Censura de Castelo Branco), por causa das associações pro-liceais. Houve um indivíduo que foi preso e que tinha o meu nome escrito numa agenda e a PIDE abriu logo um processo, onde constavam também recortes do jornal.

Nunca deixei de escrever e nunca deixei de marcar presença nos acontecimentos, mas também não fazia por provocar os censores. Ou seja, no início quando comecei no Jornalismo era capaz de dizer “Vou escrever isto a ver se a censura vai cortar”, mas

depois uma pessoa pensa de outra forma e acabava por tratar os assuntos de outra forma para evitar a represália: o corte. Além disso, havia a sensação de uma pessoa se sentir vigiado, porque eu participava civicamente nas coisas e na oposição e a PIDE sabia-o.

A censura criava medos, por exemplo, havia temas sobre os quais não se podia escrever, nomeadamente, a guerra nem mesmo na altura das eleições, porque cheguei a participar em eleições, designadamente em 1973, onde fiz trabalhos de reportagem para o Jornal do Fundão e para a República, em que os oradores eram reprimidos sempre que se falava na Guerra Colonial por um oficial da polícia que estava a vigiar o evento – o candidato dizia “A Guerra Colonial ...” e o oficial dizia “Não pode!”. Hoje parece uma coisa caricata. Alexandre O’Neil num poema seu dizia “O medo toma tudo, transforma as pessoas em ratos” e a censura era um dos elementos, mas quer dizer, nunca deixei de pensar em voz alta para além da escrita. Nessa altura, não pensava constantemente se o que escrevia ia passar na censura ou não, e a dinâmica do Jornalismo também quebra isso.

18. Acha que os Serviços de Censura eram incongruentes e difusos na sua análise?

Os censores eram objetivos e o que deixavam “passar” era porque não se apercebiam muitas vezes da intenção daquilo que estava escrito na narrativa. Às vezes cortavam partes dos textos, parágrafos ou palavras de um título. Acima de tudo, os censores tentavam cumprir a função de fazer com que as coisas não existissem, pois era o seu grande objetivo. Agora há dificuldade em fazer isso, em esconder as coisas, porque as tecnologias mudaram muito, mas nos anos 60 e 70 estava tudo muito circunscrito e numa ditadura, como era o caso, havia a polícia, a censura, o medo, as perseguições, a discriminação no emprego – qualquer funcionário público era obrigado a fazer uma declaração onde repudiava o Comunismo e todas as ideias subversivas – o controlo era muito intenso. A censura não podia facilitar, porque o próprio ditador chamava atenção para isso, pois havia pessoas que se queixavam sobre o que a censura deixava ou não passar. Quando o jornal publicou a notícia do Luandino, os “capangas” do regime, bem como Soares da Fonseca, antigo seminarista e amigo de Salazar, dizia “Como é deixam publicar esta pústula? Isto é para acabar!” e estava convencido de que o jornal não voltaria a ser publicado. Além da suspensão, impuseram ainda ao jornal uma série de cauções o que se tornou muito complicado e com a destruição económica através da censura, porque o jornal também tinha uma tipografia. Esse universo da ditadura tinha uma galáxia de perseguições, pois a censura era um dos elementos vitais e tinham por ideal cumprir o seu serviço em nome dos ditadores.

E ainda havia a outra questão da obrigação da Igreja ao Estado, portanto socialmente era uma asfixia terrível – começava na escola primária com alunos a entrarem nas salas de aula a marchar e ter um professor com um emblema da Legião na lapela e que gostava de reguadas, hoje, a escola é um divertimento. Além de que, não eram todos que podiam prosseguir os estudos, porque o ensino era privado, dos meus colegas mais inteligentes nenhum prosseguiu os estudos; acabavam a escola primária e iam para as oficinas. Era de uma injustiça atroz. Ainda me lembro de pessoas andarem descalças, dos meninos que deixavam de ir à escola porque morriam – a mortalidade infantil era terrível. Tínhamos uma proximidade muito grande com a morte. Geralmente, quando se era aluno da escola íamos de bata branca aos enterros e levávamos um crucifixo.

Posso queixar-me? Não nasci em Gaza, nem na Ucrânia, não fui judeu no Holocausto. Tive muita sorte. Também devemos pensar na parte positiva, vivi em ditadura 27 anos, mas depois tive a felicidade de viver a libertação, de participar na vida com Liberdade e de como as coisas mudaram em Portugal.

19. Além dos conhecidos cortes aos jornais, havia outros métodos que os censores usavam?

Não. Além dos cortes aos jornais havia cortes aos livros. No caso dos livros, os censores liam os livros a convite da PIDE, geralmente, e decidiam e aconselhavam que livros eram ou não proibidos. Censura era o que mais havia: censura ao teatro, ao cinema, etc.

20. Sendo o Jornal do Fundão contra o regime, em algum momento a censura tentou que o jornal se convertesse aos ideais do regime?

Converter o jornal aos ideais do regime era coisa que eles sabiam que era impossível, porque o jornal no seu conjunto e ao longo da sua vida foi-se afirmando. A grande afirmação é a partir dos anos 60, sobretudo depois da suspensão em 1965, quando fica conhecido institucionalmente como um órgão de comunicação que teve um papel e um contributo muito importante na resistência à ditadura no âmbito social e cultural.

21. O que acha da suspensão do jornal de 1965?

Na altura, em 1965, era muito novo, ainda não estava na redação, mas estava no jornal. Lembro-me de ter ido ao gabinete do meu tio (António Paulouro) tirar um ou dois livros que levei para casa de minha mãe com a presunção de que a PIDE assaltava também o jornal como assaltou a Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE).

Naquela altura, uma pessoa fica balançado ao ver as notícias na televisão a dizer “traidores” e automaticamente pensa-se “De certeza de isto vai dar prisão”. Fiquei aterrado. Apesar da suspensão do jornal, a tipografia continuou a trabalhar

normalmente, já não fazia o jornal, mas dedicava-se a outros trabalhos, por exemplo o livro de Mário Soares, Memórias Políticas, que ninguém queria fazer e saiu quando Soares estava no exílio.

As verdadeiras dificuldades vieram depois, no recomeço do jornal. O primeiro número, após a suspensão do jornal estava todo entusiasmado e o jornal foi todo cortado, do princípio ao fim. Cheguei a colaborar na tradução dos artigos da revista “Science & Vie” precisamente para ultrapassar os cortes da censura. O jornal foi sobrevivendo, mas era muito desolador não podermos escrever sobre os assuntos, um buraco na rua, uma lâmpada partida, uma crítica inócua do ponto de vista local era cortada e do ponto de vista nacional era impensável se quer.

Enquanto o jornal foi visto em provas de página era necessário enviar novas provas à censura para Lisboa – era uma destruição brutal – era preciso compor as páginas na tipografia e os censores cortavam aqui e ali, quando não cortavam tudo.

22. Qual acha que foi o método mais importante usado pelo Jornal do Fundão para fazer face à censura?

O mais importante foi o jornal nunca ter perdido o sentido de serviço público, mesmo quando havia cortes da censura, e ter criado uma confiança desmedida nos leitores, que através do jornal se foi apercebendo do que era a censura – havia muita que não sabia o que era a censura. Quer dizer, essa fidelidade dos leitores é que foi uma grande conquista, porque era uma fidelidade a sério ao longo do tempo. Ainda pude viver isso enquanto diretor do jornal, porque mantive o património do fundador do jornal e, do ponto de vista pessoal, essa experiência é muito enriquecedora e acabamos ter a noção de que é lido. Depois do 25 de Abril houve projetos aliciantes para ir para Lisboa, mas pensava “o que é que vou fazer para Lisboa se o meu trabalho aqui é apreciado”?

23. No seu entender, o jornal conseguiu cumprir esse objetivo: enfrentar a censura e os carrascos do jornalismo e da liberdade?

Sobreviveu e construiu um título de honra na história da Imprensa portuguesa e foi reconhecido genericamente, isso é inegável e é muito importante do ponto de vista de um projeto que se completa. O meu tio dizia uma coisa muito interessante “Dizem que fiz um jornal, eu digo que o jornal é que me fez a mim” o que é verdade tendo em conta o que foi a sua vida, a sua grande aventura, e da ousadia de fazer coisas. Inicialmente, numa pequena vila e depois cidade do interior do país, onde ele conseguiu que o jornal se impusesse à escala do país com uma audiência muito generalizada. Onde eu vá as pessoas dizem-me que liam o jornal e lembram-se das pessoas que para ele escreviam – o que é muito invulgar na Imprensa.

24. Quando Marcelo Caetano chegou ao poder, o jornal acreditou na “aparente” moderação da censura?

O jornal achou que ia haver uma diferença. Há uma coisa interessante nisso, foi com Marcelo Caetano no poder que o jornal passou a ser censurado em Castelo Branco, que é o seguinte nas reclamações que o jornal fez desde que Marcelo Caetano se demitiu da Universidade de Lisboa por causa da intervenção da PIDE, Marcelo Caetano deu um parecer a dizer que a decisão da presidência do Concelho era ilegal, portanto ele conhecia bem o problema do jornal. Agora, o jornal depressa percebeu que se tratava de uma primavera falhada, por causa das prisões, a PIDE e a censura continuaram, bem como a guerra, e isso desfazia qualquer ilusão. Havia sempre amigos presos e até colaboradores do jornal. Eram tempos muito complicados e tristes e, portanto, muita gente acreditou que o “sistema” ia mudar, as mesmas que acreditaram em Salazar e que estavam cansados falhanços da República e, que depressa viram que evoluiu para uma ditadura tiveram depois a mesma sensação quando acreditaram em Marcelo Caetano. No início, o Exame Prévio, levantou um “bocadinho” o véu para dar a sensação de mudança, mas depressa regressou aos cânones.

25. Acha que para o Jornal do Fundão houve diferenças entre a censura salazarista e a censura (rebatizada como “exame prévio”) do período de Marcelo Caetano? Se sim, porquê? Pode dar alguns exemplos?

O que pressenti como experiência imediata, porque ia fazer muitas sessões de Câmara e antes cortavam e depois começou a passar tudo, ou seja, houve uma ligeira abertura ao poder local e a censura com Marcelo Caetano passou a ser mais objetiva, mais estilizada em termos gerais e nacionais, políticos e culturais. Mas a violência e torturas e irregularidades da PIDE continuaram, nomeadamente, a ilegalidade de os presos não terem direito a um advogado, serem julgados sem culpa formada, prorrogação das penas – onde Pinto Balsemão e Sá Carneiro intercederam juntos do Ministério da Justiça para revogar estas ilegalidades, mas tudo isso caiu em “saco roto”. Marcelo Caetano não teve força como teve a ilusão de que era possível reformular o regime por dentro.

Anexo VI. Guião de Entrevista a Orlando César – Notícias da Amadora

1. Quando e em que meio de comunicação se iniciou no Jornalismo?
2. Como foi iniciar a carreira de jornalista, uma profissão onde se pretende ouvir e dizer a verdade, num momento onde tal não era possível?
3. Quais eram as suas funções e tarefas no jornal até 1974?
4. Como era vista a classe durante o Estado Novo?
5. Como descreve a experiência de trabalhar num jornal apelidado como “opositor” ao regime?
6. No jornal em que trabalhou, que tipo de artigos e temáticas, os censores mais “cortavam”? Era difícil preencher o jornal com essas limitações?
7. Conseguia perceber quais eram os critérios usados pelos censores para cortar o jornal?
8. A censura não permitia espaços em branco nos jornais, era necessário ter um artigo sempre pronto. Como é que o jornal lidava com essa contingência? Lembra-se de alguma situação concreta?
9. Quais eram os passos a dar quando os censores cortavam um artigo?
10. Durante o Salazarismo como estavam organizadas as secções do jornal? A forma como as secções do jornal estavam organizadas mudou com o marcelismo? (Se sim, em quê; Se não, como era essa organização nos seus aspetos principais).
11. Os jornais da altura baseavam-se bastante no trabalho de correspondentes e colaboradores. Os textos dos correspondentes costumavam ser cortados pelos censores? Eram revistos na redação tendo em mente a censura? E com outros colaboradores, como era?
12. O que é que faziam para fugir à censura? Quais eram as técnicas usadas? Os leitores percebiam-nas?
13. Não sofreram represálias por intentarem contra o “trabalho” dos censores?
14. Sabia quem eram os censores que vigiavam o jornal durante o Marcelismo? Alguma vez lidou diretamente com eles? Conheceu algum? Como os caracterizaria?
15. Alguma vez teve um artigo da sua autoria censurado? Pode dar um ou dois exemplos? O que é que sentiu?
16. Face à forte máquina censória que o Estado desenvolveu, durante o exercício da sua profissão, alguma vez se coibiu de escrever sobre determinado tema ou limitou o uso de determinadas palavras, por medo de sofrer represálias? Pode dar algum exemplo?

Os Mecanismos de Censura aplicados à Imprensa Regional

- 17.** Acha que os Serviços de Censura eram incongruentes e difusos na sua análise?
- 18.** Além dos conhecidos cortes aos jornais, havia outros métodos que os censores usavam?
- 19.** Qual acha que foi o método mais importante usado pelo Notícias da Amadora para fazer face à censura?
- 20.** No seu entender, o jornal conseguiu cumprir esse objetivo: enfrentar a censura e os carrascos do jornalismo e da liberdade?
- 21.** Quando Marcelo Caetano chegou ao poder, o jornal acreditou na “aparente” moderação da censura?
- 22.** Acha que para o Notícias da Amadora houve diferenças entre a censura salazarista e a censura (rebatizada como “exame prévio”) do período de Marcello Caetano? Se sim, porquê? Pode dar alguns exemplos?

Anexo VI. Entrevista a Orlando César – Notícias da Amadora

1. Quando e em que meio de comunicação se iniciou no Jornalismo?

Comecei no jornalismo no Notícias da Amadora. Foi um acaso. A minha ligação ao Notícias da Amadora deveu-se ao facto do meu pai se tornar diretor e proprietário do jornal. Eu que não tinha perspetiva alguma em vir a ser jornalista, mas o jornalismo caiu-me em casa e acabei por me tornar jornalista por via disso.

O meu pai assumiu essa responsabilidade no jornal em 1963. Eu, nessa altura, tinha 13 anos e comecei a colaborar para o jornal aos 14. Coisas que não tinham a ver com o jornalismo: contos, poemas, essas coisas que os jovens escreviam naquela altura e, que eu também escrevia e que também os jornais nessa época a incentivavam a escrita e também a colaboração de jovens. Tanto que houve páginas juvenis em diversos jornais, também no Notícias da Amadora, que foram um viveiro de jornalistas, escritores, etc.

2. Como foi iniciar a carreira de jornalista, uma profissão onde se pretende ouvir e dizer a verdade, num momento onde tal não era possível?

O contexto da ditadura, da ausência de liberdades e de tudo isso era uma situação com a qual eu lidava, porque o meu pai tinha sido preso em 1943 e, portanto, essa experiência da repressão e depois toda a atividade política do meu pai, eu ia de alguma forma acompanhando. Ou seja, essa era uma questão que acabava por estar presente em casa e com a qual convivia.

O facto estranho foi quando eu próprio tive provas censuradas, tive textos meus censurados. Essa é que foi primeira experiência, agora ver a experiência disso noutros era uma coisa a que eu estava habituado. Apesar de ter esta minha ligação a partir dos 13 anos, como já disse, com o Notícias da Amadora.

Eu considero que comecei a fazer textos jornalísticos a partir de 1970, porque antes disso, apesar de já ter feito antes, em 1967, uma reportagem que, digamos era aquele género jornalístico que eu que pressuponha, que era ir aos locais e narrar aquilo que se via. Escrevi uma em 1967, mas eu não a considerava ainda enquanto reportagem - era uma coisa que procurava ser uma reportagem. Faço, de facto, uma reportagem em 1970, na Brandoa, um bairro do concelho da Amadora, que era um bairro completamente clandestino. Onde cresciam prédios e vivendas na completa ilegalidade. E eu fui lá fazer uma reportagem naquele sítio. Em que não havia estradas, havia ruas enlameadas, não havia transportes para as pessoas, não havia sequer telefone, não havia uma praça de táxis, não havia coisa nenhuma. E os despejos eram feitos pelos

senhorios com uma arma de fogo. Se quisessem despejar um inquilino batiam-lhe à porta, apontavam-lhe uma arma e ponham-no na rua. Era assim a ilegalidade, a situação que se vivia nesse bairro.

Foi o confronto com essas coisas e com aquilo que as pessoas contavam e narraram nesse texto, que me deu também mais aprendizagens. Aliás, eu acho que vi esse aspeto das reportagens em si, não só pelo género, mas aquilo que se aprende, aquilo que se colhe do contacto com as pessoas sempre foi bastante importante na minha vida.

3. Quais eram as suas funções e tarefas no jornal até 1974?

Eram necessárias. Não só escrevia, mas ia à censura levar as provas para serem censuradas. Também ia buscá-las. Era um jornal sem grandes recursos em que se fazia tudo um pouco.

O jornal foi fundado a 25 de outubro de 1958. Era um jornal, inicialmente quinzenal. Era um jornal feito por um homem que estava ligado ao setor e era colaborador de jornais, no entanto, não conseguiu aguentar o jornal mais do que um ano, porque as condições eram difíceis. O fundador inicial em 1959 desistiu.

Foi em 1963, quando meu pai, Orlando Gonçalves, assumiu a responsabilidade pelo jornal. Aí começou a criar as bases, ou seja, ter um jornal que, pertencendo a uma freguesia do concelho de Oeiras, que era Amadora, uma freguesia especial, passou a ter muitas fábricas, era uma zona industrial, de operariado. E, portanto, teria de ser um jornal que tivesse em conta essas especificidades, ou seja, o meio em que se inseria. Assim, o jornal passou a ter também uma perspetiva de virada e procurando, ao fim ao cabo, de dar voz às pessoas da freguesia e a batalhar ao longo dos anos até 1979 pela criação do concelho da Amadora.

Em 1970, o jornal dá um salto significativo, passa a ter distribuição nacional e passamos a ter tipografia própria, porque não era compatível conseguirmos fazer um jornal que tinha maior colaboração e maior atualidade sem termos uma tipografia nossa em que pudéssemos gerir as contingências da demora das provas na censura: mandavam-se as provas e depois ficávamos à espera de que as provas viessem. Às vezes eles atrasavam-se o que fazia com que as máquinas estivessem à espera, paradas, para começar a imprimir. Com todas essas contingências era obrigatório termos uma tipografia própria.

Eu fazia de tudo mesmo, inclusive distribuir e ir entregar a clientes (da tipografia), nomeadamente, editoras como a Prelo, a Seara Nova e outras que, faziam livros em tipografia e ir entregar esses trabalhos e também ter de lidar com a Pide, que era uma visita constante na tipografia, quer para apreender livros que estavam a ser feitos e ter

de dialogar com a PIDE, porque eles chegavam aos locais falavam com as pessoas à espera que alguém inadvertidamente lhes respondesse.

4. Como era vista a classe durante o Estado Novo?

Os jornalistas no Estado Novo havia como hoje de diversos tipos. Havia jornalistas sérios e honestos. Havia jornalistas vendidos a diversos interesses. Havia uns jornalistas decepcionados com a profissão, porque conheciam a realidade e não podiam escrever sobre ela. Havia tudo isso.

A partir dos anos 70, o Notícias da Amadora passou a contar com a colaboração de jornalistas do *Diário de Lisboa*, do jornal *A República* e *A Capital*, mais tarde quando foi criada. Porque esses jornalistas não podiam escrever nos jornais onde trabalhavam aquilo que eles escreviam para Notícias da Amadora.

Nós (NA) éramos muito censurados. Antigamente os jornalistas, na sua maioria, escreviam à mão. Depois, aquele texto manuscrito era entregue a um tipógrafo, que se chamava a profissão linotipista e, chamava-se linotipista, porque as máquinas onde eles trabalhavam designavam-se de linotipe. Quem eram essas pessoas? Eram pessoas que escreviam, num teclado, mas para chumbo. Eles escreviam em teclado, escreviam linhas e essas linhas, as máquinas tinham uma caldeira que derretia o chumbo e aquela linha que eles escreviam aparecia impressa em chumbo e a impressa em relevo.

Ora, quando um texto era todo cortado, imaginemos aquele linotipista levou 1 hora a compor aquele texto. Uma hora daquele linotipista custava 'x'. Aquele texto foi deitado fora. Quer dizer que se deitou fora aquele dinheiro, porque era preciso que o linotipista voltasse a teclar outro texto para preencher um espaço na página.

Quando os textos eram cortados desde palavras ou linhas, os parágrafos muitas vezes tinham de ser recompostos, porque nas linhas de jumbo não dava para tirar as letras. Não, aquilo tinha de ser feito de novo. Independentemente da ideologia dos jornais diários, havia este fator, as administrações das empresas só queriam textos que pudessem ser autorizados, para não terem este custo económico resultante da censura.

5. Como descreve a experiência de trabalhar num jornal apelidado como “opositor” ao regime?

Deu-me grande orgulho. Fui fazendo o percurso que eu acho que todos os jovens seguem, que é vão-se dando com pessoas e vão fazendo escolhas, mudam de uns para outros, até que encontram aquele tipo de gente em que se inserem, que se enquadram, que se identificam. Eu também fiz isso. De alguma forma o tipo de pessoas com quem eu me dava eram pessoas que partilhavam as mesmas ideias que eu e com a mesma irreverência.

Em 1967, em conjunto com uns jovens fizemos no Notícias da Amadora uma página juvenil para escrever poemas, contos, ensaios que, se chamava a Janela Aberta para promover a reflexão. Era muito cortada, porque escrevíamos coisas que não agradavam ao regime. Digamos que a partilha com outras pessoas e a ligação aos meios académicos, bem como a luta académica dos anos 1970, 1972 e 1973 e as associações de estudantes desenvolviam muita atividade, desde teatro, canções e viagens também.

Posso dizer que tive o privilégio de me enquadrar neste conjunto de pessoas que tinha esta possibilidade. Digo outra coisa, relativamente aos jornalistas, estes tinham uma vantagem comparativamente aos outros cidadãos, é que os jornalistas sabiam o que é que se passava no país e fora dele, porque tomavam conhecimento através das agências noticiosas das notícias internacionais e iam aos sítios e sabiam o que se passava cá, mas não o podiam dizer.

6. No jornal em que trabalhou, que tipo de artigos e temáticas, os censores mais “cortavam”? Era difícil preencher o jornal com essas limitações?

Houve ocasiões que para sair um jornal era preciso escrever dois. O equivalente ao material para um jornal era cortado pela censura. Nem sempre era assim. Com o Salazar, até 1968, os cortes eram mais na íntegra – o censor lia o texto, não tinha dúvidas cortava, quando tinha dúvidas sobre o texto cortava na mesma. O censor era ele próprio também sujeito a escrutínio dos superiores.

Na maioria dos casos, os cortes no tempo do Salazar eram quase todos integrais, mas também havia cortes parciais, por exemplo «barracas» isso não podia ser escrito. Eles (os Censores) cortavam o termo «barracas» e substituíam por «habitação provisória». Não havia crimes, porque eram cortados. Não havia as chamadas portas giratórias, pessoas que saíam do governo para irem as administrações das empresas, porque era cortado. Agora é que há e é escandaloso.

Com Caetano, a censura passou a ser mais especializada. Aliás, havia um gabinete especializado, para onde o censor mandava o texto no caso de ter dúvidas quanto ao seu corte e fazerem a leitura. Cortavam, por vezes, palavras e aí o texto tinha de ser todo refeito, porque não havia parágrafos onde não houvesse palavras cortadas. E, às vezes, conseguiam fazer com que os textos deixassem de fazer sentido e, por isso não eram publicados. Ou passavam a dizer o contrário, se tirar um «não» pressupõe-se que passa a ser afirmativo e coisas desse género. Era muito especializada e os cortes também os havia bastantes cortes na íntegra, mas muitos eram cortes de frases, de palavras, de ideias, de factos. Portanto, cortava-se aquilo que se queria esconder.

A censura tinha duas componentes: a censura e a propaganda, ou seja, aquilo que os jornais publicavam não podia contrariar a propaganda do regime. Sobre as questões desde a política, a economia, a cultura (teatro, cinema, exposições, canções, festivais, televisão, etc.) tudo era cortado. A intenção era reduzir ao máximo aspetos que pudessem induzir a ideia de que havia opiniões diferentes, que havia contradições. Também cortavam todos os aspetos relacionados com a educação, ou seja, ter opiniões diferentes à escola e ao tipo de ensino; o internacional, bem como as lutas sindicais também era muito cortado no Notícias da Amadora. De uma forma geral, era tudo muito cortado.

Os leitores do Notícias da Amadora liam e assinavam o jornal, promoviam-no junto de outrem e angariavam novos assinantes e, parte deles também se faziam de fontes e davam informação ao jornal e nós (NA) noticiávamos essas coisas. O que levava a censura a considerar que os nossos leitores eram especiais e, por isso, era preciso ter atenção aos *leitores especiais* do Notícias da Amadora.

7. Conseguia perceber quais eram os critérios usados pelos censores para cortar o jornal?

A quem se destinava o jornal, bem como a questão da factualidade, ou seja, os factos que o regime não queria que se soubessem queria antes ocultar e questões que saíssem fora da agenda mediática, que fosse diferenciado, que levantasse temas e problemas novos. Mencionar também as questões de ordem política, durante algum tempo eles (os censores) cortavam quando se falava no Partido Comunista, assim como cortavam nomes como FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), os movimentos que combatiam o regime de Portugal nas colónias.

A censura esteve sempre dependente do Presidente do Conselho de Ministros, Salazar e Caetano, mas intermediado, inicialmente pelo Secretário da Propaganda Nacional, porque a censura, de alguma forma, estava enfeudada ao SPN ou estava nas duas sobre a tutela do Presidente do Conselho de Ministros. Após a Segunda Guerra Mundial, não caía bem falar-se em Secretariado de Propaganda Nacional, porque isso evocava os nazis. Então, passou a chamar-se de Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) e, posteriormente, com Marcello Caetano passou a Secretaria de Estado e Moreira Batista era o Secretário de Estado – homem que quando foi o 25 de Abril, era Ministro do Interior, era Ministros das Polícias.

Moreira Batista chamava Orlando Gonçalves, o meu pai, muitas vezes ao Palácio Foz, para dar explicações sobre coisas que eram publicadas pelo jornal, onde lhe chegou a dizer que nós, enquanto jornal, estávamos a dar espaço de propaganda aos nossos

inimigos. Ao que o meu pai responde «os inimigos do jornal são os mesmos que o senhor».

8. A censura não permitia espaços em branco nos jornais, era necessário ter um artigo sempre pronto. Como é que o jornal lidava com essa contingência? Lembra-se de alguma situação concreta?

Isso acontecia com muitas coisas. Muitas vezes, acabava-se por produzir peças que excediam o espaço que seria ocupado e adiantavam-se para o número seguinte. Havia sempre a possibilidade de ir buscar alguma coisa. Ou meter um anúncio para ocupar aquele espaço. Fazíamos anúncios que não eram pagos, eram permutas a outros jornais, a revistas, a editoras, mas havia outras formas de lidar com isso, com o editorial, por exemplo. Desde que o meu pai assumiu o jornal em 1963, passou a fazer uma nota semanal, que era um editorial.

Há uma prova de censura, uma nota semanal que foi integralmente cortada. No verso dessa prova está escrita uma nota semanal, procurando falar de coisas que não merecessem contestação – contava-se uma história qualquer que tivesse alguma relação com a realidade, mas procurando evitar o confronto que levasse a uma admoestação porque essa prova não ia à censura.

O jornal chegou a ser suspenso por ter publicado textos que não foram à censura, inclusive, chegou a ser multado por não ter levado as provas à censura. Erámos constantemente admoestados por não enviarmos à censura as fotografias. O arquivo de provas do jornal contem mais de 3000 provas, daquelas que tiveram corte, das quais apenas três fotografias (um concerto de jazz, um festival de teatro amador e a última onde aparecia a presidente do movimento nacional feminino a tocar guitarra, a mostrar os joelhos, junto de soldados num encontro) foram à censura, porque eram mencionadas no texto. Nós erámos constantemente cortados e nós dizíamos que não sabíamos que as fotografias tinham de ir à censura, mas os censores sabiam que era mentira. E nós também, mas as coisas faziam-se destas mentiras que, acabavam por se aceitar.

9. Quais eram os passos a dar quando os censores cortavam um artigo?

Nalguns casos era reclamando. Às vezes. Eles (a censura) faziam relatórios diários aos textos e aí nós (jornalistas) argumentávamos com «o professor Marcello Caetano disse que era a primavera, que havia uma abertura e não se percebe porque é que não se pode tratar e focar determinados assuntos». Às vezes, eles aceitavam. Outras vezes, cortavam algumas coisas e libertavam o restante ou mantinham o corte ou, como chegou a acontecer, tiravam o corte na integra. Portanto, essa diligencia tinha de ser feita.

Outra coisa que se fazia e cheguei muitas vezes a fazê-lo era escrever aos colaboradores e aos nossos *leitores especiais*, porque havia muita colaboração através de cartas de leitores, onde relatavam situações e a fazer reclamações – havia cartas com 80 e tal assinaturas, porque ao fim e ao cabo eram abaixo-assinados a tomarem posições sobre as mais diferentes questões. Nós publicávamos e muitas vezes era cortado e escrevíamos-lhes a dizer que tinha sido cortado. As pessoas não sabiam disso, ou seja, quem tinha feitos os cortes, se o jornal ou censura. Quando isso acontecia, essa era uma preocupação que tínhamos na relação com os nossos leitores e com os nossos colaboradores, os que não estavam na redação e mais próximos de nós, porque os se encontravam na redação saíam.

Havia uma outra coisa, o direito de resposta, que no Notícias da Amadora era cortado. Considerávamos o Comércio do Funchal um jornal diferenciado, mas este gostava de atacar o Notícias da Amadora. Os «ataques» passavam no Comércio do Funchal, mas a resposta no Notícias da Amadora não passava. Era cortado, porque as censuras eram diferentes. A censura na Madeira era mais benevolente, enquanto a censura em Lisboa era pior e a mais rigorosa.

10. Durante o Salazarismo como estavam organizadas as secções do jornal?

A forma como as secções do jornal estavam organizadas mudou com o marcelismo? (Se sim, em quê; Se não, como era essa organização nos seus aspetos principais).

Isso não decorreu tanto do regime decorreu da própria organização do jornal. O jornal sempre teve na página dois o editorial, a tal nota semanal e também acompanhado por cartas de leitores, portanto, o em 'direto' com os leitores. Depois desenvolvia-se a informação, procurando seguir, não quer dizer que fosse rigoroso, porque a organização dos jornais antigamente, até pela contingência da censura, mas também pelo profissionalismo dos jornalistas e do resto da sociedade, era manual.

As peças, muitas vezes nos jornais, começavam numa página, depois continuava noutra, dava-se ainda, o contrassenso de às vezes uma peça terminar na última página e continuar em páginas anteriores. Porque os jornalistas não escreviam à linha nem para preencher um espaço – quem organizava o jornal era o chefe de redação, juntamente com os tipógrafos que dispunham os textos nas páginas. Portanto, todo esse planeamento só ocorre por razões relacionadas com a tecnologia, porque os meios que se dispunham quer as linotipes, os títulos serem compostos em letras individualizadas (os caracteres móveis), tudo era feito artesanalmente.

Só nos anos 60 e finais da década é que passou a existir *off-set* em jornais diários, quem inovou isso foi o Diário de Lisboa que, comprou máquinas de *off-set* e fez um jornal off-

set – que deixou de ser chumbo para passar a ser película colada com cera, para fazer «maquetar».

Há uma evolução que só ocorre depois do 25 de Abril, pois só a partir daí é que os jornais diários passaram a estar organizados de forma em que os artigos começavam e acabavam numa página ou, se começava numa página e se prolongava na seguinte. Essas coisas só ocorrem depois do 25 de Abril quando passa a haver outra tecnologia, outros meios e outros profissionais que intervêm no processo, nomeadamente, os designers e os maquetistas dedicados apenas ao designe do jornal.

11. Os jornais da altura baseavam-se bastante no trabalho de correspondentes e colaboradores. Os textos dos correspondentes costumavam ser cortados pelos censores? Eram revistos na redação tendo em mente a censura? E com outros colaboradores, como era?

Nós (Notícias da Amadora) não fazíamos qualquer tipo de censura aos nossos correspondentes ou colaboradores ou leitores. Não fazíamos qualquer tipo de intervenção nos textos e, no caso de haver era por razões de português, de leitura, de discurso – era melhorar o texto nesse sentido, caso contrário não se fazia. Era o que levava as pessoas a enviarem-nos coisas, porque sabiam que as coisas que nos enviassem seriam publicadas. Senão fossem publicadas também sabiam, porque o jornal também os informava acerca do que tinha sido cortado pela censura. E o mesmo em relação aos correspondentes, porque havia de facto gente que escrevia de sítios específicos. Portanto, essas coisas também não sofriam qualquer intervenção e há textos cortados na integra quando expunham situações deste género, houve muitas lutas de pessoas a reivindicarem os baldios e lutas relacionadas com a agricultura e com o comboio da linha do Vouga que provocava incêndios, que por ser a carvão saltavam fagulhas e quando o comboio passava incêndios.

Os textos chegavam à redação do Notícias da Amadora e dávamos-lhes, eventualmente, alguma melhoria ao nível do texto e da escrita se houvesse aspetos a aperfeiçoar como a linguagem. Depois era composto pelos linotipistas e depois ia para a censura.

12. O que é que faziam para fugir à censura? Quais eram as técnicas usadas?

Não era escrever nas entrelinhas. Uma «treta», nas entrelinhas não se escrevia coisa nenhuma! Para escrever nas entrelinhas só eu é que percebia, as pessoas que estavam do outro lado, que me iam ler não sabiam o que é que queria dizer. Poderiam ter uma vaga ideia. Cheguei a escrever umas crónicas onde usei metáforas, mas para os factos não havia lugar a eufemismos ou escrita nas entrelinhas, era preciso chamar o nome às coisas.

Em relação às estratégias, nós escrevíamos as coisas. Muitas vezes, as provas de censura demoravam a ficar prontas e começámos a imprimir a página sem haver uma decisão sobre os cortes. No caso de o texto na prova de censura vir cortado parávamos a máquina e compúnhamos. Outras vezes, já tinha sido tudo impresso. Então o que é que se fazia? Fazíamos uma edição especial para a censura, onde se colocavam os cortes e depois quando se fazia a expedição, mandava-se para a censura os jornais que tinham os cortes respeitados. Era uma estratégia.

Entregavam-se duas provas de censura, das quais uma ficava para eles com os cortes e a outra era entregue ao jornal, para concretizar os respetivos cortes ou os textos que eram autorizados que não haviam sofrido cortes. Descobrimos que eles (os censores) só verificavam as peças que tinham cortes, ou seja, eles tinham uma peça do Notícias da Amadora com cortes, pegavam nessa peça, folheavam o jornal e iam ver se os cortes tinham sido respeitados. Se houvesse outro texto que não tivesse ido à censura, os censores não sabiam, porque poderia ser um outro texto ou poderia ser um texto que não tinha qualquer corte, uma vez que, eles não verificavam os textos que não tinham cortes. A Censura acabava por não ser apenas uma, o que às vezes trazia problemas. Por exemplo, os padres e as freiras muitas vezes ligavam para Censura a queixarem-se de terem deixado passar determinados textos que feriam os princípios do regime e, aí os censores viam que tal texto não tinha vindo à censura e «caíam em cima» do jornal.

Outra coisa que começámos a fazer era mandar os textos à censura, por exemplo, uma que me recorde foi sobre o custo de vida que resultou de um trabalho feito por um professor em que pediu aos seus alunos para falarem sobre o custo de vida – como é que as pessoas viviam. Desse trabalho resultou uma peça, mandou-se para a censura e foi cortado na integra. Paciência. Continuava a ter atualidade. Daí a dois meses, voltámos a mandar à censura e passou com alguns cortes, os quais o jornal contestou e deixaram passar mais algumas coisas. Ou seja, porque a censura também dependia de quem via as provas de censura: uns eram mais exigentes e rigorosos no corte e outros davam maior abertura, logo, havia coisas que passavam numa ocasião e não passavam noutra.

Outra questão, a censura também dependia do contexto político e do contexto da ocasião. Por hipótese, numa determinada época, se calhar não convinha falar do custo de vida, porque os preços estavam a aumentar. Fora desse período, talvez já se pudesse falar, ou seja, dar vazão a esse descontentamento.

A censura também funcionava em função dos destinatários. O Notícias da Amadora era mais cortado do que outros meios não só por aquilo que se escrevia no jornal, mas porque tinha determinados destinatários, nomeadamente, gente de esquerda, trabalhadores, etc. Dou um exemplo, em 1973 o Expresso publicou um relatório do

Comité Central do PCP (Partido Comunista Português) na integra. Como o Expresso publicou nós (NA) agarramos naquele relatório e mandámos para a censura. Foi todo cortado. Ou seja, não fazia mal aos leitores do Expresso lerem sobre o que é que os comunistas diziam na reunião do seu Comité Central clandestino, mas aos leitores do Notícias da Amadora não lhes covinha saber.

12.1. Os leitores percebiam-nas?

É difícil que os leitores soubessem pelas mesmas razões que se nós escrevêssemos entre as tais «entre linhas», provavelmente os leitores não percebiam a mensagem que tínhamos escrito nas «entre linhas».

Um colaborador do jornal, Joaquim Bonito, escreveu uma crítica sobre uma peça de teatro e o jornal publicou-a, mas acabou por ser toda cortada, mas publicamo-la na mesma. Ora, a peça saiu, mas os leitores não tinham como saber que a crítica tinha sido cortada, porque o jornal é que tinha a prova cortada. Essa peça saiu numa edição especial para a censura. No jornal que foi para a censura, aquela crítica não foi publicada, não constava no jornal. Nem o censor sabia que havia outros jornais a publicar aquela crítica nem o próprio leitor, a única pessoa que sabia era quem estava na redação e que conhecia o processo. Portanto, eram utilizados estratagemas dessa ordem e só certas pessoas o sabiam, no caso quem estava na redação, porque também não andávamos a dizer às pessoas que fazíamos uma edição especial do jornal quando havia cortes. Não dizíamos isso, senão a censura caía-nos em cima.

13. Não sofreram represálias por intentarem contra o “trabalho” dos censores?

Numa das escutas da PIDE há referência ao Notícias da Amadora, à tipografia no caso: é alguém que é escutado a falar com outra pessoa a dar a indicação para passar na oficina – oficina tipográfica – para ver as provas. O despacho do inspetor da PIDE foi «vigilância todos os dias à tipografia durante 15 dias». Nos 15 dias seguintes, eles (a PIDE) foram à tipografia, apesar de serem uma visita constante.

Inicialmente, a tipografia funcionava numa zona da Amadora que, se chamava Reboleira de onde fomos obrigados a sair, pois alegaram que os moradores do prédio se queixavam por ter lá a oficina, meteram a Direção-Geral da Produção ou da Indústria a dar parecer negativo sobre a existência de uma tipografia naquele local. Fomos para outro local, por acaso com melhores condições, mas também tivemos várias movimentações de porem os moradores dos prédios a queixarem-se com o insuportável barulho que as máquinas faziam a funcionar, por exemplo. Outras: dificuldades em comprar papel, quando foi a crise do papel, nos anos de 1973. Apesar de Portugal

produzir pasta de papel não produzia papel importava-o o que tornava difícil encontrar papel. Em virtude disso, chegamos mesmo a reduzir o número de páginas do jornal, porque não existia papel no mercado. A distribuição dos CTT – Correios de Portugal. Naquela altura, o jornal deveria sair ao sábado, antigamente havia distribuição aos sábados, havia pessoas que só recebiam o jornal uma semana depois. Todas estas coisas faziam parte de um esquema para criar dificuldades, pois havia pessoas com capacidades para influenciar. Acesso ao crédito. O meu pai, Orlando Gonçalves, só depois do 25 de Abril é que pôde ter o seu nome como diretor do jornal, porque a PIDE e a Censura diziam que por ter tendências comunistas não tinha condições de defender o Estado, bem como os valores.

Outras estratégias que fizemos de afrontar o Estado era assumirmos que erámos oposicionistas, por exemplo, em 1973 o Congresso de Oposição, em Aveiro, foi escrito no jornal que as pessoas que quisessem ir em excursão ao Congresso de Aveiro para se inscreverem na sede do jornal.

Entre o Congresso de Aveiro e as eleições Legislativas de 1973, o jornal tomou uma posição de total rebeldia, porque a pessoa que dava o nome como diretor do NA (Domingos Janeiro), também oposicionista, mas trabalhava num notário. Foi diretor do jornal antes de Orlando Gonçalves assumir a direção, e o antigo diretor aceitou que o seu nome continuasse como diretor e assim se manteve entre 1963 e 1973. Mas teve de deixar de ser por conta de ameaças. Apesar de a Censura impedir Orlando Gonçalves de se tornar diretor do Notícias da Amadora, era ele que a censura chamava para tratar de coisas da direção do jornal e há até documentos da Censura em que Orlando Gonçalves é tido como o diretor do jornal, o mesmo que estava proibido de ser diretor do Notícias da Amadora.

Apesar das muitas cartas de Orlando Gonçalves à censura para mudar a situação, ou seja, a pedir para ele se tornar diretor do jornal, inclusive aquando da entrada de Marcello Caetano – onde se apelou à primavera marcelista e à abertura e eles reponderem que ainda não era momento para essa abertura. Perante isto, decidiu-se, durante vários números que o nome de Domingos Janeiro ficava enquanto diretor e como diretor adjunto Orlando Gonçalves. Ao fim de três ou quatro edições do jornal, o nome de Domingos Janeiro desaparece e Orlando Gonçalves passa a diretor e escreve-se uma nota que, não foi à censura, na primeira página onde se agradeceu a Domingos Janeiro ter dado o seu nome enquanto diretor do jornal, mas agora passa a exercer as suas funções Orlando Gonçalves, quem era efetivamente o diretor do jornal. Dois números seguir a censura «tirem esse nome, porque não está autorizado». Tiramos o nome e indicamos um outro, o de Sérgio Ribeiro – como diretor interino – economista, de esquerda, fizemos um número com Sérgio Ribeiro que também não foi aceite.

Indicamos um novo nome que também era economista e colaborava conosco, Carlos Carvalhas, que figurou como interino e acabaram por aceitar o nome dele. Ora, posso dizer que quer Orlando Gonçalves, quer Sérgio Ribeiro, quer Carlos Carvalhas todos eles eram comunistas. Mas também convém dizer que o Notícias da Amadora não colaborava só comunistas, também havia socialistas que colaboravam com o jornal – colaboravam pessoas de vários partidos ou sem partido, que eram oposicionistas. A esse nível, o jornal nunca fez informação de facção, ou seja, escrevia-se e dava-se espaço a toda a gente e, mesmo quando o jornal era criticado – mesmo quando as pessoas discordavam do jornal – sempre se publicaram as críticas. Sempre foi essa a posição que se teve propiciar o debate, através da discussão das coisas.

14. Sabia quem eram os censores que vigiavam o jornal durante o Marcelismo? Alguma vez lidou diretamente com eles? Conheceu algum? Como os caracterizaria?

Não conheci nenhum, ou melhor, presumo que alguns que abriam o postigo da porta lá na censura fossem censores. Pelo menos eram muito mal-encarados, podiam não ser, podiam ser contínuos. Não faço ideia.

Inicialmente, eu era das pessoas que na altura tinha uma ideia errada sobre os censores que era achar que os censores eram burros. Eram militares, na sua esmagadora maioria, reformados ou ainda no ativo que desempenhavam aquele papel e ganhavam dinheiro em prol dessa função. Mas não eram tão estúpidos como as pessoas diziam, no sentido em que cortavam as coisas porque não as percebiam. Houve uma fase que eu próprio também partilhei dessa ideia, depois percebi que não era assim – eles (os censores) cortavam porque tinham dúvidas e, no caso de dúvida era preferível cortar para não serem repreendidos posteriormente.

Depois com Marcello Caetano os quadros da censura foram alvo de mudanças, foram integrados censores mais jovens, algo que também já tinha sucedido no período com Salazar. Além de censores militares, também havia pessoas com muitas qualificações para o cargo. Inclusive, também havia mulheres a fazer censura.

O quadro dos censores é mais alargado do que a ideia que temos: de serem pessoas carrancudas, velhas, reacionárias. Pelo contrário, havia muita gente e com qualificações.

15. Alguma vez teve um artigo da sua autoria censurado? Pode dar um ou dois exemplos? O que é que sentiu?

Cumpri aquilo que eu queria que era escrever, transmitir aquela mensagem. Não passou, paciência. Tenho de tentar de novo. A questão é que quando falhamos uma vez

e não conseguimos atingir o objetivo tem de fazer de novo. Que, aliás, é um bocado aquilo que é o trabalho do jornalístico – o jornalista passava a vida a fazer a mesma coisa – tem de começar sempre de novo.

Durante todos os anos em que exerci a profissão, comecei no Notícias da Amadora, mas depois passei para outros meios desde a imprensa sindical, estive dez anos no Jornal Diário, também trabalhei no Jornal Económico tendo regressado mais tarde ao Notícias da Amadora por contingências da vida. Assumi a direção do jornal entre 1994 e 2006, altura em que o Notícias da Amadora, que não foi vergado pela censura do Fascismo morreu às mãos da censura económica. Todas estas situações, deram-me uma perspetiva ampla do passado, do momento empolgante que, foi o pós 25 de Abril e durante anos, as lutas em que a informação era relevante não só para a esconder, mas como também para ocultar os factos e até à atualidade, em que, por vezes, desligo dos noticiários, não leio determinados jornais – porque é uma vergonha, não minha, sinto vergonha de o Jornalismo ser tão maltratado.

Houve um tempo, entre o fim dos anos 80 e início dos ano 90, dizia-se que havia uns jornalistas que eram os “pés de microfone”, porque levavam os microfones e colocavam-no à frente de quem ia falar – a responsabilidade não era daqueles jornalistas, pois eram jovens acabados de sair da universidade e atiravam-nos às feras: mandavam-nos para sítios que estes desconheciam e que, provavelmente nunca tinham ouvido falar, portanto não tinham perguntas para fazer, porque não sabiam quais deviam ser feitas ou quando faziam perguntas eram cometidos erros, mas a culpa não era daqueles jovens jornalistas. Creio que a culpa residia antes na suas chefias e direções e hoje continua a ser assim: jornalistas pé de microfone e dizem aos jornalistas que perguntas fazer em detrimento de outras – não perguntam porque não têm conhecimento suficiente acerca do assunto – que é o que me entristece mais. Um bom jornalismo faz-se de boas perguntas, porque só com boas perguntas é que, eventualmente, se conseguem boas respostas. Há um certo entristecimento pelo Jornalismo, no entanto continuo a considerar que o Jornalismo é muito importante e tem um papel cada vez mais relevante, tanto mais que as condições que se vivem hoje são piores, politicamente e não só, e o Jornalismo continua a ser fundamental à Democracia. Não é o 4º poder! Infelizmente, não tem poder e mesmo com o Notícias da Amadora que, tinha algum poder, ainda que vigiado, mas ousávamos desafiar o poder instituído para dizer aquilo que se passava, porque fundamentalmente, o que é preciso dizer é a verdade. As verdades podem ser várias, pode ser porque abordo determinado tema dando relevância a uma verdade, nenhum assunto e outros que dão relevância a outras coisas. Infelizmente, agora o que vemos no Jornalismo é aquilo que é transmitido é sempre a mensagem da fonte, porque que é fonte é quem tem o poder de

dizer coisas, por exemplo os primeiros-ministros estão sempre nos telejornais e o resto da sociedade onde é que está? Também fazem parte da sociedade, eventualmente, também têm coisas a dizer.

16. Face à forte máquina censória que o Estado desenvolveu, durante o exercício da sua profissão, alguma vez se coibiu de escrever sobre determinado tema ou limitou o uso de determinadas palavras, por medo de sofrer represálias? Pode dar algum exemplo?

Deixar de escrever em princípio, não. Abordar as coisas de forma diferente, sim. Passei do Diário que, era um jornal de esquerda e ligado ao Partido Comunista, para o Jornal Económico, criado por jornalistas saídos da ANOP (Agência Noticiosa Portuguesa). Este, o jornal Económico é um jornal criado no Cavaquismo e durante as privatizações, o que também lhe permitiu crescer e com as operações da bolsa, quando esta volta a funcionar. Portanto, era um jornal cujo destinatários eram os patrões das empresas, os capitalistas, os empregados que trabalhavam nessas empresas, os quadros superiores e onde a informação era sobre negócios.

Nessa altura, noutros jornais, se quisesse falar com um ministro era muito complicado, sobretudo porque a minha área de trabalho no Diário era focada para o trabalho e sindicalismo. Porventura disso, era muito difícil chegar à fala com um Secretário de Estado ou mesmo com um Ministro. Já no jornal Económico era mais fácil falar com um Ministro do que falar com um Gabinete de Imprensa de uma empresa, porque era um jornal a que todas as pessoas com poder económico ou poder político queriam falar. A relação tem muito a ver com a natureza das empresas, trabalhando no Económico a minha abordagem não poderia ser a de um sindicalista, mas agia como tal internamente na empresa, porque se dava a circunstância de apenas que os jornalistas chefes eram os únicos profissionais. Os outros eram estudantes que, iam estagiar pra o jornal e recebiam um subsídio para continuarem os estudos e eles aceitavam essa subjugação, porque muitos deles não queriam ser jornalistas queriam era ter contacto com empresas para arranjar emprego nas empresas. Digamos que, havia um jogo de interesses variados. Quem faziam mais trabalho sindical eram os chefes que diziam aos estagiários para contestarem o subsídio e o tempo de trabalho. Por outro lado, a diretora adjunta dizia que queria despedir pessoal, mas se as despedia ficava sem informação para dar.

Nessa altura era fácil contactar ministros, era fácil entrevistar presidentes de bancos com os quais podia falar abertamente, o mesmo não acontecia com outras pessoas com as quais era preciso ter outra abordagem. Face a isto, não deixava de procurar sobre os

assuntos, mas a abordagem e a escrita a utilizar era diferente tanto para o Diário, como para o Notícias da Amadora ou até para a Sábado.

O que mudou no jornalismo foi fundamentalmente a posição dos diretores. Antes e até mesmo no tempo da ditadura, porque há casos de diretores de jornais, pessoas de direita, que defendiam jornalistas de esquerda contras as pressões que existiam para os despedirem. Os diretores também eram pressionados pelas administrações para não deixarem produzir determinado tipo de informação que desse aso à intervenção da censura, para que isso não causasse prejuízo à empresa, ou seja, trabalho produzido que depois ia para o lixo. Por outro lado, os diretores representavam o jornal e defendiam os jornalistas das administrações, acabavam por funcionar como “almofada” contra as expressões da administração, ou seja, o diretor enfrentava-as – algo que aconteceu de forma mais efetiva no pós 25 de Abril. Com isto, os diretores também passaram a ser administrador-delegado e assim as administrações deixaram de ir às redações fazer pressão, porque tinham lá os diretores no seu lugar para fazer esse trabalho. Quando o diretor passou a ser o representante da administração na redação as coisas melhoram, pois as direções e os editores passaram a ter menos autonomia e independência. Por diversas razões, os jornalistas não “lutam” pelos poderes que têm, nomeadamente, o poder do Conselho de Redação. Claro que é um poder onde têm de enfrentar o diretor e alguns têm medo. Formalmente e constitucionalmente, os Conselhos de Redação têm poderes sobre o tipo de jornalismo que se faz. Todos os meios devem ter, mas na maioria não funcionam. Regra geral, os Conselhos de Redação funcionam com poderes são nos meios públicos como a RTP (Rádio e Televisão de Portugal) e a LUSA (Agência de Notícias de Portugal), porque nos outros as pessoas têm medo. Mas antes do 25 de Abril havia PIDE e censura e, agora uma pessoa tem medo do diretor e do editor?

17. Acha que os Serviços de Censura eram incongruentes e difusos na sua análise?

Não, não eram incongruentes, tratava-se mais da questão de serem censores diferentes com leituras diferentes, com interpretações diferentes daquilo que estão a ler – valorizando ou desvalorizando determinados temas.

É muito difícil, quer antigamente quer na censura atual, dizermos assim “vai cortar o quê?”. Por hipótese, se falo do partido Chega vou cortar tudo? Mas se assim fosse o partido deixava de existir. Só há uma forma de dar informação e é pela relevância das coisas e não o que se faz atualmente, porque o Chega ou o seu líder diz qualquer barbaridade e tem as televisões ao pé de dele com microfones e câmaras apontados para ele. Se tem alguma relevância? Não, não tem nenhuma, mas então porque é que

ouvem o Chega e o André Ventura? É essa questão – se não é a relevância dos temas são as audiências que os intervenientes possam suscitar. Outros temas, por exemplo despedimentos em massa não dão *likes*, mas são grandes partes da sociedade, são muitos milhões de pessoas que, vivem com grandes dificuldades e recebem mal e essas pessoas não aparecem no jornal, porque não lhe dão audiência. Se a comunicação social apenas mostrar o que tiver que ver com o Chega e não mostrar o outro lado, da sociedade, os ditos pobrezinhos e as lutas sociais, está a fazer censura. Também existe de outra forma que é – há meios de comunicação nacionais em Portugal? Não, existem jornais diários nas duas áreas metropolitanas e existem as televisões que são de Lisboa. A mesma coisa acontece com o Governo, o Governo é de Lisboa e não do país e procede conforme. Isso também é fazer censura. Quando é que se fala do interior? Quando lá vai um ministro e vão todas as televisões atrás, mas não se falam dos problemas locais, mesmo que o Ministro vá para a inauguração de uma coisa importante para a população local o que lhe vão perguntar é “Comente o que disse André Ventura” ou “Como é que vão ser as negociações entre o PS (Partido Socialistas) e o PDS (Partido Social Democrata)?”. Não se fala sobre o acontecimento e isso também é censura.

18. Além dos conhecidos: cortes aos jornais, havia outros métodos que os censores usavam?

Havia muitos, nomeadamente, as ameaças sobre os jornalistas, porque em alguns casos, os jornalistas além de serem censurados, por vezes se dessem muito nas vistas poderiam ser incomodados, ameaçados pela PIDE, às vezes por outra gente, por exemplo, os Legionários.

Num meio como Lisboa, é mais fácil os jornalistas não serem confrontados pelas fontes ou pelas pessoas que são objeto da notícia. Se for num meio pequeno, isso já não acontece. Fazer informação em meios pequenos tem uma dificuldade maior, porque a pessoa confronta-se com os indivíduos que está a escrutinar – há níveis diferenciados. Em situações de ditadura, nesses níveis diferenciados, quando existia um sistema opressivo as pessoas eram pressionadas das mais diferentes formas. Eu sei que fui chumbado no Liceu de Oeiras, não tanto pelo meu desempenho, mas por o meu pai ser quem era. Há várias formas de atingir as pessoas. As contingências eram essas, havia pessoas que eram capazes de suportar essa pressão, podendo ser levadas à PIDE para serem interrogadas, outras já não. Também não se esperava que houvesse heróis.

Quando muda o ditador, o segundo não consegue manter o grau de opressão que era apanágio do seu antecessor, porque o facto de Salazar ter “caído da cadeira” foi uma carga que se libertou de cima das pessoas e esse acontecimento por si só levou a uma descompressão e Marcello Caetano já não conseguia voltar a reprimir da mesma forma.

Contudo, havia formas de o fazer e ele fê-lo. O mecanismo da censura não era único – o sistema informativo da ditadura pressupunha várias coisas: os jornais eram controlados pelas tipografias, porque era onde os jornais eram feitos e se os jornais lhes devessem dinheiro podiam ser fechados; as tipografias eram alvo de pressões ao nível do que editavam. Todo o sistema de controlo da informação era muito vasto. Existia um Conselho de Imprensa, um organismo estatal dependendo da Censura e da Propaganda, onde se reuniam, simultaneamente, os censores e os diretores dos jornais, sobretudo os jornais diários.

Em relação à Imprensa, os diretores dos jornais eram contactados todos os dias pela censura ou vice-versa para saberem o que é que podiam publicar e o que não podiam publicar – havia acontecimentos ou assuntos aos quais os censores queriam que os jornais dessem maior destaque do que outros, nomeadamente, visitas de Estados, conferências, preços dos produtos, etc. O Notícias da Amadora não se submetia a isso, porque não nos podíamos dar a esse descuido, mandávamos as provas de censura. A alternativa era publicar o jornal sem ir à censura, mas tanto podia correr bem como correr mal e erámos multados ou suspensos.

19. Qual acha que foi o método mais importante usado pelo Notícias da Amadora para fazer face à censura?

Existir e publicar-se foi o mais importante. O Notícias da Amadora era importante, porque falava de coisas que os outros não falavam. Apesar dos cortes e de às vezes saírem peças truncadas, por exemplo, lembro-me de termos publicado umas mesas redondas com diversas pessoas no Congresso da Oposição Democrática e, houve coisas que foram cortadas, nomeadamente, o impacto na economia portuguesa da guerra colonial foi tudo cortado! Face a isso, o jornal foi notificado sobre a não publicação do acontecimento, ao qual respondemos que por motivos alheios à nossa vontade não noticiamos – que também foi cortado. Mas a censura sabia porque é não foi noticiado, bem como os motivos alheios à vontade do jornal.

O facto de existirmos era importante, porque dava esperança, informação e conhecimento às pessoas, porque o jornal tratava de muitos assuntos que a população considerava ser importante desde o ambiente, questões relacionadas com a reforma agrária, passando também pela situação do inquilinato, do que era importante para as economias regionais e locais, apesar de muitas vezes ser cortado. E permitiu outra coisa que, é ainda mais importante, as pessoas pensarem na mesma coisa coletivamente, ou seja, havia um coletivo de pessoas que refletiam sobre aquelas coisas, que comentavam e discutiam em conjunto em diversos locais: nas empresas, nos cineclubes, nas livrarias. Era importante as pessoas discordarem.

20. No seu entender, o jornal conseguiu cumprir esse objetivo: enfrentar a censura e os carrascos do jornalismo e da liberdade?

Conseguiu. Por exemplo, no dia 18 de abril de 1974 a PIDE foi à tipografia do jornal levou milhares de coisas de chumbo de trabalhos feitos, levou um painel de fotografias do Alfredo Cunha e prendeu o meu pai (Orlando Gonçalves) e o Sérgio Ribeiro. Nos interrogatórios, foram insultuosos com o meu pai e disseram-lhe que do dia 25 iriam fechar o jornal e a tipografia. Tiveram azar foram eles fechados!

O Notícias da Amadora valeu a pena por muitas coisas, não só como para fazer frente ao regime, mas também pelas pessoas que fizeram parte dele ao longo dos tempos, pois fizeram parte de alguma coisa, que teve representatividade e foi a face da resistência.

21. Quando Marcelo Caetano chegou ao poder, o jornal acreditou na “aparente” moderação da censura?

Não. Em 1968 Salazar “caiu da cadeira” e nesse ano também fui a Paris, onde havia muita publicação, muitos livros, muita informação. De Paris fui para Genebra e durante a viagem, a hospedeira do autocarro com um ar muito compungido e disse “Sabe, tenho uma notícia muito má para lhe dar. O seu Primeiro-Ministro caiu de uma cadeira e está muito mal”. Ao que lhe respondi: “Ai que bom!”, ao que a senhora ficou muito surpreendida.

Determinados setores da sociedade em Portugal acreditaram que, bastava mudar o ditador para que tudo mudasse. Não mudava. Marcello Caetano era um homem do regime, para tal em muitas ocasiões foi o braço direito de Salazar em muitas áreas, na Mocidade Portuguesa. Foi Marcello Caetano quem mudou as leis referentes às colónias, que deixaram de ser colónias e passaram a ser províncias ultramarinas. A censura deixou de se chamar censura e passou a chamar-se Exame Prévio, a PIDE passou a DGS, tal como a União Nacional que, passou a ser ANP (Ação Nacional Popular) – Marcello reformulava as coisas para que tudo ficasse na mesma, ou seja, a evolução na continuidade. Portanto, houve setores na sociedade que, inicialmente, compraram o discurso de Marcello, mas depois vieram a retificar.

Nas lutas académicas na cidade universitária, em 1962 salvo erro, Marcello Caetano reitor da Universidade de Lisboa e demitiu-se, porque a polícia invadiu a universidade por causa das lutas estudantis. Demitiu-se porque foi desautorizado, uma vez sendo reitor da universidade, tinham de lhe pedir autorização para invadir a instituição. Com isto, o Notícias da Amadora fez uma efeméride no 10^o aniversário desse acontecimento que, acabou cortada pela censura. Em 1972, Marcello Caetano era Presidente do Conselho de Ministros. Agora, as coisas mudaram, enquanto nas eleições de 1969 se

alguém fosse apanhado a colar cartazes automaticamente era preso indo para o Governo Civil ou para a PIDE. Em 1973, não, as pessoas eram multadas em 1000 escudos por ser apanhado a colar cartazes – era uma repressão mais eficaz e ele (Marcello Caetano) não tinha o ónus de ter pessoas presas e ainda encheu os cofres com dinheiro.

22. Acha que para o Notícias da Amadora houve diferenças entre a censura salazarista e a censura (rebatizada como “exame prévio”) do período de Marcello Caetano? Se sim, porquê? Pode dar alguns exemplos?

Há diferenças. Aliás, há uma autora com um livro sobre o Marcelismo e de censura dessa altura, não concordo com a tónica dela de que houve uma abertura na imprensa com o Marcelismo, mas pelo menos não houve para todos. No caso do Notícias da Amadora não houve, mas também é verdade que o jornal foi mais censurado com Marcello Caetano do que com Salazar. Quando o jornal passa a nacional, em 1970 e, com isto passa a ter uma estrutura diferente, passa a ter mais impacto, passa a ser mais combativo, passa a ter mais visibilidade pública e, isso, torna-o mais alvo da repressão. O Notícias da Amadora foi muito mais censurado com Marcello Caetano do que com Salazar – enquanto os cortes durante o Salazarismo eram, maioritariamente, totais com Marcello Caetano havia cortes parciais que, intervinham no texto e, que tinham outras consequências em termos financeiros. Custava muito dinheiro ao jornal ter aquela atitude de fazer face à repressão do regime e não sei se o jornal, caso continuasse a ditadura, não acabaria por fechar portas por não ter condições financeiras. Aliás, que foi o que acabou por acontecer depois do 25 de Abril, o jornal continuou na mesma linha de atuação, ou seja, a incomodar os poderes e cortaram-nos a publicidade oficial, bem como a publicidade privada e houve um momento em que o jornal se tornou inviável. Apesar de tudo, o jornal foi capaz de enfrentar a ditadura, aliás Marcello Caetano no seu livro que escreveu no Rio de Janeiro, citou duas vezes o Notícias da Amadora. Portanto, valeu a pena até o ditador de serviço sabia o que era o Notícias da Amadora!